



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

ASPECTOS SINTÁTICOS E SEMÂNTICOS DOS ADJETIVOS MODAIS

BRUNA ELISA DA COSTA MOREIRA

BRASÍLIA
2015

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

BRUNA ELISA DA COSTA MOREIRA

ASPECTOS SINTÁTICOS E SEMÂNTICOS DOS ADJETIVOS MODAIS

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Linguística.

Área de concentração: Teoria e Análise Linguística

Orientadora: Profa. Dra. Heloisa Maria Moreira Lima-Salles

BRASÍLIA
2015

BRUNA ELISA DA COSTA MOREIRA

ASPECTOS SINTÁTICOS E SEMÂNTICOS DOS ADJETIVOS MODAIS

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Linguística.

Comissão Examinadora

Prof. Dra. Heloisa Maria Moreira Lima-Salles (PPGL/UnB) — Presidente

Prof. Dr. Marcus Vinícius da Silva Lunguinho (LIP/UnB)

Prof. Dra. Rozana Reigota Naves (PPGL/UnB)

Prof. Dr. Andrew Ira Nevins (UCL)

Prof. Dra. Teresa Cristina Wachowicz (UFPR)

Prof. Dra. Keli Cristiane Eugenio Souto (UniMontes) — Suplente

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

MM838a Moreira, Bruna Elisa da Costa
Aspectos sintáticos e semânticos dos adjetivos
modais / Bruna Elisa da Costa Moreira; orientador
Heloisa Maria Moreira Lima-Salles. -- Brasília, 2015.
222 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Linguística) --
Universidade de Brasília, 2015.

1. Adjetivos. 2. Modalidade. 3. Formação de
palavras. 4. Passiva. 5. Disposições. I. Lima-Salles,
Heloisa Maria Moreira, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Quero registrar a minha sincera gratidão, acadêmica e pessoal, a todas as pessoas que me ajudaram na elaboração deste trabalho, cada uma à sua maneira especial. Meu trabalho se beneficiou da interação com todas elas, em diferentes estágios de desenvolvimento do projeto. Essa interação permitiu que eu entendesse melhor diversos aspectos do que eu estava fazendo e foi fundamental para a minha formação. Sinto uma gratidão sem tamanho por ter tido uma oportunidade tão especial de conviver com tantos linguistas brilhantes. Agradeço pelos exemplos de competência, dedicação, comprometimento e rigor acadêmicos, mas também de generosidade.

À Professora Heloisa Salles, por ter orientado este trabalho, por ter compartilhado a sua experiência, pelo apoio, pela positividade e confiança ao longo de todos esses anos e pela oportunidade valiosa de aprendizado.

Ao Professor Andrew Nevins, que ministrou o curso sobre categorias lexicais na UnB que deu origem a este trabalho, pelo impacto positivo que teve em nosso grupo de pesquisa como um todo, por ter sido sempre uma pessoa aberta, gentil e acessível ao diálogo e à troca de ideias, por ter me incentivado a fazer o estágio de doutorado e pelas importantes críticas e sugestões feitas na ocasião da defesa.

Ao Professor Karlos Arregi, por ter me recebido na Universidade de Chicago, pela chance ímpar de crescimento acadêmico e pelo verdadeiro privilégio de aprender com ele, mas também, especialmente, pela paciência e generosidade, pela disponibilidade do seu tempo, pelos muitos bons conselhos e por ter sempre me desafiado.

Ao Professor Marcus Lunguinho, pela receptividade, por ter sempre me recebido de braços abertos (mesmo sem hora marcada, nas vezes em que eu praticamente invadi a sua sala para falar alguma coisa *bem rapidinho*), pelas críticas e sugestões feitas na etapa da defesa, pela leitura meticulosa, pela amizade, pelas risadas e por ser um excelente parceiro de karaokê.

À Professora Rozana Naves, pelo interesse em discutir o meu trabalho e pelas críticas e sugestões valiosas, tanto na etapa da defesa e da qualificação quanto em ocasiões anteriores, em que o projeto era inicial.

À Professora Teresa Wachowicz, pela oportunidade preciosa de diálogo que me concedeu, ao aceitar compor a banca, pela forma precisa e generosa como conduziu o exame da tese e pelas contribuições que o seu olhar trouxe a este trabalho.

À Professora e colega Keli Souto, por compor a banca e por ter estado presente no dia da defesa, compartilhando as suas impressões e inquietações.

À Professora Maria Cristina Figueiredo, pelas críticas e sugestões feitas durante a etapa da qualificação deste trabalho.

À Professora Eloisa Pilati e à Professora Helena Guerra, pelo encorajamento.

À Professora Ruth Lopes, companheira querida de inverno em Chicago.

A todos os professores com os quais eu tive a honra de interagir na Universidade de Chicago, especialmente ao Professor Chris Kennedy e à Professora Anastasia Giannakidou.

A todas as pessoas maravilhosas que conheci em Chicago, por terem me ensinado tanto: Adam Singerman, Carlos Cisneros, Diane Rak, Hilary McMahan, Jackson Lee, Julian Grove, Ksenia Ershova, Peter Klecha, Robert Lewis, Ross Burkholder, Tamara Vardomsкая, especialmente à Emily Hanink e ao Mike Pham, que se tornaram amigos mais do que queridos.

À Susan Snapp, por ter me ajudado a organizar o meu tempo e as minhas prioridades acadêmicas.

À querida amiga Laura Torquato, pelo exemplo de serenidade e delicadeza (que eu sempre tento seguir) e por ter me ensinado muito sobre *mudanças*, quando eu me preparava para começar essa jornada.

Às queridas amigas de longa data da UnB: Cris Nascimento, Marcela Bravo e Michelle Vilarinho, pela presença constante e pela amizade.

Aos meus incríveis amigos e colegas da UnB e de outras instituições, pela cumplicidade e pelo companheirismo: Aline Mesquita, Arion Souza, Bruno Pilastre, Dalmo Borges, Déborah Nascimento, Giovana Santiago, Julio William, Lílian Pires, Manoel Pereira, Marcus Lira, Rafael Rocha, Vitor Nóbrega, Wagner Santos e Zenaide Dias.

Às queridas amigas Bete Moraes (que gentilmente leu e comentou boa parte do meu trabalho); Cris Fernandes e Paula Guedes, pelas inúmeras parcerias, pelas discussões, pela amizade, por compartilharem o entusiasmo e por tornarem a vida na UnB mais divertida.

Ao Ezekiel Panitz (que também leu e comentou boa parte desta tese), pela disposição em discutir o meu trabalho, pela amizade, pelos inúmeros *insights* (não apenas relacionados a linguística) e pelos cafés semanais.

Aos funcionários do Departamento, especialmente à Ângela, ao Humberto, à Renata e ao Rodrigo.

A todo o pessoal da Biblioteca da 108/308 sul (a *bibliotequinha da 8*), onde, durante um longo período, eu trabalhei diariamente nesta tese.

À Comissão Fulbright e à CAPES, pelo apoio financeiro.

Por fim, meus agradecimentos mais doces, pessoais e do fundo do coração aos meus amigos e à minha família, especialmente aos meus pais, às minhas irmãs e ao Rafael. Eu devo tudo a vocês.

RESUMO

Esta tese examina as propriedades sintáticas e semânticas de uma classe de adjetivos de caráter modal no português brasileiro (PB) formada com o sufixo *-vel* (e.g., *quebrável*, *amável*). A tese foca na relação entre esses adjetivos e as passivas, as médias e as sentenças genéricas, bem como no domínio de modalidade que o sufixo expressa (i.e., possibilidade ou subjetividade). O Capítulo 2 isola as principais propriedades que os adjetivos modais em *-vel* compartilham com as estruturas supracitadas, provê uma descrição dos dados, discute a preferência do sufixo por bases verbais e introduz exemplos de adjetivos recentemente cunhados no PB. O Capítulo 3 apresenta a comparação entre teorias prévias sobre os adjetivos modais e as passivas adjetivas, tanto de uma perspectiva lexicalista (em termos de regras lexicais) quanto sintática (em termos de altura de concatenação), e avalia as suas previsões e desafios. Esse capítulo também introduz o modelo teórico de Ramchand (2008a) para a decomposição do significado verbal (*iniciação*, *processo*, *resultado*) e explora as suas implicações para a análise da formação de adjetivos deverbais em *-vel*. O Capítulo 4 é destinado ao estudo da modalidade. Com base em trabalhos prévios sobre a modalidade dinâmica (Von Wright, 1951; Brennan, 1993), que diz respeito ao estudo dos predicados de habilidade e disposição, o sufixo *-vel* é analisado como um modal disposicional relativizado a certas *propriedades*. A leitura de possibilidade (e.g., *quebrável*) é correlacionada a dinamicidade e envolve as propriedades de um argumento do tipo resultado. A leitura subjetiva (e.g., *amável*) é correlacionada a estatividade e envolve as propriedades de um complemento remático. O Capítulo 5 desenvolve a proposta de que os adjetivos modais são uniformemente derivados de uma operação passiva, como definida por Bruening (2013, 2014). As consequências dessa proposta são exploradas também no âmbito das passivas adjetivas no PB. Diversos testes sintáticos são reavaliados para ambas as classes de adjetivos e mostram que estas permitem a realização *by-phrases* e modificação adverbial, contra análises prévias. Essencialmente, esta tese defende a ideia de que adjetivos modais em *-vel* envolvem o processo de modalização de diferentes estruturas de natureza verbal, que consistem em estruturas mais ricas, que codificam [init, proc, res] ou [init, proc] (i.e., eventualidades dinâmicas) ou estruturas mais simples, que codificam simplesmente [init] (i.e., eventualidades estativas). Em última instância, esta tese provê evidências para uma visão sintática da estrutura argumental, no espírito de Hale & Keyser (1993) e Ramchand (2008a).

Palavras-chave: Adjetivos; Modalidade; Formação de palavras; Passiva; Disposições.

ABSTRACT

This dissertation examines the syntactic and semantic properties of a class of modal adjectives in Brazilian Portuguese (BP) ending in *-vel* (e.g., *quebrável* ‘breakable’, *amável* ‘lovable’). I focus on the relationship between these adjectives and passives, middles, and generic sentences, and also on the range of modality that *-vel* expresses (i.e., possibility or subjectivity). In Chapter 2, I isolate the main properties that modal adjectives in *-vel* share with the aforementioned constructions, provide a description of the data, discuss the preference for verbal bases and present examples of newly coined adjectives in BP. In Chapter 3, I compare existing theories of modal adjectives and adjectival passives, both from a lexicalist perspective (in terms of lexical rules) and a syntactic perspective (in terms of height of attachment), and evaluate their predictions and challenges. In this chapter, I also present Ramchand’s (2008a) framework for verb decomposition (*initiation, process, result*) and discuss its implications for the formation of deverbal adjectives ending in *-vel*. In Chapter 4, I focus on modality. Based on previous work on dynamic modality (Von Wright, 1951; Brennan, 1993), which is concerned with abilities and dispositions, the suffix *-vel* is analyzed as a dispositional modal relativized to bundles of property expressions. The possibility reading is correlated with dynamicity and involves the properties of a resultee argument. The subjective reading (“worthy of”) is correlated with stativity and involves properties of a rhematic complement, which co-describes a state. In Chapter 5, I propose that modal adjectives are uniformly derived from a passive operation, as defined by Bruening (2013, 2014). I also explore the consequences of this analysis for adjectival passives in BP. I reevaluate syntactic tests with modal adjectives in *-vel* and adjectival passives and show that both constructions allow *by*-phrases and adverbial modification in BP, contra previous analyses. Essentially, I propose that modal adjectives ending in *-vel* involve the modalization of different verbal structures, which consist of richer structures that encode [init, proc, res] or [init, proc] (i.e., dynamic eventualities) or simpler structures that encode [init] (i.e., stative eventualities). Ultimately, this dissertation provides evidence for a syntactic view of argument structure, in the spirit of Hale & Keyser (1993) and Ramchand (2008a).

Keywords: Adjectives; Modality; Word formation; Passive; Dispositions.

Lista de abreviações

| | |
|------|---------------|
| A | Adjetivo |
| ADV | Advérbio |
| ASP | Aspectual |
| AUX | Auxiliar |
| DISP | Disposicional |
| FUT | Futuro |
| GEN | Genérico |
| HAB | Habilitativo |
| LOC | Locativo |
| MOD | Modal |
| N | Nome |
| NEG | Negação |
| NOM | Nominalização |
| P | Preposição |
| PART | Particípio |
| REFL | Reflexivo |
| SUJ | Sujeito |
| V | Verbo |

Sumário

| | | |
|-------------------|---|-----------|
| Capítulo 1 | Introdução | 1 |
| 1.1 | A formação de palavras | 1 |
| 1.2 | Questões norteadoras | 13 |
| 1.3 | Estrutura da tese | 14 |
| Capítulo 2 | Os adjetivos modais | 17 |
| 2.1 | Introdução | 17 |
| 2.2 | A interpretação modal | 20 |
| 2.3 | As bases de afixação | 31 |
| 2.4 | A relação com a passiva | 34 |
| 2.5 | A interpretação média | 37 |
| 2.6 | A interpretação genérica | 40 |
| 2.7 | Sobre os dados | 42 |
| 2.8 | Conclusão | 47 |
| Capítulo 3 | A arquitetura da gramática | 49 |
| 3.1 | Introdução | 49 |
| 3.2 | Diferentes fontes: regras lexicais e transformações | 50 |
| 3.2.1 | As passivas e os adjetivos em <i>-able</i> (Wasow 1977) | 52 |
| 3.3 | Diferentes estruturas: alturas de concatenação | 56 |
| 3.3.1 | As passivas eventivas e estativas (Embick 2004) | 57 |
| 3.3.2 | Os adjetivos em <i>-ble</i> (Oltra-Massuet 2010, 2014) | 62 |
| 3.4 | Síntese preliminar | 66 |
| 3.5 | Discussão | 67 |
| 3.6 | A Sintaxe de Primeira Fase (Ramchand 2008) | 82 |
| 3.6.1 | Os participantes do evento | 84 |
| 3.6.2 | A representação sintática da estrutura | 85 |
| 3.6.3 | A interpretação semântica da estrutura | 86 |
| 3.6.4 | A inserção do item lexical | 92 |
| 3.7 | Implicações para a análise dos adjetivos modais | 97 |
| 3.8 | Conclusão | 99 |

| | | |
|---------------------|--|------------|
| Capítulo 4 | Propriedades semânticas dos adjetivos modais | 101 |
| 4.1 | Introdução | 101 |
| 4.2 | Mundos possíveis | 103 |
| 4.3 | O conceito de modalidade | 104 |
| 4.4 | Como as expressões modais variam? | 105 |
| 4.5 | O modelo de Kratzer (1977, 1981, 1991) | 107 |
| 4.6 | A modalidade dinâmica | 116 |
| 4.6.1 | O estudo das habilidades | 117 |
| 4.6.2 | O estudo das disposições | 121 |
| 4.7 | A interpretação semântica dos adjetivos modais | 131 |
| 4.7.1 | A força modal | 132 |
| 4.7.2 | A base modal | 140 |
| 4.7.3 | A fonte de ordenação | 142 |
| 4.7.4 | Nota sobre os predicados subjetivos | 143 |
| 4.8 | Conclusão | 145 |
| | | |
| Capítulo 5 | Propriedades sintáticas dos adjetivos modais | 147 |
| 5.1 | Introdução | 147 |
| 5.2 | A operação passiva e suas implicações | 148 |
| 5.2.1 | As passivas verbais | 148 |
| 5.2.2 | As passivas adjetivas | 154 |
| 5.2.3 | As médias | 156 |
| 5.2.4 | Os adjetivos modais | 157 |
| 5.3 | Reavaliando os testes sintáticos | 159 |
| 5.3.1 | O argumento externo implícito das passivas adjetivas | 161 |
| 5.3.2 | A modificação adverbial com passivas adjetivas | 169 |
| 5.3.3 | O argumento externo implícito dos adjetivos modais | 171 |
| 5.3.4 | A modificação adverbial com adjetivos modais | 181 |
| 5.4 | Conclusão | 185 |
| | | |
| Capítulo 6 | Conclusão | 186 |
| 6.1 | Recapitulando as questões norteadoras e principais contribuições | 188 |
| 6.2 | Questões remanescentes | 194 |
| | | |
| Bibliografia | | 210 |
| | | |
| Apêndice | | 211 |

Capítulo 1

Introdução

1.1 A formação de palavras

O tema desta tese, entendido de maneira ampla, é a formação de palavras no âmbito da teoria gerativa. Especificamente, esta tese investiga as propriedades sintáticas e semânticas de uma classe de adjetivos no português de natureza modal formada com o sufixo *-vel* (e.g., *quebrável*, *amável*). Os objetivos gerais do trabalho são: explicar a natureza da variação na interpretação modal desses adjetivos e explicar como a gramática os deriva. Neste capítulo introdutório, esta seção apresenta uma discussão geral sobre a formação de palavras, as hipóteses que diferentes abordagens teóricas assumem e as nossas escolhas teóricas. A seção 1.2 introduz as questões norteadoras deste trabalho. Por fim, a seção 1.3 traz uma breve descrição dos capítulos subsequentes.

Em *Prolegomena to a theory of word formation*, Halle (1973, p. 11) questiona “como a gramática deve refletir o fato de que uma palavra derivada comumente compartilha propriedades semânticas e sintáticas com a palavra da qual é derivada (a palavra fonte).”¹ No contexto de fenômenos da alçada da morfologia derivacional, como é o caso dos adjetivos sob investigação, essa questão é particularmente importante. O autor observa que “normalmente, o compartilhamento de propriedades comuns está longe de ser completo, havendo inúmeras assimetrias, bem como irregularidades aparentes e reais nesse domínio, as quais devem ser tratadas por uma teoria adequada da língua” (Halle, 1973, p. 11).² Essas são grandes questões de fundo desta

¹“(...) how a grammar is to reflect the fact that a derived word quite commonly shares semantic and syntactic properties with the word from which it is derived (with its source word).” Ao longo da tese, todas as traduções são de minha responsabilidade. As citações diretas seguem entre aspas. O original é reproduzido em nota de rodapé ou imediatamente em seguida, a depender de sua extensão. Mantenho-me fiel à terminologia dos autores ao longo da exposição de seus modelos e análises.

²“[It must be noted that] the sharing of common properties is normally far from complete; [as documented most recently by Chomsky (1972),] there are numerous asymmetries as well as apparent and real irregularities in this domain, all of which must be properly treated by an acceptable theory of language.”

tese, que investigamos à luz de muito do que foi aprendido nas últimas quatro décadas.

No âmbito dos estudos gerativos, a investigação das consequências teóricas e empíricas de teorias lexicalistas e não-lexicalistas para a formação de palavras tem se provado imensamente prolífica.³ Um pressuposto básico de teorias lexicalistas, articulado com clareza por Wasow (1977) em *Transformations and the Lexicon*, é o de que a gramática comporta dois tipos de regras: transformações e regras lexicais. As primeiras exibiriam a regularidade da sintaxe, enquanto as segundas refletiriam irregularidades e idiossincrasias características do léxico. Ao se assumir a existência de duas regras de natureza distinta, a capacidade gerativa da gramática é passível de ser traduzida em termos desses dois módulos. Essa dicotomia, por sua vez, representa um instrumento importante para linguistas explicarem certos fenômenos.⁴

Em princípio, a existência de regras distintas não constitui uma redundância inerente à arquitetura da gramática, não fosse o fato de que, inúmeras vezes, essas regras parecem se sobrepor. Um exemplo desse tipo de sobreposição é oferecido por Wasow (1977), que analisa, entre outros fenômenos, a formação de passivas (e.g., *broken_{V/A}* ‘quebrado’) e adjetivos em *-able* no inglês (e.g., *breakable* ‘quebrável’). O autor propõe que há duas “fontes” para formar passivas nessa língua. Uma transformação passiva deriva passivas verbais (e.g., *broken_V* ‘foi quebrado’), enquanto uma regra lexical (similar à passiva) deriva passivas adjetivas (e.g., *broken_A* ‘está quebrado’) e adjetivos em *-able* (e.g., *breakable* ‘quebrável’). Para Wasow (1977, p. 355), “[e]sse tipo de duplicação de esforço parece bastante indesejável. Não obstante, é exigido pelos fatos”.⁵

³Neste capítulo introdutório, o objetivo não é o de apresentar uma revisão bibliográfica completa da evolução dessas teorias, mas prover uma visão geral do tipo de argumento desenvolvido por cada tradição.

⁴A “posição lexicalista” foi introduzida por Chomsky (1970, p. 188) em seu clássico artigo *Remarks on nominalization*, que investiga a produtividade e a regularidade de diferentes tipos de nominalização do inglês. Posteriormente, este artigo é reanalisado por Marantz (1997) como uma espécie de proponente de uma visão sintática da formação de palavras, uma vez que Chomsky (1970) sugere que alguns itens poderiam estar livres de informação associada às categorias lexicais nome, verbo e adjetivo (ver Chomsky, 1970, p. 190) — cf. a noção de raízes acategoriais desenvolvida no âmbito da Morfologia Distribuída. Nesta introdução, tomo como referência lexicalista o trabalho de Wasow (1977), uma vez que os dados discutidos pelo autor (i.e., passivas adjetivas e verbais e adjetivos (modais) em *-able*) são mais próximos do nosso objeto de estudo. Com isso, a exposição serve a dois propósitos, discutir a concepção lexicalista de gramática, de forma geral, além de ilustrar concretamente uma análise lexicalista dos dados sob investigação nesta tese.

⁵“This sort of duplication of effort would seem to be most undesirable. Nevertheless, it is demanded by the facts.” No Capítulo 3, retomo os argumentos e os critérios do autor para justificar a postulação dessas duas regras.

A distinção nítida entre transformações e regras lexicais, contudo, é questionada por Fabb (1984) em sua tese *Syntactic Affixation*. Segundo Fabb (1984), que ainda parte de uma perspectiva lexicalista, as passivas adjetivas de Wasow (1977) são sintaticamente derivadas, e *-able* pode tanto ser um afixo sintático quanto lexical. A possibilidade de afixação sintática sugere que a sintaxe tem acesso à estrutura interna das palavras. A duplicação de esforço aludida por Wasow (1977), além de indesejável, aparentemente não é totalmente exigida pelos fatos. Com isso, o limite entre regras de natureza sintática e lexical torna-se questionável.

No âmbito da Morfologia Distribuída (MD), originalmente proposta por Halle & Marantz (1993) em *Distributed Morphology and the pieces of inflection*, a ideia da proeminência da sintaxe é elaborada em uma versão mais radical. Nesse modelo não-lexicalista, desenvolvido nas últimas décadas por diversos autores,⁶ a premissa é a de que a sintaxe é o único mecanismo responsável por gerar estruturas linguísticas. A partir dessa perspectiva, tanto sentenças quanto palavras são sintaticamente derivadas. Portanto, a familiar distinção entre transformações e regras lexicais não se sustenta. A redundância mencionada anteriormente é eliminada, e a explicação para os mesmos fenômenos requer outros mecanismos.⁷

Marantz (2001) propõe reconstruir a ideia lexicalista de que haveria duas fontes (ou lugares) para gerar estruturas linguísticas. Para Marantz, há dois domínios para a formação de palavras, o da raiz e o da palavra.⁸ *Grosso modo*, esses domínios captariam, respectivamente, idiosincrasias e regularidades. Na MD, as categorias lexicais, *nome*, *verbo* e *adjetivo*, são formadas a partir de raízes acategoriais que se combinam a núcleos categorizadores, *n*, *v* e *a*, que demarcariam um domínio cíclico ou uma *fase*, no sentido de Chomsky (2001).⁹ Assim, a nova dicotomia introduzida pelos domínios supracitados também representa um instrumento importante para explicar certos fatos da língua.

⁶Marantz (1997, 2001, 2005a, 2005b, 2007), Harley e Noyer (1999), Embick (2004), Medeiros (2008), Siddiqi (2009), Bobaljik (2011), Arregi e Nevins (2012, 2014), Punske (2012), Wood (2012), Bassani (2013), Myler (2013), entre outros. Para um panorama dos estudos da MD no Brasil, ver Lemle, Scher, Silva e Medeiros (2012).

⁷Mas veja Manzini (2009) para argumentos conceituais contra a arquitetura da MD, especificamente no que diz respeito à consideração de operações e fenômenos pós-sintáticos.

⁸A representação, $\sqrt{\text{RAIZ}}$, conforme Marantz (1997, p. 9), segue a notação de Pesetsky (1995).

⁹O Professor Andrew Nevins destaca a sugestão de substituir o *v*- categorizador de Marantz por *V*-, para evitar confusão com o *v* agentivo de Chomsky.

Por exemplo, no que diz respeito às chamadas categorias derivadas, como nominalizações, passivas adjetivas e adjetivos em *-able*, esses dois domínios representam a possibilidade de um núcleo (nominalizador ou adjetival) se concatenar diretamente a uma raiz ou a uma palavra (i.e., uma raiz previamente categorizada). Esse tipo de análise tem sido amplamente explorado para explicar inúmeros fenômenos que antes eram acomodados pela clássica distinção entre derivação lexical e sintática.

Retomando a citação de Halle (1973, p. 11) (ver nota de rodapé 1), a questão de como a gramática deve refletir o fato de que uma palavra derivada compartilha certas propriedades com a *palavra fonte* ganha novos contornos. No contexto da MD, abre-se a possibilidade de investigar em que medida uma palavra derivada reflete propriedades de entidades mais abstratas, a saber, *raízes*. Essas propriedades se manifestariam tanto no seu comportamento morfofonológico quanto morfosintático. Essa questão é amplamente explorada por Marvin (2003, p. 32), que destaca que “o ponto de concatenação de um afixo formador de categoria é relevante tanto para o significado quanto para a pronúncia”.¹⁰

Esse argumento é exemplificado pela autora a partir da comparação entre dois casos de afixação nominal no inglês.¹¹ O sufixo nominalizador agentivo *-er* (análogo ao sufixo *-or* no português) se concatenaria a um verbo. Segundo a autora, a afixação em *-er* é completamente produtiva e tem significado previsível. Além disso, esse sufixo não teria qualquer influência na pronúncia da raiz, e o mesmo padrão de *stress* seria mantido, como no par *wórk-wórker*.¹² Já o sufixo nominalizador *-ee* (análogo ao sufixo *-ado*) se concatenaria diretamente a uma raiz. Por essa razão, seu significado envolveria significados especiais e não implicaria necessariamente relação com estrutura argumental verbal. Fundamentalmente, esse sufixo também exerceria influência no *stress* da raiz, como exemplificado no par *emplóy-employée* (Marvin, 2003, p. 32).¹³

¹⁰“(...) the attachment site of category forming affixes is relevant for both meaning and pronunciation”.

¹¹Ver também o trabalho de Freitas (2015), para uma análise dos fatores fonológicos e sintáticos que condicionam a produtividade morfológica de nominalizações em *-ção* e *-mento* no português brasileiro.

¹²‘Trabalhar-trabalhador’.

¹³‘Empregar-empregado’, em que ambas as formas seriam derivadas de uma mesma raiz (i.e., $\sqrt{\text{EMPLOY}}$, $\sqrt{\text{EMPREG}}$).

No contexto de uma análise desse tipo, é possível reanalisar a duplicação da regra da passiva, aludida por Wasow (1977). Nesse sentido, Embick (2004) reavalia a tradicional divisão entre passivas verbais e adjetivas introduzida por esse autor. Essa classificação é refinada em três classes: (i) passivas eventivas (e.g., *opened_V* ‘aberto’) e passivas estativas, estas últimas subdivididas em (ii) resultativas (e.g., *opened_A* ‘aberto’) e simplesmente (iii) estativas (e.g., *open_A* ‘aberto’).¹⁴ Todas as três são derivadas sintaticamente, e suas diferenças são captadas a partir da ideia de que o sufixo participial (aspectual) no inglês apresenta diferentes “alturas” de concatenação ao longo da hierarquia funcional dos núcleos que compõem a estrutura interna dessas formas.¹⁵ O sufixo pode tanto se combinar diretamente a uma raiz, formando uma passiva estativa (e.g., *bless-éd* ‘abençoado’), quanto a um *v* de determinado “sabor”, agentivo ou incoativo, formando passivas verbais ou resultativas, respectivamente (e.g., *bless-ed* ‘abençoado’) (Embick, 2004, p. 358).¹⁶ As diferenças entre essas formas, portanto, não são atribuídas a duas fontes de formação distintas previstas na gramática (cf. Wasow, 1977), mas a diferentes estruturas derivadas exclusivamente pela sintaxe.

No que diz respeito aos adjetivos modais em *-able* no inglês, propostas sintáticas também exploram a ideia de diferentes alturas de concatenação desse sufixo, com destaque para a associação supracitada entre efeitos fonológicos e semânticos, atestada em exemplos como *remedy-remédiable* e *párody-párodiable* (Nevins, 2002, p. 1).¹⁷ O exemplo mais interessante, no entanto, é o do par mínimo *cómparable-compárrable*, em que a primeira forma (que não segue o padrão de *stress* do verbo) significa “aproximadamente igual”, e a segunda (que mantém

¹⁴A passiva eventiva corresponde à passiva verbal de Wasow (1977). Já as passivas estativas, de ambos os tipos, correspondem à passiva adjetiva na classificação desse autor.

¹⁵Segundo Embick (2004, p. 355), os diferentes tipos de participio derivam das “diferentes alturas às quais os morfemas aspectuais se concatenam em uma estrutura verbal” [“different heights at which aspectual morphemes attach in a verbalizing structure.”]. No inglês, o participio pode ter as seguintes realizações: *-ed*, *-en*, *-t* e \emptyset (cf. as formas da passiva eventiva e resultativa *opened* e da passiva estativa *open*).

¹⁶Ao longo da tese, o termo *sabor*, de *flavor*, é usado tanto como de costume na literatura sobre modalidade, em referência a tipos de modalidade, ou *sabores modais*; quanto também no espírito de Folli e Harley (2005), em referência a *sabores de v*, como v_{DO} , v_{CAUSE} etc. O *v* incoativo a que me refiro é o que Embick (2004, p. 366) denomina $v_{[FIENT]}$. Para o autor, o traço [FIENT], de *fientive*, é relacionado aos familiares traços BECOME (de “tornar-se”) e INCH (incoativo). Essas estruturas, bem como as outras aludidas nesta seção, são explicitadas adiante.

¹⁷De ‘ \sqrt{REMED} -remediável’ e ‘paródia/parodiar-parodiável’.

o padrão de *stress* do verbo), “passível de ser comparado” (Nevins, 2002, p. 2).¹⁸ Adjetivos como *compárable*, denominados pelo autor *High -able*, são equiparados à passiva e envolveriam um agente implícito, como no exemplo “The grammar is learnable by the child” (Nevins, 2002, p. 2).¹⁹

No mesmo espírito, McGinnis (2010, p. 4), por exemplo, propõe um sufixo que seleciona raízes (denominado “Root-selecting *-abl*”) e um sufixo que seleciona Voz (denominado “Voice-selecting *#abl*”).²⁰ Dados adicionais que ilustram a mudança de *stress* são retomados pela autora, com base em Aronoff (1976), como “*répar+able ~ repair#able*” ‘reparável’ e “*préfer+able ~ préfér#able*” ‘preferível’, além de exemplos de alomorfa de raiz, como “*defens+ible ~ defend#able*” ‘defensável-defendível’; “*percept+ible ~ perceiv#able*” ‘perceptível-percebível’; e “*divis+ible ~ divid#able*” ‘divisível-dividível’, que exemplificam os dois pontos distintos de concatenação propostos para esse sufixo (McGinnis, 2010, p. 3).

De maneira similar, Oltra-Massuet (2014), em um estudo detalhado sobre adjetivos em *-ble* no inglês, espanhol e catalão, subdivide essas formações em duas grandes classes, *high -ble* e *low -ble*, em referência à concatenação alta (i.e., acima de um *v* com sabor passivo) ou baixa (i.e., a uma raiz) do sufixo. A partir desses dois domínios para a formação de palavras, a autora prevê que a classe *high -ble*, deverbal, tem comportamento regular e significado composicional (e.g., *quebrável*: que pode ser quebrado), enquanto a classe *low -ble*, derivada de raiz, tem significado não estritamente composicional (e.g., *deplorável*: que desperta aversão, detestável).²¹

Essas análises sintáticas para fenômenos como a formação de passivas adjetivas e verbais e adjetivos modais em *-(a)ble* apresentam claras vantagens em relação à proposta lexicalista de Wasow (1977). A mais evidente é o fato de eliminar a duplicação da passiva em diferentes

¹⁸Seguindo as paráfrases originais: “roughly equal” e “able to be compared”.

¹⁹“A gramática é *aprender + -vel* pela criança”.

²⁰Voz, em referência a *Voice*, núcleo externo ao VP que introduz o argumento externo (Kratzer, 1996).

²¹No contexto dessa discussão, o termo “composicional” se refere ao fato de que, para a classe *high -ble*, a paráfrase seria a seguinte: “PODE ser + verbo (que serve de base para a afixação) no particípio”. Nesse sentido, “não estritamente composicional” se refere ao fato de que paráfrase idêntica não estaria disponível para a classe *low -ble* (e.g., *deplorável*). Outras distinções entre essas duas classes são retomadas adiante.

módulos da gramática (i.e., eliminar as duas fontes para a passiva). Embora agora uma questão interessante seja a de como captar de maneira fundamentada a combinação das raízes aos diferentes núcleos categorizadores propostos.

No âmbito dessa questão, Ramchand (2008a, p. 11) destaca duas visões: “a visão das raízes nuas” (*the naked roots view*) e “a visão das raízes bem-vestidas” (*the well-dressed roots view*). Na primeira, as raízes não conteriam informação categorial. Na segunda, as raízes conteriam alguma informação sintática e categorial, a depender da teoria em questão. Ramchand (2008a, p. 14) observa que “[a] visão pura das raízes nuas parece muito forte, e aparentemente só funciona quando ignora questões empíricas e técnicas substanciais relativas à seleção.”²² Em resumo, o conceito de raízes acategoriais é compatível com a ideia de que as raízes podem ocorrer em qualquer ambiente morfossintático, mas, na prática, essa flexibilidade não é atestada.²³

É importante observar, contudo, que a preocupação em motivar as generalizações seletivas das raízes e, de forma geral, em determinar sua natureza, está presente nos trabalhos desenvolvidos no âmbito da MD. De Marantz (1997) a Harley (2014), diversas propostas buscam caracterizar e elucidar a questão da “identidade das raízes”.²⁴ Mantém-se, contudo, a ideia de que raízes são acategoriais, visto que esse é um dos princípios básicos dessa teoria. Esse é um debate rico, que está em aberto na teoria, e abrange não só a questão da categorização das raízes propriamente dita, mas também questões sobre estrutura argumental e a (in)capacidade de raízes selecionarem argumentos e projetarem, havendo considerável divergência na literatura sobre o tema.²⁵

²²“The pure naked roots view seems too strong, and only appears to work when it ignores the substantial empirical and technical issues surrounding selection.”

²³Mesmo conhecendo a compatibilidade de uma raiz a determinado núcleo categorizador, por exemplo, $\sqrt{\text{RAIZ}} + a$, em formas como *roliço*, *curioso*, *formidável* e *aberto*, como captar o fato de que nem todas essas raízes podem se concatenar aos sufixos adjetivais mencionados (e.g., $\sqrt{\text{CURI}} + -i\zeta o_A$, $-vel_A$)? Evidentemente, estamos diante de diferentes núcleos adjetivais (i.e., intensificador, modal, aspectual etc.), e a referida incompatibilidade pode ser de natureza semântica, mas, em princípio, não há uma maneira explícita de bloquear certas formações, sem uma proposta concreta para motivar esse tipo de composição.

²⁴Ver também Bowers (2010, p. 16), que propõe um sistema que busca ser “uma implementação do programa da MD”. A proposta do autor, contudo, diverge radicalmente desta, justamente ao assumir que as raízes são classificadas em termos de traços categoriais. Ver, ainda, o trabalho de Nóbrega (2014).

²⁵Ver o volume 40 da revista *Theoretical Linguistics* (2014), dedicado ao tema *Sobre a identidade das raízes*.

Marantz (1997, p. 10), por exemplo, propõe uma classificação de raízes baseada em Levin e Rappaport (1995), segundo a qual as raízes pertenceriam a diferentes classes: (i) de mudança de estado não internamente causada (e.g., $\sqrt{\text{DESTROY}}$ ‘destruir’); (ii) de mudança de estado internamente causada (e.g., $\sqrt{\text{GROW}}$ ‘crescer’); e simplesmente de (iii) mudança de estado ou resultado (e.g., $\sqrt{\text{BREAK}}$ ‘quebrar’). Essa classificação não pretende ser exaustiva ou definitiva, e o autor não exclui a possibilidade de que a mesma raiz pertença a mais de uma classe.

Para o autor, “[a] interação da semântica da raiz com a semântica dos núcleos que criam nomes, verbos e adjetivos determina o quanto será boa a combinação da raiz com esse núcleo” (Marantz, 2001, p. 12).²⁶ Essa classificação permite supor, *grosso modo*, que, em ambientes verbais, uma raiz como $\sqrt{\text{DESTROY}}$, que implica a presença de um agente externo ou causa, não exibe alternância causativa-incoativa, ao contrário de um verbo derivado de uma raiz como $\sqrt{\text{BREAK}}$, que simplesmente codifica mudança de estado e seria em princípio mais flexível.

Em um estudo sobre diferentes raízes verbais no inglês, Levinson (2007, p. 13) propõe que as “[r]aízes formam a sua própria categoria sintática, mas podem ter tipos semânticos diversos”.²⁷ Para Levinson (2007, p. 11), uma vez que, na MD, as raízes são acategoriais, o que vai guiar a sua inserção em diferentes ambientes não é a sintaxe, mas a semântica:

Restrições quanto à composição semântica e à possibilidade de certas raízes se combinarem com certos elementos funcionais vão influenciar o ambiente sintático no qual uma raiz pode ocorrer. Assim, o tipo semântico é crucial para determinar generalizações sintáticas sobre verbos (e outras categorias).²⁸

O sistema de Levinson (2007) é construído sobre a noção de compatibilidade semântica

Ver também o trabalho de Punske (2012), que elabora um argumento em favor de que as raízes têm capacidade de selecionar argumentos diretamente, tomando como evidência as nominalizações no inglês. Ver Bassani (2013), Bassani e Minussi (2015) e Nóbrega (2014, 2015) para uma visão diferente. Retomo essa questão no Capítulo 3. Ver, ainda, Nóbrega e Miyagawa (2015) para uma proposta que associa a ideia da intercalação de camadas funcionais e lexicais (i.e., núcleos funcionais e raízes) à emergência da linguagem humana na evolução.

²⁶“The interaction of root semantics and the semantics of the heads that create nouns, verbs and adjectives determines how good a combination of a root and such a head will be.”

²⁷“Roots form their own syntactic category, but can have diverse semantic types.”

²⁸“Constraints on semantic composition, on the possibility of certain roots to combine with certain functional elements, will in turn influence the syntactic environment that a root can occur in. Thus the semantic type is of crucial importance in determining syntactic generalizations about verbs (and other categories).”

entre raízes e diferentes núcleos funcionais. Nessa proposta, verbos denominais, como *laugh* ('rir'), derivam de raízes que denotam entidades ou coisas. Verbos de mudança de estado, como *open* ('abrir'), derivam de raízes que denotam eventualidades estativas (estados). Verbos eventivos, como *hop* ('saltar'), derivam de raízes que denotam eventualidades dinâmicas. Essa proposta é remanescente da proposta de Harley (2005a), que prevê que raízes pertençam a três classes: 'coisa', 'estado' e 'evento'. Nesse sentido, as raízes parecem "predestinadas" a determinada categoria lexical. Por exemplo, *laugh* seria uma raiz nominal; *open*, uma raiz adjetival; e *hop*, uma raiz verbal. Levinson (2007) propõe concretamente uma ontologia de raízes verbais e explora contrastes adicionais entre diferentes classes (i.e., verbos de criação implícita e explícita e verbos incoativos).²⁹

Para captar o que chamou de "identidade das raízes", Harley (2014, p. 243) assume que estas não são identificadas em termos fonológicos ou semânticos, mas sintáticos, de forma puramente abstrata, por meio de índices numéricos, como ilustrado a seguir: "Instrução para PF (Lista 2): $\sqrt{279} \leftrightarrow /tejp/$; Instrução para LF (Lista 3): $\sqrt{279} \leftrightarrow \text{"tape"}$ ".³⁰ Segundo a autora, uma raiz seria, idealmente, um signo Saussureano perfeito, que une som e conteúdo. Por exemplo, a raiz de *tape* ('fita adesiva'), hipoteticamente representada por $\sqrt{279}$, estaria vinculada a instruções fonológicas, $/tejp/$, e a instruções interpretacionais ou semânticas, "tape" ('fita adesiva'): "material fino e flexível usado para juntar ou grudar, geralmente com um lado pegajoso" ["(...) flexible thin flat material used to attach or bind, usually with a sticky side."] (Harley, 2014, p. 243).³¹

Preocupações dessa natureza, entretanto, não estão restritas à MD, mas fazem parte de um programa de pesquisa mais amplo no âmbito de teorias sintáticas. Nesse contexto, Borer (2014, p. 356), em seu modelo exoesqueletal, desenvolvido em uma série de trabalhos prévios

²⁹Essa proposta prevê que uma raiz pode estar associada a diferentes denotações semânticas (ver Levinson, 2007, p. 148).

³⁰A autora segue proposta prévias de Pfau (2000, 2009 *apud* Harley, 2014, p. 242) e Acquaviva (2008 *apud* Harley, *op. cit.*).

³¹Na MD, o conceito de Léxico está distribuídos em diferentes *Listas*. Na implementação de Harley (2014), a Lista 1 reuniria elementos como $\sqrt{279}$, $\sqrt{322}$ etc. A Lista 2 reuniria as instruções para a *spell-out* (realização) das raízes em determinado ambiente morfossintático. A Lista 3 reuniria as instruções para a interpretação semântica das raízes em determinado ambiente morfossintático.

(Borer, 2003, 2005, 2013), propõe que as raízes sejam identificadas fonologicamente:³²

Concluimos que raízes não têm propriedades sintáticas — não têm categoria, não tomam complementos, e não há nenhuma evidência de que projetem. Além disso, raízes nunca têm conteúdo. Não é preciso dizer que não têm propriedades semânticas formais de qualquer tipo. Raízes, no entanto, têm propriedades fonológicas.³³

Em *Verb Meaning and the Lexicon: a First Phase Syntax*, Ramchand (2008a) propõe que a informação sobre categoria sintática é inevitável para mediar a derivação de estruturas linguísticas. Seu modelo pressupõe que “[o] inventário de núcleos funcionais dentro de cada categoria é muito maior, mais articulado e mais sensível à composicionalidade semântica do que em estágios mais iniciais da teoria” (Ramchand, 2008b, p. 117).³⁴ A autora se refere à discussão das últimas décadas, no âmbito da teoria gerativa, quanto à seleção-c (seleção categorial) e à seleção-s (seleção semântica).

No modelo de Ramchand (2008a), a categoria V (que corresponderia ao vP), por exemplo, é articulada em três núcleos de natureza verbal: *init*, *proc* e *res*, em referência à *iniciação*, ao *processo* e ao *resultado* do evento. Os rótulos *init*, *proc* e *res* são traços categoriais que identificam a categoria V. Esses seriam os ‘blocos de construção’ mínimos dessa categoria lexical. Dessa perspectiva, raízes verbais carregariam esses traços, que comporiam a sua “marcação categorial”.³⁵ Esses traços são identificados à medida que a estrutura hierárquica é construída por meio da operação de concatenação (*Merge*), sendo prevista a possibilidade de reconcatenação (*Remerge*).³⁶ Dessa forma, nesse modelo, a estrutura do evento é construída juntamente com as relações argumentais.³⁷

Cada uma das projeções verbais supracitadas corresponde a um subevento e prevê uma

³²O modelo se chama exoesquelético devido ao seu foco primordial na estrutura (Borer, 2003, p. 33).

³³“Roots, we conclude, have no syntactic properties — they have no category, they do not take complements, and there is no evidence that they project. Further, they never have Content. It goes without saying that they have no formal semantic properties of any kind. They do, however, have phonological properties.”

³⁴“The inventory of functional heads within each major category is far larger, more finely articulated and more sensitive to semantic compositionality [than in earlier stages of the theory].”

³⁵“Category signature” (Ramchand, 2008a, p. 97).

³⁶*Merge* é uma operação sintática básica (recursiva) que, aplicada a dois objetos, α e β , forma K, um terceiro objeto. $K = \{\gamma, \{\alpha, \beta\}\}$, onde α e β são objetos e γ é o rótulo de K (ver Chomsky, 1995, p. 243).

³⁷Uma exposição completa desse modelo é provida no Capítulo 3.

posição de especificador que é preenchida pelo argumento interpretado como o sujeito desse subevento. O especificador da projeção *init* é o INICIADOR do evento (INITIATOR); o da projeção *proc* é o SUBMETIDO ao processo ou evento (UNDERGOER); e o da projeção *res* é o RESULTADO do evento (RESULTEE). A posição de complemento desses núcleos verbais pode ser ocupada pelo que a autora chamou de *complementos remáticos*, que são de dois tipos: CAMINHOS (PATHS) ou REMAS (RHEMES). As entidades que ocupam a posição de especificador ou complemento são denominadas “participantes do evento” (adiante, retomamos importantes diferenças entre eles). Nesse modelo, a introdução de argumentos é sempre mediada por núcleos funcionais.

A proposta de Ramchand (2008a) oferece um tratamento explícito da decomposição do significado verbal, mas, como observa Lundquist (2008, p. 30), esse tipo de análise pode ser estendida a outras categorias.³⁸ Preposições, por exemplo, são decompostas em duas projeções de P, PathP e PlaceP. O modelo prevê, ainda, que a mesma raiz seja capaz de carregar traços categoriais que identifiquem mais do que uma categoria lexical. Essa assunção é necessária para o tratamento de itens como *laugh*_{V/N} do inglês (‘rir’, ‘risada’), que apresentam flexibilidade categorial.

Voltamos, mais uma vez, à questão de Halle (1973) a respeito de como a gramática deve refletir o fato de que uma palavra derivada compartilha propriedades com a *palavra fonte*. No âmbito do estudo dos adjetivos modais em *-vel*, majoritariamente deverbais, e de uma proposta como a de Ramchand (2008a), vislumbra-se a possibilidade de investigar em que medida uma palavra derivada herda e exhibe a complexidade da *estrutura do evento* e das *relações argumentais* da sua base. Nessa direção, Lundquist (2008, p. 31) destaca, por exemplo, que se pode questionar não apenas se há um *vezinho* em determinada estrutura derivada, mas quais e quantos subeventos estariam presentes. Assim, é possível investigar em que medida a

³⁸Ver o trabalho desse autor sobre nominalizações e participios, com base nesse modelo. Ver também a seção 4.4 em Ramchand (2008a, p. 91), em que a autora discute itens que carregam um traço nominal (N), e adjetival (A). A autora admite que as categorias N e A possivelmente também são mais articuladas, a exemplo da categoria V. Ver, ainda, o capítulo 5 de Ramchand (2008a, p. 110), que explora a decomposição de preposições. Essa questão é retomada no Capítulo 3.

complexidade do evento estaria relacionada às propriedades sintáticas e semânticas observadas em formações como, por exemplo, as passivas adjetivas e os adjetivos modais.

Nesta tese, partimos da premissa básica de que a formação de palavras é sintática, e investigamos as consequências de se assumir a arquitetura da sintaxe de primeira fase, proposta por Ramchand (2008a). A justificativa para a adoção desse modelo teórico se deve ao fato de que o sistema construcional do evento e das relações argumentais que este prevê permite captar adequadamente os aspectos sintáticos e semânticos que pretendemos investigar.

Uma estratégia da análise consiste em isolar as propriedades comuns que esses adjetivos compartilham com outras estruturas, como as passivas (verbais e adjetivas), as médias, as sentenças genéricas e os predicados disposicionais. Assim, partimos daquilo que já sabemos independentemente sobre esses domínios, e analisamos como esses aspectos se manifestam no âmbito dos adjetivos sob estudo. Argumentamos que certas interpretações tidas como idiossincráticas são previsíveis, uma vez que compreendemos o tipo de modalidade envolvida. Modalidade é uma categoria relativamente bem compreendida na teoria linguística, e dispomos de um aparato formal para captar sua variabilidade (Kratzer, 1977, 1981, 1991). Nesse sentido, o estudo da modalidade informa a nossa análise.

Basicamente, defendemos que a formação de adjetivos em *-vel* envolve a modalização de diferentes estruturas de natureza verbal, a partir de uma operação de passivização. No modelo da sintaxe de primeira fase, verbos consistem em projeções complexas, formadas por subeventos, que podem codificar [init, proc, res] ou [init, proc] (i.e., eventualidades dinâmicas), ou projeções menos complexas, que codificam apenas [init] (i.e., eventualidades estativas). A complexidade desses adjetivos, que não compõem uma classe homogênea, não é atribuída nesta tese a diferentes “fontes” para derivar estruturas linguísticas (i.e., transformações ou regras lexicais) ou a diferentes alturas de concatenação do sufixo. Na análise que propomos, o sufixo sempre apresenta a mesma altura de concatenação à estrutura. Assim, reanalisamos a complexidade desses adjetivos e as consequências sintáticas e semânticas consideradas em análises prévias (em termos de idiossincrasias de regras lexicais ou efeitos de afixação alta ou baixa) como advindas de diferentes domínios, como modalidade, passivização e genericidade.

1.2 Questões norteadoras

Esta tese é organizada em torno de duas questões centrais: o estudo da modalidade e o estudo da formação de palavras. Quanto à primeira questão, a justificativa para um tratamento desses adjetivos em termos de modalidade, de um ponto de vista puramente descritivo, é baseada no fato de que estes (em geral) são parafraseados com o auxiliar modal *poder* ou outras expressões modais que expressam possibilidade (e.g., *passível de*).³⁹ Adjetivos que não recebem paráfrase idêntica parecem expressar uma gama variada de expressões modais, que inclui as leituras de necessidade (e.g., *dever*) e subjetividade ou avaliação (e.g., *digno de ser*, *que merece ser*). A natureza dessa variação na interpretação modal não é imediatamente óbvia. Nesta tese, propomos uma análise para captar essas diferentes interpretações modais. Nesse contexto, buscamos responder:

1. Qual é o domínio de modalidade que o sufixo *-vel* expressa?
2. Dado o que se sabe sobre a natureza das expressões de modalidade nas línguas naturais, como explicar a variabilidade semântica dos adjetivos modais?

Quanto à questão da formação de palavras, de um ponto de vista descritivo, mais uma vez, adjetivos em *-vel* são, em geral, deverbais e se aproximam de diferentes estruturas sentenciais, como as passivas, as médias e as sentenças genéricas. Nesta tese, buscamos explicar como a gramática deriva os adjetivos modais, focando, principalmente, em responder:⁴⁰

3. Quando *by-phrases* são possíveis com adjetivos modais em *-vel*?
4. Quando o sufixo *-vel* se combina a raízes não verbais?

A investigação de fenômenos como nominalizações e a formação de passivas (adjetivas e verbais) e de adjetivos modais em *-vel* é de extrema relevância, uma vez que permite ao linguista elucidar, afinal, qual é a divisão de trabalho da gramática na formação de palavras. Fundamentalmente, essa é a principal contribuição que este trabalho busca prover.

³⁹Ao longo deste trabalho, as paráfrases são substantiadas por pesquisa lexicográfica.

⁴⁰Essa discussão é ampliada no Capítulo 5 para incluir também as passivas adjetivas.

1.3 Estrutura da tese

A tese tem a estrutura descrita a seguir, além deste Capítulo 1, de caráter introdutório.

O Capítulo 2 apresenta uma visão geral dos dados investigados na tese e estabelece importantes generalizações sobre os adjetivos modais, no sentido de substanciar as discussões propostas nos capítulos subsequentes. Nele, resgatamos contribuições prévias e provemos uma síntese da nossa proposta. Discutimos a questão da modalidade, das diferentes bases de afixação de *-vel* e da relação entre os adjetivos modais e as passivas, as médias e as sentenças genéricas. Apresentamos, ainda, uma nota sobre os dados, que inclui um breve histórico do sufixo *-vel*; considerações sobre a morfologia dos adjetivos modais, especificamente no que concerne à realização da vogal temática; além do registro de formações recentes em *-vel* no português brasileiro, atestadas por nós.

O Capítulo 3 aborda a questão geral da arquitetura da gramática, fundamental para a discussão de fenômenos no nível da palavra, como a formação de adjetivos modais. Esse capítulo aprofunda a investigação da relação entre os adjetivos modais e as passivas. Nele, retomamos a familiar dicotomia entre teorias lexicalistas e não-lexicalistas, a partir da comparação entre diferentes análises representativas de cada orientação teórica.

Introduzimos a análise de Wasow (1977) e, em seguida, as análises de Embick (2004) e Oltra-Massuet (2010, 2014), para as passivas (adjetivas e verbais) e os adjetivos modais. Discutimos os argumentos elaborados no âmbito de cada teoria, bem como as evidências que são trazidas para captar as propriedades relevantes dos adjetivos modais. À luz de críticas mais gerais sobre a arquitetura da gramática subjacente às propostas discutidas, bem como de considerações pontuais sobre as análises, justificamos a adoção de uma abordagem sintática. Particularmente, a arquitetura da sintaxe de primeira fase, proposta por Ramchand (2008a), que introduz uma decomposição rica do evento e das relações argumentais, importantes para a nossa análise.

Por fim, exploramos as implicações de se adotar esse modelo, no que diz respeito à investigação dos adjetivos modais, e apresentamos um esboço das diferentes estruturas possíveis

subjacentes a esses adjetivos.

O Capítulo 4 examina as principais propriedades semânticas dos adjetivos modais, com o objetivo de determinar qual é o domínio de modalidade expresso por *-vel* e explicar a variabilidade semântica dos adjetivos formados por esse sufixo. Partimos da distinção entre duas grandes subclasses de adjetivos modais, os adjetivos de possibilidade e os subjetivos. Adotamos como referência a teoria da modalidade de Kratzer (1977, 1981, 1991), baseada na semântica de mundos possíveis, segundo a qual a interpretação de expressões modais depende essencialmente de três componentes: (i) a força modal ou quantificacional; (ii) o sabor modal, determinado pela interação entre (a) a base modal e (b) a fonte de ordenação; e (iii) o complemento do modal.

No que diz respeito ao domínio de modalidade expresso por *-vel*, situamos o estudo dos adjetivos modais no âmbito da modalidade dinâmica (Von Wright, 1951), que abrange o estudo dos predicados de habilidade e dos predicados disposicionais. Discutimos aspectos importantes de análises prévias sobre predicados desse tipo (Brennan, 1993; Hackl, 1998; Giannakidou e Staraki, 2013), os quais substanciaram a nossa análise. Particularmente, caracterizamos *-vel* como um sufixo de caráter disposicional. Quanto à variabilidade semântica exibida por esses adjetivos, atribuímos a presença ou ausência da interpretação de possibilidade é atribuída à interação do sufixo com a sua base. Analisamos a força quantificacional de *-vel* como *quasi*-universal. Propomos que adjetivos modais envolvem uma base modal composta de propriedades e uma fonte de ordenação, em geral, estereotípica.

Finalmente, mostramos que diferentes propriedades serão mais ou menos relevantes, a depender da disposição em questão. Algumas propriedades são a pré-condição para um estado, e a leitura de possibilidade estaria presente, outras são uma condição suficiente para um estado, e a leitura de possibilidade estaria ausente ou amenizada. Discutimos, ainda, a questão do *juiz*, indivíduo ao qual predicados subjetivos ou de gosto pessoal são relativizados, associando a sua presença à possibilidade de uma leitura subjetiva ou avaliativa dos adjetivos modais.

O Capítulo 5 investiga as propriedades sintáticas dos adjetivos modais e tem o objetivo de determinar como a gramática deriva os adjetivos modais e quando *by-phrases* são possíveis com esses adjetivos. Propomos que a gramática deriva os adjetivos modais a partir de uma

operação passiva, conforme definida por Bruening (2013), a qual implementamos na arquitetura da gramática proposta por Ramchand (2008a). Partimos da definição de Bruening (2013), e discutimos as suas implicações para uma série de outras construções, como as passivas verbais, as passivas adjetivas e as médias. Propomos estender essa análise aos adjetivos modais.

Avaliamos as previsões dessa análise para as passivas adjetivas e para os adjetivos modais no português brasileiro, a partir da revisão de alguns testes, como a combinação com *by-phrases* e modificadores adverbiais, de modo a diagnosticar a sua estrutura interna. Em nossa discussão, consideramos também dados de outras línguas, como espanhol, catalão, inglês, alemão e grego. A partir desses testes, analisamos as semelhanças e diferenças, introduzidas no Capítulo 2, entre adjetivos modais e passivas (verbais e adjetivas), médias e sentenças genéricas. Em nossa análise, levamos em consideração a caracterização semântica do sufixo, estabelecida no Capítulo 4.

Este capítulo apresenta evidências de que, no português brasileiro, tanto adjetivos modais de possibilidade quanto subjetivos (bem com passivas adjetivas) permitem *by-phrases*, o que fortalece a proposta defendida nesta tese de que todas estariam associadas a um mesmo processo de passivização e incluem uma projeção de Voz/Iniciação. Concluímos que a formação de adjetivos modais compreende a modalização de diferentes estruturas de natureza verbal e mostramos como as suas propriedades semânticas e sintáticas podem ser correlacionadas à complexidade interna do evento.

O Capítulo 6 conclui a tese, destacando as suas contribuições e as questões remanescentes.

Finalmente, o Apêndice reúne os dados discutidos neste trabalho.

Capítulo 2

Os adjetivos modais

2.1 Introdução

Este capítulo tem como objetivo introduzir e caracterizar os dados sob investigação nesta tese, tomando como referência as questões norteadoras introduzidas no Capítulo 1. Buscamos apresentar as principais generalizações sobre esses adjetivos, relevantes para as discussões dos capítulos subsequentes, bem como resgatar contribuições prévias e prover uma síntese da nossa proposta. Além desta breve introdução, a seção 2.2 aborda a questão da modalidade e discute as diferentes interpretações semânticas dos adjetivos modais. A seção 2.3 discute as bases de afixação de *-vel*. A seção 2.4 investiga a relação desses adjetivos com a passiva. A seção 2.5 discute a interpretação média dos adjetivos modais. A seção 2.6 introduz a questão da genericidade, associada a essas formações. A seção 2.7 apresenta uma nota sobre os dados considerados na tese. Por fim, a seção 2.8 conclui o capítulo.

Os adjetivos modais estão documentados na literatura em diversas línguas: adjetivos em *-vel* em português (Basilio, 2002; Salles e Mello, 2005; Oliveira e Ngoy, 2007; Lobato, 2010; Moreira, 2014), *adjetivos em -able* no inglês (Chapin, 1967; Chomsky, 1970; Aronoff, 1976; Wasow, 1977; Fabb, 1984; Kayne, 1984; Di Sciullo, 1995; Nevins, 2002; McGinnis, 2010); *adjetivos em -bar* e *-lich* no alemão (Kratzer, 1981; Riehemann 1998); *adjetivos em -ble* no inglês, catalão e espanhol (Oltra-Massuet, 2010, 2014); *adjetivos em -bile* no italiano (Cinque, 1990; Bisetto, 2009); *participios de habilidade em -tos* no grego (Anagnostopoulou e Samioti, no prelo); *adjetivos deverbais de habilidade* no islandês (Wood e Sigurðsson, 2014); *construções potenciais em -rare* no japonês (Ishizuka e Koopman, 2014); e *adjetivos em -garri* no basco (Azkarate e Gràcia, 1995; Artiagoitia, 2003). Ao longo do trabalho, estes são denomi-

nados *adjetivos modais*.¹

Essa classe de adjetivos não é homogênea do ponto de vista de sua interpretação semântica. Nesta tese, focamos primordialmente na distinção entre duas grandes subclasses, exemplificadas a seguir:

(1) ADJETIVOS DE POSSIBILIDADE

- a. *lavável*: ‘que pode ser lavado’.
- b. *quebrável*: ‘que pode ser quebrado’.
- c. *traduzível*: ‘que pode ser traduzido’.

(2) ADJETIVOS SUBJETIVOS

- a. *admirável*: ‘suscetível de provocar a admiração’.
- b. *amável*: ‘digno de ser amado; encantador’.
- c. *deplorável*: ‘que causa deploração, que desperta aversão; detestável’.

Os adjetivos ilustrados em (1) são parafraseados com expressões modais, como *poder* ou *passível de*.² Já os adjetivos ilustrados em (2), que não recebem paráfrases como em (1), ainda assim, são intuitivamente modais. Adjetivos desse tipo têm caráter subjetivo, e a modalidade também é entendida como uma categoria que expressa subjetividade, preferências e atitudes.³ É relevante observar, para essa classe, que a interpretação de possibilidade está ausente ou é amenizada.⁴ Assim, tratamos o contraste entre essas duas subclasses a partir da observação de que a leitura de possibilidade pode estar presente ou ausente.

¹O termo faz referência exclusiva a *adjetivos modais em -vel* e sufixos análogos, como *-ble*, *-bile*, *-tos* etc. Há adjetivos com valor modal que não são formados com sufixo desse tipo (como *certo*, *evidente*, *claro*). Estes, no entanto, estão excluídos do uso que faço do termo *adjetivos modais* nesta tese.

²Também denominados adjetivos de possibilidade, *adjetivos potenciais* ou *high -ble* (Nevins, 2002; McGinnis, 2010; Oltra-Massuet, 2010, 2014).

³Adjetivos desse tipo são denominados por Oliveira e Ngoy (2007) adjetivos de *necessidade*, *propriedade inerente* ou *obrigação moral*. Oltra-Massuet (2014) os classifica como adjetivos *avaliativos*, *de necessidade*, *não potenciais* ou *low -ble*, que teriam significado não estritamente composicional.

⁴Há casos em que a leitura de possibilidade está ausente, mas o adjetivo não apresenta caráter subjetivo, mas um sabor verídico ou factual (e.g., *durável* ‘que dura’), bem como casos em que há ambiguidade entre as duas leituras, de possibilidade e subjetiva/avaliativa (e.g., *bebível* ‘1. que se pode beber’, ‘2. agradável ao paladar’). Esses exemplos são retomados adiante.

Como discutido no Capítulo 1, Wasow (1977) compara adjetivos em *-able* às passivas, e propõe uma regra lexical para derivá-los. Em outros trabalhos (Nevins, 2002; McGinnis, 2010; Oltra-Massuet, 2010, 2014), a relação entre essas formações adjetivas e a passiva é captada de uma perspectiva sintática. Oltra-Massuet (2010, 2014), por exemplo, postula a existência de um componente passivo, v_{pass} , na estrutura interna de uma subclasse de adjetivos em *-ble* (questão que retomamos adiante, v. p. 63 para as estruturas). De maneira geral, a literatura tem destacado que os adjetivos modais são deverbais e compartilham propriedades importantes com diferentes estruturas sentenciais, ilustradas a seguir em (3).⁵

- | | | | |
|-----|----|--|---------------------|
| (3) | a. | A porcelana chinesa é <i>quebrável</i> . | ADJETIVO MODAL |
| | b. | A porcelana chinesa foi quebrada (pelo Jorge). | PASSIVAS VERBAIS |
| | c. | A porcelana chinesa está quebrada. | PASSIVAS ADJETIVAS |
| | d. | A porcelana chinesa quebra fácil. | MÉDIAS |
| | e. | Porcelana chinesa quebra. | SENTENÇAS GENÉRICAS |

Nesses exemplos, identificamos uma relação entre *a porcelana chinesa* e o verbo *quebrar*, descrita, *grosso modo*, como uma relação em que *a porcelana chinesa* é uma espécie de paciente do verbo. Em (3b), o evento de quebrar é instanciado no tempo como um episódio específico. Já (3c) expressa um estado resultante de um evento prévio. Especificamente, em (3a), (3d), (3e), *a porcelana chinesa* é entendida como possuidora de determinadas propriedades responsáveis pela disposição ou facilidade de quebrar. Nesse sentido, do ponto de vista de sua interpretação semântica, adjetivos modais se aproximam das médias e das sentenças genéricas, uma vez que não implicam um evento específico ou um estado resultante desse evento, como as passivas verbais e adjetivas. A esse respeito, Oltra-Massuet (2014, p. 24) observa que adjetivos desse tipo expressam uma propriedade não-trivial, de caráter genérico. Assim, (3a), (3d) e (3e) expressam uma propriedade disposicional mais geral da *porcelana chinesa*, sem referência a um episódio específico de ‘quebrar’. Essas questões são discutidas nas seções subsequentes.

⁵Esses adjetivos também são similares a predicados-*tough*: “A porcelana chinesa é difícil/fácil de quebrar”.

2.2 A interpretação modal

Como previamente mencionado no Capítulo 1, a natureza da variabilidade na interpretação modal dessas formações adjetivas, exemplificada previamente em (1) e (2), não é imediatamente óbvia. Uma hipótese que essa amostra sugere é a de que as leituras seguem das diferentes bases que servem de afixação para *-vel*. Essa, contudo, é uma descrição dos fatos, que deve ser fundamentada para sustentar estatuto explicativo. Em princípio, o contraste entre (1) e (2) pode tanto envolver dois sufixos homófonos, que impõem exigências de combinação com certo tipo de base, quanto pode envolver um único sufixo, que interage com diferentes bases e gera o contraste observado. Nesse contexto, um dos nossos objetivos é o de explicar a variação modal desses adjetivos.

Seguindo Kratzer (1977, 1981, 1991), que concebe expressões modais como duplamente relativas, é esperado que haja um único sufixo, capaz de interagir de forma não trivial com diferentes bases, e não que haja dois sufixos com sabores distintos. Independentemente do tipo de análise que se adote, em termos de dois sufixos homófonos ou de um único sufixo com interpretação variável, uma proposta que explique satisfatoriamente a semântica desses adjetivos deve ser capaz de explicitar qual é a natureza da modalidade envolvida em (1) e (2) e como o (suposto) conteúdo modal do sufixo interage com a sua base.

Wasow (1977), que investigou essa classe de adjetivos no inglês, propõe que o sufixo *-able* corresponde a um dos significados do auxiliar *can* ('poder') nessa língua. O autor, contudo, não determina que significado é esse.⁶ De maneira geral, a ideia subjacente a diferentes análises no inglês é a de que *-able* seria equivalente à forma adjetiva *able* (i.e., 'capaz'). Oltra-Massuet (2014) propõe que o sufixo *-ble* expressa uma relação modal de possibilidade e é restrito por uma base modal circunstancial do tipo "em vista de propriedades do argumento externo no adjetivo". Nessa análise, os efeitos semânticos seriam obtidos das diferentes alturas

⁶Mike Pham (c.p.) observa que a interpretação variável desses adjetivos lembra a dificuldade de interpretar certos compostos, os quais apresentam uma relação aparentemente (*quasi*-)arbitrária entre suas partes internas, e que as distinções semânticas entre eles parecem ainda mais difíceis de captar, uma vez que a oposição entre possibilidade e avaliação/subjetividade muitas vezes parece se dissipar. Espero tornar clara essa distinção ao longo desta introdução e, especialmente, no Capítulo 4, dedicado ao estudo da modalidade desses adjetivos.

de concatenação do sufixo, aludidas anteriormente.

Nesta tese, analisamos o sufixo *-vel* como um modal dinâmico de caráter disposicional, com base no trabalho de Brennan (1993).⁷ Estabelecemos a correlação entre a interpretação da modalidade no domínio do adjetivo e a complexidade interna do vP que se combina ao sufixo. Defendemos que o contraste entre (1) e (2) reflete o processo de modalização de diferentes estruturas de natureza verbal. Pretendemos mostrar que, uma vez que o tipo de modalidade envolvida fica clara, a análise do contraste supracitado segue naturalmente.

O trabalho de Kratzer (1977, 1981, 1991) introduz um aparato formal para descrever o comportamento das expressões modais. Segundo a autora (Kratzer, 1981, 1991), expressões modais variam quanto à sua *força* modal (possibilidade ou necessidade), e quanto ao seu *sabor* modal (epistêmico, deôntico, dinâmico, entre outros).⁸ A força modal é determinada lexicalmente, e os sabores modais variam de acordo com o que a autora denominou *fundos conversacionais*, que podem ser de dois tipos: a *base modal* e a *fonte de ordenação*.⁹

Formalmente, *fundos conversacionais* são funções (*f*) que mapeiam mundos (*w*) a conjuntos de proposições (*P*), de modo que *f(w)* corresponde a um conjunto de proposições.¹⁰ Os detalhes do modelo de Kratzer são abordados no Capítulo 4, dedicado ao estudo da modalidade. Para a presente discussão, basta compreender, informalmente, que o tipo de modalidade presente em determinada expressão modal varia de acordo com a natureza do conjunto de informações ou do contexto ao qual essa expressão é relativizada. O exemplo a seguir, em (4), ilustra os diferentes sabores modais do auxiliar *dever*.

- (4) Daniela deve estar no trabalho às 8h.
- a. *Em vista das regras do Banco*, Daniela deve estar no trabalho às 8h.
 - b. *Em vista do que eu sei*, Daniela deve estar no trabalho às 8h.

⁷E, conseqüentemente, *-able* e sufixos análogos em diferentes línguas.

⁸De *modal force* e *modal flavor*.

⁹É nesse sentido que se deve entender a natureza “duplamente relativa” das expressões modais.

¹⁰Heim e Kratzer (1998, p. 10) definem funções como: conjuntos de pares ordenados em que o segundo membro de cada par é determinado pelo primeiro membro. Uma relação *f* é uma função sse satisfizer a seguinte condição: para qualquer *x*: se há um *y* e um *z*, tal que $\langle x, y \rangle$ pertence a *f* e $\langle x, z \rangle$ pertence a *f*, então *y* é igual a *z*.

A sentença em (4) pode receber uma interpretação deôntica (relativa a obrigações e regras), se o modal *dever* for relativizado ao “conjunto de regras do Banco”, como em (4a). Essa sentença também pode receber uma interpretação epistêmica (relativa a conhecimento), se o modal for relativizado “ao que eu sei ou às evidências”, como em (4b). Esse exemplo mostra que os diferentes sabores modais do auxiliar *dever* podem ser especificados e explicitados por meio de frases do tipo “em vista de”.

Um tipo de modalidade menos debatida e compreendida, a modalidade dinâmica, diz respeito a habilidades, disposições, tendências e susceptibilidades (Von Wright, 1951; Palmer, 1986; Brennan, 1993; Hackl, 1998; Portner, 2009; Giannakidou e Staraki, 2013). O termo modalidade dinâmica é atribuído por Palmer (1986) a Von Wright (1951, p. 28) — que agradece a Geach pelo termo, para manter a exatidão —, que o emprega pela primeira vez para exemplificar o seguinte uso do auxiliar modal *can* (‘poder’) no inglês, ilustrado em (5).

- (5) Jones can speak German
Jones pode.HAB falar alemão
Jones sabe falar alemão

Palmer (1986, p. 102) observa que essa sentença é usada para expressar o que “parece ser uma declaração factual não-modal” e especula que talvez a modalidade dinâmica não seja estritamente um tipo de modalidade.¹¹ No que se segue, discutimos argumentos elaborados na literatura em favor de uma análise em termos de modalidade para sentenças desse tipo. Segundo Von Wright (1951), a sentença em (5) é equivalente a dizer “é possível para Jones se fazer entender em alemão”. É importante observar que a glosa em português revela a não correspondência direta entre *can* e *poder* para expressar essa noção específica de habilidade intelectual ou mental, uma vez que a paráfrase mais natural envolve o verbo *saber* no português. Esse fato não deve nos preocupar. Observamos que há outros contextos em que o modal *poder* tem exatamente essa interpretação dinâmica, de habilidade/capacidade, ainda que envolvendo um tipo distinto de generalização, como em “Este elevador pode suportar até 100kg” ou “Uma

¹¹“(…) what seems to be a factual non-modal statement.”

pessoa formada em engenharia pode te orientar melhor”.¹² Assim, citamos o exemplo (5), ainda que não seja perfeito para ilustrar essa expressão de habilidade em português com o modal *poder*, uma vez que remonta à origem da discussão sobre a modalidade dinâmica.

Além de habilidade, há outras noções abarcadas pela modalidade dinâmica, como a de disposições. O exemplo (6) a seguir, de Brennan (1993, p. 4), ilustra o uso disposicional do modal *will* no inglês.

- (6) Sam will sign anything
Sam ir.DISP assinar qualquer coisa
Sam assina qualquer coisa

Segundo Brennan (1993, p. 8), o uso de *will* expressa, nesse contexto, “a disposição de se comportar de determinada maneira”.¹³ A glosa em português revela que a sentença no presente do modo indicativo transmite a ideia de disposicionalidade. Estratégia similar é comum também no inglês.¹⁴ A noção de disposicionalidade pode ser expressa por itens de diferentes categorias lexicais, e os adjetivos investigados nesta tese são usualmente citados como exemplos de predicados disposicionais por excelência (Lewis, 1997; Cross, 2005; Fara, 2005), como mostrado a seguir.

- (7) a. O comprimido é *solúvel*.
b. A bicicleta é *dobrável*.

Em (7), o *comprimido* e a *bicicleta* são interpretados como possuidores de determinadas propriedades que os tornam dispostos ou suscetíveis a ‘dissolver’ ou ‘dobrar’. Nesse sentido, estes também possuem “a disposição de se comportar de determinada maneira”, como proposto por Brennan (1993), e podem ser entendidos como “pacientes potenciais” do evento subjacente

¹²Outras estratégias no português incluem expressões como “ser capaz de” ou “conseguir”; esta última, contudo, pressupõe uma noção de esforço e tem um padrão inferencial distinto (ver Baglini e Francez, no prelo).

¹³“(…) disposition to behave a certain way.”

¹⁴Por exemplo, segundo Menéndez-Benito (2013, p. 276), uma sentença como “*Mary eats meat*” (“Mary come carne”) teria duas interpretações, uma habitual e outra disposicional. A primeira expressa a ideia de que Mary tem o costume ou hábito de comer carne; a segunda, a ideia de que Mary não se opõe a comer carne. Para sentenças habituais e genéricas, ver também Krifka (1987). Essa questão é retomada no Capítulo 4.

— termo tomado emprestado de Basilio (2002).¹⁵ Cross (2005, p. 8) observa que disposições se distinguem claramente de outros tipos de propriedades, tidas como categoriais. Basta comparar as sentenças em (7) às sentenças seguintes em (8).

- (8) a. O comprimido é *triangular*.
b. A bicicleta é *amarela*.

Entre as noções abarcadas pela modalidade dinâmica, ilustradas de (5) a (7), observamos uma distinção intuitiva entre habilidades, que têm um caráter mais agentivo, e disposições, que se aproximam mais da noção de tendências e suscetibilidades. A seguir, ilustramos essa distinção com os exemplos de Giannakidou e Staraki (2013, p. 250).

- (9) Ariadne can solve this problem
Ariadne pode.HAB resolver este problema
Ariadne é capaz de resolver esse problema

Segundo as autoras, esse exemplo indica a habilidade de o sujeito fazer alguma coisa, ou seja, “[s]e o sujeito tentasse fazer o que o complemento da sentença expressa, *ele iria obter sucesso*”.¹⁶ As expressões de disposicionalidade, entre as quais estão os adjetivos investigados nesta tese, não apresentam esse mesmo caráter agentivo. Os exemplos a seguir reforçam essa característica.

- (10) a. Esse material é *lavável*.
b. Alguns planetas são *visíveis* a olho nu.
c. Otto é *admirável*.

As entidades *material*, *planetas* e *Otto* são entendidas como tema ou paciente das bases que servem de afixação para *-vel*.¹⁷ Ao longo da tese, pretendemos deixar a distinção entre

¹⁵Basilio (2002) investiga os adjetivos em *-vel* no português. Sua contribuição é retomada adiante.

¹⁶“If the subject tried to do what the complement sentence says, she would succeed in doing that.”

¹⁷Nem sempre esse é o caso. Alguns poucos adjetivos derivados de verbos psicológicos do tipo Obj.Exp, por exemplo, *agradável*, *aprazível*, *deleitável*, entre outros, são interpretados, *grosso modo*, como “que agrada”, “que apraz”, “que causa deleite”. Similarmente, adjetivos como *terrível* (datação: sXV) (via Latim *terribilis* de *terrere* ‘assustar’) ou *horível* (datação: 1570) (via Latim *horribilis* de *horrere* ‘estremecer’), para os quais não se identifica uma base verbal no português, são interpretados de forma agentiva/causativa: ‘*terrível*: que causa terror’, ‘*horível*: que horroriza, que causa pavor’.

habilidades e disposições em um nível intuitivo. Ao se dizer, por exemplo, que um livro é traduzível ou uma garrafa retornável, não estamos nos referindo a uma capacidade ou habilidade do livro ou da garrafa, mas a certas características que tornam o livro passível de ser traduzido e a garrafa passível de ser retornada.

Apesar dessa distinção, habilidades e disposições estão ontologicamente relacionadas e apresentam aspectos em comum. Uma propriedade interessante compartilhada por ambas — notada extensivamente no âmbito da filosofia (Martin, 1994; Lewis, 1997; Cross, 2005; Fara, 2005; Heil, 2005; Maier, 2014) e reconhecida também por linguistas (Giannakidou, 2001; Giannakidou e Staraki, 2013) — diz respeito à ideia de *manifestação*. Habilidades e disposições podem existir sem que necessariamente se manifestem.

Ignoramos as complicações filosóficas que essa afirmação pode suscitar, uma vez que estão fora do escopo das nossas preocupações — mas veja as referências supracitadas para discussões dessa natureza. Limitamo-nos a corroborá-la com um exemplo simples. Um objeto pode ser considerado *quebrável*, em virtude das propriedades *x*, *y* ou *z*, ainda que nunca manifeste a disposição ou tendência de quebrar. Basicamente, é possível que um objeto seja *quebrável* e não esteja (ou, de fato, que jamais seja) *quebrado*. Giannakidou (2001) usa o termo *não verídico* para falar desse aspecto. Nesse caso, as propriedades que descrevem a disposição de quebrar não garantem ou implicam a manifestação do estado *quebrado*.¹⁸

A respeito do exemplo (9), Giannakidou e Staraki (2013, p. 250) observam que “a habilidade de Ariadne em resolver o problema não implica que ela o faça ou o tenha feito. A habilidade pura é, portanto, não verídica, e não garante a verdade do complemento”.¹⁹ Nesta tese, exploramos esse conceito de manifestação para tornar ainda mais clara a diferença entre

¹⁸Essa asserção merece esclarecimentos. Há duas dimensões em que a não manifestação pode ser captada. Na primeira, determinado objeto permanece intacto. Nesse caso, evidentemente este não vai manifestar a disposição de quebrar (excluímos a possibilidade de que este se quebre espontaneamente, para simplificar a exposição). Na segunda, determinado objeto participa de um evento que potencialmente causaria a manifestação da sua disposição (i.e., receber um golpe, ser derrubado no chão etc). Nesse caso, ainda assim, não seria possível garantir a manifestação do estado final *quebrado*.

¹⁹“In the sentences above, Ariadne’s ability to solve this problem does not entail that she does, or did solve the problem. Pure ability is thus nonveridical [(Giannakidou 2001)], and does not trigger *actual* truth of the complement clause.”

as classes de adjetivos em (1) e (2). Elaboramos argumentos em favor da ideia de que, para os adjetivos subjetivos em (2), as propriedades que descrevem a disposição basicamente garantem a manifestação do estado.²⁰ Nesse sentido, adjetivos como *admirável* e *deplorável* teriam caráter subjetivo e avaliativo, com a interpretação de possibilidade ausente ou amenizada, ao contrário de *quebrável*, como exemplificado acima.

Para entender essa discussão, é necessário, antes, entender como varia a modalidade dinâmica. Brennan (1993), propõe que uma análise dos modais dinâmicos como em (5) e (6), que expressam habilidade e disposicionalidade, segue a mesma lógica introduzida por Kratzer (1977, 1981, 1991), exemplificada em (4). Contudo, segundo a autora, modais dinâmicos não são relativizados a proposições introduzidas por frases do tipo “em vista de”, como em Kratzer (1977), mas a um conjunto de *propriedades* do sujeito da sentença, introduzidas por frases do tipo “em virtude de”. Modais dinâmicos, portanto, não seriam operadores de sentença, mas operadores de VP, que “relacionam propriedades e indivíduos” (Brennan, 1993, p. 120).²¹ Essa mudança aparentemente simples permite explicar adequadamente o comportamento dos modais dinâmicos, como exemplificado a seguir (Brennan, 1993, p. 168).

- (11) Joan₁ can sign arias in virtue of her₁ natural ability
Joan₁ pode.HAB cantar árias em virtude de sua₁ habilidade natural
Joan consegue cantar árias em virtude de sua habilidade natural

O argumento fundamental dessa proposta é o de que modais dinâmicos são relativizados a certas “informações” ancoradas a indivíduos. Essas informações são propriedades, introduzidas pela frase “em virtude de”. Essa análise se aplicaria da seguinte maneira ao exemplo de Von Wright (1951), “Jones sabe falar alemão”, em (5): “em virtude de certas propriedades que *Jones* possui, é possível que ele se faça entender em alemão”. Essas propriedades são entendidas como propriedades “embutidas” em Jones.²² Kratzer (1981, p. 54) usa o termo “programa”, para falar dessas propriedades internas. Pretendemos mostrar que estender esse

²⁰Nesse caso, a entidade em questão ocupa a posição de complemento remático. No modelo de Ramchand (2008a, p. 33), essa entidade é parte da descrição do estado ou do processo. Essa questão é retomada nos capítulos subsequentes.

²¹ “[VP-operator modals] relate properties and individuals.”

²² Tradução minha de *hard-wired*, termo empregado por Menéndez-Benito (2005).

tipo de raciocínio modal proposto por Brennan (1993) para os adjetivos em (1) e (2) permite determinar de forma natural a sua interpretação variável entre a leitura de possibilidade e a leitura subjetiva.

Dessa forma, propomos analisar o sufixo *-vel* como um tipo de modal dinâmico, que é relativizado a determinadas propriedades de indivíduos. O cerne da variação seria a natureza das propriedades relevantes que estão envolvidas em cada caso. Por exemplo, a cor de um objeto pode não ser uma propriedade relevante com respeito a *quebrável*, mas pode ser em relação a *visível*. Isso mostra que a interpretação de adjetivos desse tipo estaria fundamentada em propriedades de natureza qualitativamente distinta. A seguir, elaboramos brevemente essa ideia, e repetimos (parcialmente) os exemplos anteriores, para facilitar a discussão.

- | | | |
|------|---|---------------|
| (12) | a. <i>quebrável</i> : ‘que pode ser quebrado’ | POSSIBILIDADE |
| | b. <i>amável</i> : ‘digno de ser amado; encantador’ | SUBJETIVIDADE |

Quando se fala “este vaso é quebrável”, entendemos que ele o é em virtude de suas propriedades intrínsecas objetivas (e.g., material, textura, densidade, robustez etc.), não de certas circunstâncias externas ou episódicas às quais este pode estar submetido (i.e., terremotos, acidentes, descuido humano, condições de transporte etc.) — não obstante serem estas situações que potencialmente promovam a manifestação da disposição de quebrar.²³ Essa sentença teria a seguinte interpretação: “tipicamente, de maneira geral, em virtude de suas propriedades características, este vaso pode ser quebrado” ou “é possível que este vaso seja quebrado (em virtude de suas propriedades características)”. Essas propriedades, contudo, não garantiriam seu estado final, que estaria contingente a um evento causador.²⁴

Quando se fala “Mimi é amável”, o sufixo é relativizado a propriedades de natureza distinta. “Mimi é amável” em virtude de suas propriedades intrínsecas, que são apreendidas subjetivamente. Ao contrário do exemplo anterior, para o qual se pode hipotetizar circunstâncias

²³Esse aspecto está relacionado ao caráter genérico, não-acidental e não-trivial desses adjetivos (cf. Oltra-Massuet, 2014, p. 24), tema abordado no Capítulo 4.

²⁴No que diz respeito à estrutura interna desse verbo, nota-se que *quebrar* codificaria três subeventos: de *iniciação*, de *processo* e de *resultado*. Nesse caso, *o vaso* teria um papel complexo, de SUBMETIDO-RESULTADO.

externas ou episódicas, de natureza causativa, que envolvem um evento de “quebrar o vaso” e que promovem a manifestação da sua disposição de quebrar, uma eventualidade estativa como *amar* não envolve causatividade, mas a percepção das propriedades de *Mimi*. Estas possivelmente incluem modos, maneiras, personalidade, traços físicos, índole, humor etc, de modo que “tipicamente, de maneira geral, Mimi desperta amor”. A interpretação, nesse caso, não é exatamente: “é possível que Mimi seja amada” ou “é possível amar Mimi”, embora isso seja trivialmente verdadeiro. As propriedades características de *Mimi* garantem o estado em questão. Por isso, a leitura de possibilidade é ausente ou amenizada. Esta seria um subproduto da interpretação dinâmica do sufixo na presença desse tipo de eventualidade, que envolve a percepção (subjéctiva) de determinadas propriedades. Paráfrases mais fiéis seriam: “Mimi inspira e/ou desperta amor” ou “Mimi é digna de ser amada”. Nesse caso, o estado em questão é um estado em que se encontra o experienciador da eventualidade (i.e., o portador do estado).²⁵

Pesetsky (1995, p. 56) propõe que verbos psicológicos do tipo sujeito experienciador (como *amar*) envolvem a *avaliação* (nesse caso, positiva) do alvo do verbo pelo experienciador como parte do “episódio emocional”. Não por acaso, adjetivos derivados desses verbos são classificados como *avaliativos* (Oltra-Massuet, 2010, 2014). Propomos que esse sabor distinto, subjéctivo, se deve ao fato de que as propriedades do argumento interno do verbo — por exemplo, as propriedades intrínsecas de *Mimi* no exemplo acima — são parte da avaliação positiva do experienciador e implicam a manifestação do estado em que este se encontra e a “disposição de amar”. Uma forma de entender essa ideia é com base na tese de Landau (2010, p. 6) de que “experienciadores são locativos”.²⁶ Assim, *amável* diz respeito a propriedades de quem “desperta amor (*em alguém*)”. Nesse contexto, o experienciador é entendido como o contêiner no qual o estado mental se encontra, como exemplificado a seguir — adaptação de Landau (2010, p. 11).

(13) Eu admiro o Lello (“Eu tenho em mim admiração pelo Lello”)

²⁵No que diz respeito à estrutura interna desse verbo, *amar* seria menos complexo e codificaria apenas [init]. *Mimi* ocuparia a posição de complemento remático (ou REMA). Essa posição é ocupada pela entidade que é parte da descrição do estado “de amor” em que se encontra o sujeito experienciador ou portador do estado.

²⁶“Experiencers are mental locations, that is locatives”.

Nota-se que a interpretação subjetiva ou avaliativa, aparentemente, também está disponível em outros contextos, que envolvem, de maneira geral, um tipo de percepção (como em *adorável*), em oposição a causatividade (como em *quebrável*). Assim, essa interpretação estaria associada à presença de um sujeito experienciador, afetado ou juiz, que teria experiência direta (portanto, perceptiva) de determinadas propriedades, que, por sua vez, seriam parte da descrição do estado.²⁷

Esse é o caso, por exemplo, de certos adjetivos derivados de verbos de julgamento, como *condenar*, *louvar*, entre outros, que envolvem um tipo de percepção ou avaliação intelectual ou moral. A seguir, em (14a), a leitura agentiva e causativa do verbo *condenar* favorece a interpretação de possibilidade do adjetivo *condenável*, enquanto a leitura “perceptiva” do mesmo verbo, em (14b), favorece uma interpretação avaliativa e subjetiva do adjetivo.

- (14) a. Latrocínio é um crime *condenável* à pena de reclusão por um juiz competente.
= um crime passível de ser condenado
- b. Sua atitude displicente é absolutamente *condenável*.
= uma atitude que merece censura, crítica ou reprovação

A disponibilidade da leitura que denominamos, *grosso modo*, ‘perceptiva’, parece ter um papel no efeito de modalização do sufixo *-vel*. Para um conjunto diferente de dados, que envolvem prefixação com *re-*, Marantz (2009) observa o seguinte efeito com verbos que envolvem o que o autor denominou sujeito afetado. Ao se dizer, por exemplo, “Emily releu o livro”, entende-se que *Emily* leu o livro da primeira vez. No entanto, ao se dizer “Emily reconstruiu a casa”, não necessariamente *Emily* construiu a casa da primeira vez. Segundo Marantz (2009, p. 1), “[s]e o evento que ocasiona uma mudança de estado implica um argumento afetado, a identidade desse argumento está ligada à identidade do estado. (...) Um agente de um evento causador, no entanto, não está ligado ao evento causador.”²⁸

²⁷A questão do “juiz”, indivíduo ao qual predicados subjetivos ou de gosto pessoal são relativizados (Lasersohn, 2005; Kennedy, 2013; Vardomskaya, 2013), é abordada no Capítulo 4.

²⁸[“If the event that brings about a change of state implicates an affected argument, the identity of this argument is tied to the identity of the state. (...) An agent of a causing event, however, is not tied to the causing event.”]

Nessa direção, um contexto adicional em que a modalidade avaliativa emerge é no de adjetivos derivados de verbos que implicam um tipo de sujeito afetado, no sentido de Marantz (2009). Por exemplo, adjetivos como *readable* (*ler* + *-vel*), no inglês, aceitam ambas as interpretações. Esse adjetivo pode tanto ser interpretado como uma expressão de possibilidade, “que pode ser lido, legível”, quanto uma expressão avaliativa ou subjetiva, “que é fácil, divertido de ler”. Igualmente, em português, adjetivos como *bebível* e *comível* também apresentam uma segunda leitura avaliativa ou subjetiva. De acordo com o Dicionário Houaiss (2009), “cujo gosto é suportável” ou “passável” (e.g., “esta cerveja é bebível”).²⁹ Nesse caso, a presença desse sujeito afetado, ligado à identidade do estado/processo parece ser determinante para se obter a interpretação subjetiva.

Para finalizar, retomamos as questões norteadoras sobre modalidade, propostas no Capítulo 1. Quanto ao domínio de modalidade que o sufixo *-vel* expressa, propomos que esse sufixo expressa um tipo de modalidade dinâmica, de caráter disposicional. Quanto às diferentes leituras discutidas (de possibilidade, subjetiva, factual etc.), propomos que elas estão associadas a esse tipo de modalidade, que varia de acordo com certas propriedades, seguindo o trabalho de Brennan (1993). Essas questões são abordadas no Capítulo 4, que discute, ainda, a força modal do sufixo (i.e., possibilidade ou necessidade). A questão da força modal de predicados de habilidade e disposicionalidade é fonte de muito debate. Nesse sentido, destacamos a força *quasi*-universal do sufixo *-vel*, que associamos à genericidade. Exploramos a combinação desse sufixo a diferentes tipos de eventualidade (i.e., dinâmicas e estativas) e a relação entre diferentes tipos de disposições e propriedades. Noções discutidas nesta seção, como percepção, causatividade e manifestação, evidentemente, não são usadas em sentido vago, e mostramos adiante como se traduzem sintaticamente.

²⁹O verbo *beber* codifica as projeções de *iniciação* e *processo*, que seriam coindexadas [*init_i*, *proc_i*], de modo que criam um papel complexo de INICIADOR-SUBMETIDO. A *cerveja*, nesse caso, ocupa a posição de complemento do núcleo de processo, e seria um tipo de CAMINHO.

2.3 As bases de afixação

Historicamente, o estudo dos adjetivos modais também envolve a tentativa de captar a (suposta) preferência seletional do sufixo por verbos; explicar *se* e *como* o adjetivo está relacionado à sua contraparte verbal; e determinar quais propriedades verbais são herdadas pelo adjetivo. Embora a maioria dos adjetivos modais seja de fato deverbal, o estudo dessas formações também abrange casos em que a base que serve de afixação é uma raiz, como $\sqrt{\text{POTARE}}$, ou um nome, como *presidente*.³⁰ Chapin (1967, p. 181), por exemplo, registra algumas formações desse tipo no inglês que teriam bases nominais, como *knowledgeable* (de ‘conhecimento’), *fashionable* (de ‘moda’), *companionable* (de ‘companhia’), *impressionable* (de ‘impressão’), *fissionable* (de ‘fissão’), *actionable* (de ‘ação’) e *objectionable* (de ‘objeção’). Essas questões, que envolvem determinar as possíveis bases de afixação e condições de seleção, não são triviais e, em geral, são discutidas em um contexto teórico mais abrangente.

Adjetivos modais, participípios e nominalizações são debatidos no âmbito da teoria gerativa desde pelo menos os anos 1970. O interesse por formações desse tipo se deve ao fato de que estas provêm evidências para a natureza das categorias lexicais e da divisão do trabalho da gramática na formação de palavras. Essa questão maior, subjacente a investigações específicas de fenômenos no nível da palavra, é o cerne do debate entre (e intra) teorias lexicalistas e não-lexicalistas para a formação de palavras. Nesse contexto, esta tese pretende prover uma análise que explique, afinal, como a gramática deriva os adjetivos modais. No âmbito da teoria gerativa, há diversos caminhos para responder a essa questão. A seguir, discutimos alguns.

Em um modelo lexicalista denominado morfologia baseada na palavra, Aronoff (1976) propõe a Hipótese da Base Única (*Unitary Base Hypothesis*) para tratar fenômenos da alçada da morfologia derivacional.³¹ Segundo essa hipótese, um sufixo “elege” exclusivamente uma base

³⁰Em referência ao fato de não haver um verbo correspondente na língua, **potar* ou **presidir*. No primeiro caso, o adjetivo *potável* (datação de 1562-1575) (Houaiss, 2009), é originado no Latim, *potabilis*, do verbo *potare*, ‘beber’. No segundo caso, o adjetivo *presenciável*, bem como outros como *prefeitável*, *reitorável*, são possivelmente formados das respectivas bases nominais, em uma estrutura como ‘eleger/nomear *presidente*, *prefeito*, *reitor*’ (ver Basilio, 2002; Salles e Mello, 2005; Ultra-Massuet, 2014).

³¹Esse modelo, *word-based morphology*, concebe a formação de palavras a partir da aplicação de regras regulares (Regra de Formação de Palavra — RPF) a uma palavra já existente da língua (Aronoff, 1976, p. 21).

de determinada categoria lexical. Para o autor, o sufixo *-able* do inglês realiza seleção categorial de verbos. Os contraexemplos nessa língua, em que a base do adjetivo é um nome, são tidos como evidência de um caso de homofonia. O inglês teria, então, dois sufixos homófonos com exigências seletivas categorialmente distintas, *-able_V* e *-able_N*. Segundo Aronoff (1976, p. 48), prova de que essa análise está correta é o fato de que os sufixos em questão apresentam “semântica muito distinta”: *-able_V* corresponde à leitura “capaz de ser + verbo no particípio”, e *-able_N*, à leitura “caracterizado por X”, em que X é uma base nominal.

Wasow (1977, p. 335), também de uma perspectiva lexicalista, propõe que adjetivos em *-able* são formados com base em uma regra lexical passiva, que realiza a mudança categorial, de verbo para adjetivo, e externaliza o objeto direto do verbo.³² O autor argumenta, com base em diversos exemplos, que esses adjetivos não são uniformemente associados à passiva sintática (transformação passiva), o que força o autor a propor uma análise em termos de derivação lexical.

Quanto à questão seletiva discutida por Aronoff (1976), Basilio (2002, p. 57) aborda o que chamou de “fenômeno de extensão de base” no português para os adjetivos em *-vel*. O fenômeno em questão é o de casos como *presidenciável*, *prefeitável*, *reitorável*, entre outros, em que a base do adjetivo seria um nome, não um verbo. A autora observa que, apesar de a base não ser verbal, a regra de formação de adjetivos desse tipo tem função idêntica à regra que forma adjetivos deverbais, caracterizando “algo ou alguém como paciente potencial”. Basilio (2002, p. 58) observa que não são quaisquer nomes que formam adjetivos desse tipo, “mas apenas aqueles correspondentes a cargos ou funções”. Segundo a autora, “[e]ste particular nos indica que a disponibilidade para formações em *-vel* vem de um fator semântico, em oposição a fatores morfológicos ou sintáticos”.

A respeito dos mesmos dados, Salles e Mello (2005) propõem “a reformulação de critérios semânticos em termos sintáticos”. Para as autoras, adjetivos como *presidenciável* derivam de uma estrutura causativa, exemplificada a seguir.

³²Concretamente, o autor postula a seguinte regra: “*-able_{V_A}* (II) = I”, em que V representa *verbo*; A, *adjetivo*; I, *sujeito*, e II, *objeto direto*. Os detalhes dessa proposta são retomados no Capítulo 3.

- (15) a. TORNAR pedra → petrificar → petrificável
b. TORNAR presidente → *presidenciar → presenciável

A forma **presidenciar* é tida pelas autoras como morfologicamente inerte. Não obstante, o adjetivo em (15b) é possível, já que o *input* do sufixo não é necessariamente um verbo, mas a estrutura mais abstrata e complexa, ‘TORNAR presidente’.³³ Esse tipo de análise está em consonância com proposta de Lobato (2010, p. 54), segundo a qual, para formar um adjetivo em *-vel*, não é necessária “certa base verbal com argumento externo e interno, mas sim a interpretação da relação semântica em questão”. Assim, há a possibilidade de que a base do adjetivo seja nominal, desde que esta seja capaz de estabelecer com o sufixo relação análoga àquela estabelecida pela base verbal.³⁴

De uma perspectiva não lexicalista, Oltra-Massuet (2010, 2014) propõe que há um único sufixo, *-ble*, que impõe dois requisitos à sua base: a presença de um argumento interno e a implicação de um originador — concebido de maneira ampla como agente ou causa.³⁵ As diferenças semânticas (e, como mostramos a seguir, sintáticas) seriam resultado da combinação do sufixo a diferentes estruturas que satisfazem os seus requisitos. Essas estruturas podem tanto ser verbos quanto raízes ou nomes (e.g., *ministrable* ‘ministeriável’; *papable* ‘papável’; *presidenciable* ‘presenciável’). Crucialmente, os requisitos do sufixo não são categoriais, como, por exemplo, proposto por Aronoff (1976). Dessa forma, em princípio, certos nomes também seriam compatíveis com *-ble*.

Para concluir, retomamos uma das questões norteadoras propostas no Capítulo 1, no âmbito da discussão da formação de palavras, que diz respeito a quando o sufixo *-vel* se combina a raízes não verbais. Como discutido nesta seção, esse sufixo apresenta preferência por

³³Salles (c.p.) ressalta que, nesses casos, o nome tem capacidade predicativa. Esse aspecto o distingue dos demais nomes: *reitor*, *presidente*, *prefeito* são nomes que funcionam como epítetos (i.e., adjuntos atributivos).

³⁴Lobato não explicita qual é essa relação semântica, mas assumo que seja semelhante à relação destacada por Basilio (2002), de “paciente potencial”. O que importa, para efeitos da discussão proposta, é que Lobato não condiciona essa relação a determinada categoria lexical, o que abre a possibilidade de que adjetivos em *-vel* sejam formados com base em palavras de outras categorias.

³⁵O componente causativo da proposta de Salles e Mello (2005) pode ser comparado ao originador da proposta de Oltra-Massuet (2010, 2014).

verbos, mas pode se combinar também a certas raízes não verbais. Nesta tese, não exploramos a ideia de sufixos homófonos, cada um com sua exigência seletional, como, propõe, por exemplo, Aronoff (1976). Trabalhamos na perspectiva de análises como a de Salles e Mello (2005), Lobato (2010) e Oltra-Massuet (2010, 2014). Nessa direção, partimos da hipótese de que há um único sufixo *-vel* que seleciona uma projeção verbal de Iniciação. Assim, o sufixo pode se combinar a raízes que se conformariam a estruturas verbais do tipo [init, proc, res], [init, proc], ou [init]. Como previamente estabelecido por Chapin (1967, p. 179): “[u]m NOME VERBalizável é um NOME que pode ser VERBalizado”.³⁶ Essa questão se torna mais clara na seção 2.7, na qual registramos algumas formações recentes em *-vel* no português que não são derivadas de bases verbais, mas do que se pode chamar de *verbos potenciais* nessa língua.

2.4 A relação com a passiva

Grande parte das análises propostas para os adjetivos modais aborda a relação entre essas formações e a passiva. Evidentemente, essa relação é captada a partir de diferentes perspectivas teóricas. Chapin (1967, p. 65) observa diversos fatos apontados na literatura que “sugerem fortemente o envolvimento da transformação passiva na derivação de adjetivos em *-able*”.³⁷ Entre eles, por exemplo, o fato de que “o sujeito de um adjetivo em *-able* é seletionalmente restrito ao objeto do seu verbo base” (Chapin, 1967, p. 65).³⁸ Como discutido anteriormente, Wasow (1977) postula uma regra lexical passiva para derivar adjetivos desse tipo no inglês. Kayne (1984, p. 140), que também associa esses adjetivos à passiva, discute o seguinte exemplo, atribuído a McCawley (1975):

- (16) This book is readable by a 10-year old
Este livro ser ler + *-vel* por um 10 anos
Este livro pode ser lido por alguém com 10 anos de idade

³⁶“A VERBable NOUN is a NOUN which can be VERBed”

³⁷“(…) suggest strongly the involvement of the passive transformation in the derivation of adjectives in -able.”

³⁸“(…) the subject of an -able adjective is selectionally restricted as the object of its stem verb”.

Segundo Kayne (1984, p. 141), “a interpretação dessa construção é a de que ela é comparável à passiva, no sentido de que contém um vestígio”, como mostrado a seguir.³⁹

(17) This book_i is readable [_{NP_i} e] by a 10-year old.

O autor destaca que uma análise sintática desse tipo não pode ser mantida para todos os adjetivos, uma vez que não se aplica a certos casos que envolvem preposições, como ilustrado a seguir (Kayne, 1984, p. 141):

(18) Mary is reliable (cf. ‘rely on’)
Maria ser depender + *-vel* (cf. ‘depende de’)
Maria é confiável

Fundamentalmente, Kayne (1984, p. 141) mostra que exemplos como este são incompatíveis com *by-phrases*, como ilustrado a seguir:⁴⁰

(19) * Mary is reliable by a 10-year old.

Com base nesses dados, o autor conclui que:

formas em *-able* têm dois tipos de derivação. Uma envolve uma representação em LF com um vestígio, é compatível com uma *‘by’-phrase*, e muitas vezes tem um caráter coloquial. Outra envolve um grau mais alto de lexicalização [...], a preposição do verbo em questão é descartada, a *‘by’-phrase* é impossível e não há um caráter coloquial.⁴¹

Quanto à possibilidade de dois tipos de derivação para esses adjetivos, Oltra-Massuet (2014) propõe que uma subclasse de adjetivos modais em *-ble* possui um componente passivo em sua estrutura interna, v_{pass} . Para recapitular a breve exposição da sua análise feita no Capítulo 1, a autora explora as diferentes alturas de concatenação do sufixo (i.e., alta ou baixa).

³⁹“Our interpretation of this construction is that it is comparable to the passive, in that it contains a trace: ‘This book_i is readable [_{NP_i} e] by a 10-year old’.”

⁴⁰Exemplos adicionais são retomados no Capítulo 5.

⁴¹“(...) *-able* forms [(and the corresponding derived nominals)] enter into two different types of derivation. One involves a representation in LF with a trace, is compatible with a *‘by’-phrase*, and often has a colloquial flavor. Another involves a higher degree of lexicalization: (...) the preposition of the associated verb is dropped, a *‘by’-phrase* is impossible, and there is no colloquial flavor”. Não exploramos em nossa discussão em que sentido Kayne (1984) entende o suposto sentido (não) coloquial desses adjetivos.

Desse modo, adjetivos do tipo *high -ble* possuiriam esse componente passivo em sua estrutura interna, ao contrário de adjetivos do tipo *low -ble*, que envolveriam a derivação de raiz.

Nos Capítulos 3 e 5, retomamos os detalhes dessa análise e discutimos algumas discrepâncias semânticas observadas para essa classe de adjetivos (i.e., casos em que a estrutura *high e low -ble* não coincide com o tipo de modalidade esperada). Discutimos, ainda, alguns testes que representam contraexemplos à ideia de afixação alta ou baixa (e.g., casos em que *by-phrases* e modificação adverbial são possíveis com estruturas do tipo *low -ble*, que supostamente não teriam capacidade para tal).

No que diz respeito à questão mais geral da formação de palavras e de como a gramática deriva os adjetivos modais, propomos que estes são uniformemente derivados a partir de uma operação passiva. Assim, não estabelecemos distinções entre diferentes tipos de regras que geram esses adjetivos, como Wasow (1977), ou entre diferentes alturas de concatenação do sufixo em uma hierarquia funcional. Nesta tese, adotamos a definição de passiva proposta por Bruening (2013, p. 35):

- (20) A passiva é uma operação morfossintática que impede a realização do argumento externo como um argumento.⁴²

De acordo com o autor, “a passiva é um núcleo (Pass) que seleciona uma projeção de Voz que ainda não projetou o seu argumento externo” (Bruening, 2013, p. 22).⁴³ Assim, do ponto de vista sintático, propomos que o sufixo *-vel* é um núcleo adjetival de natureza modal que se comporta de maneira análoga a Pass. Com isso, em nossa análise, o sufixo apresenta sempre a mesma “altura” de concatenação, tendo como alvo uma projeção não saturada de Voz (Iniciação). As diferentes estruturas que o sufixo toma como complemento, contudo, não são idênticas e apresentam maior ou menor complexidade interna (i.e., podem ser formadas por subeventos), com base na arquitetura proposta por Ramchand (2008a). Ao propor que a derivação desses adjetivos envolve a modalização de diferentes estruturas de natureza verbal,

⁴²“The passive is a morphosyntactic operation that prevents the realization of the external argument as an argument.”

⁴³“(…) passive is a head (Pass) that selects a projection of Voice that has not yet projected its external argument.”

a partir de uma operação passiva, exploramos as diferentes estruturas previstas na sintaxe de primeira fase e a hipótese de que a interpretação modal de adjetivos de possibilidade (e.g., *quebrável*) e adjetivos subjetivos (e.g., *amável*) envolve a relativização de propriedades de entidades que ocupam posições hierárquicas distintas. De maneira concreta, associamos a interpretação de possibilidade à presença de um subevento que codifica um resultado (i.e., que possui uma posição de especificador para o argumento *resultee*), e a interpretação subjetiva à presença de um complemento remático, que serve como a descrição de um *estado*.

Em suma, no âmbito dessa discussão, retomamos uma das nossas questões norteadoras, introduzida no Capítulo 1, intimamente relacionada ao caráter passivo desses adjetivos, que diz respeito a quando *by-phrases* são possíveis com adjetivos modais em *-vel*. Tanto Kayne (1984, p. 140) quanto Chapin (1967, p. 69) já haviam notado que se trata de uma questão importante e interessante. Especificamente, Chapin (1967, p. 70) mostra que *by-phrases* são possíveis caso introduzam um argumento implícito do tipo *por qualquer um* ou *por qualquer NP* (i.e., *by-phrases* genéricas). Essa questão também é explorada por Di Sciullo (1995) e Oltra-Massuet (2010, 2015). No Capítulo 5, investigamos essa generalização, estabelecida em propostas anteriores (Chapin, 1967; Di Sciullo, 1995; Oltra-Massuet, 2010, 2014), e trazemos à discussão novos dados do português. Apresentamos evidências do PB que mostram que *by-phrases* são possíveis com ambas as subclasses de adjetivos, de possibilidade e subjetivos, embora sejam severamente restritas com adjetivos do segundo tipo. Investigamos em que medida essa restrição estaria correlacionada a propriedades importantes que esses adjetivos compartilham com as médias, as sentenças genéricas e os predicados disposicionais.

2.5 A interpretação média

A questão da leitura média dos adjetivos modais está correlacionada tanto ao tópico tratado na seção anterior, sobre a passiva, quanto aos tópicos das seções subsequentes, sobre genericidade e modalidade.⁴⁴ Reconhecida em trabalhos prévios, a semelhança entre os adjetivos modais e

⁴⁴A Professora Teresa Wachovicz (c.p.) ressalta a aproximação dos adjetivos modais com as construções médias no que diz respeito à sua atemporalidade e, portanto, modalidade. Essa questão é retomada no Capítulo 5.

as médias é destacada por Oltra-Massuet (2014, p. 134), que observa que ambos “expressam alguma modalidade, são genéricos disposicionais, não-eventivos e relacionados à passiva”.⁴⁵

Desde Keyser e Roeper (1984), as médias são associadas à ideia de não eventividade e à noção de genericidade (i.e., à expressão de eventos não específicos).⁴⁶ Segundo Condoravdi (1989, p. 17), as médias são genéricas e expressam generalizações não acidentais decorrentes de “características inerentes da entidade denotada pelo NP sujeito.”⁴⁷ O caráter modal das médias também é destacado em diversos trabalhos (Massam, 1989; Iwata, 1999). Iwata (1999, p. 528) observa que as médias tipicamente envolvem a noção modal de possibilidade. Por exemplo, “a louça quebra fácil” pode ser parafraseada “a louça pode ser facilmente quebrada” (exemplo nosso). Quanto à proximidade entre médias e passivas, Lekakou (2005, p. 10) destaca que:

De um ponto de vista puramente descritivo, construções médias são sentenças genéricas sobre o objeto. Elas exibem o que seria o argumento interno, o Paciente/Tema, na posição sintática de sujeito. Adicionalmente, o que seria o argumento externo, o Agente, é demovido a um argumento implícito, ou seja, é sintaticamente suprimido. Essas propriedades das médias são compartilhadas pelas passivas, um fato que levou diversos autores a propor que ambas as estruturas são derivadas da mesma maneira.⁴⁸

A autora, que estudou extensivamente as médias de uma perspectiva translinguística, observa que “as médias não existem como uma construção sintática”; para ela, estas refletiriam “mecanismos independentemente existentes, que expressam a interpretação média” (Lekakou, 2005, p. 51).⁴⁹ A autora atesta, com base em dados de diversas línguas, que não é possível

⁴⁵“(…) they express some modality, they are dispositional generics, they are non-eventive, and they are related to passive.”

⁴⁶Mas veja Iwata (1999, p. 530) para uma discussão e para exemplos de médias que apresentam interpretação não-genérica.

⁴⁷“[The regularity expressed by the middle is] a non-accidental one and it is due to some inherent characteristic properties of the entity denoted by the subject NP.”]

⁴⁸“On a purely descriptive level, personal middle constructions are generic sentences about the understood object. They feature an otherwise internal argument, the Patient/Theme, in syntactic subject position. Additionally, the otherwise external argument, the Agent, is demoted to an implicit argument, in other words it is syntactically suppressed. These properties of middles are shared by passives, a fact which led a number of authors to claim that the two structures are derived in the same way.”

⁴⁹“(…) middle does not exist as a syntactic construction”; “(…) independently existing mechanisms which convey the middle interpretation”.

estabelecer uma noção sintática uniforme e coerente para definir as médias. Lekakou (2005) mostra, por exemplo, que no inglês, no alemão e no holandês, o agente implícito das médias é sintaticamente inerte. Já no francês e no grego, este é sintaticamente ativo, podendo ser realizado por uma *by-phrase*.

A seguir, introduzimos um exemplo da autora, que mostra que *by-phrases* são possíveis com as médias no francês, “contanto que asseguremos que o DP dentro do PP seja do tipo certo” (Lekakou, 2005, p. 28):⁵⁰

- (21) Ces étoffes se repassent facilement par tout le monde
Estes tecidos REFL passar facilmente por todo o mundo
Esses tecidos podem ser facilmente passados por todo mundo

O DP “do tipo certo” a que se refere Lekakou (2005) é um DP não específico, similar àquele que se combina aos adjetivos modais aludidos na seção anterior. Desse modo, no que diz respeito ao licenciamento de *by-phrases*, tanto médias quanto adjetivos modais parecem impor uma restrição de genericidade (essa questão é retomada no Capítulo 5). Evidentemente, esta pode ser mais ou menos severa.

Em geral, *by-phrases* não são permitidas com as médias no PB, como ilustrado a seguir com um exemplo de Silva (2011, p. 68):

- (22) Essa porta abre facilmente (*pelo João).

A questão é se essa sentença se tornaria mais aceitável com uma *by-phrase* não específica, seguindo a observação anterior de Lekakou (2005), como exemplificado em (23) — que reflete o meu julgamento.

- (23) Essa porta abre facilmente (??por qualquer pessoa).

Silva (2011, p. 68) retoma um dado de Cambrussi (2007), reproduzido em (24), que mostraria que *by-phrases* em português são permitidas se tiverem interpretação de causa.⁵¹

⁵⁰“(…) [it is not impossible for middles to license a *by-phrase*], as long as we ensure that the DP within the PP is of the right type.”

⁵¹Cf. Essa porta abre fácil (??pela ação do vento).

(24) Esse edredon lava fácil *pela ação do novo jato d'água*.

Como observado no início deste capítulo, adjetivos modais, do ponto de vista de sua interpretação semântica, estão mais próximos das médias e das sentenças genéricas do que das passivas, visto que expressam uma propriedade geral. Além disso, no que diz respeito ao licenciamento de *by-phrases*, os adjetivos modais impõem algumas restrições, aludidas na seção 2.4 (i.e., adjetivos modais apresentam preferências por *by-phrases* não específicas, como notado por Chapin (1967) “por todo mundo”, “por qualquer um” etc.), ao contrário das passivas. Essas restrições, contudo, não são tão severas quanto as restrições que as médias impõem às *by-phrases*, embora pareçam ser de natureza similar (i.e., estariam relacionadas à noção de genericidade, como mostrado no exemplo (21)).

Para concluir, buscamos isolar as propriedades que os adjetivos modais compartilham com as médias, tendo em vista o seu aspecto caracterizador/genérico (i.e., “esse vaso *quebra fácil*”, “esse vaso é *quebrável*”). Essa questão é desenvolvida subsequentemente no Capítulo 5. Discutimos as implicações da definição de passiva de Bruening (2013), que adotamos neste trabalho, para estruturas como as médias, também investigadas por esse autor, e mostramos em que medida os adjetivos modais e as médias têm aspectos comuns.

2.6 A interpretação genérica

Chapin (1967) esboça uma ideia interessante a respeito da relação entre adjetivos deverbais e genericidade. O autor destaca que “muitas regras que derivam adjetivos de verbos apresentam a restrição de que o verbo deve aparecer no *tempo genérico*” (Chapin, 1967, p. 37).⁵² A esse respeito, o autor discute os seguintes exemplos:⁵³

- (25) a. French-speaking Canadians
b. gum-chewing secretary

⁵²“(…) many [other] rules which derive adjectives from verbs have the restriction that the verb must appear in the “generic tense.””

⁵³Traduzidos, *grosso modo*, como “canadenses-falantes-de-francês” e “secretário-mascador-de-chiclete”.

Em (25a), o autor destaca que a expressão não se refere a canadenses que estão falando francês no momento da enunciação; ao contrário, a expressão se refere a canadenses que falam francês, em um sentido genérico. Igualmente, em (25b), a expressão se refere a um secretário que masca chiclete, segundo Chapin (1967, p. 37), talvez excessivamente, mas não necessariamente a um secretário que está mascando chiclete em um momento específico.⁵⁴

Essa observação pode soar trivial, mas engloba uma questão importante a respeito de como a variável de evento que supostamente subjaz a essas expressões (i.e., introduzida por *speak* ‘falar’ e *chew* ‘mascar’) estaria disponível. Essa questão é retomada no Capítulo 5 e discutida à luz de um trabalho recente de Alexiadou, Gehrke e Schäfer (no prelo) que explora uma ideia no mesmo espírito. Os autores ampliam a noção de genericidade, como concebida por Carlson (1977) no âmbito nominal, para o ambiente verbal, no contexto da formação de passivas adjetivas. Em linhas gerais, os autores propõem que a variável de evento subjacente a determinados adjetivos não é instanciada no tempo e, portanto, permaneceria em um domínio genérico.

A literatura sobre genericidade é muito rica, e a compreensão acerca do tema evoluiu consideravelmente. Nesse contexto, é relevante discutir como entendemos o caráter genérico dos adjetivos modais. Um tipo de genericidade diz respeito a NPs que fazem referência a *espécies* (Carlson, 1977, 1989; Carlson e Pelletier, 1995; Krifka, 1987; Krifka et al, 1995; Pelletier e Asher, 1997; Müller, 2001). Alguns exemplos clássicos de Carlson (1977, p. 1-2) são: “*leões rugem*” e “*cachorros latem*”. Outro tipo é expresso sentencialmente. De acordo com Carlson (1989, p. 167), sentenças genéricas são encontradas em todas as línguas naturais e expressam uma regularidade, como “o sol nasce no leste”, em oposição a sentenças episódicas, a partir das quais é possível inferir uma regularidade.

Os adjetivos sob investigação neste trabalho também exibem caráter genérico, no sentido de serem interpretados como predicados caracterizadores, não-acidentais (ver Oltra-Massuet, 2014, p. 98 para uma discussão). No âmbito dos dois tipos de genericidade mencionados

⁵⁴Há contraexemplos a essa observação, citados pelo autor, como *sleeping-child* ‘criança-adormecida’ (Chapin, 1967, p. 38).

anteriormente, propomos que os adjetivos modais expressam genericidade sentencial. Isso quer dizer que o caráter genérico desses adjetivos não depende do caráter genérico do NP. Por exemplo, ao lado de um NP genérico, que denota espécie: “*felinos* são temíveis”, é possível ter um NP não genérico “*Zeus* é temível”. A interpretação seria “tipicamente/de maneira geral felinos/Zeus desperta(m) ou causa(m) temor”. Nesse caso, a genericidade advém do fato de que o evento de *temer* é genérico, atemporal, isto é, não se trata de um evento instanciado ou episódico — a exemplo do que Chapin (1967) observou. Oltra-Massuet (2014, p. 24) destaca que “adjetivos em *-ble* (...) são estativos, i.e. eles expressam uma propriedade (não-trivial) e expressam uma declaração genérica”, apesar de não explicitar como captar essa questão.⁵⁵

Em suma, em nossa proposta, a questão da genericidade é associada ao caráter modal disposicional do sufixo *-vel*. No Capítulo 4, essa questão é retomada, com respeito ao estudo da força modal do sufixo. A genericidade/atemporalidade também é uma propriedade das médias. Nesse sentido, captamos as semelhanças compartilhadas entre adjetivos modais, construções médias e sentenças genéricas.

2.7 Sobre os dados

Segundo o dicionário Houaiss (2009), o sufixo *-vel* tem origem do latim, *-bilis*, e significa “‘passível de’ ou mais raramente ‘agente de’ algo indicado pelo radical, que de regra é verbo”. O sufixo teve seu uso estendido nas línguas românicas, tendo assumido a forma *-ble* no espanhol e francês, e a forma *-bile* no italiano.⁵⁶ A forma inicial do sufixo, *-bil*, é registrada em *Os Lusíadas* de Camões (1572) em diversas ocorrências, como *possíbil*, *inexpugnábil*, *imóbil*, *insensíbil*, *insufríbil*, *invencíbil*, entre outras (Houaiss, 2009). Na derivação moderna, segundo Houaiss (2009), “subentende-se uma sequência que transita do vulg. para o culto, a exemplo de *-vel* > *-bilidade* (acusável: acusabilidade etc.)”.

Ambas as formas do sufixo, a antiga (*-bil*) e a moderna (*-vel*), podem coocorrer em

⁵⁵“(…) *-ble* adjectives (...) are stative, i.e they express a (non-trivial) property. They express a generic statement”.

⁵⁶O inglês herdou as formas em *-able* e *-ible*.

uma mesma palavra, como em *contabilizável*. Nessa formação, a base, *contábil* (datação de 1943), de *computabilis*, vem de *computare* ‘contar’ (datação de 1651). A partir de *contábil*, com o verbalizador, *-iz*, é derivada a forma *contabilizar* ‘fazer o cálculo de (algo)’ (Houaiss, 2009). Finalmente, a partir desta, é derivada a forma *contabilizável*, em consonância com a generalização de que esses adjetivos são majoritariamente deverbais.

Camara Jr. (1991, p. 86) destaca uma “complexidade da língua portuguesa, que prolonga uma situação latina”, a qual diz respeito à distinção entre o que o autor chamou de *radical* e *tema*. O tema, segundo o autor, é o radical ampliado por uma vogal determinada, que “coloca os verbos em uma classe morfológica”. Na mesma direção, Oltra-Massuet (1999, p. 5) observa que, nas línguas românicas, os verbos são idiossincriticamente classificados segundo a sua classe de conjugação, baseada na realização da vogal temática. No português, temos a primeira classe, em *-a-* (*cant-a-r*, *am-a-r*); a segunda classe, em *-e-* (*beb-e-r*, *tem-e-r*); e a terceira classe, em *-i-* (*dorm-i-r*, *sa-i-r*). Quanto à afixação em *-vel*, nota-se que esse sufixo é antecedido por uma vogal temática, a depender da classe a que pertence a base (e.g., *amar* - *amável*, *temer* - *temível*).

Oltra-Massuet (1999) investiga a natureza e a função da vogal temática, a partir do estudo do sistema verbal do catalão. Segundo a autora, a vogal temática não tem função sintática ou semântica, sendo concebida como “a realização de um requisito de boa formação morfológica de um núcleo funcional sintático *v* (=‘vezinho’)” (Oltra-Massuet, 1999, p. 12).⁵⁷ Fundamentalmente, a autora propõe estender esse requisito a todos os núcleos funcionais, como ilustrado em (26), em que *F* representa um núcleo funcional e *th* representa a posição destinada à vogal temática (Oltra-Massuet, 1999, p. 12).

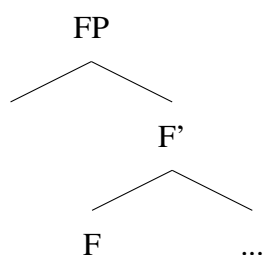
(26) a. Condição de boa formação morfológica de F_0 's

Todo F_0 requer uma posição temática⁵⁸

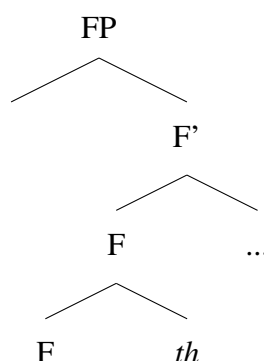
⁵⁷“(…) the realization of a morphological well-formedness requirement on a syntactic functional head *v* (=‘little *v*’)”.

⁵⁸“Morphological well-formedness condition on F_0 's. Every F_0 requires a theme position”.

b. Sintaxe



Morfologia



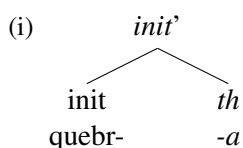
O português ilustra uma tendência observada também para o catalão e o espanhol, quanto à ocorrência da vogal temática *-a-* com a primeira classe, e da vogal temática *-i-* tanto para a segunda quanto para a terceira classe, como exemplificado a seguir.⁵⁹

- (27) a. I Classe: *ajustar – ajust-á-vel*.
 b. II Classe: *beber – beb-í-vel*.
 c. III Classe: *traduzir – traduz-í-vel*.

Nota-se, contudo, outras ocorrências, mais raras, como *indel-é-vel* (datação de 1836) via *indelebilis* de *delere* ‘apagar’; e *sol-ú-vel* (datação de 1828) via *solubilis* de *solvere* ‘soltar’. São registrados (Houaiss, 2009), ainda, pares como *vend-á-vel* (datação de 1524-1585), do francês *vendable*, e *vend-í-vel* (datação de 1572), do Latim *vendibilis*, de *vendere* ‘vender’; e *desprez-á-vel* (datação sXV), e *desprez-í-vel* (datação sXIV), de *desprezar*: *des-*, que exprime oposição, e *prezar* ‘estima’.

Com base em dados do catalão, Oltra-Massuet (1999, p. 19) destaca que apenas a primeira conjugação é totalmente produtiva; nesse sentido, “quando um novo verbo é criado,

⁵⁹Em nossa análise dos adjetivos modais, a questão da vogal temática pode ser acomodada no mesmo espírito, assumindo uma posição temática designada pela projeção verbal mais alta à qual o sufixo se combina, ou seja, pelo núcleo de Iniciação, como exemplificado a seguir:



ele geralmente pertence à primeira conjugação”, que seria uma espécie de classe *default*.⁶⁰ Essa tendência, como esperado, também é observada na forma adjetiva, que exhibe a realização da vogal temática *a* em formações recentemente cunhadas. A seguir, em (28), introduzimos alguns exemplos de formas recentes em *-vel* do português brasileiro, coletadas diretamente por nós ou relatadas por outros falantes, que ilustram essa tendência.

(28) Formações recentes em *-vel*

- a. *bicicletável*: cidade, lugar ou trajeto passível de (ou próprio a) ser percorrido de bicicleta.⁶¹
- b. *camisetável*: de um tecido ou material a partir do qual pode ser feito uma camiseta.⁶²
- c. *canetável*: prova de aluno que deve ser rigorosamente corrigida.⁶³
- d. *colherável*: de uma comida que pode ser servida/apresentada em uma colher.⁶⁴
- e. *facebookável*: algo próprio para ou que merece ser publicado no *facebook*.⁶⁵
- f. *instagramável*: algo próprio para ou que merece ser fotografado e publicado no *instagram*.⁶⁶
- g. *tagarelável*: quem está disponível para conversar via *WhatsApp*.⁶⁷

Segundo Ultra-Massuet (2014), este é um dos sufixos mais produtivos translinguisticamente. Chapin (1967, p. 178) registra aproximadamente 3600 formas terminadas em *-able* e 550 formas terminadas em *-ible* no inglês. No português brasileiro, o dicionário Houaiss (2009) lista mais de 1500 formações em *-vel*. Além de formas lexicografadas, que corroboram

⁶⁰“[of the three Catalan conjugations, only the first conjugation is fully productive], when a new verb is coined, it generally belongs to the first conjugation.”

⁶¹Exemplo facilmente encontrado com busca no Google, também usado como “roupa bicicletável”: roupa própria ou boa para andar de bicicleta.

⁶²Exemplo de Cristina Schmidt (c.p.).

⁶³Exemplo de Bete Morais (c.p.), de “passar a caneta”.

⁶⁴Exemplo extraído de um dado de fala natural em programa de culinária (julho de 2015): “feijoada não é um prato *colherável*”.

⁶⁵Exemplo de Bete Morais (c.p.).

⁶⁶Exemplo de Laila Melchior (c.p.), de um dado de fala natural “sua casa é muito *instagramável*”.

⁶⁷Exemplo de Bete Morais (c.p.), de ‘tagarelar’.

a produtividade desse sufixo, os dados em (28) atestam a corrente produtividade de *-vel* na língua, no sentido de ser um sufixo ‘ativo’, usado na formação de novas palavras.

Halle (1973, p. 1) observa que “[o]s falantes de uma língua normalmente possuem conhecimento não apenas sobre as palavras da língua, mas também sobre a sua composição e estrutura”.⁶⁸ Ainda de acordo com Halle (1973, p. 13), “regras de formação de palavras devem ter acesso ao dicionário, i.e., certas palavras pressupõem a existência de outras palavras”.⁶⁹ Para o autor, o *dicionário* seria “o conjunto de palavras que de fato ocorre na língua”.⁷⁰ Ao se transpor essa observação para os dados em (28), essas formas novas pressuporiam a existência de outras palavras (i.e., outros adjetivos em *-vel* similares na língua). Além disso, esses novos adjetivos parecem também pressupor algumas formas “inexistentes”, mas *potenciais*, como, por exemplo, ‘*bicicletar*’.

Essa observação é consistente com a ideia da preferência do sufixo *-vel* por bases verbais. No entanto, a noção de verbo não precisa ser categorialmente definida no sentido de Aronoff (1976), como discutido na seção 2.3, em termos da Hipótese da Base Única.⁷¹ Da perspectiva deste trabalho, a categoria do verbo é decomponível em três núcleos (i.e., *iniciação*, *processo* e *resultado*). Com isso, supomos que, nos exemplo em (28), essas formações incluam projeções verbais que identifiquem, pelo menos, as porções de *iniciação* e *processo*. O mesmo raciocínio se aplica a formas como *presidenciável*, *prefeitável* e *reitorável*.

Os dados discutidos ao longo deste trabalho vêm de fontes variadas e são analisados do ponto de vista sincrônico, mas considerações sobre a diacronia são eventualmente discutidas. Dados extraídos de trabalhos prévios que abordam o mesmo tema, no PB e em outras línguas, são referenciados ao longo das discussões. Além disso, coletamos (e atestamos) dados em dicionários. Para a pesquisa lexicográfica em português, usamos a versão eletrônica 3.0 do

⁶⁸“Speakers of a language normally possess knowledge not only about the words of the language but also about the composition and structure of the words.”

⁶⁹“(…) rules of word formation must have access to the dictionary, i.e., [that] certain words presuppose the existence of other words.”

⁷⁰“[This] set of actually occurring words [will be called *the dictionary of the language*.]”

⁷¹A hipótese de que sufixos derivacionais elegem sempre uma base de determinada categoria lexical (e.g., *-able_v* e *-able_n*).

Dicionário Houaiss (2009). A ferramenta oferece a opção denominada *busca combinada*, que permite pesquisa orientada por *Classificação gramatical* (para a qual selecionamos *adjetivo*) e *Terminado por* (para a qual indicamos *-vel*). Essa pesquisa resulta em 1575 verbetes. Como não se trata de um trabalho quantitativo, a pesquisa lexicográfica teve o objetivo de atestar a existência de determinadas formas, substanciar as paráfrases usadas ao longo da tese, bem como fornecer exemplos e definições.

Finalmente, também coletamos dados na Internet, usando buscas simples no Google. As referências às URLs seguem ao longo do trabalho em nota de rodapé. Falantes nativos foram informalmente consultados para complementar nossos julgamentos de gramaticalidade, que são reportados ao longo das exposições. Dados de outras línguas também são discutidos ao longo do trabalho, para fortalecer determinadas generalizações, para efeito comparativo, bem como parte da revisão de literatura sobre o tema. Para os dados do inglês, quando necessário, consultamos a versão eletrônica do New Oxford American Dictionary (2013); do contrário, consideramos as definições e paráfrases providas pelos autores, e procedemos da mesma maneira para as demais línguas eventualmente discutidas ao longo do trabalho.

2.8 Conclusão

Este capítulo estabeleceu importantes generalizações sobre os adjetivos modais, no sentido de substanciar as discussões propostas nos capítulos subsequentes. Em primeiro lugar, discutimos a questão da modalidade. Propomos analisar o sufixo *-vel* no âmbito da modalidade dinâmica. Particularmente, estabelecemos o caráter disposicional desse sufixo, que seria relativizado a determinadas propriedades, seguindo o trabalho de Brennan (1993). As leituras discutidas ao longo desta seção (de possibilidade, subjetiva, factual etc.) estariam correlacionadas a esse tipo de modalidade e à sua combinação a diferentes tipos de eventualidade. Essa questão é expandida no Capítulo 4.

Em seguida, abordamos as possíveis bases de afixação de *-vel*. Partimos da observação de que esse sufixo, em geral, forma adjetivos deverbais. Discutimos, contudo, casos em que o sufixo se combina a raízes não verbais, especificamente nomes. No âmbito dessa discussão,

mostramos como diferentes propostas explicam a existência de formas como *presidenciável* (de *presidente*). Neste trabalho, partimos da hipótese de que há um único sufixo *-vel* que seleciona uma projeção não saturada de Voz (ou Iniciação). Assim, o sufixo se combinaria a determinadas raízes que se conformariam a estruturas que identificam projeções verbais de *iniciação* e *processo*. Formações recentes no português, registradas na seção 2.7, que não são derivadas de bases verbais (e.g., *bicicletável*, de ‘*bicicleta*’), atestariam essa tendência, tendo como base o que se pode chamar de *verbos potenciais* nessa língua (i.e., *bicicletar*).

Também discutimos a relação dos adjetivos modais com a passiva. Nesse contexto, retomamos importantes análises prévias que abordaram essa questão, tanto do ponto de vista de propostas lexicalistas quanto sintáticas, e abordamos a questão da (in)compatibilidade desses adjetivos com *by-phrases*. Exploramos, ainda, a relação desses adjetivos com as médias e as sentenças genéricas. Propomos que os adjetivos modais são uniformemente derivados por uma operação passiva, como estabelecida no trabalho de Bruening (2013, 2014). Essa questão é desenvolvida no Capítulo 5, no qual explicitamos as propriedades que os adjetivos modais compartilham com as estruturas supracitadas e introduzimos novos dados do português relativos à realização de *by-phrases*.

Finalmente, apresentamos também uma seção dedicada a introduzir os dados investigados na tese, que inclui: um breve histórico do sufixo *-vel*; considerações sobre a morfologia dos adjetivos modais, especificamente no que concerne à realização da vogal temática; além do registro de formações recentes em *-vel*, atestadas por nós.

Capítulo 3

A arquitetura da gramática

3.1 Introdução

Este capítulo tem como objetivo discutir a questão da arquitetura da gramática, subjacente a qualquer análise de fenômenos no nível da palavra, e introduzir o modelo teórico de Ramchand (2008a), que adotamos na tese. Retomamos a familiar dicotomia entre teorias lexicalistas e não-lexicalistas, introduzida no Capítulo 1. Em vez de traçar um panorama do desenvolvimento dessas teorias, optamos por comparar efetivamente análises sobre os adjetivos modais e as passivas elaboradas a partir de cada orientação teórica.¹ O estudo das passivas é incluído, visto que as passivas e os adjetivos modais estão intimamente relacionados, como discutido no capítulo anterior. Além desta breve introdução, a seção 3.2 discute o trabalho de Wasow (1977) sobre as passivas e os adjetivos em *-able* no inglês, desenvolvido de uma perspectiva lexicalista. A seção 3.3 é dedicada às análises de Embick (2004), para as passivas no inglês, e de Oltra-Massuet (2010, 2014), para os adjetivos em *-ble* no inglês, espanhol e catalão. Ambas as análises são desenvolvidas no âmbito da Morfologia Distribuída (MD), uma teoria não-lexicalista. A seção 3.4 apresenta uma síntese preliminar do capítulo. A seção 3.5 traz a discussão das análises introduzidas na seção 3.3, destacando pontos em que a proposta defendida nesta tese diverge (ou não) destas. A seção 3.6 é destinada a apresentar o modelo de Ramchand (2008a). A seção 3.7 discute as implicações da adoção desse modelo para a análise dos adjetivos modais. Finalmente, a seção 3.8 apresenta as conclusões.

¹Cabe destacar que ambas as teorias têm diversas implementações, e não constituem teorias monolíticas. O trabalho de Chomsky (1970) é tido como o texto fundador da hipótese lexicalista, como apontado no Capítulo 1, mas Marantz (1997, p. 221) oferece uma releitura do trabalho de Chomsky (1970) como um argumento definitivo *contra* o léxico gerativo. Outros trabalhos que seguiram essa tradição incluem Halle (1973), Wasow (1977) e Di Sciullo e Williams (1987). Diferentes implementações de teorias não-lexicalistas incluem Halle e Marantz (1993); Borer (2003, 2005, 2013, 2014) e Ramchand (2008a, 2008b), para algumas das propostas mais influentes.

3.2 Diferentes fontes: regras lexicais e transformações

Em um artigo clássico, Wasow (1977) propõe que a gramática opera com dois tipos de regras, *transformações* e *regras lexicais*. O autor provê cinco critérios distintivos entre elas, mostrados na Tabela 3.2.

Tabela 3.2 Wasow (1977, p. 331)

| | REGRAS LEXICAIS | TRANSFORMAÇÕES |
|------------|---|---|
| Critério 1 | não afetam a estrutura | não necessariamente preservam a estrutura |
| Critério 2 | podem relacionar itens de categorias diferentes | não mudam rótulos categoriais |
| Critério 3 | são locais | não necessariamente são locais |
| Critério 4 | são aplicadas antes de transformações | podem ser alimentadas por transformações |
| Critério 5 | têm exceções idiossincráticas | têm poucas ou nenhuma exceção |

O critério 1 diz respeito à ideia de que as transformações operam em determinadas sequências e podem “deformar” estruturas, enquanto itens relacionados por meio de regras lexicais não são afetados, mas inseridos em estruturas prontas (Wasow, 1977, p. 328). Segundo Harris (1964, p. 418), uma “análise transformacional descreve as sentenças como sendo compostas de outras sentenças”, como exemplificado a seguir em (1).²

(1) The man who spoke just left

O homem que falou acabou de sair

Essa sentença, segundo Harris (1964, p. 418), é formada por outras duas sentenças, ilustradas em (2), que estão ligadas por um conectivo do tipo *qu-* (*wh-*).

²“(…) a transformational analysis describes sentences as being composed of sentences.”

- | | | |
|-----|--|---------------------------------------|
| (2) | The man just left <i>O homem acabou de sair</i> | The man spoke <i>O homem falou</i> |
|-----|--|---------------------------------------|

O autor propõe o termo *transformação* para esse tipo de relação entre as duas sentenças, “uma vez que é uma transformação dos membros de um conjunto em outros membros desse conjunto, com a manutenção de algumas propriedades importantes” (Harris, 1964, p. 419).³ Outro exemplo é oferecido por Chomsky (1957, p. 43), para a relação entre uma sentença ativa e sua contraparte passiva — a chamada *transformação passiva*, que consiste na regra em (3).⁴

- (3) Se S_1 é uma sentença gramatical com a forma

$NP_1 - Aux - V - NP_2$,

então a sequência correspondente com a forma

$NP_2 - Aux + ser + -d- - V - por + NP_1$

também é uma sentença gramatical

Segundo Chomsky (1957, p. 44), “uma transformação gramatical T opera em uma sequência com determinada estrutura de constituintes e converte essa sequência em uma nova sequência, com uma nova estrutura de constituintes derivada”.⁵ É nesse sentido que se entende a ideia do critério 1 de que transformações podem afetar estruturas.

O critério 2, segundo Wasow (1977, p. 329), é justificado basicamente por razões históricas, fundamentado na tradição lexicalista e no que se assumia à época para o tratamento de outros fenômenos, como as nominalizações. Além disso, segundo o autor, nenhuma das transformações documentadas na literatura até então envolviam mudança de categoria. Para as nominalizações, por exemplo, em que há mudança de categoria de verbo para nome, a proposta é a de que esta resulta de regras lexicais. Portanto, o critério 2 provê um diagnóstico por excelência para identificar regras lexicais.

³“(…) since it is a transformation of members of a set into other members of the set, preserving some important properties.”

⁴“[(34)] If S_1 is a grammatical sentence of the form: $NP_1 - Aux - V - NP_2$, then the corresponding string of the form: $NP_2 - Aux + be + en - V - by + NP_1$ is also a grammatical sentence”. Observação importante: Wasow (1977) não adota explicitamente uma formulação da transformação passiva em seu trabalho.

⁵“A grammatical transformation T operates on a given string (...) with a given constituent structure and converts it into a new string with a new derived constituent structure”.

O critério 3 está relacionado aos critérios 1 e 2. Transformações alteram estruturas e mapeiam os chamados marcadores frasais, como ilustrado em (3). Já regras lexicais só são capazes de mapear itens lexicais. Por essa razão, estas são consideradas “mais locais” pelo autor. Segundo Wasow (1977, p. 330), “regras lexicais não devem ser capazes de fazer referência a aspectos do ambiente em que um item lexical aparece, para além daqueles aspectos que, por razões independentes, já devem estar incluídos nas entradas lexicais”.⁶

O critério 4 segue naturalmente da arquitetura da gramática adotada pelo autor. Segundo Wasow (1977, p. 330), “regras lexicais relacionam itens no léxico, enquanto transformações devem operar em marcadores frasais nos quais os itens lexicais foram inseridos”.⁷ Por isso, apenas transformações podem ser alimentadas por outras transformações.

O critério 5 segue a tradição bloomfieldiana que concebe o léxico como o lugar das idiosincrasias, e a sintaxe como o lugar das regularidades. De acordo com esses critérios, transformações são regras da alçada da sintaxe, ao contrário de regras lexicais, que atuam no léxico. Para provar que esses critérios fazem previsões corretas, o autor os aplica a três construções no inglês: as causativas, as passivas e os adjetivos em *-able*.⁸

3.2.1 As passivas e os adjetivos em *-able* (Wasow 1977)

Quanto às passivas, Wasow (1977, p. 338-342) observa as manifestações categorialmente distintas das formas participiais passivas no inglês, exemplificadas a seguir.

(4) John was *helped* by Bill PASSIVA VERBAL

John foi ajudado pelo Bill

(5) A *painted* box sat on the table PASSIVA ADJETIVA

Uma caixa pintada estava sobre a mesa

⁶“(…) lexical rules ought not to be able to refer to aspects of the environment in which the lexical items appear, other than those aspects that must for independent reasons be included in the lexical entries anyway.”

⁷“(…) lexical rules relate items in the lexicon, while transformations must operate on phrase markers into which lexical items have been inserted.”

⁸Em nossa discussão, abordamos somente as duas últimas.

No exemplo (4), a forma participial *helped* é um verbo, como atesta a estrutura passiva com o auxiliar e a *by-phrase*. No exemplo (5), a forma participial *painted* é um adjetivo, fato evidenciado por esta ocupar posição prenominal, tipicamente associada ao adjetivo no inglês.⁹ O autor conclui que, no inglês, há dois tipos de passivas: verbais e adjetivas. Para Wasow (1977, p. 342), a gramática do inglês deve ser capaz de relacionar as estruturas passivas às suas contrapartes ativas. Uma vez que apenas algumas formas participiais passivas são adjetivas, o autor conclui que deve haver duas “fontes distintas” para derivar as passivas nessa língua. Para determinar quais são essas fontes, o autor aplica os critérios introduzidos na Tabela 3.2.

De acordo com o critério 2, regras lexicais podem relacionar itens de categorias diferentes, ao contrário de transformações. Esse critério prevê que a passiva adjetiva em (5) deve ser lexicalmente derivada. As passivas verbais, ao contrário, devem ser transformacionalmente relacionadas à sua contraparte ativa. Segundo Wasow (1977, p. 342), essa previsão é confirmada pelo critério 3, segundo o qual transformações não necessariamente são locais. As evidências apresentadas pelo autor seguem em (6) e (7). Nestes exemplos, o autor mostra que o sujeito derivado de uma passiva verbal nem sempre corresponde ao objeto direto do verbo (Wasow, 1977, p. 341-342).

(6) The turtle was given an ear of corn
A tartaruga ser.AUX dar.PART uma espiga de milho
À tartaruga foi dada uma espiga de milho

(7) There is believed to be a monster in Loch Ness
EXP acreditar.PART ser um monstro no Lago Ness
Acredita-se haver um monstro no Lago Ness

Em (6), como observa Wasow (1977), o sujeito derivado da passiva, *the turtle*, é o objeto indireto do verbo *give*. Em (7), o sujeito é um elemento expletivo, *there*. Com base nesses dados, o autor confirma a previsão do critério 3: transformações (não locais), que alteram estruturas e marcadores frasais, geram as passivas verbais no inglês. Wasow (1977, p. 350)

⁹Observe que essa distinção também é observada no português, como atestam as glosas. Em (4), a forma participial é um verbo, que ocorre em uma estrutura passiva, com o verbo auxiliar *ser* e o agente adjunto realizado pela *by-phrase* “pelo Bill”. Em (5), a forma participial é um adjetivo, realizado em posição atributiva.

também provê evidências semânticas para a existência dessas regras, com base na interpretação ambígua da estrutura seguinte.¹⁰

- (8) The door was *closed* ESTRUTURA AMBÍGUA
A porta foi/estava fechada

Essa sentença, segundo o autor, recebe as seguintes interpretações.

- (9) a. Alguém ou alguma coisa fechou a porta. LEITURA VERBAL/AGENTIVA
b. A porta não estava aberta. LEITURA ADJETIVA/ESTATIVA

No que diz respeito aos adjetivos em *-able*, o autor propõe, também com base no critério 2, que estes são derivados lexicalmente — uma vez que a maioria deles é deverbal, e regras lexicais relacionam itens de categorias diferentes. No entanto, antes de adotar como correta essa análise, o autor avalia brevemente a sugestão de Lakoff (1970 *apud* Wasow, 1977, p. 334) de que a regra que forma adjetivos em *-able* é uma transformação que opera no *output* de uma transformação passiva, como ilustrado a seguir.¹¹

- (10) His handwriting can be read → His handwriting is readable
Sua letra pode ser lida *Sua letra é legível (ler + -vel)*

O interesse de Wasow (1977, p. 331) em discutir esse argumento deve-se ao fato de que, segundo o critério 4, apenas transformações podem ser alimentadas por transformações. Dessa maneira, se a proposta de Lakoff está correta, os critérios 2 e 4 são incompatíveis e fazem previsões conflitantes para essa classe de adjetivos. Wasow (1977, p. 334), entretanto, refuta os argumentos de Lakoff com base na observação de que alguns verbos que derivam adjetivos em *-able* possuem contrapartes passivas duvidosas, como mostrado em (11).

- (11) a. ?The condition of the library can be deplored
A condição da biblioteca pode ser deplorada

¹⁰Em português, novamente, as glosas distinguem as leituras possíveis: com o uso do auxiliar *ser* para a passiva verbal, e o uso da cópula *estar* para a passiva adjetiva.

¹¹O argumento de Lakoff é breve e está reproduzido integralmente em Wasow (1977, p. 334), razão pela qual retomamos os argumentos desse autor via Wasow (1977).

- b. The condition of the library is deplorable

A condição da biblioteca é deplorável

Para o autor, essa constatação enfraquece a proposta de que uma transformação passiva alimenta a regra que forma esses adjetivos no inglês. Wasow (1977, p. 336) propõe que adjetivos em *-able* podem ser parafraseados como em (10) por duas razões: (i) “o conteúdo semântico do sufixo *-able* é próximo a um dos significados de *can* (*poder*)”; e (ii) “a regra lexical que deriva adjetivos desse tipo é similar à passiva e identifica o sujeito do adjetivo com o objeto do verbo que lhe dá origem, assim como a passiva geralmente transforma o objeto direto em sujeito”.¹²

O fato de adjetivos em *-able* não poderem ser uniformemente relacionados às passivas (cf. (10) e (11)) confirma, segundo os pressupostos do autor, que esses adjetivos derivam de regras lexicais. Essa conclusão é fortalecida pelo critério 5, segundo o qual regras lexicais têm exceções idiossincráticas. Contudo, é importante observar que a “contraparte passiva” de certos adjetivos em *-able* não é boa em razão da escolha do modal, não por causa da passiva.¹³ Wasow (1977, p. 336) conclui que não há correlação especial entre ambientes que permitem passivas e adjetivos em *-able*. A regra lexical proposta pelo autor é representada a seguir (Wasow, 1977, p. 355).¹⁴

(12) a. $-able_{V_A} \text{ (II) = I}$

b. $-en_{V_A} \text{ (II) = I}$

Em (12), ‘ V_A ’ representa a mudança de categoria lexical realizada pela regra lexical de *-able* e *-en*, de verbo (V) para adjetivo (A); ‘I’ representa o *sujeito*; e ‘II’ representa o *objeto direto*. A regra faz menção à externalização do argumento interno (objeto direto) do verbo que

¹²“(…) the semantic content of the suffix *-able* is close to that of one meaning of *can*.”; “(…) the lexical rule relating verbs to the corresponding *-able* adjectives identifies the subject of the latter with the direct object of the former, just as the Passive usually turns a direct object into a subject.”

¹³O Professor Andrew Nevins (c.p.) observa que a ausência da paráfrase se dá em função da modalidade, não da passiva (e.g., “The condition of the library *should* be deplored” [‘A condição da biblioteca *deve/merece* ser deplorada’’]).

¹⁴A forma *-en* corresponde a (uma das realizações da) morfologia participial no inglês.

serve de base para a formação do adjetivo.¹⁵

Ainda que a formação desses adjetivos se resume a uma mesma regra lexical, essa proposta replica a regra da passiva na gramática, pois prevê, ainda, uma transformação passiva para acomodar a passiva verbal. A esse respeito, Wasow (1977, p. 355) afirma o seguinte: “[f]inalmente, quero levantar a questão quanto a por que deve haver duas regras passivas no inglês, cujos efeitos são muitas vezes idênticos, mas que não podem ser unificadas. Esse tipo de duplicação de esforço parece bastante indesejável. Não obstante, é exigido pelos fatos”.¹⁶ A tese fundamental de análises de natureza lexicalista é a de que há diferentes fontes para a formação de estruturas linguísticas. Essa ideia é resumida a seguir, para essa proposta particular.

(13) PROPOSTA DE WASOW (1977)

(I) PASSIVAS VERBAIS: derivadas por uma transformação passiva.

(II) PASSIVAS ADJETIVAS e (III) ADJETIVOS EM -ABLE: derivados por uma regra lexical.

Propostas posteriores tentam mostrar que essa duplicação não é necessária.

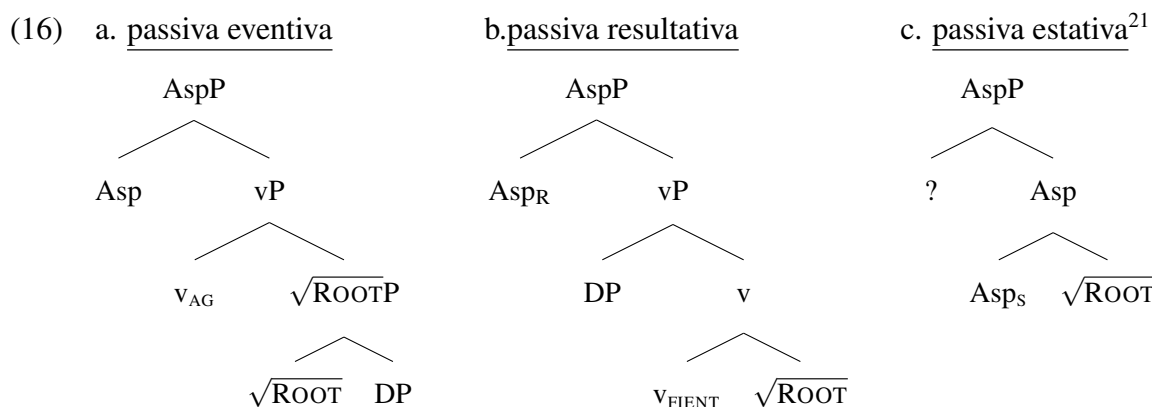
3.3 Diferentes estruturas: alturas de concatenação

As generalizações empíricas observadas por Wasow (1977) são explicadas por Embick (2004), para as passivas no inglês, e por Oltra-Massuet (2010, 2014), para os adjetivos em *-ble* no espanhol, catalão e inglês, sem o apelo a regras lexicais. Ambos os trabalhos são desenvolvidos de uma perspectiva sintática e adotam o modelo da MD. Um pressuposto básico desse modelo é o de que a sintaxe é o único mecanismo responsável por gerar estruturas linguísticas. A

¹⁵Ver regras similares propostas para os adjetivos em *-able* e para as passivas adjetivas, como (i) a *externalização* de Williams (1981, p. 93): Externalizar(tema), que determina, por exemplo, *read* (A, Th) → *readable* (A, Th); e (ii) a *Sole Complement Generalization* de Levin e Rappaport (1986, p. 631) “Um argumento que pode se comportar como o único NP complemento de um verbo pode ser externalizado pela regra de formação da passiva adjetiva” [“An argument that may stand as sole NP complement to a verb can be externalized by APF.”]. Ver também Fabb (1984) para uma proposta diferente, em que *-able* pode tanto ser um afixo sintático quanto lexical.

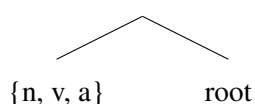
¹⁶“Finally, I want to raise the question of why there should be two passive rules in English, whose effects are so often identical, but which cannot be collapsed. This sort of duplication of effort would seem to be most undesirable. Nevertheless, it is demanded by the facts.”

Segundo Embick (2004, p. 362), “o núcleo aspectual (Asp) é o locus da morfologia ‘participial’”, onde podem ser inseridos *-ed*, *-en*, *-t* e \emptyset no inglês.²⁰ Esse núcleo ocupa diferentes posições na hierarquia de núcleos funcionais que compõem a estrutura interna das formas participiais no inglês. Passivas verbais e adjetivas são, portanto, estruturalmente distintas, como ilustrado a seguir.



Em (16), o termo *Root* (‘raiz’) representa “o membro acategorial do vocabulário lexical (em oposição ao vocabulário funcional)” (Embick, 2004, p. 362).²² Na MD, para recapitular, “todas as ‘categorias lexicais’ envolvem um núcleo categorial separado da raiz que cria o nome, verbo ou adjetivo.” (Marantz, 2001, p. 18), como exemplificado em (17).

(17) Raízes acategoriais (Marantz, 2001)



Em (16a), está exemplificada a estrutura da passiva verbal (Embick, 2004, p. 364). O núcleo Asp, que realiza a morfologia do participípio, está acima de *v*, núcleo verbalizador. Segundo Embick (2004, p. 364), a passiva verbal se distingue da passiva resultativa no que

²⁰“[In either case,] the Asp head is the locus of “participial” morphology.”

²¹Um esclarecimento é necessário com respeito a essa estrutura. Segundo Embick (2004, p. 363), “A interrogação na posição de especificador indica preocupação sobre onde o argumento é licenciado.” [“The question mark in the specifier position here indicates concerns about where the argument is actually licensed.”]. Essa discussão é retomada na seção 3.5.

²²“[By *Root* here I mean] ‘category-neutral member of the lexical (as opposed to functional) vocabulary’.”

diz respeito à agentividade, associada ao traço [AG] em v .²³ Para o autor, essa diferença é atestada, por exemplo, na ausência de *by-phrases* com as passivas resultativas (que realizariam o argumento externo implícito de passivas eventivas).

Já em (16b), a estrutura da passiva resultativa (Embick, 2004, p. 367) também prevê um núcleo verbalizador. No entanto, este não é idêntico ao v da passiva verbal em (16a). Embick (2004, p. 366) postula que o v de passivas resultativas carrega o traço [FIENT], um tipo de operador-BECOME (de “tornar-se”): “refiro-me ao traço em questão como [FIENT], com a observação de que este é relacionado a BECOME e FIENT (de inchoativo), traços familiares na literatura”.²⁴ Esse traço é responsável pela interpretação de um evento de transição a um estado. O autor propõe que o núcleo v_{FIENT} ocorre em posição de complemento do núcleo aspectual resultativo, representado por Asp_R .²⁵

As representações arbóreas em (16a) e (16b) mostram que, em ambos os casos, o núcleo aspectual, Asp , está combinado a estruturas de natureza verbal. Nessas representações, as raízes já estão categorizadas quando se combinam a Asp . Na passiva eventiva, por v_{AG} , e na passiva resultativa, por v_{FIENT} . Diferentemente, em (16c), a representação da passiva estativa mostra que Asp_S , núcleo aspectual estativo, está combinado a uma raiz (Embick, 2004, p. 364).

É importante lembrar que a distinção entre concatenação de um núcleo categorizador diretamente a uma raiz ou a uma palavra (raiz categorizada) tem importância teórica na MD. É por meio dessa distinção que Marantz (2001) reconstrói a dicotomia lexicalista (sintático *versus* lexical). Para o autor, “um lugar para se construir palavras é no domínio da raiz, concatenando um morfema à raiz antes de um núcleo funcional que determina a categoria sintática da palavra (N, V, Adj). Um segundo lugar é fora do domínio do núcleo funcional que determina a categoria

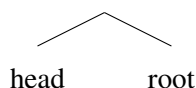
²³Nesse sentido, “[u]ma das principais diferenças entre a passiva eventiva e a resultativa é agentividade” [“One of the primary differences between the eventive passive and the resultative is agentivity”], e “a interpretação de agentividade está associada ao traço [AG] em v .” [“(…) the agentive interpretation is associated with the feature [AG] on v .”] (Embick, 2004, p. 364).

²⁴“I refer to the feature in question as [FIENT], with the note that it is of course related to BECOME and INCH (for inchoative), features familiar from the literature.”

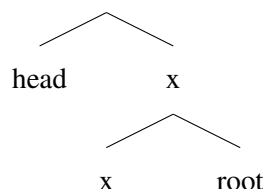
²⁵Embick (2004, p. 378) propõe a seguinte condição para v_{FIENT} : o seu complemento deve predicar de um DP que ocupa a posição de especificador de v_{FIENT} , como exemplificado em (16b).

sintática — os v’s, n’s e a’s” (Marantz, 2001, p. 7).²⁶ O primeiro é ilustrado em (18a), o segundo, em (18b), seguindo as representações do autor.

(18) a. domínio da raiz



b. domínio da palavra



Em (18b), *x* define um domínio cíclico ou uma fase, no sentido de Chomsky (2001).²⁷ Nessa estrutura, a raiz tem seu significado negociado no ambiente de *x*. Quando um núcleo se concatena a essa estrutura, ele só é capaz de acessar *x*. A identidade da raiz, qualquer que ela seja, não estaria mais disponível.²⁸ Desses dois tipos de concatenação, segundo o autor, seguem os contrastes: significados especiais ou idiossincráticos para (18a) e significados previsíveis ou composicionais para (18b). Essa proposta pode ser vista como a redefinição do critério 5 de Wasow (1977), discutido na subseção anterior.

Nesse sentido, a análise de Embick (2004) explora a proposta de Marantz (2001) e se distingue claramente da proposta de Wasow (1977). Para explicitar as diferentes leituras das formas participiais introduzidas em (14) e (15) e motivar as estruturas propostas em (16) para representá-las, o autor propõe uma série de testes que revela a estrutura interna dessas formações. Os exemplos de Embick (2004, p. 357), reproduzidos a seguir em (19), mostram a combinação do advérbio *cuidadosamente* aos diferentes tipos de passivas adjetivas.

²⁶“One place to build words is in the domain of a root, attaching a morpheme to the root before attaching a functional head that determines the syntactic category of the word (N, V, Adj) A second place to build words is outside the domain of functional head that determines syntactic category – the little v’s, n’s and a’s”.

²⁷*Fases* podem ser entendidas como certos domínios sintáticos que correspondem a domínios de *Spell-out*. Por exemplo, CP, DP e vP demarcam ciclos da derivação em que as estruturas são enviadas às interfaces: LF (*Logical Form* ‘Forma Lógica’) e PF (*Phonological Form* ‘Forma Fonológica’). LF é o nível de representação que estabelece interface com o sistema conceitual-intensional, e PF, com o sistema articulatório-perceptual.

²⁸Um argumento em favor de análise desse tipo é elaborado por Arad (2003, p. 747) em seu trabalho sobre os verbos denominais do hebraico. A redefinição dos dois lugares para a formação de palavras ganha formulação explícita pela autora, que postula uma *restrição de localidade* na interpretação das raízes: “às raízes são atribuídas interpretações no ambiente do primeiro núcleo categorizador com o qual elas são concatenadas. Uma vez que essa interpretação é atribuída, ela é levada ao longo da derivação” [(...) roots are assigned an interpretation in the environment of the first category-assigning head with which they are merged. Once this interpretation is assigned, it is carried along throughout the derivation.”].

- (19) a. The package remained *carefully opened*. PASSIVA RESULTATIVA
 b. * The package remained *carefully open*. PASSIVA ESTATIVA
O pacote permaneceu/ficou cuidadosamente aberto

A felicidade desse tipo de advérbio com o particípio resultativo em (19a) é tida como evidência de que há um evento na estrutura interna de *opened* — o evento subjacente de “abrir o pacote”.²⁹ Nota-se que esse evento está representado na estrutura (16b), em V_{FIENT} . Já em (19b), o advérbio não se combina com a forma participial puramente estativa, *open*. No âmbito dessa proposta, esse fato é esperado, dada a estrutura proposta em (16c), que não prevê um evento na estrutura interna da passiva estativa. Segundo Embick (2004, p. 363), “a ausência de *v* e de sua eventividade é responsável pela agramaticalidade do modificador adverbial”.^{30,31} No Capítulo 5, retomamos diversos desses testes para o português.

Essa proposta difere fundamentalmente da proposta de Wasow (1977), que postula duas fontes distintas para formar passivas no inglês. Embick (2004) estabelece uma classificação tripartite para as passivas nessa língua, e propõe que estas são geradas exclusivamente pela sintaxe. Suas diferenças são explicadas a partir de sua estrutura interna. Essa proposta é resumida a seguir.

(20) PROPOSTA DE EMBICK (2004)

Há três tipos de passivas, estruturalmente distintas, derivadas sintaticamente:

(I) PASSIVAS EVENTIVAS: $[_{AspP} Asp [_{VP} V_{AG} [_{\sqrt{ROOTP}} \sqrt{ROOT} DP]]]$

(II) PASSIVAS RESULTATIVAS: $[_{AspP} Asp_{PR} [_{VP} DP [_{V} V_{FIENT} \sqrt{ROOT}]]]$

(III) PASSIVAS ESTATIVAS: $[_{AspP} ? [_{Asp} Asp_S \sqrt{ROOT}]]$

²⁹Ver Embick (2004, p. 357-359) para outros testes relevantes, como a (im)possibilidade de complementação com verbos de criação, de servir como predicado resultativo secundário e de prefixação negativa.

³⁰“The absence of *v* and its eventivity is responsible for the ungrammaticality of the adverbial modifier”.

³¹Do ponto de vista semântico, segundo a proposta de Davidson (1967), verbos são predicados de evento. Assim, um verbo como *comer* não teria apenas os seus argumentos interno e externo, mas um terceiro argumento, que é uma variável de evento (*e*). Crucialmente, certos modificadores adverbiais são analisados como predicados de (*e*). Por exemplo: *Fernanda comeu vorazmente o bolo na cozinha à meia-noite* teria a seguinte representação: $\exists e[\text{comer}(\text{Fernanda}, \text{o bolo}, e) \ \& \ \text{vorazmente}(e) \ \& \ \text{na}(e, \text{cozinha}) \ \& \ \text{à}(e, \text{meia-noite})]$.

3.3.2 Os adjetivos em *-ble* (Oltra-Massuet 2010, 2014)

Oltra-Massuet (2010, 2014) subdivide os adjetivos em *-ble* em duas grandes classes, (i) *high -ble* e (ii) *low -ble*, com base em argumentos de natureza semântica, sintática e morfológica. A título de revisão, repetimos a seguir os exemplos de Wasow (1977), propostos para ilustrar sua tese de que os adjetivos em *-able* no inglês não são uniformemente associados a uma contraparte passiva (i.e., uma transformação passiva) — o que levou esse autor a propor que esses adjetivos são derivados de uma regra lexical (passiva).³²

(21) ✓ His handwriting can be read/✓His handwriting is readable

Sua letra pode ser lida *Sua letra é legível (ler + -vel)*

(22) ?The condition of the library can be deplored/✓The condition of the library is deplorable

A condição da biblioteca pode ser deplorada *A condição da biblioteca é deplorável*

Na proposta de Oltra-Massuet (2010, 2014), essas generalizações são captadas da seguinte maneira: adjetivos do tipo *high -ble*, como em (22), são deverbais e possuem em sua estrutura interna um componente passivo (v_{pass}) e um modal (Mod); já adjetivos do tipo *low -ble*, como em (23), são derivados de raiz e não possuem uma etapa verbal em sua estrutura interna, mas, sim, o componente modal (Mod) (ver Oltra-Massuet, 2014, p. 26). Com base na proposta de Embick (2004), Oltra-Massuet (2014, p. 150) analisa um adjetivo como *readable* como uma “estrutura resultativa modalizada”, e um adjetivo como *deplorable* simplesmente como um “adjetivo modalizado”.³³

Segundo a autora (Oltra-Massuet, 2014, p. 78), o sufixo *-ble* impõe dois requisitos à sua base: (i) a presença de um argumento interno (ou locativo); e (ii) (pelo menos a implicação de) um originador, entendido como agente, causa, experienciador ou força natural, que deve estar sintaticamente, lexicalmente ou conceitualmente disponível.³⁴ Portanto, o sufixo *-ble*

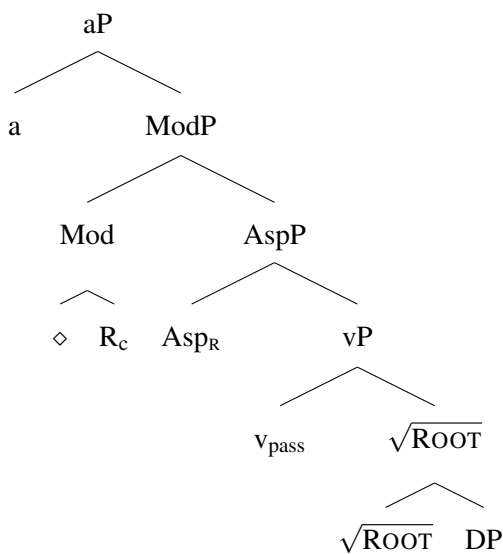
³²Oltra-Massuet (2010, 2014) não parte da análise de Wasow (1977) em seu trabalho. Essa comparação é estabelecida nesta subseção pois tomo o trabalho desse autor como ponto de partida da discussão.

³³“(…) modalized resultative structure”; “(…) modalized adjective”.

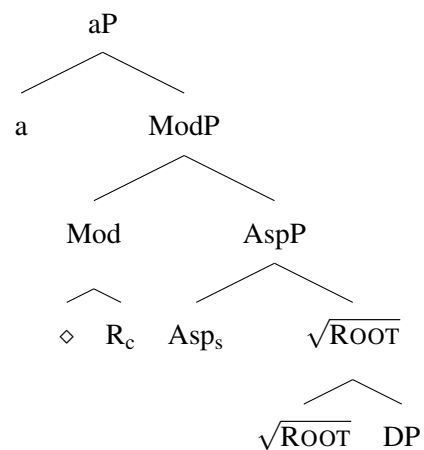
³⁴O argumento locativo, segundo a autora, é necessário para dar conta de casos como *navegável*, que exigem a presença de um locativo (i.e., *navegar em LOC*).

pode se combinar a diferentes estruturas, desde que estas preenchem seus requisitos. Na classe *high -ble*, o sufixo se combina acima do núcleo verbalizador, e na classe *low -ble*, a uma raiz (estativizada por *Asp_s*, mas não categorizada). Essas duas classes estão correlacionadas à distinção entre formações deverbais e de raiz, de forma análoga ao que Embick (2004) propõe para as passivas resultativas e estativas (v. também (18)). As estruturas propostas para representar essas classes estão exemplificadas em (23).³⁵

(23) a. HIGH -ble

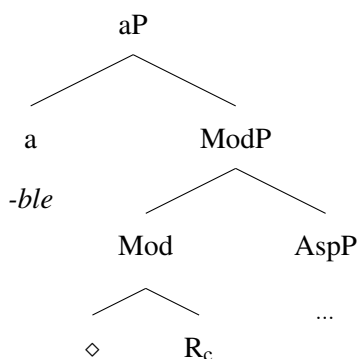


b. LOW -ble



A seguir, em (24), focamos unicamente na estrutura do sufixo *-ble*, compartilhada pelas duas classes de adjetivos.

(24) ESTRUTURA DE -ble



³⁵(23a) em Oltra-Massuet (2014, p. 151) e (23b) em Oltra-Massuet (2014, p. 153).

Segundo Oltra-Massuet (2014, p. 26), *-ble* é inserido em um núcleo adjetival, *a*, que mantém uma relação de c-comando com um núcleo modal, Mod. Para a autora (Oltra-Massuet, 2014, p. 117), *-ble* expressa uma relação modal de possibilidade, representada por \diamond (*diamond*), restrita por uma base modal circunstancial do tipo “em vista de propriedades do argumento externo do adjetivo”,³⁶ representada pelo restritor circunstancial R_c , estrutura que a autora adapta de Hackl (1998).³⁷

A variação na interpretação semântica desses adjetivos depende de o operador modal estar combinado a uma estrutura verbal, como em (23a), em que está presente um *v* com sabor passivo e um núcleo aspectual resultativo, Asp_R ; ou a uma raiz, como em (23b), estativizada por Asp_s . Segundo Oltra-Massuet (2014, p. 150), adjetivos do tipo *high-ble*, que recebem uma interpretação de possibilidade, “apresentam propriedades mistas das duas estruturas participiais eventivas de Embick (2003, 2004), uma vez que estes são resultativos e apresentam traços passivos verbais relacionados ao agente”.³⁸ Adjetivos do tipo *low-ble*, por sua vez, têm significado não é estritamente composicional. Para a autora, “boa parte dos casos que expressam o que se chama de modalidade *avaliativa* ou de *necessidade* se deve ao fato de que ModP se combina com complexos do tipo $\sqrt{-}Asp_s$, ainda não categorizados, de modo que o significado pode aparecer como não estritamente composicional” (Oltra-Massuet, 2014, p. 154).³⁹

Os testes usados para motivar essas estruturas são os testes familiares na literatura — (im)possibilidade de modificação adverbial, de expressar o argumento externo por meio de uma

³⁶“In view of certain properties of the external argument of the adjective.”

³⁷Na teoria da modalidade de Kratzer (1981, 1991), a base modal é um dos fundos conversacionais que determina o *sabor* de uma expressão modal. A questão da modalidade, crucial para entender esses adjetivos, é discutida no Capítulo 4. O que introduzimos sobre a modalidade de *-vel* no Capítulo 2 (a ser desenvolvido adiante), ainda que não explore a ideia de uma base modal circunstancial, é compatível com o que a autora propõe para *-ble* em termos de “propriedades (do argumento externo do adjetivo)”.

³⁸“[In a sense, then, *high-ble* adjectives] show mixed properties of the two eventive participial structures in Embick (2003, 2004), as they are resultative and show agent-related verbal passive features.” Observação importante: assumo que a autora tenha se referido a “duas estruturas participiais eventivas” em referência à passiva verbal (claramente *eventiva*) e ao fato de que a passiva adjetiva resultativa denota um estado resultante de um *evento* prévio. Cabe ressaltar, contudo, que a passiva adjetiva resultativa é *estativa* na análise de Embick, não *eventiva*.

³⁹“(…) that most cases express what has been called an *evaluative* or *necessity* modality is due to the fact that ModP combines with still uncategorized complexes of $\sqrt{-}Asp_s$, so that the meaning may appear as non-strictly compositional.”

by-phrase, entre outros. Como observado na subseção anterior, esses testes são comumente usados para diagnosticar a complexidade interna de palavras e mostrar se determinada formação possui em sua estrutura interna um núcleo verbal ou Voz. A seguir, apresentamos algumas evidências providas pela autora que justificam postular as classes *high -ble* e *low -ble*. Quanto a evidências morfológicas e semânticas, a autora propõe que adjetivos derivados de raízes, como *perceptible* ($\sqrt{\text{PERCEPT}}$), têm significado idiossincrático. Já adjetivos deverbais, como *perceivable* (*perceive* ‘perceber’), apresentam significado composicional, como mostram os exemplos seguintes, do inglês (Oltra- Massuet, 2014, p. 31).

- (25) a. *perceptible*/perceptível: ‘significativo’ LOW-BLE
 b. *perceivable*/percebível: ‘capaz de ser percebido’ HIGH-BLE

Quanto a evidências sintáticas, Oltra-Massuet (2014, p. 57) mostra em (26a), para o espanhol, e em (26b), para o catalão, que as duas classes de adjetivos exibem capacidade distinta de combinação com modificadores adverbiais.⁴⁰

- (26) a. **un sonido perceptible* durante una hora LOW-BLE
un som perceptível durante una hora
 b. *un llibre traduïble* en una setmana HIGH-BLE
um livro traduzível em uma semana

Quanto à evidência da presença de um argumento externo implícito, Oltra-Massuet (2014, p. 74-108) mostra que essas classes também se subdividem, de acordo com a (im)possibilidade de ocorrer com *by-phrases*, como ilustrado a seguir com exemplos do catalão.⁴¹

- (27) a. *L’*atac és deplorable* per el govern/la Maria LOW-BLE
O ataque é deplorável pelo governo/pela Maria

⁴⁰A escolha do modificador temporal “durante uma hora” em (??) e (??) talvez não seja um bom teste. A forma de verbal do adjetivo é igualmente ruim no meu julgamento “*percebível durante uma hora” ou mesmo a forma verbal “*percebi o som durante uma hora”, uma vez que se trata de uma eventualidade momentânea, nos termos de Bach (1986, p. 6), o que enfraquece esse teste. Essa questão é retomada no Capítulo 5.

⁴¹A autora observa que esses adjetivos só aceitam *by-phrases* genéricas. A questão da interpretação necessariamente genérica de *by-phrases*, observada pela primeira vez por Chapin (1967), é retomada adiante. Heloisa Salles (c.p.) questiona se *by-phrases* não seriam possíveis com a classe *low -ble*, como em “Esse caso é deplorável por qualquer um que tenha um pouco de sensibilidade”. Essa questão é retomada no Capítulo 5.

diferentes posicionamentos teóricos.⁴³ De uma perspectiva não-lexicalista, trabalhos recentes têm mostrado que passivas adjetivas envolvem mais estrutura verbal do que tradicionalmente assumido para línguas como o alemão, o inglês e o grego, possivelmente incluindo um núcleo Voz (ver Bruening, 2014; Alexiadou, Gehrke e Schäfer, no prelo). No que diz respeito às passivas estativas, Baglini (2012) propõe, com dados do inglês, que estas são consistentemente formadas de verbos de mudança escalar. A autora provê uma análise unificada das passivas de estado alvo e resultante de Kratzer (2000), ao formalizar um único estativizador para ambas.

No que diz respeito aos adjetivos modais, o trabalho de Oltra-Massuet (2014) é o estudo mais completo e detalhado dessas formações, mas estas são discutidas na literatura (de forma menos ou mais sistemática) há várias décadas. No português, destacamos os trabalhos de Basilio (2002), Salles e Mello (2005), Oliveira e Ngoy (2007) e Lobato (2010).

Na seção seguinte, discutimos as previsões das análises de Wasow (1977), Embick (2004), Oltra-Massuet (2010, 2014), nessa ordem, indicando os pontos em que nossa proposta converge ou diverge destas.

3.5 Discussão

A proposta de Wasow (1977) é claramente menos econômica, uma vez que propõe a duplicação da regra da passiva na gramática (como exemplificado em (13) na subseção 3.2.1). A regra lexical proposta por Wasow (em (12)) é uma regra similar à passiva, mas nada prevê sobre como determinado verbo se comporta quanto à chamada *transformação* passiva. Com isso, não há como relacionar formas participiais verbais ou adjetivas idênticas, tampouco estas aos adjetivos em *-able*. Além disso, não é possível explicitar as particularidades semânticas desses adjetivos, já que estas são atribuídas a idiosincrasias do léxico (rever critério 5 da Tabela 3.2). Dessa forma, algumas generalizações importantes se perdem. Essa é uma consequência indesejável da proposta.

⁴³Levin e Rappaport (1986), Kratzer (2000), Anagnostopoulou, (2003), Marantz (2005), Alexiadou e Anagnostopoulou (2008), Lundquist (2008), Medeiros (2008), Meltzer-Asscher (2011), Baglini (2012), Menuzzi (2012), Silva (2012), Silva (em preparação), Scher, Lunguinho e Rodero-Takahira (2014), McIntyre (2013), Gehrke (2013), Bruening (2014), Alexiadou, Gehrke e Schäfer (no prelo), entre muitos outros.

Ademais, no atual desenvolvimento da teoria gerativa, é difícil manter a separação clara entre léxico e sintaxe como dois módulos com capacidade gerativa, diante da riqueza de contra-exemplos e contra-argumentos à hipótese lexicalista.⁴⁴ Boa parte deles extrapola o tópico específico sob discussão; portanto, reflete problemas mais gerais desse tipo de arquitetura. As objeções dizem respeito a concepções lexicalistas sobre a distinção entre derivação e flexão, além da visão radical de que a sintaxe não teria acesso à estrutura interna das palavras.

Mesmo de uma perspectiva de gramática que concebe o léxico em um sentido mais tradicional, essas questões são desafiadoras. Aronoff (1976, p. 2), por exemplo, apesar de assumir a distinção entre flexão e derivação, considera que esta é “relativamente delicada”.⁴⁵ Fabb (1984, p. 137) reconhece casos em que “princípios sintáticos parecem operar em partes de palavras”.⁴⁶ O autor observa que a estrutura interna de alguns compostos remete à estrutura interna de uma sentença, como ilustrado a seguir (com grifo do autor).

(29) the **nut eating** giraffe (the giraffe eats nuts)

a girafa comedora de nozes (a girafa come nozes)

Argumentos de natureza conceitual contra o lexicalismo são muitos e estão amplamente discutidos na literatura (ver Marantz, 1997; Harley, 2008; Bruening, 2015). Em vez de focar em argumentos desse tipo, escolhemos reavaliar argumentos empíricos pontuais. Segundo Marantz (1997, p. 14), “a derrota do lexicalismo foi uma nobre derrota empírica — o lexicalismo fez previsões falsas”.⁴⁷ A respeito dessas previsões aludidas pelo autor, introduzimos a seguir alguns argumentos empíricos de outros autores. Embick (2004, p. 389), por exemplo, discute os predicados secundários resultativos no inglês, como o ilustrado em (30).

⁴⁴Ver Marantz (1997) para uma série de argumentos contra a hipótese lexicalista e Williams (2004) para uma reavaliação dos argumentos de Marantz (1997) e alguns esclarecimentos terminológicos. Alguns desses argumentos são discutidos ao longo desta seção.

⁴⁵Mesmo antes de Aronoff (1976), Halle (1973, p. 6) propunha, em relação aos fenômenos da morfologia derivacional, que “fatos que tradicionalmente têm sido tratados sob um rótulo distinto de *morfologia flexional* devem ser abordados de forma completamente paralela”. “[As far as I can tell], facts that traditionally have been treated under the separate heading of *inflectional morphology* must be handled in completely parallel fashion [to those discussed above]”.]

⁴⁶“(…) syntactic principles appear to be operating between the parts of the word itself”.

⁴⁷“The failure of lexicalism was a noble empirical failure — it made false predictions.”

- (30) The metal remained hammered flat
 O metal permaneceu martelar.PART chato
O metal ficou achatado

Segundo o autor, pelo critério distribucional, *hammered flat* é adjetival, pois aparece como complemento do verbo estativo *remain* ('permanecer'). Concretamente, Embick (2004, p. 389) observa que “formas resultativas com predicados resultativos secundários também são adjetivos”.⁴⁸ Como se trata de uma formação deverbal, esta deve ser derivada por meio de uma regra lexical (seguindo o critério 2 da Tabela 3.2). Assim, segundo o autor, se a forma *hammered flat* deve ser tratada como lexicalmente derivada, o predicado secundário frasal a seguir em também deve receber o mesmo tratamento.

- (31) The metal is [hammered [aP flatter than a pancake that has been
 O metal está [martelar.PART [aP mais chato do que uma panqueca que foi
 run over by a steamroller and stomped on by elephants]]
 esmagada por um rolo compressor e pisoteada por elefantes]]
*O metal ficou mais achatado do que uma panqueca que foi esmagada por um
 rolo compressor e pisoteada por elefantes*

No entanto, segundo o autor, é difícil determinar como essa estrutura seria derivada no léxico, visto que “um processo lexical não pode formar um adjetivo de *martelar* e o predicado resultativo secundário em (31) [originalmente (75)] porque processos lexicais não podem vir depois de processos sintáticos” (Embick, 2004, p. 389) — rever o critério 4 da Tabela 3.2.⁴⁹ Com base nessas evidências, Embick (2004) conclui que uma análise lexicalista faz previsões conflitantes e não é capaz de explicar esses dados.

Outra previsão problemática é discutida por Bruening (2014), que mostra que verbos de alçamento podem derivar passivas adjetivas no inglês, contra previsões lexicalistas. Os exemplos de Bruening (2014, p. 8) são reproduzidos a seguir.

- (32) a. North Korean citizens remained allowed to use mobile
 Norte coreanos cidadãos permaneceram.PART permitir.PART a usar móvel

⁴⁸“(…) resultatives with resultative secondary predicates are also adjectives”.

⁴⁹“(…) a lexical process cannot form an adjective out of *hammer* and the resultative secondary predicate in (75) because lexical processes cannot follow syntactic processes.”

devices.
aparelhos

Cidadãos norte-coreanos permaneceram autorizados a usar eletrônicos

- b. That transformation is not mentioned and seems believed to be
Aquela transformação não é mencionada e parece acreditar.PART ser
magical.

mágica

Aquela transformação não é mencionada e parece considerada mágica

As evidências providas pelo autor contrariam especificamente o critério 4 de Wasow. Para Bruening, a afirmação de que verbos de alçamento não formam passivas adjetivas no inglês é substanciada na literatura por uma amostra de apenas oito verbos, apesar de o inglês ter mais de cem verbos desse tipo. Os inúmeros contraexemplos discutidos pelo autor contrariam a ideia de que esses verbos não formam passivas adjetivas no inglês. Segundo Bruening (2014, p. 11), “[p]assivas adjetivas foram previamente apontadas como o caso típico de derivação lexical; o fato de que elas requerem um tratamento sintático enfraquece a própria existência de processos lexicais. Eu assumo que eles não existem, e que toda a formação de palavras é sintática”.⁵⁰

Outras evidências contra a hipótese lexicalista são providas por Bruening (2015) e dizem respeito a uma gama maior de fenômenos. Entre eles, a formação de compostos, passivas adjetivas e nominalizações; coordenação e elipse de partes de palavras; e casos em que modificação adverbial, perguntas *qu-* e foco têm como alvo subpartes de palavras.⁵¹ Diante dessas evidências, que mostram que a sintaxe tem acesso à estrutura interna das palavras, optamos por adotar uma abordagem não-lexicalista para os adjetivos modais.

Consideramos, de modo geral, que uma abordagem lexicalista não é capaz de responder satisfatoriamente às perguntas propostas na introdução deste capítulo quanto à variabilidade na interpretação semântica e à derivação dos adjetivos modais. No entanto, pretendemos manter

⁵⁰“Adjectival passives were previously touted as the paradigm case of a lexical derivation; the fact that they turn out to require a syntactic treatment undermines the very existence of lexical processes. I assume that there are none, and all word formation is syntactic.”

⁵¹Alguns exemplos de Bruening (2015, p. 6-9) seguem: (i) Coordenação e elipse de partes de palavras: “infra e ultrassons” [“infra- and ultra-sounds”]; (ii) Perguntas *qu-* que têm como alvo subpartes de palavras: “Quão “pré” é a pré-hipertensão?” [“How “pre” is prehypertension?”]; (iii) Foco em subpartes de palavras: “sex-ISTA, não sex-Y!” [“Sex-IST, not sex-Y!”].

um *insight* crucial da proposta desse autor. Observamos que os adjetivos modais têm um sabor passivo. Mesmo aqueles que, segundo Wasow (1977), supostamente não possuem uma contraparte boa passiva.

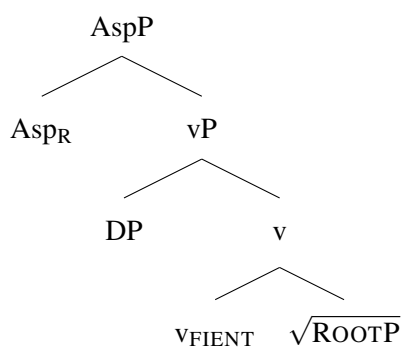
No que se segue, voltamo-nos às propostas de Embick (2004) e Oltra-Massuet (2010, 2014), desenvolvidas de uma perspectiva não-lexicalista, no âmbito da MD. Nessas propostas, as formas participiais, tanto verbais (eventivas) quanto adjetivas (estativas), e os adjetivos em *-ble* são sintaticamente derivados. Com isso, evita-se a duplicação de regras na gramática. No entanto, discutimos a seguir três questões que julgamos ser desafiadoras: a motivação das generalizações seletivas das raízes; a (in)capacidade de raízes introduzirem argumentos e projetarem; e certas previsões semânticas feitas para os adjetivos modais.

Uma questão interessante e fundamental para essas análises é a de como determinar a (boa) combinação das raízes com diferentes núcleos. Embick (2004, p. 380), por exemplo, observa que “[a] raiz que se concatena diretamente a v[FIENT], aparentemente, deve ser de um tipo particular” — *rever* (16b).⁵² Quanto aos adjetivos em *-ble*, Oltra-Massuet (2014, p. 154) observa que a semântica *não potencial* da classe de adjetivos do tipo *low -ble* “deve-se ao fato de que ModP se combina com complexos de $\sqrt{\text{RAIZ-Asp}_s}$ ”, como em (23b). A autora observa, ainda, que há um subconjunto desses adjetivos que expressa uma modalidade diferente, denominada *avaliativa*, que deriva de uma classe semanticamente homogênea de “raízes psicológicas”.

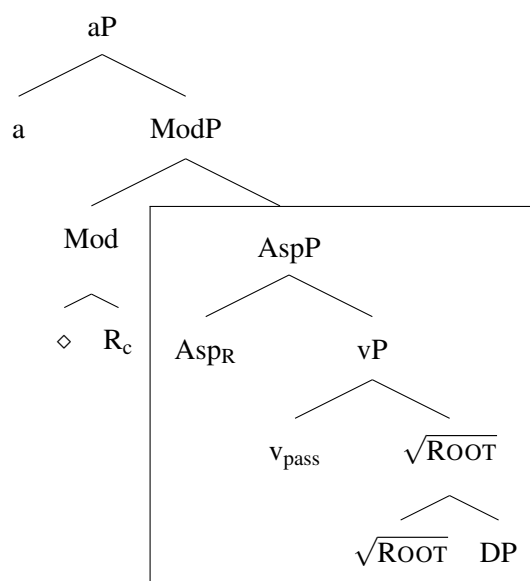
Oltra-Massuet (2014) sugere a correlação entre a passiva estativa (resultativa) de Embick (2004), repetida a seguir em (33a), e a classe de adjetivos *high -ble*, repetida a seguir em (33b).

⁵²“The Root that is directly merged with v[FIENT] must, it seems, be of a particular type.”

(33) a. passiva resultativa

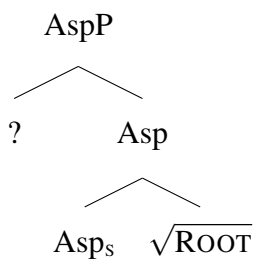


b. HIGH -ble

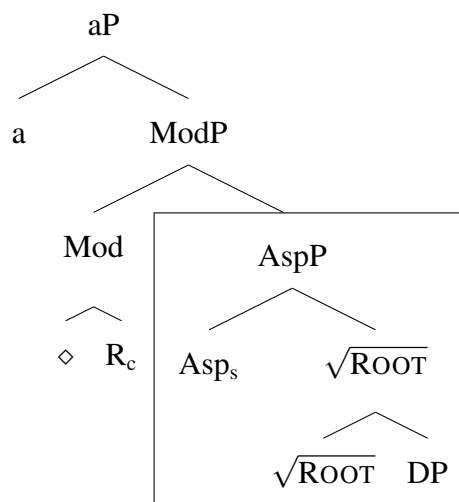


Para recapitular, os adjetivos do tipo *high -ble* são analisados pela autora como uma “estrutura resultativa modalizada” (rever subseção 3.3.2). Como evidenciado em (33b) com destaque nosso, uma estrutura similar à passiva resultativa é complemento de um núcleo de modalidade, Mod, ou seja, a estrutura da passiva resultativa de Embick (2004) está “embutida” em (33b). Esta seria a estrutura de adjetivos como *quebrável*, *traduzível*, *lavável*, *ajustável*. Consideremos, então, as estruturas seguintes, em (34), que compara a passiva estativa de Embick (2004) e os adjetivos do tipo *low -ble*.

(34) a. passiva estativa



b. LOW -ble



Essa análise não prevê por que uma raiz como $\sqrt{\text{QUEBR}}$ seria restrita a ocorrer apenas em uma estrutura como em (33b), mas não em (34b). Para fazer previsões sobre passivas estativas ou adjetivos em *-ble*, uma análise precisa de uma noção mais clara das consequências de se ter uma raiz “de um tipo particular” ou “psicológica”. Nota-se que a classe de adjetivos *low -ble* é construída com base em uma estrutura similar à da passiva estativa de Embick (2004), repetida em (34a), que aparece como complemento do núcleo modal, Mod. Se a raiz $\sqrt{\text{QUEBR}}$ forma passivas estativas, como ilustrado a seguir em (35), (supostamente com a estrutura em (34a)), é difícil determinar por que não se pode gerar a forma *low -ble* do adjetivo *quebrável* em (34b), com semântica não estritamente composicional.

(35) O espelho está (?violentamente) quebrado (*pelo menino).⁵³

É importante destacar que Oltra-Massuet (2014) não se compromete com previsões para a classe *low -ble* com base nas passivas estativas, como discutido acima. Para a autora, essa classe corresponde, simplesmente, a uma classe de adjetivos modalizados. A comparação proposta pela autora é entre *high -ble* e as passivas resultativas, como exemplificado em (33). No entanto, a estrutura representada em (34b), correspondente à classe *low -ble*, claramente é construída a partir de uma estrutura idêntica à da passiva estativa, como destacado. Assim, captar o comportamento das raízes que formam esses adjetivos nos diferentes ambientes (modais e passivos) seria uma consequência interessante e desejável da análise e, de maneira geral, do modelo; enfim, explicar por que Mod não se combina a qualquer complexo $\sqrt{\text{RAIZ-Asp}_s}$. Nenhum aspecto da análise da autora nos obriga a excluir essa possibilidade. Além disso, seria interessante explicitar a função de um núcleo Asp_s que se combina a raízes que já são estativas (e.g., *open*, para as passivas estativas (Embick, 2004), *love* para os adjetivos em *-ble* (Oltra-Massuet, 2010, 2014)).

A segunda questão a ser discutida diz respeito ao licenciamento dos argumentos das passivas adjetivas e dos adjetivos modais.⁵⁴ Esse também é um debate em aberto na teoria e

⁵³Mas compare ao exemplo “O espelho está (\checkmark completamente) quebrado”, que parece indicar que a modificação adverbial é possível quando diz respeito a um *estado* em si, mas não ao *modo* da ação.

⁵⁴Agradeço ao Professor Karlos Arregi por chamar a minha atenção para esse aspecto importante e por discuti-lo

abrange a questão geral de as raízes terem ou não capacidade de introduzir seus complementos diretamente e projetar. Para a passiva estativa, repetida anteriormente em (34a), Embick (2004, p. 363) representa com uma interrogação a posição em que o argumento é supostamente licenciado:

A interrogação na posição de especificador indica preocupação sobre onde o argumento é de fato licenciado. O pressuposto básico é o de que adjetivos são predicacões externas, e a estrutura para a passiva estativa é essencialmente a mesma estrutura que se atribuiria, por exemplo, a *feliz*. O argumento pode então ocupar a posição em que a interrogação aparece; mas, dadas questões que dizem respeito, por exemplo, a diferenças entre posição atributiva versus predicativa, eu não serei capaz de abordar essa questão mais a fundo.⁵⁵

Oltra-Massuet (2010, 2014) assume que as raízes são capazes de tomar complementos diretamente, como exemplificado previamente em (33b) e (34b). Essa questão é importante, e não há consenso na literatura quanto ao seu tratamento. Harley (2007, 2014), propõe, a partir do estudo do comportamento de expressões idiomáticas, que as raízes teriam, sim, capacidade de introduzir seus complementos diretamente. No que se segue, discutimos o argumento desenvolvido pela autora, que será reavaliado à luz das discussões de Alexiadou (2014) e Acquaviva (2008).

Uma ideia básica na teoria linguística é a de que o argumento interno é um argumento do verbo, enquanto o argumento externo é argumento de um núcleo específico, Voz (Marantz, 1984; Kratzer, 1996). Uma das evidências em favor dessa ideia é discutida por Kratzer (1996, p. 113-114), que retoma uma discussão original de Marantz (1984). Este autor observa que argumentos internos são capazes de gerar interpretações particulares de um verbo, ao contrário de argumentos externos, que raramente o fazem. Por exemplo, além da interpretação literal do verbo ‘matar’, em “matar a barata”, há diversas interpretações idiomáticas, que emergem na presença de argumentos internos específicos, como mostram os exemplos seguintes do

comigo.

⁵⁵“The question mark in the specifier position here indicates concerns about where the argument is actually licensed. A standard assumption is that adjectives are external predications, and the structure for the stative in (19) is essentially the same structure one would assign to, say, *happy*. The argument may then occupy the position where the question mark appears; but given further questions concerning, for instance, attributive versus predicative differences, I will not be able to address this issue further here.”

português.

- (36) a. *matar a saudade*: reencontrar alguém que não se vê há muito tempo.
b. *matar uma garrafa*: beber todo o conteúdo de uma garrafa.
c. *matar aula*: faltar voluntariamente à aula.
d. *matar a charada*: desvendar ou resolver uma charada, problema ou desafio.
e. *matar a bola*: (no futebol) dominar ou amortecer a bola.
f. *matar hora*: deixar o tempo passar, distrair-se.

Os diferentes argumentos internos de ‘matar’, ilustrados acima, induziriam as respectivas interpretações idiomáticas. Harley (2007, 2014) considera esse fato uma forte evidência em favor da hipótese de que as raízes introduzem seus complementos diretamente. A autora observa que, se argumentos internos fossem introduzidos por núcleos específicos, a exemplo do argumento externo, que é introduzido por Voz, previsões erradas seriam feitas quanto à possibilidade de interpretações idiomáticas, como as apresentadas em (36).

Segundo Harley (2014, p. 254), uma das consequências de se separar o argumento externo, como proposto por Kratzer (1996) com base em Marantz (1984), é a de que este não se compõe diretamente com o verbo. Para explicitar essa ideia e ilustrar concretamente a exposição de Kratzer (1996), apresentamos a seguir dois tipos de propostas que representam a relação entre um verbo e seus argumentos, com o exemplo de uma sentença simples, como “Violeta chutou a bola”. Em seguida, discutimos as implicações de cada uma dessas posições.⁵⁶

(37) VISÃO DAVIDSONIANA

$\lambda y \lambda x \lambda e [\text{chutar}(e)(x)(y)]$ $\exists e [\text{chutar}(e, \text{Violeta}, \text{bola})]$

(38) VISÃO NEODAVIDSONIANA

$\lambda e [\text{chutar}(e)]$ $\exists e [\text{chutar}(e) \ \& \ \text{agente}(e, \text{Violeta}) \ \& \ \text{tema}(e, \text{bola})]$

⁵⁶A terminologia *Davidsoniana* (ou *Neodavidsoniana*, *pós-Davidsoniana*) faz referência ao trabalho de Davidson (1967), que introduziu a noção de que certos predicados teriam um *argumento de evento*. Ao longo da exposição, o operador- λ (operador lambda) determina uma função, em que a variável prefixada pelo operador é um argumento dessa função, ao qual será determinado um valor (i.e., o valor que essa função atribui a x). Por exemplo: se o *input* de $\lambda x [\text{gato}(x)]$ é *Mimi*, obtém-se $\lambda x [\text{gato}(x)](\text{Mimi}) = \text{gato}(\text{Mimi})$.

Na visão Davidsoniana, representada em (37), o verbo introduz todos os seus argumentos. Já na visão neodavidsoniana, ilustrada em (38), o verbo introduz apenas o argumento de evento, e , e todos os outros argumentos são relacionados a esse argumento de evento de uma maneira específica (e.g., agente, tema etc.). O que Kratzer (1996) propõe, efetivamente, é que o argumento externo deve ser separado do verbo, como ilustrado em (39).⁵⁷

(39) VISÃO DE KRATZER (1996)

$$\llbracket \text{chutar} \rrbracket = \lambda x \lambda e [\text{chutar}(e)(x)]$$

Harley (2014, p. 254) se refere a essa proposta como “(semi) Neodavidsoniana”, em alusão ao fato de que a proposta de Kratzer (1996) de separar o argumento externo é uma espécie de “meio-termo” entre a visão Davidsoniana e a Neodavidsoniana. Em (39), o verbo ‘chutar’ introduz apenas um argumento diretamente, o seu argumento interno. Nesse caso, o verbo ‘chutar’ é uma função do tipo $\langle e, \langle s, t \rangle \rangle$, que mapeia indivíduos, e , a funções de eventos (s) a valores de verdade (t), do tipo $\langle s, t \rangle$. Assim, ao se compor com seu argumento interno, o VP formado, será do tipo $\langle s, t \rangle$, como exemplificado em (40), uma vez que a variável x é saturada.

$$(40) \llbracket \text{chutar a bola} \rrbracket = \lambda e [\text{chutar}(e)(a \text{ bola})]$$

A partir de (40), a questão é como introduzir o argumento externo do verbo, visto que essa estrutura só possui uma variável não saturada, a variável de evento, e . Segundo Kratzer (1996), o argumento externo é introduzido por um núcleo específico, Voz, representado a seguir.

$$(41) \llbracket \text{Voz} \rrbracket = \lambda x \lambda e [\text{Agente}(x)(e)]$$

O núcleo Voz se compõe com (40) por meio de uma operação denominada “identificação de evento”, ilustrada a seguir em (42), em que a função f corresponde a Voz, e g , ao VP.

⁵⁷Nessas representações, para uma expressão α , usa-se $\llbracket \alpha \rrbracket$ para indicar o valor semântico de α , conforme convenção notacional (Dowty *et al*, 1981, p. 19). Segundo Heim e Kratzer (1998, p. 15), “[p]odemos pensar em $\llbracket \]$ como uma função que atribui denotações apropriadas a expressões linguísticas.” [“We can think of $\llbracket \]$ as a function that assigns appropriate denotations to linguistic expressions.”].

(42) Event Identification (Kratzer, 1996, p. 122)

$$\begin{array}{ccc} f & g & \rightarrow & h \\ \langle e, \langle s, t \rangle \rangle & \langle s, t \rangle & & \langle e, \langle s, t \rangle \rangle \end{array}$$

Dessa forma, é possível continuar a derivação, a partir de h , como explicitado a seguir.

(43) Exemplo de identificação do evento

$$\begin{array}{ccc} f & g & \rightarrow & h \\ \langle e, \langle s, t \rangle \rangle & \langle s, t \rangle & & \langle e, \langle s, t \rangle \rangle \\ \lambda x \lambda e [\text{Agente}(x)(e)] & \lambda e [\text{chutar}(a \text{ bola})(e)] & & \lambda x \lambda e [\text{Agente}(x)(e) \ \& \ \text{chutar}(a \text{ bola})(e)] \end{array}$$

Assim, a partir de (43), a derivação prossegue como exemplificado abaixo.

(44) a. $\overline{[\text{Voz}]} = \lambda x \lambda e [\text{Agente}(x)(e) \ \& \ \text{chutar}(a \text{ bola})(e)]$ (**Violeta**)

b. $[\text{VozP}] = \lambda e [\text{Agente}(\text{Violeta})(e) \ \& \ \text{chutar}(a \text{ bola})(e)]$

Ao final da derivação, com o fechamento existencial do argumento de evento, temos a seguinte representação do exemplo proposto.

(45) Violeta chutou a bola

$$\exists e [\text{Agente}(\text{Violeta})(e) \ \& \ \text{chutar}(a \text{ bola})(e)]$$

A exposição ilustrou a ideia de que o verbo introduziria o seu argumento interno, mas o argumento externo seria introduzido por um núcleo específico, *Voz*. Daí vem a noção de que a relação do verbo com seu argumento interno seria mais próxima e induziria interpretações específicas, como mostrado em (36). A seguir, discutimos como Harley (2014) explora essa proposta para defender a hipótese de que raízes têm capacidade de selecionar argumentos.

Harley (2014, p. 255) observa que a noção de verbo assumida por Kratzer (1996) corresponde à noção de raiz na MD,⁵⁸ e propõe que “[r]aízes, ou mais precisamente, a interpretação introduzida pelas raízes, deve ter estrutura argumental — uma estrutura argumental que

⁵⁸“In the DM framework, the analogue to Kratzer’s lexical V projection is $\sqrt{\cdot}$.”

inclui o argumento interno, mas não o externo”.⁵⁹ A autora propõe, ainda, que “uma análise verdadeiramente neodavidsoniana, em que haja uma função Paciente(x)(e) e uma função de Modo separada para introduzir a contribuição da raiz do verbo não vai funcionar, ou melhor, vai fazer previsões erradas quanto a interpretações idiomáticas da raiz” (Harley, 2007, p. 8).⁶⁰ Dessa forma, concluindo que as raízes selecionam e introduzem seus argumentos internos.

Em direção contrária, Alexiadou (2014) apresenta evidências de que os argumentos internos de alguns verbos inacusativos podem ocupar posições estruturais distintas; logo, estes não seriam sempre introduzidos pela raiz. A autora mostra, ainda, que esses argumentos induzem, sim, interpretações idiomáticas. Essa evidência contraria a proposta de Harley (2014), segundo a qual as interpretações idiomáticas dependeriam crucialmente da capacidade de raízes introduzirem seus argumentos diretamente.

As evidências são baseadas no trabalho de Alexiadou e Schäfer (2011) e no que os autores chamaram de *unaccusativity mismatch*, como exemplificado em (49) (Alexiadou, 2014, p. 290).

- (46) a. There arrived a man (in the garden)
 EXP chegou um homem (no jardim)
Chegou um homem (no jardim)
- b. * There broke a glass (in the kitchen)
 EXP quebrou um copo (na cozinha)
Quebrou um copo (na cozinha)

O comportamento distinto desses verbos com respeito à possibilidade de inserção do expletivo, segundo a autora, indica uma diferença sintática entre a classe dos inacusativos. O verbo em (46a) é denominado inacusativo do tipo 1, e o verbo em (46b), do tipo 2. Para dar conta da diferença entre eles, a autora propõe que o argumento tema desses verbos ocupa posições estruturais distintas dentro do vP, como ilustrado a seguir (Alexiadou, 2014, p. 290).

- (47) a. vP there [ResultP theme]

⁵⁹“Roots, or more precisely, the interpretation introduced by roots, must have an argument structure — an argument structure which includes the internal argument, but not the external one.”

⁶⁰“A truly Neo-Davidsonian analysis, where there is, e.g., a function Patient(x)(e) and a separate Manner function that introduces the contribution of the verb root won’t work, or rather, will make the wrong predictions about idiomatic interpretations of the $\sqrt{\quad}$ ”.

b. vP *there/theme [ResultP]

As estruturas em (47) indicam a distinção entre inacusativos do tipo 1, de mudança de lugar, e do tipo 2, de mudança de estado. O exemplo (47b) mostra que o tema e o expletivo *there* competem pela mesma posição; por isso, a inserção deste é bloqueada. No que diz respeito à discussão sobre expressões idiomáticas, Alexiadou (2014, p. 291) mostra que verbos inacusativos de mudança de estado (tipo 2), cujos argumentos internos não seriam locais à raiz, sob essa análise, também apresentam efeitos idiomáticos, como mostrado a seguir.

(48) a. John changed the temperature in the room.

João mudou a temperatura da sala

b. *John changed the weather.

João mudou o tempo/clima

Nesses exemplos, segundo Alexiadou (2014, p. 291), há evidências de que o argumento interno não é local à raiz, com base nas considerações acima, mas, ainda assim, “nesse caso, uma combinação particular de verbo + objeto impõe requerimentos especiais ao argumento externo”.⁶¹ Dessa forma, a autora conclui que o argumento externo deve ser separado do verbo, mas o argumento interno não necessariamente é introduzido pela raiz. Além disso, o fato de não ser introduzido pela raiz não invalida as generalizações acerca das expressões idiomáticas, como propõe Harley (2014).

Outro argumento convincente, de natureza conceitual, é elaborado por Acquaviva (2008, p. 15) contra a ideia de que as raízes introduzem argumentos diretamente.⁶²

Se assumirmos que raízes, além de não terem categoria sintática, também não têm quaisquer traços sintáticos, então elas são invisíveis para operações sintáticas. Na falta de informação sintática legível, elas não podem projetar: portanto, não pode haver ‘RaizP’, e nenhum argumento pode aparecer na posição de especificador ou de complemento de uma raiz. Apenas núcleos

⁶¹“(…) in this case, a particular verb + object combination imposes special requirements on the external argument.”

⁶²Ver também discussão recente em Acquaviva (2014) e Nóbrega (2015).

funcionais tomam complementos (...). A estrutura sintática é inteiramente determinada pelas propriedades dos núcleos funcionais.⁶³

Alinhamo-nos a esses autores (Acquaviva, 2008; Alexiadou, 2014), quanto à ideia de que argumentos devem ser introduzidos por núcleos funcionais. Nesse sentido, aproximamo-nos de uma visão Neodavidsoniana, ilustrada previamente em (38).

Por fim, discutimos a questão de como captar as interpretações semânticas propostas por Oltra-Massuet (2014) para a classe de adjetivos *high -ble* (deverbais) e *low -ble* (derivados de raiz). O poder preditivo do exemplo didático em (18a), subseção 3.3.1, é enfraquecido quando se examinam alguns adjetivos do segundo tipo, que teriam uma interpretação semântica não estritamente composicional, como ilustrado a seguir.

- (49) a. *afável*: delicado, educado no trato.
b. *audível*: que pode ser ouvido.
c. *comestível*: que pode ser consumido/comido; bom ou próprio para ser comido.
d. *formidável*: que inspira medo, admiração.

A autora destaca que a semântica *não potencial* da classe de adjetivos do tipo *low -ble* “deve-se ao fato de que ModP se combina a complexos ainda não categorizados de $\sqrt{-Asp_s}$, de modo que o significado pode aparecer como não estritamente composicional” (Oltra-Massuet, 2014, p. 154).⁶⁴ Entretanto, essa classe de adjetivos, segundo a autora, inclui as leituras de possibilidade, necessidade, avaliação ou nenhum tipo de modalidade (ver Oltra-Massuet, 2014, p. 148).⁶⁵ Ou seja, muitas acepções modais diferentes são atribuídas ao domínio da raiz, de modo que cabe perguntar se um estudo mais aprofundado do tipo de modalidade expressa por *-vel* não seria útil para iluminar a nossa compreensão acerca dessa variabilidade.

⁶³“To begin with, if one assumes that roots lack not just syntactic category, but all syntactic features, then they are invisible for syntactic operations. Lacking syntactically legible information, they cannot project: there can be, then, no ‘RootP’, and no argument may therefore appear in the specifier or complement position of a root. Only functional heads take complements (...). Syntactic structure is entirely determined by the properties of functional heads.”

⁶⁴“(...) is due to the fact that ModP combines with still uncategorized complexes of $\sqrt{-Asp_s}$, so that the meaning may appear as non-strictly compositional.”

⁶⁵“LOW *-ble* may express no modality, possibility or necessity”.

Assim, a questão é se podemos explicar por que a combinação do sufixo a esse complexo aludido pela autora gera significados “não potenciais” ou avaliativos, em (49a) e (49d), ou significados “potenciais”, em (49b) e (49c), que seriam próximos da classe de adjetivos do tipo *high -ble*. Outros adjetivos desse tipo que podem incluir uma interpretação de possibilidade são: *admissível*, *audível*, *comestível*, *compreensível*, *divisível*, *inteligível*, *potável*, *visível*. A autora observa, ainda, que certos adjetivos, classificados como *low -ble*, como *intelligible* (‘inteligível’) ou *potable* (‘potável’) são opacos quanto à sua forma (**intelligir*, **potar*), mas não quanto ao seu significado (Oltra-Massuet, 2014, p. 35).

Nesse sentido, buscamos investigar os fatores que determinam essas diferentes acepções. A modalidade é uma categoria relativa, de modo que é possível captar a sua variabilidade (Kratzer, 1977, 1981, 1991). Um aspecto importante ao qual nos dedicamos no capítulo seguinte é tentar elucidar a natureza dessa variação. Nota-se, como discutido no Capítulo 2, que uma leitura subjetiva ou avaliativa pode estar presente com adjetivos derivados de verbos de julgamento, como *condenável*, *censurável*. Alguns adjetivos deverbais como *durável* ou *perecível* também expressam “nenhum tipo de modalidade”, a exemplo de adjetivos classificados como *low -ble*. Nesse caso, teríamos uma leitura factual, “que dura”, “que perece”.⁶⁶ Além disso, há adjetivos que aparentemente permitem uma leitura ambígua entre a interpretação de possibilidade e a interpretação subjetiva ou avaliativa, como ilustrado a seguir, com dados do inglês.

- (50) a. *drinkable* ‘bebível’: 1. que se pode beber; potável; 2. saboroso; agradável ao paladar.
- b. *readable* ‘ler + -vel’: 1. que pode ser lido; legível; 2. fácil ou agradável de ler.

Oltra-Massuet (2014, p. 154) destaca que essa ambiguidade não enfraquece uma proposta

⁶⁶Como observado pelo Professor Andrew Nevins (c.p.), adjetivos como *quebrável* também podem ser parafraçados como “que se quebra”. Nesse caso, a questão seria se ainda precisamos postular que existe modalidade nessas formações. Analiso o caso dessa paráfrase, e de outras, como “que se traduz”, “que se lava”, “que se ajusta”, com relação a uma leitura média, que é possível com esses adjetivos, e que é associada a modalidade. A diferença crucial entre *durável* e *quebrável* diz respeito à indisponibilidade da leitura de possibilidade (que, como estabelecemos, parece estar ausente ou amenizada) com o primeiro adjetivo, em oposição à disponibilidade dessa leitura com o segundo adjetivo.

sintática para a formação de palavras e pode ser atribuída ao contexto, a conceitos específicos às línguas ou a conhecimento de mundo. Estamos de acordo com a primeira parte da afirmação, mas pretendemos mostrar que essa ambiguidade pode não estar relacionada a conhecimento conceitual ou de mundo, mas, sim, a estruturas que preveem um sujeito afetado, no sentido de Marantz (2009). Desse modo, a leitura subjetiva poderia emergir na presença de certos complementos, denominados remáticos, que codescrevem um estado ou processo (de modo que deixamos claro na seção seguinte).

Para finalizar, das análises de Embick (2004) e Oltra-Massuet (2010, 2014), mantemos o pressuposto básico de que as palavras são derivadas sintaticamente e podem exibir complexidade interna, que pode ser diagnosticada por meio de testes, como os discutidos nas subseções 3.3.1 e 3.3.2. A seguir, introduzimos a arquitetura da gramática proposta por Ramchand (2008a).

3.6 A Sintaxe de Primeira Fase (Ramchand 2008)

Ramchand (2008a) propõe a decomposição sintática do significado verbal acompanhada de uma semântica explícita que é composicionalmente construída pela sintaxe. O termo *fase*, nesse contexto, não é usado em referência ao conceito de Chomsky (2001). *Primeira fase* indica “prioridade lógica”, que antecede marcação ou checagem de caso, concordância e tempo (Ramchand, 2008a, p. 23). Por hipótese, tais categorias comporiam uma *segunda fase*, com a qual a autora não se compromete.

Na primeira fase, a construção do evento não é dissociada da construção de relações argumentais. Contudo, o modelo explicita quais propriedades relativas à estrutura argumental são linguisticamente relevantes para construir o evento. Ramchand (2008a) identifica uma série de propriedades básicas responsáveis por situar os *participantes* em relação ao evento. Estas são formuladas em termos sintáticos e implementadas ao longo da construção da primeira fase, que, segundo a autora, ocorre livremente por meio da operação *Merge* (sendo prevista a possibilidade de *Remerge*).

Em sua análise, a categoria V (ou o *vP*), é articulada em três projeções verbais, *init*

(iniciação), *proc* (processo) e *res* (resultado).⁶⁷ Cada uma dessas projeções corresponde a um subevento e prevê uma posição de especificador que é preenchida pelo argumento interpretado como o sujeito desse subevento (o que a autora denomina ‘Predicação’). O especificador da projeção *init* é o INICIADOR do evento (INITIATOR); o da projeção *proc* é o SUBMETIDO ao processo ou evento (UNDERGOER); e o da projeção *res* é o RESULTADO do evento (*resultee*). A posição de complemento desses núcleos verbais pode ser ocupada pelos *complementos remáticos*, que são de dois tipos: CAMINHOS (PATHS) ou REMAS (RHEMES) (o que a autora denomina ‘Identificação do Evento’). Segundo Ramchand (2008a, p. 40), as relações dos participantes do evento são construídas recursivamente, de modo que se tem (maximamente) três subeventos possíveis, ilustrados a seguir.

(i) *initP* introduz o evento de causação e licencia o argumento externo (‘sujeito’ de causa = INICIADOR).⁶⁸

(ii) *procP* especifica a natureza da mudança ou do processo e licencia a entidade submetida à mudança ou ao processo (‘sujeito’ de processo = SUBMETIDO).⁶⁹

(iii) *resP* provê o ‘telos’ ou ‘estado resultante’ do evento e licencia a entidade que vem a exibir o estado resultante (‘sujeito’ de resultado = RESULTADO).⁷⁰

Noções de causatividade e telicidade são codificadas na própria estrutura (v. Ramchand, 2008a, p. 107). Esse sistema tem sido explorado no português para o tratamento de expressões de deslocamento e trajetória em diversos trabalhos (Rammé, 2012; Rammé e Wachowicz, 2014; e Souto, 2014).

⁶⁷ *init*, *proc* e *res*, primitivos do modelo, são rótulos categoriais que identificam a categoria VERBO.

⁶⁸ “*initP* introduces the causation event and licenses the external argument (‘subject’ of cause = INITIATOR).

⁶⁹ “*procP* specifies the nature of the change or process and licenses the entity undergoing change or process (‘subject’ of process = UNDERGOER).

⁷⁰ “*resP* gives the ‘telos’ or ‘result state’ of the event and licenses the entity that comes to hold the result state (‘subject’ of process = UNDERGOER). Importante: optamos por traduzir *resultee* como ‘resultado’, não como ‘resultante’, em analogia a outras formas em *-ee* traduzidas para o português, mas essa questão é meramente terminológica.

3.6.1 Os participantes do evento

A propriedade básica do argumento externo é a *externalidade*. Este estabelece relação com o evento como um todo, com os argumentos internos já computados. O argumento externo é interpretado como o INICIADOR ou a causa do evento (dinâmico), como mostrado em (51).

- (51) a. Tico_{iniciador} abriu a porta.
b. A chuva_{iniciador} derrubou o telhado.

No que diz respeito aos argumentos internos, estes podem estar situados em relação ao evento como a entidade SUBMETIDA ao processo ou evento, como em (52a), ou como a entidade que expressa um RESULTADO final, como em (52b).

- (52) a. Denise dirigiu o carro_{submetido}
b. Mainí jogou fora o documento_{resultado}

Essas posições não são excludentes, e um mesmo argumento pode “acumular” rótulos, como ilustrado em (53).

- (53) a. Flora_{iniciador, submetido, resultado} chegou.
b. Thamires lavou o vestido_{submetido, resultado}

Há entidades que estabelecem relações distintas com o evento, como os complementos remáticos supracitados. Em (54a), o complemento do tipo CAMINHO codescreve um processo, em uma leitura incremental. Complementos do tipo REMA podem tanto codescrever um estado final, com um núcleo *res*, em (54b), quanto serem parte da descrição de um predicado estativo, com um núcleo *init*, em (54c).

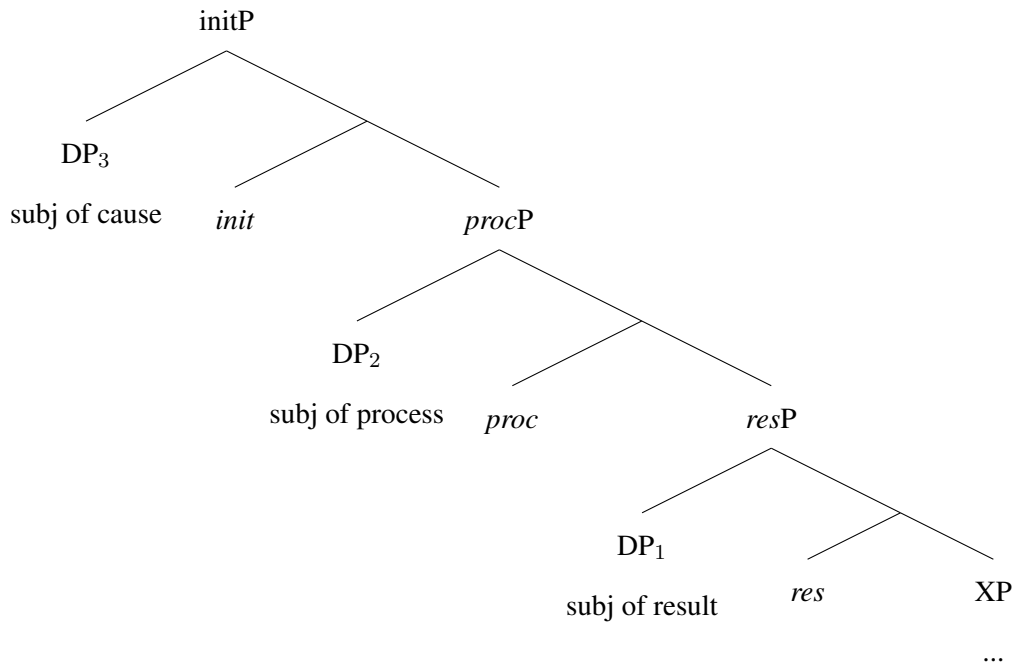
- (54) a. Fernanda comeu a melancia_{caminho}
b. Arthur quebrou o vaso_{resultado} em mil pedaços_{rema}
c. Sílvia ama Boris_{rema}

Logo, há uma diferença essencial entre a posição de especificador e a de complemento.

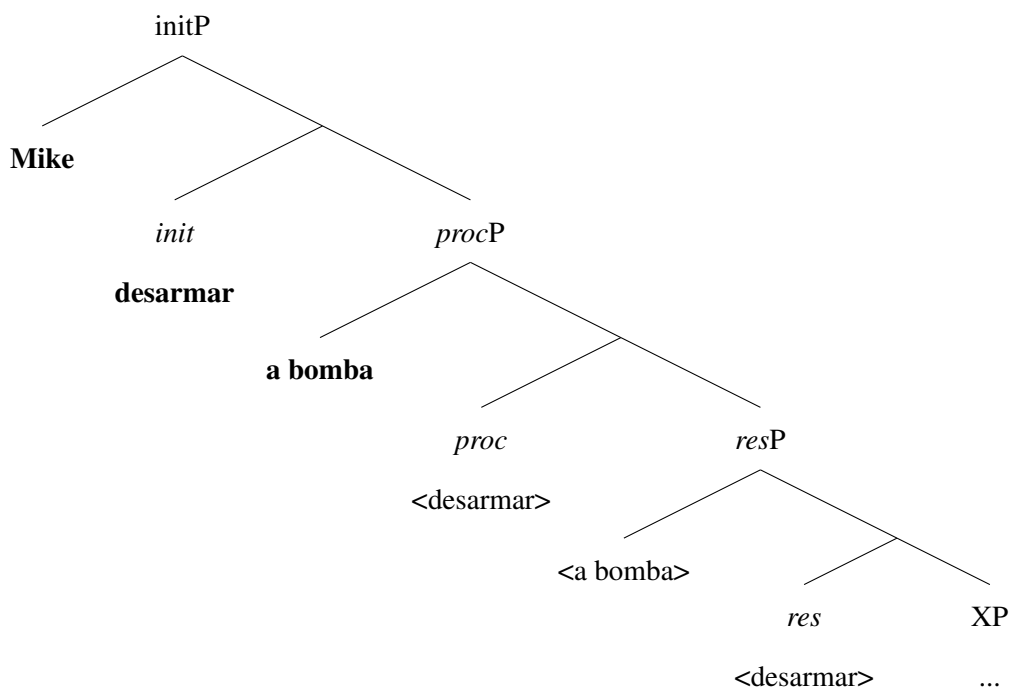
3.6.2 A representação sintática da estrutura

Em (55) está representada a decomposição máxima de uma eventualidade dinâmica (Ramchand, 2008a, p. 39). Em (56), provemos a amostra de uma sentença.

(55) Eventualidade dinâmica



(56) Mike desarmou a bomba



3.6.3 A interpretação semântica da estrutura

No que diz respeito à interpretação semântica da estrutura em (56), os três subeventos se ligam por um primitivo combinatorial do sistema, representado por ‘ \rightarrow ’, que indica uma relação de causa ou “leva a”.⁷¹ A regra geral de composição do evento é representada em (57) a seguir (Ramchand, 2008a, p. 44), com base em Hale e Keyser (1993, p. 69).

(57) $e = e_1 \rightarrow e_2$: e consiste em dois subeventos, e_1 , e_2 tal que e_1 implica causalmente e_2

Com base nessa regra, o exemplo (56) é representado como em (58) (Ramchand, 2008a, p. 43). Esse evento codifica, portanto, três subeventos.

(58) ‘desarmar-a-bomba’(e) onde $e = e_1 \rightarrow (e_2 \rightarrow e_3)$: [iniciação(e_1) & processo(e_2) & resultado(e_3)]

Nesse sistema, há dois tipos de predicados de evento, introduzidos em (59) (Ramchand, 2008a, p. 44).

- (59) a. Estado(e): em que e é um estado
b. Processo(e): em que e é uma eventualidade que contém mudança interna

Apenas o núcleo *proc* é uma eventualidade que contém mudança interna. Tanto o núcleo *init* quanto o núcleo *res* são considerados estados. Disso decorrem dois aspectos importantes desse sistema. O primeiro é que a interpretação causal ou resultativa é reflexo da organização hierárquica dos núcleos. Essa ideia é captada da seguinte forma (Ramchand, 2008a, p. 44).

(60) Se $\exists e_1, e_2$ [Estado(e_1) & Processo(e_2) & $e_1 \rightarrow e_2$], então, por definição, Iniciação(e_1)

(61) Se $\exists e_1, e_2$ [Estado(e_1) & Processo(e_2) & $e_2 \rightarrow e_1$], então, por definição, Resultado(e_1)

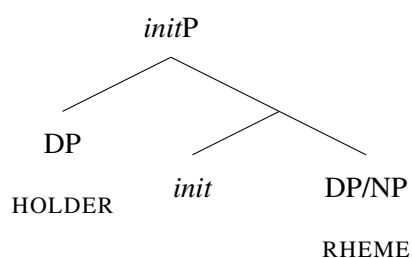
De acordo com (64), se um estado (e_1) leva a um processo (e_2), então esse estado é interpretado como a *iniciação* do processo. De acordo com (65), se um processo (e_2) leva a um estado (e_1), então esse estado é interpretado como um *resultado* do processo. Segundo

⁷¹No original, “leads-to”.

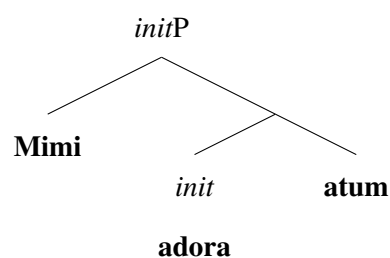
Ramchand (2011, p. 7), “[u]ma única relação mínima e natural entre subeventos (‘levar a’) dará conta da complexidade interna do evento (as interpretações de ‘causa’ e ‘telos’) e também da natureza específica da participação dos DPs nos eventos complexos assim formados”.⁷²

O segundo aspecto importante diz respeito à representação da complexidade interna do evento. Como exposto anteriormente, o núcleo *proc* é uma eventualidade que contém mudança interna. Segundo a autora, esse núcleo é o cerne do predicado dinâmico. Logo, verbos estativos, por definição, não projetam *proc*. A ausência de *proc*, por sua vez, garante a ausência do núcleo *res*, já que este é complemento daquele (rever (55)). Disso decorre naturalmente que verbos estativos possuem estrutura menos complexa do que verbos não estativos, do ponto de vista do número de subeventos que possuem. Em (62a), segue a estrutura proposta por Ramchand (2008a, p. 56) para esse tipo de verbo, com base na qual provemos o exemplo em (62b).

(62) a. Eventualidade estativa



b. Mimi adora atum



Na ausência de *proc*, o INICIADOR não é interpretado como causa, mas como o portador do estado (*state holder*). O núcleo *init* introduz um complemento *remático*, que, segundo Ramchand (2008), serve como parte da descrição do predicado (i.e., o rema codescreve o estado). Portanto, a interpretação dos participantes do evento segue naturalmente de diferenças estruturais. Há, segundo Ramchand (2008a, p. 42), “uma semântica combinatorial geral que interpreta a estrutura sintática de forma regular e previsível. Assim, a semântica da estrutura do evento e das relações dos participantes do evento é lida diretamente da estrutura, e não de

⁷²“A single natural and minimal relation between subevents (‘leads to’) will account for internal event complexity (the interpretations of ‘cause’ and ‘telos’) and also for the specific nature of the participanthood of those DPs in the complex events so formed”. De maneira geral, a autora segue a intuição de propostas anteriores, como a de Hale e Keyser (1993), que também trabalha com a ideia de decomposição lexical na sintaxe. No entanto, a autora observa que sua proposta assume uma decomposição mais articulada do que a desses autores.

informação codificada por itens lexicais”.⁷³ Ramchand (2011 p. 12) concebe essa proposta como “parte da agenda minimalista, que busca isolar as propriedades irreduzíveis do sistema computacional que subjaz ao nosso conhecimento sobre a língua”.⁷⁴

A autora adota a intuição geral da abordagem neodavidsoniana (discutida previamente em (38)), segundo a qual verbos são predicados de evento (*e*), e os participantes do evento se relacionam separadamente a essa variável, por meio de relações específicas, responsáveis por situar esses participantes em relação ao evento (e.g., ‘agente’ ou ‘tema’). Ramchand (2008a, p. 42) autodenomina sua proposta pós-davidsoniana: “uso o termo ‘pós-Davidsoniano’ para descrever uma visão neodavidsoniana sintática, por meio da qual núcleos verbais na decomposição do evento são descrições de eventualidades com uma única posição aberta para um sujeito predicacional”.⁷⁵

Um dos aspectos em que sua proposta se distingue da posição neodavidsoniana diz respeito ao que denominamos integridade do evento. Em (38), vimos que um argumento de evento (*e*) está associado a um item lexical, o verbo *chutar*. No sistema de Ramchand (2008a), esse evento é um *macroevento* que pode ter complexidade interna (i.e., *subeventos*), como representado em (57), em que $e = e_1 \rightarrow e_2$. Com isso, a noção de verbo (*e* de evento) aparece decomposta, não-íntegra. Os especificadores de cada subevento têm um papel determinado, a depender da posição hierárquica deste. Assim, os participantes do evento serão localizados com respeito a certas “porções” do evento, como mostrado a seguir (Ramchand, 2011, p. 15).⁷⁶

- (63) a. Sujeito (*x, e*) e Iniciação(*e*) acarreta que *x* é o INICIADOR de *e*.
b. Sujeito (*x, e*) e Processo(*e*) acarreta que *x* é o SUBMETIDO ao processo.
c. Sujeito (*x, e*) e Resultado(*e*) acarreta que *x* é o RESULTADO.

⁷³“(…) there is a general combinatorial semantics that interprets this syntactic structure in a regular and predictable way. Thus the semantics of event structure and event participants is read directly off the structure, and not directly off information encoded by lexical items.”

⁷⁴“[I see the proposals argued for in Ramchand (2008) as] part of a minimalist agenda, which seeks to isolate the irreducible properties of the computational system that underlies our knowledge of language”.

⁷⁵“I use the term ‘post-Davidsonian’ to describe a syntacticized neo-Davidsonian view whereby verbal heads in the decomposition are eventuality descriptions with a single open position for a predicational subject.”

⁷⁶“Subject (*x, e*) e Initiation(*e*) entails that *x* is the INITIATOR of *e*. Subject (*x, e*) e Process(*e*) entails that *x* is the UNDERGOER of the process. Subject (*x, e*) e Result(*e*) entails that *x* is the RESULTEE”.

As denotações dos núcleos verbais propostos pela autora são apresentadas a seguir. Segundo Ramchand (2008a, p. 45), o uso da notação lambda é uma questão de “conveniência”: “[o] ponto crucial não são as denotações em termos da notação lambda, mas a ideia de que essa dimensão da semântica esquelética pode ser construída de forma independente, meramente baseada na especificação da estrutura pura rotulada, *na ausência de informação lexical enciclopédica*”.⁷⁷

$$(64) \quad \llbracket \text{res} \rrbracket = \lambda P \lambda x \lambda e [P(e) \ \& \ \text{res}'(e) \ \& \ \text{Estado}(e) \ \& \ \text{Sujeito}(x, e)]$$

$$(65) \quad \llbracket \text{proc} \rrbracket = \lambda P \lambda x \lambda e \exists e_1, e_2 [P(e_2) \ \& \ \text{proc}'(e_1) \ \& \ \text{Processo}(e_1) \ \& \ e = (e_1 \rightarrow e_2) \ \& \ \text{Sujeito}(x, e_1)]$$

$$(66) \quad \llbracket \text{init} \rrbracket = \lambda P \lambda x \lambda e \exists e_1, e_2 [P(e_2) \ \& \ \text{init}'(e_1) \ \& \ \text{Estado}(e_1) \ \& \ e = (e_1 \rightarrow e_2) \ \& \ \text{Sujeito}(x, e_1)]$$

Cada um desses núcleos diz respeito a um subevento. A posição aberta a que a autora se refere é ocupada pelo sujeito de cada eventualidade. Como ilustrado em (63), o sujeito (introduzido pela variável x) dos núcleos *res*, *proc* e *init* é interpretado como RESULTADO, SUBMETIDO e INICIADOR, respectivamente. A notação *init'*, *proc'* e *res'* diz respeito ao conteúdo lexical-enciclopédico que é “descarregado” pelos respectivos núcleos, dependendo do item lexical em questão que projeta (ver Ramchand, 2008a, p. 45). Nesse sentido, o conteúdo enciclopédico não afeta a combinação dos subeventos. A primeira fase é construída pela sintaxe sem interferência de informação conceitual ou enciclopédica, o que não quer dizer que essa informação esteja ausente. Ela está presente, mas é associada à estrutura sintática de maneira específica, por meio desses núcleos. Segundo Ramchand (2011, p. 35), “[o] léxico, nesse modelo, não é um módulo próprio, mas consiste em feixes de associações trans-modulares entre categoria sintática (que os liga ao sistema computacional central), informação conceitual (que os liga ao processamento cognitivo geral da informação) e informação fonológica (sobre a qual não tenho nada a dizer)”.⁷⁸

⁷⁷“The important point here is not the denotations in terms of lambda notation, but the idea that this dimension of skeletal semantics can be built up independently merely from the specification of the interpretation of pure labelled structure, *in the absence of lexical encyclopedic information*”.

⁷⁸“The Lexicon under this model is not a module in its own right, but consists of bundles of cross-modular associations between syntactic category (which links them to the central computational system), conceptual

As denotações apresentadas anteriormente contemplam apenas os especificadores, ou seja, a relação que a autora denomina *predicação* (como discutido logo a seguir). No entanto, os núcleos *init*, *proc* e *res* também introduzem os chamados complementos remáticos (CAMINHOS ou REMAS). Nesse caso, as denotações devem contemplá-los, como mostrado a seguir em (67) (Ramchand, 2008a, p. 51). A variável *y* introduz um complemento do tipo *caminho*, que codescreve um processo.

$$(67) \quad \llbracket \text{proc} \rrbracket = \lambda y \lambda x \lambda e [\text{Caminho}(y,e) \ \& \ \text{proc}'(e) \ \& \ \text{Processo}(e) \ \& \ \text{Sujeito}(x,e)]$$

Hipotetizamos denotações similares para os núcleo *res* e *init*, nas quais a variável *y* introduz um complemento do tipo *rema*. Em (68), *y* codescreve um estado final do argumento *resultado*. Em (69), *y* é parte da descrição do estado em que se encontra o sujeito experienciador (cf. (62)).

$$(68) \quad \llbracket \text{res} \rrbracket = \lambda y \lambda x \lambda e [\text{Rema}(y,e) \ \& \ \text{res}'(e) \ \& \ \text{Estado}(e) \ \& \ \text{Sujeito}(x,e)]$$

$$(69) \quad \llbracket \text{init} \rrbracket = \lambda y \lambda x \lambda e [\text{Rema}(y,e) \ \& \ \text{init}'(e) \ \& \ \text{Estado}(e) \ \& \ \text{Sujeito}(x,e)]$$

Com base nesses princípios combinatórios, a autora é capaz de explicitar diferentes configurações sintáticas. Ramchand (2011, p. 17) representa a seguir o que denominou “cola” semântica recursiva (“Recursive Semantic Glue”).⁷⁹

- | | | |
|------|--|------------------------------------|
| (70) | a. ‘Leva a/ Causa’ (→) | <i>relação entre os subeventos</i> |
| | b. ‘Predicação’ | <i>Merge do DP especificador</i> |
| | c. Identificação do evento (conjunção) | <i>Merge do complemento XP</i> |

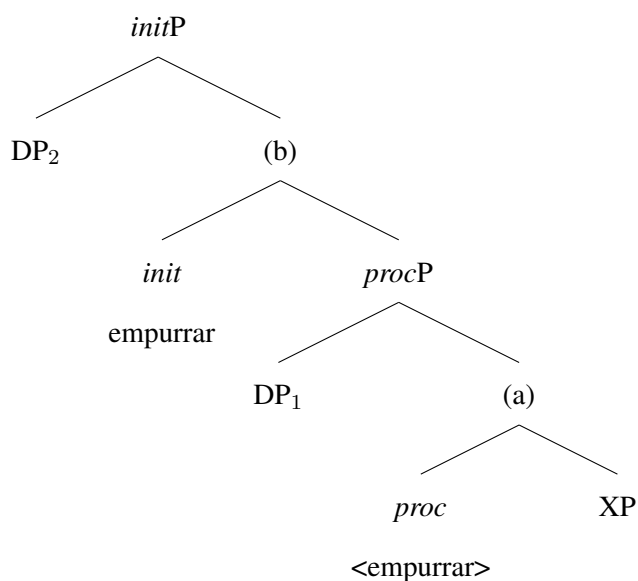
No que se segue, para ilustrar como esses princípios funcionam, apresentamos a amostra da derivação da primeira fase do verbo *push* do inglês (‘empurrar’), que codifica [init, proc], proposta por Ramchand (2008a, p. 61), tomando por base a sentença a seguir.⁸⁰

information (which links them to the general cognitive processing of information), and phonological information (of which I have nothing to say about here)”.

⁷⁹“(21) Ramchand’s 2008 (Recursive) Semantic Glue (i) “Leads to/Cause” (→) *Subevental embedding* (ii) ‘Predication’ *Merge of DP specifier* (iii) Event identification (conjunction) *Merge of XP complement*”.

⁸⁰A autora (Ramchand (2008a, p. 59) representa a possibilidade de reconcatenação (*Remerge*) por meio das cópias na estrutura.

(71) Maria_{DP₂} empurrou o carrinho_{DP₁}



O primeiro passo da derivação corresponde a (a) — tomando-se como referência a denotação em (67).⁸¹ Segundo, Ramchand (2008a, p. 61), uma vez que não há nenhum argumento do tipo CAMINHO (PATH) especificado, o complemento do núcleo de processo, *proc*, é preenchido por uma variável contextual, que a autora denomina Y_c (a seguir, os destaques em negrito buscam tornar as etapas mais fáceis de visualizar).

(72) $\overline{[\text{proc}]} = \lambda y \lambda x \lambda e [\text{Caminho}(y, e) \ \& \ empurrar(e) \ \& \ Processo(e) \ \& \ Sujeito(x, e)].(Y_c) = \lambda x \lambda e [\text{Caminho}(Y_c, e) \ \& \ empurrar(e) \ \& \ Processo(e) \ \& \ Sujeito(x, e)]$

A etapa seguinte consiste no *Merge* do argumento DP com (a) (i.e., $\overline{[\text{proc}]}$), formando *procP*.

(73) $[\text{procP}] = \lambda x \lambda e [\text{Caminho}(Y_c, e) \ \& \ empurrar(e) \ \& \ Processo(e) \ \& \ Sujeito(x, e)].([\text{DP}_1]) = \lambda e [\text{Caminho}(Y_c, e) \ \& \ empurrar(e) \ \& \ Processo(e) \ \& \ Sujeito(DP_1, e)]$

Com o subevento de processo formado, passamos para a etapa (b). Segundo Ramchand (2008a, p. 61), o item *empurrar* sofre *Remerge*, identificando o conteúdo do subevento de iniciação, com base em (70). Nessa etapa, o núcleo verbal *init* é interpretado como um evento iniciador ou causador do processo.

⁸¹As indicações (a) e (b) na estrutura são nossas, para facilitar a exposição das etapas de derivação.

$$(74) \quad \llbracket \textit{init} \rrbracket (\llbracket \textit{procP} \rrbracket) = \lambda \mathbf{P} \lambda x \lambda e \exists e_1, e_2 [\mathbf{P}(e_2) \ \& \ \textit{empurrar}'(e_1) \ \& \ \textit{Estado}(e_1) \ \& \ e = e_1 \rightarrow e_2 \ \& \ \textit{Sujeito}(x, e_1)] (\lambda e [\mathbf{Caminho}(Y_c, e) \ \& \ \textit{empurrar}(e) \ \& \ \mathbf{Processo}(e) \ \& \ \mathbf{Sujeito}(\mathbf{DP}_1, e)]) \\ = \lambda x \lambda e \exists e_1, e_2 [\mathbf{Caminho}(Y_c, e_2) \ \& \ \textit{empurrar}(e_2) \ \& \ \mathbf{Processo}(e_2) \ \& \ \mathbf{Sujeito}(\mathbf{DP}_1, e_2)] \ \& \ \textit{empurrar}(e_1) \ \& \ \textit{Estado}(e_1) \ \& \ e = e_1 \rightarrow e_2 \ \& \ \textit{Sujeito}(x, e_1)]$$

Por último, para formar *initP*, um segundo DP sofre o *Merge* na posição de especificador do núcleo *init* (Ramchand, 2008a, p. 62).

$$(75) \quad \llbracket \textit{initP} \rrbracket = \lambda x \lambda e \exists e_1, e_2 [\mathbf{Caminho}(Y_c, e_2) \ \& \ \textit{empurrar}(e_2) \ \& \ \mathbf{Processo}(e_2) \ \& \ \mathbf{Suj}(\mathbf{DP}_1, e_2)] \ \& \ \textit{empurrar}(e_1) \ \& \ \textit{Estado}(e_1) \ \& \ e = e_1 \rightarrow e_2 \ \& \ \mathbf{Suj}(x, e_1)] (\llbracket \mathbf{DP}_2 \rrbracket) = \lambda e \exists e_1, e_2 [\mathbf{Caminho}(Y_c, e_2) \ \& \ \textit{empurrar}(e_2) \ \& \ \mathbf{Processo}(e_2) \ \& \ \mathbf{Suj}(\mathbf{DP}_1, e_2)] \ \& \ \textit{empurrar}(e_1) \ \& \ \textit{Estado}(e_1) \ \& \ e = e_1 \rightarrow e_2 \ \& \ \mathbf{Suj}(\mathbf{DP}_2, e_1)]$$

Com a formação de *initP*, conforme a autora, tem-se um predicado de eventos com complexidade interna. Quanto ao fechamento existencial da variável de evento, este possivelmente ocorre em projeções mais altas. Segundo Ramchand (2008a, p. 200), a variável de evento é ligada por um núcleo aspectual: “[a] propriedade geral do núcleo Asp é ligar a variável de evento, e criar um predicado de tempos relacionado àquele evento”.⁸² Posteriormente, essa variável de tempo é ligada por um núcleo T, que relaciona o evento ao tempo de fala de determinada maneira.⁸³

3.6.4 A inserção do item lexical

A seguir, abordamos brevemente a questão de como ocorre a inserção lexical nesse modelo. Uma das consequências da decomposição das categorias lexicais (e da consequente não-integridade do evento), é o fato de não haver mais um familiar *v*. Ramchand (2008a, p. 57), observa que “o rótulo categorial para o Verbo está decomposto em *init*, *proc* e *res*, e não está mais claro

⁸²“The general property of the Asp head, therefore, is to bind the event variable, and create a predicate over times related to that event”.

⁸³Como destaca Ramchand (2008a, p. 196), em termos das classes aspectuais de Vendler (1957), verbos do tipo [init, proc] (e.g., ‘empurrar’) ou [proc] (e.g., ‘rolar’) seriam *atividades*; verbos do tipo [init, proc], na presença de um complemento remático do tipo CAMINHO (e.g., ‘ler um livro’) seriam *accomplishments*; e verbos do tipo [init, proc, res] (e.g., entrar na sala) ou [proc, res] (e.g., ‘quebrar o coco’) seriam *achievements*.

qual deve ser a posição de *Merge* (ou inserção)”.⁸⁴ Com isso, a questão da inserção lexical tem que ser repensada e redefinida nesse modelo.

A fim de entender plenamente o que isso quer dizer, exemplificamos a seguir como ocorre a inserção de vocabulário na MD, em comparação ao modelo de Ramchand (2008a). A comparação é pertinente — uma vez que ambas são teorias sintáticas de inserção tardia — e permite apreciar de forma clara as consequências de se assumir a decomposição de *v*, ou seja, de se assumir que *v* não corresponde exatamente a um único terminal.⁸⁵

Com um exemplo simples, Wood (2012, p. 24) ilustra, da perspectiva da MD, a derivação do nome *marriage* (‘casamento’) no inglês. A sua estrutura consiste em uma raiz, $\sqrt{\text{MARRY}}$, e um núcleo categorizador (nominalizador), *n*, realizado por *-age*. Segundo Wood (2012), há uma regra que lista as raízes que condicionam a aplicação desse sufixo. Raízes de nomes como *marriage* e *carriage* estão previstas por essa regra: $[n] \leftrightarrow -age / \{ \sqrt{\text{MARRY}}, \sqrt{\text{CARN}}, \dots \} \frown \text{ ____ }$. Segundo Wood (2012, p. 24), essa regra “diz para realizar o núcleo categorial *n* como *-age* quando concatenado com raízes dessa lista”.⁸⁶ Dessa forma, obtém-se (76).

(76) marriage (Wood, 2012, p. 24)

- a.
$$\begin{array}{c} n \\ \diagdown \quad \diagup \\ \sqrt{\text{MARRY}} \quad n \end{array}$$
- b. $\sqrt{\text{MARRY}} \frown n$ (Concatenação)
- c. $\sqrt{\text{MARRY}} \frown [n, -age]$ (Inserção de Vocabulário)

Em (76c), fica clara a ideia da inserção do sufixo nominalizador *-age* em um terminal *n*. Ao se considerar o modelo de Ramchand (2008a), em que a categoria verbal, por exemplo, é decomposta em *init*, *proc* e *res*, a pergunta é onde seria, afinal, o lugar da inserção? A respeito dessa decomposição no modelo de Ramchand (2008a), Wood (2012, p. 11) observa.

⁸⁴“(…) the category label for Verb has been decomposed into *init*, *proc* and *res* and it is no longer clear what the position of Merge (or insertion) should be.”

⁸⁵Em ambas as teorias, a inserção do conteúdo fonológico ocorre pós-sintaticamente.

⁸⁶“[This rule] says to spell out the categorial *n* head as *-age* when it is concatenated with any roots on that list”.

Elementos distinguidos na sintaxe deveriam aparecer, pelo menos às vezes, manifestos na morfologia, como afixos e palavras funcionais (...), entretanto, muito frequentemente, elementos sintaticamente ativos são “silenciosos” (...). Apesar da frequente não-expressão de núcleos sintáticos, a expectativa de que às vezes eles devem ser manifestos parece ser necessária na presente investigação (...). Dessa perspectiva, se adotássemos o sistema de Ramchand, esperaríamos ver um verbo com um sufixo RES, seguido de um sufixo PROC, seguido de um sufixo INIT.⁸⁷

A autora, no entanto, adota uma perspectiva diferente da inserção. Ramchand (2008a, p. 59) rejeita a ideia de que os itens lexicais sejam inseridos em um único nó terminal (como exemplificado em (76)) ou que a posição de *Merge* inicial seja privilegiada. Em vez disso, a autora propõe que o mesmo elemento pode sofrer a operação *Merge* e, em seguida, *Remerge*, para identificar diferentes núcleos na primeira fase, como exemplificado na subseção anterior para o exemplo (71).⁸⁸ Essencialmente, dessa nova perspectiva, os itens lexicais podem realizar o *spell-out* de partes da estrutura arbórea. A esse respeito, Starke (2009, p. 2) destaca que “[u]ma consequência imediata de os terminais serem sub-morfêmicos é que muitos — talvez a maioria — dos morfemas vão abranger vários terminais. Assim, estes corresponderão a uma sub-árvore inteira, não a um terminal”.⁸⁹

Na MD, o processo de inserção vocabular é regido pelo princípio do *Subset* de Halle (1997), ou o princípio do subconjunto, segundo o qual, um item de vocabulário é inserido em um terminal sintático se contiver o maior subconjunto de traços especificados pelo nó sintático. Se o item de vocabulário em questão contiver traços que não estejam presentes nesse nó sintático, a inserção não ocorre.⁹⁰

⁸⁷ “[...] elements distinguished in syntax should show up, at least sometimes, in overt morphology, as affixes and function words, for example [...] very frequently, however, syntactically active elements are silent. [...] despite the frequent non-expression of syntactic heads, the expectation that they should be overt sometimes seems to be necessary in the present investigation (...). From the present perspective, if we were to adopt Ramchand’s system, we would be led to suppose that we should see a verb with a dedicated RES suffix, followed by a dedicated PROC suffix, followed by a dedicated INIT suffix.

⁸⁸ Segundo a autora, se a operação *Merge* se aplica a dois elementos e forma um conjunto $\{\alpha, \beta\}$, nada impede que determinado elemento seja membro de mais de um conjunto (Ramchand, 2008a, p. 59).

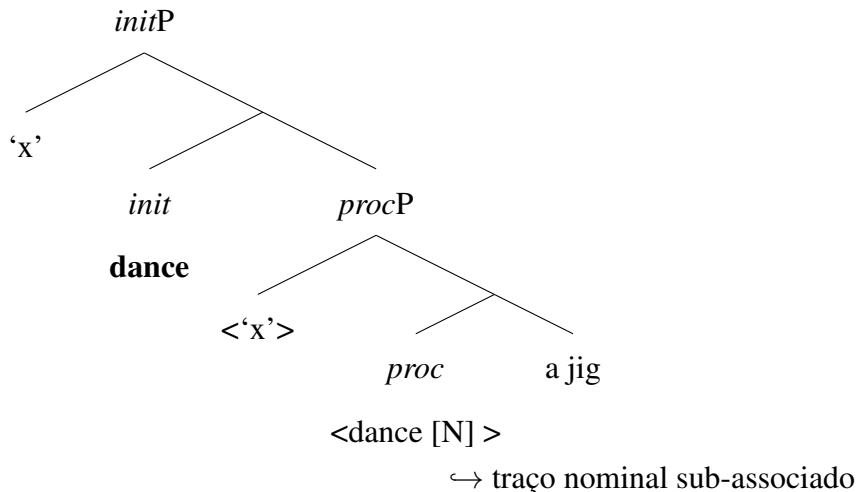
⁸⁹ “An immediate consequence of terminals being submorphemic is that many — perhaps most — morphemes will span several terminals. And therefore they will correspond to an entire subtree rather than corresponding to a terminal.”

⁹⁰ Na MD, esse princípio está na base da noção de *competição*, ou seja, o item que for mais especificado vence.

Já na sintaxe de primeira fase, a inserção dos itens lexicais é regida pelo princípio do *Superset*.⁹¹ De acordo com esse princípio, “um item lexical pode ser inserido para realizar o *spell-out* de uma sequência de núcleos se a sua marcação categorial representa um *superset* da sequência a sofrer o *spell-out*” (Ramchand, 2008a, p. 97).⁹² A autora implementa o princípio do Superset por meio do mecanismo de sub-associação, que diz respeito ao uso de determinado item lexical que representa o *superset* dos traços categoriais que é capaz de *spell-out* em uma estrutura, como exemplificado a seguir.⁹³

Em inglês, a forma *dance* pode ser tanto verbal quanto nominal (‘dançar’, ‘dança’), sem qualquer marcação morfológica (e.g., “I dance” (‘eu danço’), “a dance” (‘uma dança’)). Ramchand (2008a, p. 96) hipotetiza que essa raiz é do tipo [*init, proc, N*],⁹⁴ o que permitiria a sua flexibilidade categorial, como exemplificado a seguir em (77) e em (78). Na derivação da forma verbal, *dance_V*, o traço categorial N estaria sub-associado, como exemplificado a seguir em (77).⁹⁵

(77) to dance a jig



⁹¹Terminologia atribuída a Starke (2009), que desenvolve essa ideia no espírito da Nanossintaxe.

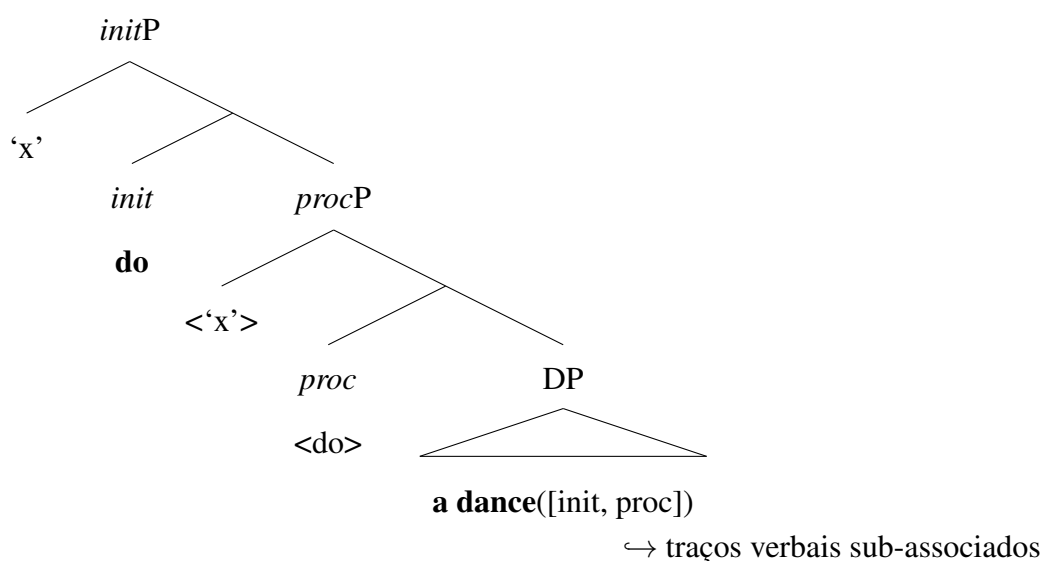
⁹²“[...] a lexical item may insert to spell out a sequence of heads if its category signature is a superset of the sequence to be spelled out.”

⁹³Cabe observar que esse mecanismo não é irrestrito e se aplica sob certas condições específicas descritas por Ramchand (2008a, p. 98).

⁹⁴Postular simplesmente um traço categorial N é uma simplificação da autora. É esperado que essa categoria também seja decomponível, a exemplo da categoria V. Veja comentário de Ramchand (2008a, p. 96) a esse respeito. Igualmente, uma questão interessante é a possível decomposição da categoria A.

⁹⁵Este exemplo pode ser adaptado como: “dançar uma valsa” (lit. “dançar um *jig*”).

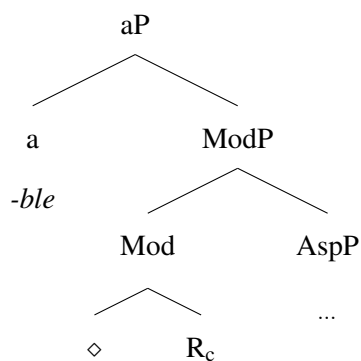
(78) to do a dance



De forma análoga, na versão nominal, *dance_N*, os traços verbais, *init*, *proc*, estariam sub-associados, como ilustrado em (78).⁹⁶

Antes de concluir esta seção, fazemos uma observação final, no que diz respeito aos adjetivos modais. Na estrutura proposta por Oltra-Massuet (2014), o sufixo *-ble* é aparentemente decomposto em duas projeções, *a* e *Mod*, como repetido a seguir.

(79) ESTRUTURA DE -ble



Essa estrutura parece ilustrar uma análise mais próxima da proposta de Ramchand (2008a), no que diz respeito à ideia de decompor as categorias lexicais e da possibilidade de inserção em nós não-terminais, do que propriamente da MD. A esse respeito, Oltra-Massuet (2014, p. 153) observa o seguinte:

⁹⁶Este exemplo pode ser traduzido como “fazer uma dança”.

Como Michael Starke (c.p) e Mercedes Tubino (c.p) apontam, há um problema potencial com as estruturas sugeridas no que diz respeito ao modelo da MD. O sufixo modal adjetival *-ble* está aparentemente dividido em diferentes núcleos funcionais, uma proposta que parece ir contra princípios básicos da MD, segundo os quais itens de vocabulários são inseridos em nós sintáticos terminais. Observe que eu assumo que [bl] é especificado para inserção em um nó *a*, mesmo que os traços de *-ble* estejam distribuídos entre diferentes núcleos.⁹⁷

Observamos que esse tipo de questão, em princípio, não representaria um problema em um modelo como o de Ramchand (2008a), sob uma análise concebe a existência de terminais sub-morfêmicos. Assim, em princípio, *-vel* poderia abranger diferentes terminais que incluiriam os componentes passivo e de modalidade. Em nossa proposta, o caráter passivo de adjetivos modais é captado a partir da combinação do sufixo, de caráter modal (a_{MOD}), a uma projeção não saturada do núcleo verbal de Iniciação. Com isso, assumimos que *-vel* corresponderia simplesmente a esse terminal *a*.

3.7 Implicações para a análise dos adjetivos modais

Propomos que os adjetivos modais são sintaticamente derivados a partir de uma operação passiva, conforme definida por Bruening (2013). Para o autor, a passiva é um núcleo (Pass) que seleciona uma projeção não saturada de Voz.⁹⁸ Ao implementar essa ideia na sintaxe de primeira fase, consideramos que o sufixo adjetival de natureza modal *-vel* (Mod) tem como alvo uma projeção não saturada do núcleo *init* (Iniciação), que tratamos de maneira análoga a Voz. Segundo Ramchand (2008a, p. 89), a passiva é uma operação “composta de vários mecanismos diferentes, sendo o mais crucial deles, talvez, a ligação de um argumento na posição de Iniciador”.⁹⁹ No Capítulo 5, investigamos como se daria a ligação da posição do

⁹⁷“As Michal Starke (personal communication) and Mercedes Tubino (personal communication) point out, there is a potential problem with the suggested structures within the DM model. The modal adjectival suffix *-ble* is here apparently split into different functional heads, a proposal that seems to run against basic DM tenets, whereby Vocabulary items are inserted into syntactic terminal nodes. Note that I assume that [bl] is specified for insertion into an *a* node, even if the features of *-ble* are distributed amongst different heads.”

⁹⁸No Capítulo 4, discutimos a análise de Bruening (2013, 2014) para outras estruturas que envolveriam o mesmo tipo de seleção, como as passivas adjetivas e as médias.

⁹⁹“(…) passive is composed of a number of different mechanisms, perhaps the most crucial of which is the binding off of an argument in Initiator position.”

INICIADOR em adjetivos modais.

Ao se assumir o modelo de Ramchand (2008a) e a hipótese de que os adjetivos modais são derivados sintaticamente a partir de uma operação passiva, Mod sempre vai apresentar a mesma altura de concatenação. Os adjetivos modais refletirão diferentes estruturas, como ilustrado, *grosso modo*, a seguir, em que (a) representa a base verbal e (b) a estrutura que Mod toma como complemento.¹⁰⁰

- (80) a. [init, proc, res] *quebrar, lavar*
b. (INICIADOR), SUBMETIDO_i, RESULTADO_i: *quebrável, lavável*.
- (81) a. [init, proc] *dirigir*
b. (INICIADOR), SUBMETIDO: *dirigível*.
- (82) a. [init, proc] *beber, comer*
b. (INICIADOR_i), SUBMETIDO_i, CAMINHO: *bebível, comível*.
- (83) a. [init, proc] *durar*
b. (INICIADOR_i), SUBMETIDO_i: *durável*.
- (84) a. [init] *admirar*
b. (INICIADOR) REMA: *admirável*

Uma possível questão a ser levantada é quanto a adjetivos derivados de verbos como *quebrar*, que admitem a alternância causativo-incoativa. Ramchand (2008a, p. 86) provê uma análise para o inglês no sentido da causativização. Desse modo, o verbo *break* ('quebrar') seria do tipo [proc, res], e se combinaria a uma projeção nula (default) *init* em sua versão transitiva. Neste trabalho, assumimos que o adjetivo *quebrável* deriva da versão transitiva (causativa) desse verbo, como ilustrado acima, em (83). Assumimos, seguindo sugestão de Lundquist (2008, p. 146), que um verbo como *quebrar* seria do tipo [init_{i,j}, proc_i, res_i] no português, ou seja, que esse verbo projetaria o subevento de *iniciação*. Seguimos o sistema proposto por

¹⁰⁰O INICIADOR aparece entre parênteses para ilustrar a ideia de que o sufixo *-vel* se concatenaria a uma projeção não saturada do núcleo de Iniciação, no espírito da proposta de Bruening (2013).

Ramchand (2008a, p. 78), que assume que verbos inacusativos não possuem um traço [init], o que bloquearia de forma geral a formação de adjetivos modais com verbos desse tipo.¹⁰¹

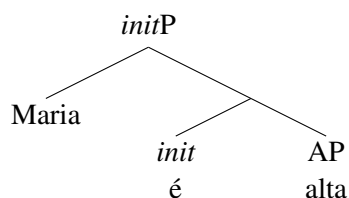
3.8 Conclusão

Este capítulo abordou a questão geral da arquitetura da gramática, fundamental para a discussão de fenômenos no nível da palavra, como a formação de adjetivos modais. Retomamos a familiar dicotomia entre teorias lexicalistas e não-lexicalistas, introduzida no Capítulo 1, com base na comparação entre duas análises representativas de cada orientação teórica. Introduzimos a análise de Wasow (1977), bem como as análises de Embick (2004) e Oltra-Massuet (2010, 2014), para as passivas (adjetivas e verbais) e os adjetivos modais. Discutimos os argumentos elaborados no âmbito de cada teoria, bem como propriedades relevantes dos adjetivos modais e das passivas, importantes para a nossa análise.

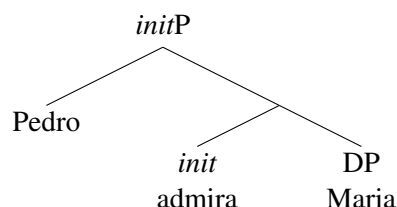
À luz de críticas mais gerais sobre a arquitetura da gramática subjacente às propostas discutidas, bem como de considerações pontuais sobre as análises, justificamos a adoção de uma abordagem sintática. Particularmente, adotamos arquitetura da sintaxe de primeira fase

¹⁰¹Como observado pela Professora Teresa Wachovicz (c.p.), o sufixo parece operar sobre uma condição de transitividade. Wachovicz destaca a restrição na formação de adjetivos com verbos inacusativos (**nascível*, **caível*), que não se observa com verbos inergativos que licenciam um complemento remático, como “piscina nadável”, “parque corível”. A impossibilidade de derivar, por exemplo, “*João é nadável” ou “*Maria é corível” se deve justamente ao fato de que a formação desses adjetivos envolve a seleção de uma projeção não saturada de *init*, ou seja, exclui o INICIADOR (i.e., que seria ocupada por *João* e *Maria*), mas não a posição remática, que seria ocupada por *piscina* e *parque*. Outra questão observada por Wachovicz diz respeito ao bloqueio de formas como **altável* e **loirável*, que também seriam formadas por uma base de natureza estativa (i.e., *alta*, *loira*), a exemplo de *admirável* (i.e., *admirar*). Segundo Ramchand (2008a, p. 106), em predicções estativas, a posição remática pode ser preenchida por um AP, um DP ou um PP. Assim, teríamos as seguintes estruturas:

(i) Maria é alta



(ii) Pedro admira Maria



Diante dessas estruturas torna-se mais clara a questão de por que não é possível derivar uma forma como **altável*, mas, sim, *admirável*. O *input* para a formação do adjetivo é a raiz que carrega o traço *init* (em (i), a cópula, que é “vazia”; em (ii) a raiz verbal de *admirar*, base para a derivação do adjetivo *admirável*).

(Ramchand, 2008a), que introduz uma decomposição rica do evento e das relações argumentais, que serão importantes em nossa análise. Essa discussão buscou não somente situar o tema específico da tese em um contexto maior de investigação, mostrando as suas implicações para a arquitetura da gramática, como também acessar e avaliar a contribuição, as previsões e os desafios de diferentes análises prévias.

Capítulo 4

Propriedades semânticas dos adjetivos modais

4.1 Introdução

Este capítulo examina as principais propriedades semânticas dos adjetivos modais e tem como objetivos determinar qual é o domínio de modalidade expresso por *-vel* e explicar a variabilidade semântica dos adjetivos formados por esse sufixo. No que diz respeito à sua interpretação, ocupamo-nos da distinção entre duas grandes classes, introduzidas previamente no Capítulo 2, exemplificadas a seguir.

(1) ADJETIVOS DE POSSIBILIDADE

acatável, acessível, adequável, admissível, ampliável, andável, calculável, comparável, congelável, contornável, corruptível, curável, deformável, desmontável, domesticável, elegível, embargável, evitável, estimulável, fabricável, flutuável, formulável, habitável, homologável, identificável, imputável, inflável, injetável, lavável, legível, maleável, mapeável, manipulável, manuseável, mastigável, navegável, negociável, neutralizável, noticiável, penhorável, prefeitável, presidenciável, punível, quebrável, reconhecível, reitorável, solúvel, traduzível, tratável, tributável, transmissível.

(2) ADJETIVOS SUBJETIVOS

abominável, aborrecível, aconselhável, admirável, adorável, afável, agradável, amável, amigável, apaixonável, apazível, condenável, considerável, deleitável, deplorável, desejável, detestável, elogiável, estimável, formidável, gostável, honorável, invejável, lastimável, lamentável, louvável, notável, odiável, temível, terrível.

Adjetivos do tipo (1) são parafraseados com o modal *poder* ou outras expressões que indicam possibilidade, como *passível de*. Adjetivos do tipo (2), que não recebem paráfrase

desse tipo, têm caráter subjetivo e envolvem expressões com valor avaliativo, como *digno de ser* ou *que merece ser* — ou, ainda, *que desperta x*. Nesse caso, a leitura de possibilidade está ausente ou é amenizada. Esse contraste é reconhecido em trabalhos anteriores (Oliveira e Ngoy, 2007; Oltra-Massuet, 2010, 2014), que identificam (1) como adjetivos que expressam possibilidade ou potencialidade, e (2) como adjetivos que expressam necessidade, propriedade inerente, obrigação moral, avaliação, entre outros, que agrupamos sob o rótulo “subjetivo”.¹

Observa-se, ainda, a existência de alguns adjetivos que parecem variar entre as duas interpretações e seriam ambíguos (e.g., *aceitável*, *bebível*, *censurável*, *comível*, *condenável*).² Além de adjetivos que parecem não envolver qualquer leitura de possibilidade e teriam simplesmente uma leitura factual (e.g., *durável* ‘que dura’, *perecível* ‘que perece’).

Tendo em vista a relevância da modalidade na caracterização contrastiva desses adjetivos, investigamos em mais detalhe essa categoria. Nesse contexto, para abordar as propriedades semânticas desses adjetivos, adotamos a teoria da modalidade de Kratzer (1977, 1981, 1991), baseada na semântica de mundos possíveis. A seção 4.2, introduz a noção de mundos possíveis. A seção 4.3, aborda o conceito de modalidade, de maneira geral. A seção 4.4 discute como variam as expressões modais. A seção 4.5 introduz a teoria de Kratzer (1977, 1981, 1991), que analisa a modalidade a partir da *força modal* e de dois fundos conversacionais: a *base modal* e a *fonte de ordenação*. A seção 4.6 aborda a modalidade dinâmica, que abrange o estudo dos predicados de habilidade e dos predicados disposicionais. Situamos o estudo dos adjetivos modais em *-vel* no âmbito desse tipo de modalidade. Discutimos aspectos importantes de análises prévias sobre esses predicados (Brennan, 1993; Hackl, 1998; Giannakidou e Staraki, 2013), os quais adotamos em nossa análise. A seção 4.7 traz a nossa proposta de análise das propriedades semânticas desses adjetivos. Por fim, a seção 4.8 apresenta as conclusões.

¹Distinções semânticas gerais entre adjetivos desse tipo estão reconhecidas na literatura desde Chomsky (1970, p. 212), por exemplo, que observa que há diferenças semânticas entre adjetivos como *readable* (‘ler + *-vel*), de um lado, e *abominable* (‘abominável’) e *laudable* (‘louvável’) no inglês. No entanto, Oliveira e Ngoy (2007) e Oltra-Massuet (2010, 2014) caracterizam e dividem esses adjetivos em subclasses com base em diferenças semânticas, razão pela qual retomamos a terminologia empregada em seus respectivos trabalhos ao estabelecer as generalizações e ao sistematizar os dados.

²O inglês também tem adjetivos desse tipo, como *drinkable* (‘beber’ + *-vel*) e *readable* (‘ler’ + *-vel*).

4.2 Mundos possíveis

No âmbito da semântica formal, em geral, a modalidade é analisada como a quantificação de mundos possíveis. O conceito de mundos possíveis, originado na filosofia, remonta a Leibniz (2005 [1710], p. 128), que denomina *mundo* “a completa sucessão e a completa aglomeração de todas as coisas existentes”.³ Para o autor, há uma infinitude de mundos possíveis na cabeça de Deus, que escolheu realizar o melhor deles. Lewis (1973, p. 84) define mundos possíveis como “formas como as coisas poderiam ter sido”.⁴ Por exemplo, podemos imaginar um mundo em que Antônio Soares não tenha traído Zumbi, um mundo em que John Lennon não tenha sido morto, ou um mundo em que o Brasil tenha vencido a Copa de 1982.

No âmbito dos estudos filosóficos, como observam Kaufmann, Condoravdi e Harizanov (2006), o estatuto ontológico da noção de mundos possíveis ainda é debatido. Nesse contexto, Stalnaker (1976) declara ser difícil levar “esse mito metafísico” a sério. Não obstante, os autores (Kaufmann, Condoravdi e Harizanov, 2006, p. 76) ressaltam a relevância da noção de mundos possíveis como uma ferramenta metodológica para a análise semântica: “eles [mundos possíveis] são apenas entidades abstratas que nos ajudam a modelar certas relações semânticas entre expressões linguísticas” (ver também Partee, 1994).⁵

Assim, deixando de lado preocupações filosóficas, assumimos estar correta a análise da modalidade em termos de quantificação de mundos possíveis — subjacente à teoria de Kratzer (1977, 1981, 1991).⁶ Como bem observado por Klecha (2014), contudo, essa é uma *análise*, não uma descrição de modalidade. Portanto, antes de introduzi-la, julgamos ser relevante abordar o conceito de modalidade. Com isso, buscamos deixar claro como os adjetivos modais investigados nesta tese estão situados no âmbito do estudo dessa categoria, antes de introduzir as ferramentas de análise que temos à nossa disposição para explicar o contraste entre (1) e (2).

³ “[I call ‘World’] the whole succession and the whole agglomeration of all existent things”.

⁴ “(...) ‘ways things could have been’”.

⁵ “(...) they are nothing but abstract entities which help us in modeling certain semantic relations among linguistic expressions.”

⁶ Ao longo deste capítulo, o tradicional *w*, do inglês (*worlds*), é usado para representar mundos, e *W*, para representar um conjunto de mundos.

4.3 O conceito de modalidade

Na literatura, há diversas definições (não excludentes) de modalidade. Segundo Palmer (1986), a noção de modalidade é mais aberta a múltiplas definições, se comparada a outras categorias linguísticas, como tempo, aspecto, número e gênero. Para o autor, caracterizar a função semântica dessa categoria não é fácil, e algumas definições incluem: “atitudes e opiniões, atos de fala, subjetividade, não-factividade, não-asserção, possibilidade e necessidade” (Palmer, 1986, p. 4).⁷ Segundo Kratzer (1981, p. 39), “[m]odalidade diz respeito a necessidade e possibilidade”.⁸ Para Hacquard (2006, p. 11), “[m]odalidade nos permite falar sobre eventos que podem não ter acontecido, mas que são desejados ou necessários”.⁹ Portner (2009, p. 1) assume não estar muito confortável para propor uma definição de modalidade, e opta por defini-la como “fenômeno linguístico por meio do qual a gramática permite que se fale coisas sobre, ou com base em, situações que não precisam ser reais”.¹⁰

Os termos ‘modal’ e ‘modalidade’ derivam do latim, *modus*, que significa “modo”. Segundo Fintel e Heim (2011, p. 2), esses termos dizem respeito ao modo como uma proposição é verdadeira, se necessariamente, possivelmente, de modo contingente etc. Do ponto de vista linguístico, a tipologia de expressões modais é riquíssima. Palmer (1986) apresenta uma descrição detalhada da expressão da modalidade a partir de diferentes estratégias em diversas línguas, como modo, partículas verbais, evidenciais e outras marcas linguísticas. Entre as construções modais, Fintel e Heim (2011, p. 3) destacam, por exemplo, sentenças habituais e genéricas, ilustradas a seguir.¹¹

- | | |
|----------------------------------|-----------|
| (3) André fuma depois do jantar. | HABITUAIS |
| (4) Karlos gosta de beisebol. | GENÉRICAS |

⁷“(...) attitudes and opinions, speech acts, subjectivity, non-factivity, non-assertion, possibility and necessity.”

⁸“Modality has to do with necessity and possibility.”

⁹“*Modality* allows us to talk about events that may not have happened, but are desired or required”.

¹⁰“(...) the linguistic phenomenon whereby grammar allows one to say things about, or on the basis of, situations which need not be real.”

¹¹Krifka (1987), Carlson (1989) e Dahl (1995) tratam ambas as sentenças sob o rótulo de genéricas.

A modalidade também pode ser expressa por verbos de atitude proposicional (*acreditar, querer*); adjetivos (*duvidoso, provável*); advérbios (*talvez, provavelmente*); nomes (*certeza, possibilidade*); além de verbos auxiliares (*poder, dever*) e semi-modais (*ter que, ter de*).

Como discutido no Capítulo 1, concebemos os adjetivos em *-vel* como modais, visto que expressam possibilidade ou subjetividade, ambas noções incluídas nas definições de modalidade supracitadas.

4.4 Como as expressões modais variam?

Kratzer (1991, p. 639) observa que “[p]alavras modais usualmente são tidas como ambíguas”; no entanto, em sua análise, a autora conclui que expressões modais não são realmente ambíguas, mas variam ao longo de diferentes dimensões ou parâmetros.¹² Segundo Kratzer (1991, p. 640), a modalidade é sempre *modalidade relativa*. Nesse contexto, as expressões modais são analisadas com relação aos seguintes parâmetros, explicados logo adiante, (i) a *força modal* (possibilidade ou necessidade) e (ii) o *sabor modal* (relativo aos diferentes tipos de modalidade, como a epistêmica, a deôntica etc.).

A *força modal*, lexicalmente especificada, é entendida como ‘força de quantificação’ e varia entre a leitura existencial (\exists) e a leitura universal (\forall). No que diz respeito a um tratamento da modalidade em termos de quantificação, comparamos a seguir o comportamento dos modais de possibilidade (\diamond) e necessidade (\square) ao comportamento dos quantificadores existencial (*algum*) e universal (*todos*), com base em exemplos de Hacquard (2009, p. 5).

- (5) a. João *deve* estar em casa \Rightarrow João *pode* estar em casa.
b. *Todo* aluno está em casa \Rightarrow *Algum* aluno está em casa.

Em (5a), o modal *dever* acarreta o modal *poder*, a exemplo dos quantificadores universal, *todo*, e existencial, *algum*, em (5b). A relação de acarretamento se estabelece da seguinte maneira: se a sentença A for verdadeira, a sentença B também é verdadeira.¹³

¹²“Modal words have usually been thought to be ambiguous.”

¹³Marcus Vinícius (c.p.) observa, com base no recente trabalho de Santos (2015), que o sistema de modais do

Em (6) e (7), nota-se que os modais (poder e dever) e os quantificadores (existencial e universal) são interdefiníveis com respeito à negação.

- (6) a. João *pode* estar em casa \equiv Não é o caso que *deve* ser o caso que João *não* está em casa.
b. João *deve* estar em casa \equiv Não é o caso que *pode* ser o caso que João *não* está em casa.
- (7) a. *Algum aluno* está em casa \equiv Não é o caso que *todo aluno não* está em casa.
b. *Todo aluno* está em casa \equiv Não é o caso que *algum aluno não* está em casa.

A esse respeito, Hacquard (2009, p. 5) observa que os modais são duais um do outro, a exemplo dos quantificadores universal e existencial: “[s]ob todos os tipos de interpretação, modais de possibilidade e necessidade estabelecem padrões de acarretamento e equivalências similares aos que envolvem os quantificadores universal e existencial”.¹⁴ Dessa forma, uma análise da modalidade em termos de quantificação de mundos possíveis modela o comportamento dos modais de possibilidade e necessidade a partir no comportamento dos quantificadores existencial e universal.

O *sabor modal*, contextualmente especificado, diz respeito à expressão de diferentes tipos de modalidade, como epistêmica, deôntica, dinâmica, entre outras, ilustradas a seguir, com base em Hacquard (2009) e Portner (2009).¹⁵

- (8) a. Sara *deve* ser uma excelente estilista. EPISTÊMICO
b. Denise *deve* chegar ao trabalho às 8h. DEÔNTICO
c. O carro da Cris *pode* transportar até seis pessoas. DINÂMICO
d. Matilde *tem que* ir no ônibus que passa por Franca pra chegar cedo. TELEOLÓGICO

português é organizado de outra forma: *poder* e *ter que* é que funcionariam como duais — com *poder* exprimindo possibilidade e *ter que* exprimindo necessidade. Na proposta da referida autora, *dever* seria um verbo modal gradual que expressa possibilidade comparativa e que se apoia em uma fonte de ordenação não-vazia.

¹⁴“Under all types of interpretations, possibility and necessity modals enter into patterns of entailments and logical equivalences similar to those involving universal and existential quantifiers”.

¹⁵Em (8d), opto pela forma vernacular “tem que”, mas destaco a existência da forma “tem de”.

e. Marcus *tem que* provar esse bolo de chocolate.

BULÉTICO

No exemplo (8a), o sabor epistêmico (do grego: *epistême* ‘conhecimento’) diz respeito ao que se sabe ou às evidências de que *Sara* é uma excelente estilista. Em (8b), o sabor deôntico (do grego: *déon* ‘obrigação’) diz respeito a certas regras e obrigações de horário impostas no trabalho de *Denise*. Em (8c), o sabor dinâmico (termo introduzido por Von Wright, 1951) diz respeito à capacidade do *carro* em comportar determinado número de pessoas. Em (8d), o sabor teleológico (do grego: *télos* ‘objetivo’) diz respeito à ideia de finalidade ou objetivo; nesse caso, o objetivo de *Matilde* chegar cedo. Finalmente, em (8e), o sabor bulético (do grego: *boulé* ‘desejo’) se refere ao que é necessário, de acordo com certos desejos.

Como observa Hacquard (2009, p. 5), assim como a expressão “todo aluno” em um exemplo como (5b) se refere a um subconjunto relevante de alunos, não a todos os alunos do universo, uma expressão modal se refere a um subconjunto relevante de mundos possíveis. Por exemplo, o modal *dever* em (8a), epistêmico, se comporta como um quantificador universal de mundos compatíveis com aquilo que se sabe a respeito de *Sara*.

4.5 O modelo de Kratzer (1977, 1981, 1991)

O exemplo anterior, em (8), provê uma pequena amostra de como a mesma palavra modal é capaz de expressar diferentes sabores modais. Uma hipótese lógica seria a de que há várias entradas para os modais no léxico, cada uma com um sabor distinto. Kratzer (1981, p. 38) observa que, ao se trabalhar com a semântica dos modais, um dos “perigos” é se perder entre as variadas interpretações que a mesma expressão pode receber em diferentes contextos. A autora (Kratzer, 1977, 1981, 1991) propõe uma análise unificada para as expressões modais nas línguas naturais e rejeita a hipótese de que há entradas lexicais diferentes no léxico para cada palavra modal.

Os diferentes sabores modais em (8), segundo Kratzer (1981), podem ser determinados inequivocamente a partir da interação entre o que a autora denominou *fundos conversacionais*, que podem ser de dois tipos: (i) a *base modal* e (ii) a *fonte de ordenação*, ambos introduzidos

adiante. Formalmente, fundos conversacionais são concebidos como funções (f) que mapeiam mundos (w) a conjuntos de proposições, ou seja, $f(w)$ corresponde a um conjunto de proposições. Os conceitos de proposição e de verdade de uma proposição são definidos a seguir (Kratzer, 1991, p. 640).

Proposições¹⁶

Enunciações de sentenças expressam proposições.

Na semântica de mundos possíveis, uma proposição é identificada com um conjunto de mundos possíveis nos quais esta proposição é verdadeira. Suponha que seja dado um conjunto W de mundos possíveis. Uma proposição é, portanto, um subconjunto de W .

Por exemplo, a proposição *Floid come muito* é verdadeira nos mundos em que Floid, de fato, come muito. Se tomarmos um conjunto de mundos possíveis (W), hipoteticamente representado por $W = \{w_1, w_2, w_3, w_4\}$, então essa proposição seria um subconjunto de W (e.g. $p = \{w_1, w_2\}$).

Verdade de uma proposição

Uma proposição p é verdadeira em um mundo $w \in W$ sse $w \in p$. Do contrário, p é falso em w .¹⁷

Isso quer dizer que a proposição *Floid come muito* será verdadeira em um mundo de avaliação w (o mundo a partir do qual está ancorado o valor de verdade de uma proposição) se, e somente se, esse mundo for um elemento de p , do contrário, essa proposição é falsa em w .

A *base modal*, segundo Kratzer (1981, p. 42), é responsável por contribuir com as premissas a partir das quais é possível se chegar a certas conclusões.¹⁸ A base modal é, portanto, um dos fundamentos das diferentes interpretações modais, responsável por fixar um conjunto de proposições consistentes. Por exemplo, uma base modal epistêmica abrange um conjunto de proposições que se sabe em determinado mundo. Assim, a partir dessa base modal, obtemos

¹⁶“**Propositions**

Utterances of sentences express propositions.

In possible worlds semantics, a proposition is identified with the set of possible worlds in which it is true. Suppose we are given a set W of possible worlds. A proposition is then a subset of W .”

¹⁷“**Truth of a proposition**

A proposition p is true in a world $w \in W$ iff $w \in p$. Otherwise, p is false in w .” Observação: \in indica pertencimento a um conjunto (“está em”, “é um elemento de” ou “pertence a”).

¹⁸Mais adiante, vemos que a base modal pode ser explicitada por meio de frases do tipo “em vista de”.

os mundos epistemicamente acessíveis do mundo de avaliação (ver Kratzer, 1981). A autora estabelece a relação entre fundos conversacionais e as chamadas relações de acessibilidade: “Se f é um fundo conversacional, então o conjunto de mundos acessíveis em um mundo w com relação a f é simplesmente $\cap f(w)$, ou seja, o conjunto de mundos em que todas as proposições de $f(w)$ são verdadeiras” (Kratzer, 1981, p. 46).¹⁹ A interseção de $f(w)$ (i.e., o conjunto de mundos acessíveis de w) é o que Klecha (2014) denomina domínio modal preliminar.

A *fonte de ordenação* é responsável por determinar uma ordem aos mundos que compõem a base modal, ou seja, é responsável por ordenar o domínio modal preliminar conforme um padrão ideal. Por exemplo, uma fonte de ordenação deontica impõe uma ordem a esses mundos de forma que estes se aproximem de um ideal (o “melhor dos mundos”), dadas certas leis e obrigações. A seguir, discutimos a importância da fonte de ordenação para a questão da gradabilidade dos modais.

Antes de explicitar como a base modal e a fonte de ordenação interagem, apresentamos a seguir argumentos que justificam analisar as expressões modais em termos desses dois fundos conversacionais. Primeiramente, discutimos como a interpretação das expressões modais varia, a depender do tipo de base modal envolvida. Em seguida, discutimos a necessidade de se postular a fonte de ordenação. Abaixo, seguem os exemplos de Kratzer (1977, p. 338).

(9) All Maori children *must* learn the names of their ancestors.

Todas as crianças Maori devem aprender os nomes de seus ancestrais.

(10) The ancestors of the Maoris *must* have arrived from Tahiti.

Os ancestrais dos Maori devem ter chegado do Taiti.

(11) If you *must* sneeze, at least use your handkerchief.

Se você tem que espirrar, pelo menos use seu lenço.

(12) When Kahukura-nui died, the people of Kahungunu said: Rakaipaka *must* be our chief.

Quando Kahukura-nui morreu, o povo de Kahungunu disse: Rakaipaka deve ser nosso

¹⁹“If f is a conversational background, then the set of worlds which are accessible in a world w with respect to f is simply $\cap f(w)$. That is, the set of worlds where all propositions of $f(w)$ are true.”

líder.

Segundo a autora, o auxiliar modal do inglês *must* ('dever', 'ter que'), em (9), diz respeito a uma obrigação das *crianças Maori* em aprender o nome de seus ancestrais; em (10), a uma informação ou conhecimento que se tem sobre a chegada dos ancestrais dos Maori; em (11), a uma disposição da pessoa que quer espirrar; e, finalmente, em (12), a preferências e desejos do povo de Kahungunu.²⁰

Kratzer (1977, p. 340) observa que não seria plausível postular que cada uma das ocorrências de *must* é completamente diferente da outra, a ponto de serem tratadas como entradas independentes ($must_1, must_2, must_3, \dots$). Segundo a autora, há uma essência comum a todas as ocorrências do modal que permanece invariável nos diversos ambientes observados nesses exemplos. Por isso, não é plausível conceber que os modais sejam ambíguos. Para Kratzer (1977, p. 340), os modais são relativos, e a parte não comum a todas as ocorrências de *must* pode ser explicitada, como mostrado a seguir.

- (13) *In view of what their tribal duties are, The Maori children must learn the names of their ancestors.*

Em vista dos seus deveres tribais, as crianças Maori devem aprender os nomes de seus ancestrais.

- (14) *In view of what is known, the ancestors of the Maoris must have arrived from Tahiti.*

Em vista do que se sabe, os ancestrais dos Maori devem ter chegado do Taiti.

- (15) *If — in view of what your dispositions are — you must sneeze, at least use your handkerchief.*

Se — em vista de suas disposições — você tem que espirrar, pelo menos use seu lenço.

- (16) *When Kahukura-nui died, the people of Kahungunu said: In view of what is good for us, Rakaipaka must be our chief.*

²⁰Os exemplos mostram que os auxiliares *must* no inglês e *dever* no português podem receber diferentes leituras. Ainda que a noção disposicional em (11) seja melhor captada pelo semi-modal *ter que*, pelo menos no meu julgamento.

Quando Kahukura-nui morreu, o povo de Kahungunu disse: em vista do que é bom pra nós, Rakaipaka deve ser nosso líder.

As frases do tipo ‘*in view of*’, ou “em vista de”, presentes nos exemplos de (13) a (16), de acordo com a autora, trazem consigo parte do significado de *must* (‘dever’) nas ocorrências de (9) a (12). São essas frases que restringem a base modal. A outra parte do significado de *must*, que permanece invariável, é justamente o que há de comum entre todas as ocorrências desse modal. Segundo Kratzer (1977, p. 341), com base “[n]essa descrição semântica, haverá apenas um verbo *must*”.²¹ Com relação ao exemplo (14), Kratzer (1977, p. 341) propõe que “o significado neutro de todas as ocorrências da palavra ‘*must*’ (...) requer dois argumentos. O primeiro é provido pelo significado de uma frase como ‘o que se sabe’, e o segundo é provido pelo significado de uma sentença como ‘os ancestrais dos Maori chegaram do Taiti’”.²² Esse segundo argumento, normalmente o complemento do modal, é denominado *prejacente*.²³

Segundo Kratzer (1977, p. 342), “frases modais relativas como ‘deve, em vista de’ e ‘pode, em vista de’ devem ser consideradas o fundamento dos modais ‘dever’ e ‘poder’, respectivamente”.²⁴ Assim, a autora conclui que a modalidade é sempre modalidade relativa: a ocorrência de expressões modais requer para sua interpretação “uma especificação do tipo de modalidade envolvida” (Kratzer, 1991, p. 640).²⁵ Naturalmente, nem sempre frases do tipo “em vista do que se sabe” ou “em vista das obrigações e regras” estão explícitas, como mostram os exemplos de (9) a (12). Nesse caso, o fundo conversacional está implícito e é determinado contextualmente.

De acordo com essa proposta, “[o]nde α for uma sentença qualquer e f for um fundo conversacional qualquer, escrevemos $[[\alpha]]^f$ para a proposição expressa por α com respeito a

²¹“In such a semantic description there will be only one verb ‘must’.”

²²“(...) the neutral meaning of all the occurrences of the word ‘must’ (...) is something which requires two arguments. The first argument is provided by the meaning of a phrase like ‘what is known’, and the second argument is provided by the meaning of a sentence like ‘the ancestors of the Maoris have arrived from Tahiti’.”

²³Segundo Fintel (2006, p. 1), uma sentença modalizada é responsável por localizar a proposição prejacente, termo introduzido por lógicos medievais, no espaço das possibilidades.

²⁴“(...) relative modal phrases like ‘must in view of’ and ‘can in view of’ should be considered as the foundation of the modals ‘must’ and ‘can’, respectively.”

²⁵“(...) a specification of the kind of modality involved.”

f. Se α contém um modal, a proposição expressa por α vai depender fundamentalmente do parâmetro f ” (Kratzer, 1991, p. 641).²⁶ A definição a que a autora chega é a seguinte, para os modais *dever* e *poder*.

- (17) a. $\llbracket \text{deve } \alpha \rrbracket^f = \{w \in W: \llbracket \alpha \rrbracket^f \text{ segue de } f(w)\}$ ²⁷
 b. $\llbracket \text{pode } \alpha \rrbracket^f = \{w \in W: \llbracket \alpha \rrbracket^f \text{ é compatível com } f(w)\}$ ²⁸

Esse tipo de análise, herdada da lógica modal, é o que Kratzer (1977, p. 642) denomina “análise padrão” (*standard analysis*).²⁹ Segundo a autora, essa análise capta corretamente a ideia de que os modais são relativos, bem como o seu caráter dual, como discutido na seção 4.4. No entanto, a autora argumenta que essa análise não é suficiente. Um dos problemas discutidos por Kratzer (1991, p. 643) diz respeito à gradabilidade dos modais, como exemplificado a seguir em (18).³⁰

- (18) It is easily possible to climb Mount Toby.
É bem possível escalar o Monte Toby.

A análise padrão de modalidade, segundo Kratzer (p. 1991, p. 643), não capta a gradabilidade dos modais uma vez que: “[u]ma proposição é ou não é compatível com um conjunto de proposições. Ela não pode ser mais ou menos compatível, quase compatível ou facilmente compatível”.³¹ Portanto, para captar a gradabilidade dos modais, é necessário introduzir um segundo fundo conversacional: a fonte de ordenação. Segundo a autora, “para cada mundo, o segundo fundo conversacional induz uma *ordenação* no conjunto de mundos

²⁶“Where α is any sentence and f is any conversational background, let us write $\llbracket \alpha \rrbracket^f$ for the proposition expressed by α with respect to f . If α contains a modal, the proposition expressed by α will crucially depend on the parameter f .”

²⁷ $\llbracket \text{must } \alpha \rrbracket^f = \{w \in W: \llbracket \alpha \rrbracket^f \text{ follows from } f(w)\}$.

²⁸ $\llbracket \text{can } \alpha \rrbracket^f = \{w \in W: \llbracket \alpha \rrbracket^f \text{ is compatible with } f(w)\}$.

²⁹Embora se possa considerar que atualmente a teoria de Kratzer é a teoria padrão de modalidade na semântica formal. Portner (2009, p. 47), por exemplo, destaca a teoria de Kratzer como a “teoria padrão de modalidade”. Segundo o autor, esta *merece* ser denominada assim.

³⁰Ver Kratzer (1991, p. 642-645) para a discussão de outros problemas para a análise padrão, como o raciocínio modal com relação a um conjunto de proposições inconsistentes, além do famoso Paradoxo do Samaritano.

³¹“Now a proposition is or isn’t compatible with a set of propositions. It cannot be more or less compatible. Or barely compatible, or easily compatible.”

acessíveis daquele mundo” (Kratzer, 1991, p. 644).³²

Formalmente, a fonte de ordenação também é uma função que mapeia proposições a mundos possíveis, representada por $g(w)$. A autora (Kratzer, 1991, p. 644), seguindo Lewis (1981), representa esse segundo parâmetro como um conjunto de proposições (A) que induziria um ordenamento parcial \leq_A em W de modo que este se aproximaria do ideal representado por A. Essa ordem, imposta pela fonte de ordenação $g(w)$, conduziria ao “melhor” dos mundos (v. Portner, 2009, p. 66). Assim, a partir do domínio modal preliminar, ilustrado a seguir em (19a), chega-se a (19b), que representa o conjunto final de mundos ideais determinado pela base modal e pela fonte de ordenação, o que Klecha (2014, p. 17) denomina simplesmente domínio modal.

- (19) a. $\cap f(w) =$ um conjunto de mundos
b. $\text{Best}_{g(w)} \cap f(w) =$ um conjunto de mundos (ordenados)

Com esse aparato, a autora conclui ser possível determinar a gradabilidade dos modais.³³ Essa nova proposta supera os problemas anteriores da análise padrão. É nesse sentido que devemos entender que as expressões modais são duplamente relativas. Elas o são porque dependem de dois fundos conversacionais: a base modal e a fonte de ordenação. A base modal é responsável por prover um conjunto de mundos acessíveis do mundo de avaliação, e a fonte de ordenação é responsável por impor uma ordem nesse conjunto de mundos. Dados esses dois parâmetros, Kratzer (1991, p. 645) propõe a seguinte denotação para o modal *provavelmente*, incorporando esse segundo fundo conversacional.

- (20) $\llbracket \text{provavelmente } \alpha \rrbracket^{f,g} = \{w \in W: \llbracket \alpha \rrbracket^{f,g} \text{ é uma necessidade fraca em } w \text{ com relação a } f \text{ e } g\}$ ³⁴

No que se segue, apresentamos os diferentes tipos de bases modais e fontes de ordenação

³²“For each world, the second conversational background induces an *ordering* on the set of worlds accessible from that world”.

³³Remeto o leitor a Klecha (2014) para um estudo sobre como a força modal pode variar ao longo de diferentes expressões e contextos discursivos.

³⁴ $\llbracket \text{probably } \alpha \rrbracket^{f,g} = \{w \in W: \llbracket \alpha \rrbracket^{f,g} \text{ is a weak necessity in } w \text{ with respect to } f \text{ and } g\}$

propostos por Kratzer (1991), responsáveis por derivar diferentes interpretações modais. Para a autora (Kratzer, 1991, p. 646), as bases modais podem ser de dois tipos, como mostramos a seguir.

- (21) a. Hydrangeas can grow here. BASE MODAL CIRCUNSTANCIAL
Hortênsias podem crescer aqui
- b. There might be hydrangeas growing here. BASE MODAL EPISTÊMICA
Pode haver hortênsias crescendo aqui

A sentença em (21a), de acordo com Kratzer (1991, p. 646), pode ser proferida em uma situação na qual se questiona a qualidade de um terreno para o cultivo de hortênsias. Nesse caso, a resposta, “Hortênsias podem crescer aqui”, considera certas circunstâncias, fatos e condições materiais sobre o terreno, o clima e a região, que favorecem o cultivo de hortênsias. Esse tipo de raciocínio, segundo a autora, envolve uma base modal *circunstancial*. A sentença em (21b), por sua vez, pode ser proferida em uma situação em que se tem evidências de que há hortênsias sendo cultivadas em determinado terreno. Nesse caso, as evidências disponíveis são levadas em consideração. Esse tipo de raciocínio modal envolve uma base modal *epistêmica*. A autora conclui que os dois tipos de bases modais levam em conta informações de natureza distinta.

No que diz respeito às fontes de ordenação, a autora propõe que estas podem ser de diversos tipos. Entre elas, deontica (relativa a regras, leis, obrigações), teleológica (relativa a objetivos), estereotípica (relativa ao curso normal dos eventos) ou vazia. A interação entre a base modal e a fonte de ordenação é responsável pelos diferentes sabores modais discutidos ao longo deste capítulo. A combinação entre elas, no entanto, não é aleatória. Segundo Kratzer (1991, p. 649), “[b]ases modais epistêmicas se combinam com fontes de ordenamento relativas à informação: o curso normal dos eventos, rumores, crenças. Bases modais circunstanciais se combinam com fontes de ordenamento relativas a leis, planos, desejos. Dentro desses limites, há várias possibilidades”.³⁵ Para a autora, (21a), por exemplo, envolve uma fonte de ordenação

³⁵“Epistemic modal bases take ordering sources related to information: What the normal course of events is

vazia, uma vez que expressa uma leitura puramente circunstancial do modal *poder*; e (21b) envolve uma fonte de ordenação que pode ou não estar vazia.

Retomamos a seguir os exemplos originalmente apresentados em (8), com o objetivo de mostrar as possíveis combinações entre bases modais e fontes de ordenação.

- | | | | |
|------|----|---|-------------|
| (22) | a. | Sara <i>deve</i> ser uma excelente estilista. | EPISTÊMICO |
| | | <i>base modal: epistêmica; fonte de ordenação: vazia ou estereotípica</i> | |
| | b. | Denise <i>deve</i> chegar no trabalho às 8h. | DEÔNTO |
| | | <i>base modal: circunstancial; fonte de ordenação: deôntica</i> | |
| | c. | O carro da Cris <i>pode</i> transportar até seis pessoas. | DINÂMICO |
| | | <i>base modal: circunstancial; fonte de ordenação: estereotípica</i> | |
| | d. | Matilde <i>tem que</i> ir no ônibus que passa por Franca pra chegar cedo. | TELEOLÓGICO |
| | | <i>base modal: circunstancial; fonte de ordenação: teleológica</i> | |
| | e. | Marcus <i>tem que</i> provar esse bolo de chocolate. | BULÉTICO |
| | | <i>base modal: circunstancial; fonte de ordenação: bulética</i> | |

Nota-se que, em (22c), o uso dinâmico do modal *poder* é analisado em termos de uma base modal circunstancial e uma fonte de ordenação estereotípica. Uma vez que propomos situar os adjetivos modais no âmbito da modalidade dinâmica, na seção seguinte, dedicamo-nos a aprofundar o estudo desse tipo de modalidade.

Para concluir, na teoria da modalidade de Kratzer (1977, 1981, 1991), as expressões modais dependem essencialmente de três componentes para serem interpretadas: (i) a força modal ou quantificacional; (ii) o sabor modal, determinado (a) pela base modal e (b) pela fonte de ordenação, o que Klecha (2014) chama de domínio modal; e (iii) o prejacente, ou o complemento do modal.

like, reports, beliefs. Circumstantial modal bases take ordering sources related to laws, aims, plans, wishes. Within these constraints, there are many possibilities”.

4.6 A modalidade dinâmica

A modalidade dinâmica diz respeito a habilidades, capacidades, disposições, tendências e susceptibilidades (ver Von Wright, 1951; Palmer, 1990; Brennan, 1993; Hackl, 1998; Portner, 2009; Giannakidou e Staraki, 2013). Nesta tese, situamos o estudo dos adjetivos modais no âmbito desse tipo de modalidade. Particularmente, como predicados disposicionais. Uma vez que disposições são abarcadas pela modalidade dinâmica, esta seção é dedicada a compreender como esse subtipo de modalidade varia, suas peculiaridades e como a sua investigação pode ajudar a elucidar a natureza dos adjetivos modais.

O termo modalidade dinâmica foi usado pela primeira vez por Von Wright (1951, p. 28), como ilustrado no fragmento seguinte.

As mesmas palavras modais são usadas na linguagem comum também com outros sentidos. Um uso importante destas é relacionado à noção de *habilidade* e *disposição* e o verbo *poder*. Por exemplo: “Jones sabe [(lit. pode)] falar alemão” (= “É possível para Jones se fazer entender em alemão”); “Jones não sabe [(lit. pode)] falar alemão” (= “É impossível para Jones se fazer entender em alemão”). Vamos chamar esses conceitos modais, que se referem a habilidades e disposições, modalidades *dinâmicas*. (Eu devo o termo ao Sr. Geach). (...) Se Jones está falando alemão, Jones sabe falar alemão; mas Jones pode ser capaz de falar alemão embora não esteja falando alemão agora.³⁶

Palmer (1990, p. 7) observa que, enquanto outros tipos de modalidade, como a epistêmica e a deôntica, dizem respeito ao falante, “a modalidade dinâmica parece estar relacionada a habilidades do sujeito da sentença, e talvez nem seja estritamente modalidade”.³⁷ Ao longo deste trabalho, assumimos que uma análise da modalidade dinâmica com base no trabalho de Kratzer, que a concebe como uma categoria duplamente relativa, é possível. O exemplo anterior em (22c), que ilustra um uso dinâmico do auxiliar ‘poder’, por exemplo, foi superficialmente

³⁶“The same modal words are used in ordinary language in other senses as well. An important use of them is connected with the notion of an *ability* and of a *disposition* and with the verb *can*. For example: “Jones can speak German” (= “it is possible for Jones to make himself understood in German”); “Jones cannot speak German” (= “it is impossible for Jones to make himself understood in German”). We shall call the modal concepts, which refer to ability and dispositions, *dynamic* modalities. (I am indebted for the term to Mr. Geach). (...) If Jones is speaking German, Jones can speak German; but Jones may be able to speak German though he is not now speaking it”.

³⁷“(...) dynamic modality is concerned with the ability (...) of the subject of the sentence, and is not, perhaps, strictly modality at all.”

analisado em termos de uma base modal circunstancial e uma fonte de ordenação estereotípica. No que se segue, aprofundamos a discussão sobre esse tipo de modalidade, a partir do estudo de predicados de habilidade e de predicados disposicionais. Por vezes, a discussão incorpora considerações filosóficas acerca desses predicados, na medida em que algumas noções se sobrepõem. Essa estratégia tem o único objetivo de tornar mais claras algumas definições e intuições e de contribuir para a caracterização dos nossos dados.

4.6.1 O estudo das habilidades

Von Wright (1951) usa o termo modalidade dinâmica para falar de habilidades, como retomado no exemplo seguinte.

- (23) Jones can speak German
Jones pode.HAB falar alemão
Jones sabe falar alemão

Em português, entre as expressões modais que indicam habilidade, destacamos *saber*, *ser capaz de*, *ter a capacidade de*, *ter a habilidade de* e *conseguir*, exemplificadas a seguir.

- (24) a. Edu *consegue* tocar qualquer instrumentos.
b. Mari *sabe* fazer o melhor petit-gateau do mundo.
c. Flávio *é capaz de* desenhar de olhos fechados.
d. Jocas *tem a habilidade* rara de fazer gol de bicicleta.

Hackl (1998, p. 1) aborda sentenças desse tipo no inglês, “[q]ue são usadas para atribuir a algum indivíduo alguma habilidade”, as quais o autor denomina simplesmente atribuições de habilidade.³⁸ Quanto ao uso do modal *can* (‘poder’) no sentido de habilidade, exemplificado a seguir (Hackl, 1998, p. 7), o autor observa um problema potencial quanto ao seu valor de verdade sob uma análise existencial.

- (25) John can swim
John pode.HAB nadar

³⁸“Sentences [(or utterances)] that are used to ascribe some individual some ability”.

John sabe nadar

Um tratamento existencial não seria suficiente, uma vez que as condições de verdade de sentenças de habilidade soariam muito fracas. Por exemplo, em uma análise existencial, a sentença em (25) seria verdadeira no caso de haver *pelo menos um* mundo possível em que *João* nada.³⁹ No entanto, segundo Hackl (1998, p. 37), “a intuição é a de que, se João sabe nadar, então ele vai nadar *em mais ou menos* todas as situações que preenchem condições básicas de felicidade, em vez de apenas em pelo menos uma delas”.⁴⁰ As condições de felicidade seriam “João estar alerta”, “ter vontade de nadar”, “ter acesso a uma piscina ou algo do tipo”, entre outros (Hackl, 1998, p. 8).

À observação de Hackl deve-se acrescentar, ainda, que a intuição por trás do exemplo (25) parece ser outra, ainda mais forte, a de que João sabe nadar, a despeito das condições de felicidade que favoreçam a manifestação da sua habilidade. Mesmo que João esteja doente, em casa, incapacitado (pelo menos momentaneamente) de exercer suas habilidades físicas, ainda assim, ele *sabe* nadar. Entretanto, para não adicionar mais complexidade ao sistema, limitamo-nos a concordar com as considerações do autor sobre um tratamento existencial do modal *can* de habilidade soar muito fraco.⁴¹ A esse respeito, o autor observa que, em uma leitura de habilidade, o modal *can* parece ter força universal ou *quasi*-universal.

Para tratar essa questão, o autor propõe que, no caso de atribuições de habilidade, há uma relação próxima entre quantificação existencial de mundos possíveis ($\exists w$) e quantificação genérica de situações (GEN_s). Estas seriam, segundo o autor, “dois lados da mesma moeda”. Para entender essa proposta, devemos entender, primeiramente, o que são “situações”. Segundo

³⁹Kenny (1976), retomado por Portner (2009) e Giannakidou e Staraki (2013), também apresenta argumentos de que habilidades não podem ser tratadas em termos de possibilidade. Crucialmente, para o autor, “a modalidade dinâmica não é um tipo de modalidade” [“(...) dynamic modality is not a modality”].

⁴⁰“The intuition was that if John can swim then he will swim in *more or less all* situations that meet basic felicity conditions rather than just in at least one of them”.

⁴¹Para dar conta do fato de que a habilidade de nadar é esperada, a despeito das condições de felicidade, podemos pensar que isso se deve ao caráter mais permanente dessa habilidade, o que Menéndez-Benito denomina propriedades embutidas (“hard-wired properties”), como a habilidade de nadar, de tocar um instrumento etc. Essas seriam distintas de outras habilidades, que envolvem uma oportunidade (*opportunity-can*), como a capacidade de visualizar um eclipse, por exemplo, que é independente de uma habilidade interna. Kenny (1976, p. 218-219) observa que habilidades são internas ao agente, enquanto oportunidades são externas, mas ambas estariam interconectadas. Uma análise mais completa dessas questões é deixada para pesquisas futuras.

Hackl (1998, p. 8), “[i]nformalmente, um mundo seria um conglomerado de situações, que variam em tamanho e em extensão em tempo e lugar”.⁴² Situações estariam em uma relação de parte-todo com mundos possíveis, e mundos seriam entendidos como situações máximas (“maximal situations”). Hackl (1998, p. 8) propõe a seguinte representação para (25a).⁴³

(26) $GEN_s [Jo\tilde{a}o\ em\ s\ \&\ C(s)]\ \exists e[s\ sobrep\tilde{o}e\text{-}se\ a\ s' \ \&\ Jo\tilde{a}o\ nada\ em\ s']$

“Todas as situações que incluem João e certas condições de felicidade podem ser estendidas a situações em que ele nada”

Para Hackl (1998), as condições de felicidade que restringem o operador genérico são certas *circunstâncias*, que formam a base modal das sentenças de habilidade. O autor propõe que, quando o modal de habilidade *can* toma uma base circunstancial, é estabelecida uma relação próxima entre quantificação genérica de situações e quantificação existencial de mundos. Essa relação é traduzida na seguinte ideia: ambas expressam “generalizações não acidentais” (Hackl, 1998, p. 10). Por isso, segundo o autor, sentenças genéricas, como em (27a), teriam uma segunda interpretação de habilidade, como exemplificado em (27b).⁴⁴

- (27) a. Ezekiel joga xadrez.
b. Ezekiel sabe jogar xadrez.

Na mesma direção, Giannakidou e Staraki (2013) observam que o tratamento apropriado de sentenças de habilidades não é uma tarefa fácil. Segundo as autoras, “a habilidade pode ser entendida de forma geral em termos de fatores facilitadores”,⁴⁵ havendo diferenças entre habilidades ocasionais, que dizem respeito a situações específicas ou circunscritas no tempo (*time-bound*), como, por exemplo, “eu consigo levantar aquela pedra”, e habilidades genéricas,

⁴²“Informally, a world is a conglomerate of situations varying in size and extension in time and location.”

⁴³“ $GEN_s [John\ in\ s\ \&\ C(s)]\ \exists e[s\ overlaps\ with\ s' \ \&\ John\ swims\ in\ s']$. All situations that include John and certain felicity conditions are met are expandable to situations in which he swims”.

⁴⁴Carlson (2010, p. 2) discute a relação entre habilidade/disposições e genericidade. O autor observa que sentenças de habilidades não acarretam uma sentença genérica correspondente (“Maria consegue levantar esse livro” → “??Maria levanta esse livro”), mas sentenças genéricas parecem acarretar sentenças de habilidade (“Ginger bebe vinho” → “Ginger pode beber vinho”). A questão da genericidade é retomada adiante.

⁴⁵“(…) ability can be understood very broadly in terms of enabling factors”.

como “eu consigo levantar uma pedra de 25kg” (Giannakidou e Staraki, 2013, p. 251).⁴⁶ As autoras, assim como Hackl (1998), destacam, ainda, a determinação da força quantificacional como uma das dimensões de dificuldade no tratamento de sentenças de habilidade.

As autoras julgam insatisfatório um tratamento existencial para sentenças de habilidade. Um problema apontado para esse tipo de análise, segundo as autoras, é o fato de que esta concebe a habilidade como puramente ocasional ou episódica. No entanto, compartilhamos intuições de que determinadas habilidades não são ocasionais, mas, de alguma forma, estáveis. A seguir, Giannakidou e Staraki (2013, p. 253) discutem um exemplo similar a (25).

Em um exemplo como João sabe nadar, para cada mundo w que considerarmos, João terá a habilidade de nadar naquele mundo. Embora essa definição pareça funcionar bem em mundos em que João de fato sabe nadar (e ele sabe que ele sabe disso), devido a treinamento ou talento natural, em mundos nos quais João não aprendeu a nadar, ou ainda não descobriu seu talento natural, essa proposição claramente não é verdadeira.⁴⁷

As autoras propõem que, no caso de modais de habilidade, o conjunto de mundos sobre os quais o modal quantifica deve ser restrito, de modo a incluir apenas aqueles mundos em que as pessoas têm certas habilidades.⁴⁸ Nessa análise, esses mundos formam a “base modal de habilidade”, representada por $K_{ability}$, que seria “uma função de w para mundos w' , ao menos tão normais quanto w , compatíveis com o que o agente x é capaz de fazer em w ”.⁴⁹

Quanto à força modal, as autoras propõem “uma análise forte de habilidade como um quantificador universal”, com base na observação de que “a semântica de mera possibilidade é muito fraca” (Giannakidou e Staraki, 2013, p. 266).⁵⁰ Consideramos, no entanto, que uma análise universal pode ser muito forte. As autoras adotam a formulação de Giannakidou

⁴⁶“I can lift that rock”; “I can lift a 50 pound rock”. Heloisa Salles (c.p.) observa que parece haver uma relação de contingência, de forma que uma habilidade genérica conteria a ocasional.

⁴⁷“In an example like John can swim, for each world w we consider, John will have the ability to swim in that world. Though this definition seems to work fine in worlds where John knows indeed how to swim (and he knows that he knows that), due to training or natural talent, in worlds where John didn’t learn how to swim, or hasn’t discovered his natural talent yet, p is clearly not true.”

⁴⁸Esse é o tipo de análise que Brennan (1993) propõe, discutida adiante.

⁴⁹“[Let us call these worlds the ability-modal base, and let’s think of it as] a function from w to worlds w' , at least as normal as w , compatible with what an agent x is capable of doing at w .”

⁵⁰“[We will rely on] the strong analysis of ability as a universal quantifier”. “(...) the semantics of mere possibility is too weak.”

(2001), que “propõe uma análise do modal de habilidade CAN como um modal universal” (Giannakidou e Staraki, 2013, p. 267).⁵¹ Nesse sentido, argumentam que os mundos selecionados pela base modal de habilidade, $K_{ability}$, são aqueles mundos em que um agente, x , tem a habilidade de fazer p . Assim, “o modal de habilidade se distingue de modais epistêmicos ou deônticos na medida em que este (bem como sua base modal) depende do agente” Giannakidou e Staraki (2013, p. 254).⁵²

Nesta subseção, introduzimos duas noções importantes sobre a modalidade dinâmica, no que diz respeito, particularmente, ao estudo de sentenças de habilidade. O primeiro aspecto se refere à questão da força modal. O segundo aspecto diz respeito à ideia de que habilidades dependem fundamentalmente de um indivíduo (agente). Nesse sentido, em “João sabe nadar” ou “Ezekiel sabe jogar xadrez”, a sentença é interpretada com base em certas habilidades. Entendemos que estas são (relativamente) estáveis, não contingentes a uma situação específica, embora seja esperado que se manifestem, por exemplo, se *João* for empurrado em uma piscina ou se *Ezekiel* participar de um torneio de xadrez. Assim, diante de condições básicas de felicidade (Hackl, 1998) ou fatores facilitadores (Giannakidou e Staraki, 2013), a ideia é que se espera que a habilidade em questão se manifeste em *mais ou menos* todas as situações.

4.6.2 O estudo das disposições

A modalidade dinâmica abrange não só habilidades, como também disposições. Segundo Brennan (1993, p. 3): “[a] modalidade dinâmica diz respeito a habilidades, susceptibilidades e disposições do sujeito e é frequentemente expressa no inglês com os modais *poder* e *ir*”.⁵³ Os exemplos da autora, parcialmente introduzidos no Capítulo 1, são repetidos a seguir.

- (28) John can climb this tree
 João pode.HAB escalar essa árvore
João sabe/consegue/é capaz de subir nessa árvore

⁵¹“Giannakidou (2001) proposes an analysis of the ability CAN as a universal modal.”

⁵²“(…) the ability modal differs from the epistemic or deontic ones in that it (and its modal base) is agent dependent.”

⁵³“Dynamic modality concerns the abilities, susceptibilities and dispositions of the subject and is often expressed in English with the modals can and will”.

- (29) Sam will sign anything
Sam ir.DISP assinar qualquer coisa
Sam assina qualquer coisa

Nesta subseção, focamos em sentenças disposicionais, como em (29), uma vez que exemplos similares a (28) foram abordados na subseção anterior, dedicada a habilidades.⁵⁴ É relevante destacar que disposições são estudadas tanto no âmbito linguístico quanto filosófico. De forma geral, abordamos ambas as perspectivas, na tentativa de caracterizar disposições, mas, evidentemente, nossas preocupações são primordialmente orientadas para a dimensão linguística dos predicados disposicionais. Assim, não temos qualquer pretensão de resolver os inúmeros problemas que os predicados disposicionais representam para um filósofo.

Segundo Brennan (1993, p. 8), sentenças como (29) expressam a “disposição de se comportar de determinada maneira”.⁵⁵ Como discutido no Capítulo 1, disposições e habilidades fazem parte da mesma ontologia, mas se distinguem quanto ao seu caráter agentivo. Habilidades envolvem mais claramente a noção de um agente, que tem certa capacidade, ao contrário de disposições. Não pretendemos estabelecer essa distinção como uma noção conceitual nítida, mas fazer uso dela em um nível intuitivo. Em (29), evidentemente, *Sam* é o agente de *assinar*. Entretanto, essa sentença não diz respeito à “capacidade” de *Sam* em assinar qualquer coisa, mas à sua disposição ou tendência em fazê-lo. Talvez *Sam* não seja muito cuidadoso ou criterioso e assine o que estiver na sua frente.

Esse aspecto “comportamental” das disposições é bastante claro para os adjetivos modais. Por essa razão, situamos o estudo dos adjetivos modais no âmbito das disposições. Um objeto *maleável*, por exemplo, apresenta a disposição ou tendência de se comportar de determinada maneira, mudando de forma, sob certas condições. Essa qualidade não é entendida propriamente como uma capacidade ou habilidade de agir de determinada maneira, mas como a tendência

⁵⁴Para não confundir o leitor, ressalto que, ao longo da exposição das análises, exemplos de sentenças de habilidade são eventualmente retomados no contexto da discussão do trabalho de Brennan (1993), uma vez que a autora emprega esse tipo de sentença para desenvolver determinados argumentos, retomados nesta subseção. Ressalto, ainda, que, no âmbito da discussão proposta nesta subseção, esses argumentos aplicam-se tanto às sentenças de habilidade quanto às sentenças disposicionais.

⁵⁵“(…) disposition to behave in a certain way”.

a responder de determinada maneira a um estímulo. É basicamente nesse nível intuitivo que pretendemos manter a discussão quanto à distinção entre habilidades e disposições. Ressaltamos que concebemos adjetivos modais subjetivos no mesmo espírito. Por exemplo, *amável* ou *detestável* também expressariam uma disposição ou tendência. Embora algumas paráfrases com essa subclasse possam soar menos naturais, entendemos esse fato como uma consequência da natureza desse tipo de eventualidade. Nesse sentido, a “disposição de amar” é entendida como uma tendência ou susceptibilidade (do experienciador ou portador do estado) diante de determinado alvo ou estímulo, ligado a esse estado, visto que “desperta ou inspira amor” (o que estaria na base da ideia de que este complemento do tipo REMA é parte da descrição do estado em questão).

Disposições distinguem-se de “não-disposições”, como propõe Cross (2005, p. 321).

Temos uma sensação intuitiva quanto à distinção entre estados disposicionais e não disposicionais (ou categoriais), refletida em nossa classificação natural de fragilidade, inflamabilidade e solubilidade como disposições, em oposição à qualidade de ser triangular, que claramente *não* é uma disposição.⁵⁶

Para o autor, disposições podem ser entendidas em termos de “condições de ativação”. Segundo Cross (2005, p. 322): “[s]e um objeto tem uma disposição (e.g., fragilidade), então há certas condições de ativação (um choque ou golpe), de modo que, caso o objeto esteja sob essas condições, uma outra condição que manifesta a disposição (quebrar) *seria* obtida”.⁵⁷ Nota-se que essas condições de ativação são similares às condições de felicidade ou fatores facilitadores, discutidos na subseção anterior no âmbito das habilidades. Usualmente, as condições de ativação são incorporadas a análises de predicados disposicionais (e de habilidade) a partir de uma análise condicional (i.e., *se* for colocado em água, esse comprimido dissolve).

A respeito da manifestação de uma disposição, Cross (2005, p. 322) destaca que as condições de ativação não precisam ocorrer para que um objeto exiba determinada disposição.

⁵⁶“We have an intuitive feel for the distinction between dispositional and non-dispositional (or categorical) states, as reflected in our natural classification of fragility, flammability and solubility as dispositions, as opposed to, say, triangularity, which is pretty clearly *not* a disposition.”

⁵⁷“If an object has a disposition (e.g., fragility) then there are some activation conditions (jarring) such that if the object were in those conditions, some further condition manifesting the disposition (breaking) *would* obtain.”

Segundo o autor, “isso confere às disposições seu caráter “suspeito”, já que elas parecem ser inerentemente modais; elas são, por natureza, *relacionadas* ao meramente possível”.⁵⁸ Heil (2005, p. 350) propõe que “[a] manifestação de uma disposição é a manifestação de parceiros disposicionais recíprocos”.⁵⁹ Para esse autor, uma disposição é usualmente provocada por um estímulo, como explicado a seguir.

[u]m cristal de sal manifesta a sua disposição de dissolver em água ao se dissolver em água. Mas a manifestação é tanto a manifestação da disposição do cristal de sal em dissolver em água quanto da disposição recíproca da água em dissolver o sal. (...) Não rejeito a ideia de que algumas disposições possam se manifestar espontaneamente. Na maioria das vezes, contudo, disposições se manifestam juntamente com parceiros disposicionais recíprocos.⁶⁰

Com base nessas generalizações, se entendemos disposições como a tendência de se comportar de determinada maneira, vemos que estas podem ser, de alguma forma, provocadas, instigadas ou iniciadas sob certas condições. Por exemplo, *Sam*, em (29), pode manifestar sua disposição em assinar qualquer coisa quando se encontrar em uma situação que requeira sua assinatura, no trabalho, no cartório ou no banco. Igualmente, um objeto *quebrável* pode manifestar a disposição de quebrar, caso seja golpeado, esmagado ou jogado no chão. Nesse sentido, associamos as condições de ativação à noção de *iniciação*.⁶¹

Esse tipo de raciocínio é claro com adjetivos como *quebrável*, *maleável*, *dobrável*, e há diversos outros adjetivos modais aos quais este pode ser generalizado. Um texto *traduzível*, uma cadeira *ajustável* ou uma falta *justificável* também requerem “condições de ativação”. No caso do *texto*, alguém ou algum programa que o traduza; no caso da *cadeira*, alguém ou algum mecanismo que a ajuste, e, no caso da *falta*, uma pessoa que a justifique e, possivelmente, uma situação que enseje a justificativa.

⁵⁸“(...) and this lends dispositions their “suspicious” quality, for they seem to be inherently modal; they are by nature *about* the merely possible.”

⁵⁹“The manifestation of a disposition is a manifestation of reciprocal disposition partners”.

⁶⁰“A salt crystal manifests its disposition to dissolve in water by dissolving in water. But the manifestation is a manifestation of both the salt crystal’s disposition to dissolve in water *and* the water’s reciprocal disposition to dissolve salt. (...) I do not deny that some dispositions could manifest themselves spontaneously. (...) For the most part, however, dispositions manifest themselves in concert with reciprocal disposition partners”.

⁶¹Acreditamos que esta seja a noção de *Originador* proposta por Oltra-Massuet (2010, 2014).

No entanto, o que dizer das condições de ativação de adjetivos como *amável*, *admirável*, *invejável*, *detestável*? Nesse caso, aparentemente, a mera percepção de um alvo está envolvida. O adjetivo *admirável* envolveria a avaliação positiva de um alvo, enquanto *detestável* envolveria a avaliação negativa, no sentido de Pesetsky (1995), como discutido no Capítulo 1. Nesse sentido, propomos distinguir os adjetivos modais subjetivos de adjetivos modais de possibilidade, no que diz respeito às suas condições de ativação (Cross, 2005) ou à presença de parceiros recíprocos (Heil, 2005). Enquanto adjetivos de possibilidade, como os mencionados no parágrafo anterior, envolvem, no que diz respeito à sua iniciação, um tipo de causação, adjetivos subjetivos envolvem percepção. Há, ainda, adjetivos como *durável* e *perecível*, que não parecem ter condições de ativação externas e seriam internamente causados. Essa questão é retomada adiante.

No que se segue, introduzimos a análise de Kratzer (1981, p. 40) para explicar o comportamento de adjetivos modais no alemão, formados com os sufixos *-lich* e *-bar*, exemplificados em (30).

| | |
|------------------------------------|-----------------------------------|
| (30) a. <i>-lich</i> | b. <i>-bar</i> |
| <i>erblich</i> ‘hereditário’ | <i>zahlbar</i> ‘pagável’ |
| <i>umgänglich</i> ‘sociável’ | <i>unfehlbar</i> ‘infalível’ |
| <i>zugänglich</i> ‘acessível’ | <i>brauchbar</i> ‘útil’ |
| <i>käuflich</i> ‘comprável’ | <i>brennbar</i> ‘inflamável’ |
| <i>zerbrechlich</i> ‘frágil’ | <i>dehnbar</i> ‘flexível’ |
| <i>sterblich</i> ‘mortal’ | <i>denkbar</i> ‘concebível’ |
| <i>unsterblich</i> ‘imortal’ | <i>eßbar</i> ‘comível/comestível’ |
| <i>vergeßlich</i> ‘esquecido’ | <i>tragbar</i> ‘portável’ |
| <i>unströstlich</i> ‘inconsolável’ | <i>waschbar</i> ‘lavável’ |
| <i>unvergeßlich</i> ‘inesquecível’ | |
| <i>löslich</i> ‘solúvel’ | |

Segundo Kratzer (1991, p. 647), esses adjetivos, assim como adjetivos em *-able* e *-ible* no inglês, envolvem uma base modal circunstancial e expressam um tipo de “modalidade

inerente”. Em geral, os adjetivos em (30) expressam possibilidade, mas há exceções (e.g., *zahlbar* ‘pagável’, que expressa necessidade). A autora propõe que esses adjetivos admitem diferentes tipos de fonte de ordenação, como mostrado a seguir, de (31) a (35), todos exemplos de Kratzer (1981, p. 64). Em (31), segundo a autora, o adjetivo envolve uma base modal circunstancial e uma fonte de ordenação deontica. Nesse sentido, “em vista das normas ou do regulamento”, não é possível transferir o *ingresso* (para outra pessoa).

(31) Dieses Eintrittsbillet ist nicht übertragbar.

Esse ingresso não é transferível

O exemplo em (32), segundo a autora, expressa um caso de modalidade puramente circunstancial. Em vista de certas propriedades, inerentes à *xícara*, é possível que ela seja quebrada. Para Kratzer (1981, p. 64), nesse caso, a fonte de ordenação parece estar vazia.

(32) Dieses Tasse ist zerbrechlich.

Essa xícara é frágil/ quebrável

Em (33), segundo a autora, “em vista de objetivos comuns”, é possível aceitar a *proposta*. Nesse caso, o adjetivo teria sabor teleológico.

(33) Dieser Vorschlag ist annehmbar.

Essa proposta é aceitável

Para discutir o exemplo (34), a autora propõe a seguinte situação hipotética: todas as noites, a sala de estar da casa de *Marie-Louise* é invadida pelos gatos da vizinhança. Diante dessa situação, segundo a autora, *essa situação* é considerada insuportável “em vista de padrões normais referentes a propriedade, barulho e cheiro”.

(34) Diese Lage ist unerträglich.

Essa situação é insuportável

Kratzer (1981, p. 64) observa ser possível acrescentar uma frase, “para Marie-Louise”, indicando que os padrões envolvidos podem ser mais subjetivos (i.e., podem ser relativizados aos padrões de um indivíduo específico), como ilustrado a seguir.

(35) Für Marie-Louise ist diese Lage ist unerträglich

Para Maria Luisa, essa situação é insuportável

Esse é o tipo de análise que Oltra-Massuet (2014, p. 26) adota em sua proposta para os adjetivos em *-ble*. A autora segue Kratzer (1981), e assume que o sufixo modal *-ble* envolve um operador de possibilidade e uma base modal circunstancial do tipo “em vista de propriedades do argumento externo do adjetivo” (Oltra-Massuet, 2014, p. 117).

No que se segue, discutimos a proposta de Brennan (1993) para os modais dinâmicos, que introduz inovações à análise geral da modalidade proposta por Kratzer (1977, 1981, 1991), mantendo, contudo, seus fundamentos. Os *insights* da autora a respeito da base modal de modais dinâmicos são fundamentais para a nossa proposta de análise, que diverge parcialmente das análises de Kratzer (1981) e Oltra-Massuet (2014).

Brennan (1993) investiga os modais dinâmicos, ilustrados no início desta subseção em (28) e (29). Fundamentalmente, a autora considera que os modais dinâmicos operam sobre o VP, não sobre sentenças. Modais epistêmicos, por exemplo, são tidos como operadores de sentença. Como exemplificado a seguir, em uma leitura epistêmica, o modal teria escopo sobre toda a sentença.

(36) Nina pode comer chocolate.

MOD [Nina comer chocolate]

Modais dinâmicos, por sua vez, seriam operadores de VP, como representado a seguir.

(37) Nina é capaz de andar de bicicleta.

Nina MOD [andar de bicicleta]

A partir dessa observação, Brennan (1993, p. 162) conclui que modais dinâmicos são sensíveis aos participantes do VP, e propõe um novo tipo de relação de acessibilidade, no qual vamos nos basear para explicar os adjetivos modais. Segundo a autora (Brennan, 1993, p. 166), no caso de modais dinâmicos, “a relação de acessibilidade é ancorada ao sujeito do modal”:

João, no exemplo (28); *Sam*, no (29); e *Nina*, no (37).⁶² Esse é o tipo de análise adotada por Giannakidou e Staraki (2013), que propõem que a base modal de habilidade “depende do agente”.

Os modais dinâmicos de habilidade e disposicionalidade, como qualquer outra expressão modal, são restringidos por uma base modal. Na proposta de Kratzer, como discutimos na seção 4.5, esta é uma função que mapeia mundos a conjuntos de proposições. Brennan (1993) propõe ampliar o repertório da base modal, para incluir, além de conjuntos de proposições, conjuntos de expressões de propriedade (*property expressions*). Segundo Brennan (1993, p. 166-167):

Modais de VP são diferentes nesse aspecto: estes são restringidos por feixes de expressões de propriedade, que são interpretados em relação ao sujeito sintático da sentença modal. Uma forma imprecisa mas evocativa de expressar essa ideia é dizer que as bases modais de modais de VP fornecem conjuntos de sentenças *abertas*; a aplicação de função que une o sujeito ao VP modal também une o sujeito à base modal. Dada essa relação de acessibilidade, *importa* quem o NP sujeito é, uma vez que os mundos em que x tem certas propriedades serão possivelmente distintos dos mundos em que y tem essas propriedades.⁶³

Essa nova base modal, segundo Brennan (1993, p. 169), é introduzida por frases do tipo “em virtude de”, obrigatoriamente interpretadas como correferentes ao sujeito do modal, como exemplificamos a seguir em (38), para um predicado de habilidade, e em (39), para um predicado disposicional.

(38) *Juliana consegue* escalar o Monte Everest.

...em virtude de sua força física, de sua disciplina, de seu treino.

(39) O vaso de cristal é extremamente *quebrável*.

...em virtude de sua fragilidade, de sua fina espessura, de sua delicadeza.

⁶²“(…) ‘the accessibility relation is keyed to the subject’.”

⁶³“(…) VP-modals are different in this regard: they are restricted by bundles of property expressions, which are bound to be interpreted relative to the syntactic subject of the modal sentence. An imprecise but evocative way of expressing this is to say that modal bases for VP-modals yield sets of *open* sentences; the function-argument application that puts the subject together with the modal VP also puts the subject together with this modal base. Given such accessibility relations, it matters what the subject NP is, since the worlds where x has certain properties will quite possibly differ from the worlds where y has them.”

As frases do tipo “em virtude de” são concebidas como sentenças abertas, como ilustrado a seguir, tomando como referência o exemplo (38). Nesse caso, as propriedades introduzidas são interpretadas como propriedades de *Juliana*.

- (40) $\lambda x[\text{forte}(x)]$
 $\lambda x[\text{disciplinada}(x)]$
 $\lambda x[\text{bem-treinada}(x)]$

Assim, para (39), teríamos as propriedades seguintes, interpretadas como propriedades do *vaso*.

- (41) $\lambda x[\text{frágil}(x)]$
 $\lambda x[\text{fino}(x)]$
 $\lambda x[\text{delicado}(x)]$

Para representar esse novo tipo de base modal, Brennan (1993, p. 175) oferece o exemplo seguinte, em (42), acompanhado de sua representação lógica.⁶⁴

- (42) Toda garota consegue nadar rápido em virtude do seu treino.
 $\forall x [\text{garota}(x)] [\text{consegue}^{C_{x,w}} (\text{nadar-rápido})(x)]$

O sobrescrito no modal, $C_{x,w}$, em que $\langle x,w \rangle$ é um par composto de um indivíduo (x) e um mundo (w), representa a restrição imposta ao modal dinâmico. Nesse caso, o modal é restrito pela frase “em virtude do seu treino”, em que *seu* é correferente a x . Dessa forma, segundo Brennan (1993, p. 176), “para cada valor de x (ou seja, para cada uma das garotas relevantes), o conjunto de mundos acessíveis é (não mais do que) o conjunto de mundos em que x treina.”⁶⁵

Assim como Kratzer (1977) introduz as frases do tipo “em vista de”, que explicitam o tipo de modalidade envolvida em determinada expressão modal, Brennan (1993) explora

⁶⁴“Every girl can swim fast in virtue of working out”; “ $\forall x [\text{girl}(x)] [\text{can}^{C_{x,w}} (\text{swim-fast})]$ ”.

⁶⁵“(…) for each value for x (that is, for each of the relevant girls) the set of accessible worlds is (no more than) the set of worlds where x works out.”

as frases do tipo “em virtude de”. Nesse caso, a base modal é formalmente definida como uma função que mapeia, para cada par de indivíduos e mundos, o conjunto de propriedades relevantes que esse indivíduo possui em w (Brennan, 1993, p. 179).

A autora (Brennan, 1993, p. 182) observa que a “[p]ara os modais de habilidade, a classe de propriedades relevantes depende do tipo de habilidade em questão: no exemplo acima [(42), originalmente (85)] é a habilidade física. É uma questão simples conceber outros tipos de habilidade, de perspicácia intelectual a manobras interpessoais”.⁶⁶ Igualmente, podemos conceber diferentes classes de propriedades relevantes para descrever certas disposições.

Até este ponto, a análise de Brennan (1993) para os modais dinâmicos tratou apenas de um dos fundos conversacionais, a base modal. No entanto, vimos na seção 4.5 que os modais são duplamente relativos, ou seja, eles são relativizados não só a uma base modal, mas a uma fonte de ordenação. A esse respeito, Brennan (1993) observa que, ainda que a informação relevante para interpretar modais dinâmicos seja baseada em *propriedades* do sujeito, os mundos que consideramos não podem ser muito “estranhos” ou distantes da realidade. Dessa forma, quanto à fonte de ordenação, Brennan (1993, p. 193) propõe que “esse fundo conversacional permanece proposicional”, como originalmente proposto por Kratzer (1981).⁶⁷ Consideremos o exemplo seguinte (Brennan, 1993, p. 192).

- (43) Joan can climb that tree.
Joan poder.HAB escalar aquela árvore
Joan consegue subir naquela árvore

Nesse caso, para a autora, o modal seria relativizado aos mundos em que *Joan* tem propriedades físicas relevantes que a tornam apta a subir na árvore. Entretanto, a autora observa que esses mundos não podem ser muito “estranhos”. Por exemplo, não podem ter árvores sem galhos, ou muito pequenas, a ponto de serem impossíveis de serem escaladas, ou árvores flexíveis etc. Uma forma de tornar inacessíveis esses mundos remotos ou estranhos é por meio

⁶⁶“For ability modals, the class of properties that are relevant depend on the type of ability that’s being talked about: in the example above it’s physical ability. It’s a simple matter to conceive of other types of ability, from intellectual acumen to interpersonal maneuvering.”

⁶⁷“(…) this conversational background remains propositional.”

de uma fonte de ordenação que conduza a mundos próximos de um padrão de normalidade. Nesse sentido, (43) envolveria uma base modal dinâmica, composta de propriedades, e uma fonte de ordenamento estereotípica, que diz respeito aos mundos maximamente próximos do ideal. Segundo Brennan (1993, p. 193), a fonte de ordenação envolvida no exemplo (43) incluiria proposições do tipo [árvores-têm-galhos-e-são-altas-e-são-feitas-de-madeira], que estabeleceriam “um ideal, segundo o qual árvores são bem próximas do que são no mundo real”.⁶⁸

4.7 A interpretação semântica dos adjetivos modais

Neste capítulo, introduzimos instrumentos suficientes para responder às questões propostas no Capítulo 1, repetidas a seguir.

1. Qual é o domínio de modalidade que o sufixo *-vel* expressa?
2. Dado o que se sabe sobre a natureza das expressões de modalidade nas línguas naturais, como explicar a variabilidade semântica dos adjetivos modais?

Nesta tese, denominamos adjetivos modais aqueles que compartilham a morfologia *-vel* e que expressam um tipo de modalidade, entendida em termos de possibilidade ou subjetividade, como ilustrado com uma série de exemplos no início deste capítulo. Situamos o estudo desses adjetivos no domínio da modalidade dinâmica. Particularmente, no campo das disposições, tendências e suscetibilidades.

Sabemos que as expressões modais podem variar quanto à sua força modal (possibilidade e necessidade) e quanto ao seu sabor modal (tipo de modalidade). Mais especificamente, vimos, com base na teoria de Kratzer (1977, 1981, 1991), que a interpretação de expressões modais depende essencialmente de três componentes: (i) a força modal ou quantificacional; (ii) o sabor modal, que é determinado pela interação entre (a) a base modal e (b) a fonte de ordenação; e (iii) o complemento do modal.

⁶⁸“(...) an ideal [for the presente example] where trees are much like what they are in the actual world.”

No que se segue, abordamos cada um desses três componentes. Quanto à força modal, retomamos as considerações de Hackl (1998) e Giannakidou e Staraki (2013), que discutem as dificuldades de se captar a força quantificacional dos modais dinâmicos de habilidade, discutidos na subseção 4.6.1. No que diz respeito aos adjetivos modais, que têm caráter disposicional, buscamos incorporar esses *insights*, que destacaram o caráter universal ou *quasi*-universal dos modais de habilidade, e enquadrar a discussão da força modal *-vel* em termos de genericidade. Quanto ao sabor modal, dado pela base modal e pela fonte de ordenação, adotamos a análise de Brennan (1993). A autora propõe que modais dinâmicos tomam uma base modal diferente da de modais mais “tradicionais”, que abrange *propriedades*, e uma fonte de ordenação familiar, em termos de proposições. Por fim, no que diz respeito ao prejacente, propomos que ele tem um papel fundamental, uma vez que vai determinar o tipo de disposição em questão. Se a base do sufixo for um verbo dinâmico, como *quebrar*, as propriedades relevantes serão de determinado tipo. Já se a base do sufixo for um verbo estativo, como *amar*, naturalmente, as propriedades relevantes serão de natureza distinta. Dessa forma, pretendemos captar a distinção entre (1) e (2), com a qual iniciamos este capítulo.

4.7.1 A força modal

No que diz respeito à força modal de *-vel*, temos de conciliar duas ideias aparentemente difíceis de se conciliar: (i) o suposto caráter puramente potencial desses adjetivos (i.e., o fato de expressarem “o meramente possível”) e (ii) a dificuldade de se manter uma análise existencial para predicados de habilidade e disposicionalidade. Quanto à primeira questão, adjetivos modais recebem, em geral, uma interpretação de possibilidade, como exemplificado na amostra seguinte.

(44) ADJETIVOS DE POSSIBILIDADE

ajustável, dobrável, lavável, patenteável, quebrável, reproduzível, solúvel, traduzível.

Ao se tomar qualquer entidade modificada por um dos adjetivos supracitados, observamos que em nenhum dos casos esta precisa manifestar o estado final acarretado pela base que serve

para a afixação de *-vel*. Essa questão já foi abordada anteriormente sob o rótulo de *não-verídico* (Giannakidou, 2001). Na subseção 4.6.2, vimos a proposta de Cross (2005) de que predicados disposicionais dizem respeito ao meramente possível. Nesse contexto, uma sentença como “o livro é *traduzível*, mas não está *traduzido*” não expressa uma contradição (i.e., o adjetivo *traduzível* não implica o estado resultante).

Entretanto, nem todos os adjetivos modais exibem esse caráter puramente potencial, como ilustrado na amostra seguinte.

(45) ADJETIVOS SUBJETIVOS

adorável, admirável, amável, condenável, deplorável, detestável, invejável, odiável.

Nesse caso, a entidade modificada por um dos adjetivos supracitados, de fato, parece despertar o estado em questão. Por essa razão, propomos que esses adjetivos exibem, sim, um caráter verídico (além do seu caráter subjetivo e avaliativo). Nesse caso, observamos que a leitura de possibilidade é amenizada ou está ausente. No contexto dessa discussão, retomamos dados de Palmer (1986, p. 75), que reporta uma correlação interessante entre “sensações” e modalidade no inglês, destacando o papel que estas desempenham com relação à questão da evidencialidade, com os seguintes dados.

- (46) a. I can see the moon.
Eu poder.HAB ver a lua
Eu vejo a lua
- b. I can hear a funny noise.
Eu poder.HAB ouvir um engraçado barulho
Eu ouço um barulho esquisito
- c. I can smell something burning.
Eu poder.HAB cheirar algo queimando
Eu sinto cheiro de queimado
- d. I can taste salt in this.
Eu poder.HAB provar sal em isso
Eu sinto gosto de sal (nisso)
- e. I can feel something hard here.
Eu poder.HAB sentir algo duro aqui
Eu sinto alguma coisa dura aqui

Segundo Palmer (1986, p. 75), todas essas sentenças “indicam que o falante tem a sensação, não que ele tem a habilidade de ter a sensação”.⁶⁹ Fato similar também é discutido por Vendler (1957, p. 148), que observa o seguinte:

‘*poder*’ pode soar redundante em sentenças indicativas. Por isso, a sensação de leveza em “*eu posso saber*”, “*eu posso amar*”, “*eu posso gostar de*”. (...) Enquanto ser capaz de correr não é o mesmo que correr e ser capaz de escrever uma carta não é o mesmo que escrever uma carta, aparentemente, em algum sentido, ser capaz de saber é o mesmo que saber, ser capaz de amar é o mesmo que amar e ser capaz de ver é o mesmo que ver.⁷⁰

Esse tipo de evidência indica um comportamento aparentemente peculiar de modais dinâmicos (no caso em questão, de habilidade) no que diz respeito à sua combinação com eventualidades estativas, que induz uma leitura verídica. Assim, aparentemente, a interpretação de habilidades a partir de uma leitura de possibilidade não se sustenta de maneira uniforme ao longo de diferentes tipos de eventualidade (cf. uma sentença do inglês como “*I can run*” ‘Eu consigo correr’, que não tem o mesmo caráter evidencial ou verídico que é associado às sentenças anteriores).

Outra questão, abordada nas subseções 3.6.1 e 3.6.2, se refere ao fato de que, embora adjetivos disposicionais possam expressar estados meramente possíveis (e.g., *quebrável*), uma análise existencial para modais dinâmicos é fraca, como discutido a seguir.

(47) O sal é *solúvel* em água. ADJETIVO DE POSSIBILIDADE

(48) Ada Lovelace é *admirável*. ADJETIVO SUBJETIVO

É possível que um sal jamais manifeste a disposição de dissolver. No entanto, se esse sal for submetido a certas condições de ativação (i.e., se for colocado em água), espera-se que o sal efetivamente dissolva, não que ele *possivelmente* dissolva. Se adotarmos uma análise existencial para (47), prevemos que a existência de um único mundo possível em que o *sal*

⁶⁹ “[All of these] indicate that the speaker has the sensation, not that he has the ability to have it.” O autor aponta possíveis ambigüidades (ver Palmer (1986), subseção 2.3.4).

⁷⁰ “*can* might become redundant in indicative sentences of this kind. Hence the airy feeling about *I can know*, *I can love*, *I can like*, and so forth. (...) For the present, it is enough to mention that while to be able to run is never the same thing as to run or to be able to write a letter is never the same thing as to write a letter, it seems to be the case that, in some sense, to be able to know is to know, to be able to love is to love, and to be able to see is to see.”

dissolva seja capaz de captar a interpretação de *solúvel*. No caso do exemplo (48), a situação é mais complicada. Em primeiro lugar, o predicado *admirar* não tem condições de ativação comparáveis às de outros predicados dinâmicos; logo, as intuições não são captadas da mesma maneira. Apesar disso, nesse caso, igualmente, uma análise existencial é muito fraca. A existência de um mundo possível em que se admira *Ada Lovelace* não capta corretamente a intuição expressa por (48). Assim, aparentemente, uma análise existencial para os adjetivo modais não é satisfatória.

Por outro lado, uma análise em termos de quantificação universal parece ser muito forte. Pelo menos para adjetivos como em (49). Vejamos os exemplos seguintes.

(49) O vaso de porcelana é *quebrável*. ADJETIVO DE POSSIBILIDADE

(50) Esse crime é *deplorável*. ADJETIVO SUBJETIVO

É possível que *o vaso de porcelana* permaneça intacto e jamais manifeste a disposição de quebrar. Se este for submetido a certas condições de ativação, se cair acidentalmente, se for golpeado ou atirado ao chão, por exemplo, é esperado que manifeste a disposição de quebrar. Apesar disso, é perfeitamente possível conceber um mundo em que, mesmo sob essas condições de ativação, este permaneça íntegro. É possível que *o vaso de porcelana* caia acidentalmente ou que sofra um golpe, mas, *por acaso*, que não se quebre. Nesse sentido, uma análise universal parece ser forte demais. Já para um adjetivo como o exemplificado em (50), essa análise soa mais adequada. Esse fato é esperado, dadas as questões discutidas anteriormente sobre adjetivos desse tipo. A seguir, retomamos dados desse tipo, que requerem a consideração de outros aspectos, os quais discutimos na subseção 4.7.4, dedicada aos predicados subjetivos.

Para não nos desviarmos demais da discussão, observamos que um tratamento existencial para *-vel*, em geral, é fraco, e um tratamento universal não pode ser mantido igualmente para as duas classes de adjetivos. Nesse contexto, a questão é como captar a ideia de que a disposição em questão é esperada *em mais ou menos* todos os mundos possíveis. Com isso, propomos captar a força desse sufixo a partir de um operador genérico.

É sabido que predicados genéricos expressam regularidades, propriedades não-acidentais e permitem exceções (Krifka, 1987; Filip e Carlson, 1997), exatamente como se observa com os adjetivos modais. Uma vantagem dessa análise é que ela permite explicar alguns dados que não parecem se conformar exatamente a nenhuma das classes de adjetivos modais supracitadas. Consideremos o exemplo de Oliveira e Ngoy (2007, p. 190), em (51a), ao qual acrescentamos outro logo em seguida.

- (51) a. Essa pilha é *durável*.
b. A escola não arrecada alimentos *perecíveis*.

Segundo os autores, a sentença em (51a) não é interpretada como uma possibilidade. Nesse caso, se afirma que *a pilha* “efetivamente dura, ou seja, que ela tem a propriedade de durar”. Para Oliveira e Ngoy (2007, p. 190), “[t]rata-se, aparentemente, de um tipo de sentença genérica. Genéricos podem ser interpretados como modais que expressam “necessidade” fraca. Esse parece ser mesmo o caso porque é possível parafrasear (56a) [no original (13)] por: em geral essa pilha dura.” Os autores observam que a interpretação usual desse exemplo é a de que *a pilha* “dura bem”. No que diz respeito a (51b), no nosso julgamento, a interpretação de possibilidade também está absolutamente ausente.

Neste ponto, destaca-se a importância do papel das chamadas “condições de ativação” na interpretação do adjetivo. Fundamentalmente, essas condições estão relacionada em nossa análise ao papel do INICIADOR, nos termos de Ramchand (2008a). Nos exemplos acima, o iniciador do evento não introduz uma causação externa, como em exemplos de adjetivos como *quebrável* ou *lavável*, derivados de *quebrar* e *lavar*. Nos exemplos acima, o iniciador (de *durar* e *perecer*) representa, simplesmente, “a entidade cujas propriedades/comportamento são responsáveis pela eventualidade vir a existir” (Ramchand, 2008 p. 24).⁷¹ Evidentemente, há vários tipos de iniciadores. A autora observa que um verbo como *feder* tem um argumento externo iniciador, em virtude de certas propriedades intrínsecas. Outros iniciadores envolvem,

⁷¹ “[An initiator is] an entity whose properties/behaviour are responsible for the eventuality coming into existence”.

por exemplo, agentes com força volicional. Todos esses papéis, no entanto, seriam instanciados a partir de um conceito mais abstrato de causação (i.e., iniciação). Por isso, todos seriam entendidos como iniciadores.

Previamente, na subseção 4.6.2, discutimos como as condições de ativação de uma disposição geralmente são incorporadas a análises de predicados disposicionais a partir de uma análise condicional. Por exemplo: um objeto quebrável, *se for golpeado*, em geral, manifesta uma disposição, a de quebrar, obtendo um estado final (*quebrado*). Adjetivos subjetivos (que também envolvem um caráter verídico ou factual) e adjetivos verídicos (que, no entanto, não exibem caráter subjetivo), fundamentalmente, não envolvem condições de ativação do mesmo tipo (i.e., *adorável* envolve um tipo de percepção ou avaliação positiva; *durável*, um processo cujo gatilho são as propriedades da entidade em questão). Em ambos os casos, a leitura de possibilidade é enfraquecida.

No que se segue, retomamos a questão da genericidade. No Capítulo 2, vimos que, basicamente, a genericidade pode ser expressa de duas maneiras: por meio de referência genérica e de predicação genérica. O primeiro tipo diz respeito a NPs que fazem referência a *espécies* (Carlson, 1977, 1989; Carlson e Pelletier, 1995; Krifka, 1987; Krifka et al, 1995; Pelletier e Asher, 1997; Müller, 2001). Nesse tipo de referência genérica, os NPs em destaque não se referem a um indivíduo ou a uma entidade específica, mas a uma espécie. A seguir, apresentamos exemplos de Müller (2001), que discute esse fenômeno no português brasileiro.

- (52) a. *O automóvel* chegou ao Brasil no século XX.
b. *As cobras* são animais perigosos.
c. *Homem* não chora.

A genericidade também pode ser expressa sentencialmente. Segundo Carlson (1989, p. 167), sentenças genéricas são encontradas em todas as línguas naturais e expressam uma regularidade, como em (53a), em oposição a sentenças episódicas, como em (53b), a partir das quais é possível inferir uma regularidade, como exemplificado a seguir.

- (53) a. The sun rises in the east. SENTENÇA GENÉRICA
O sol nasce no leste
- b. The sun rose this morning in the east. SENTENÇA EPISÓDICA
O sol nasceu esta manhã no leste

Segundo Krifka et al (1995, p. 44), sentenças genéricas expressam generalizações acerca de certas entidades, não fatos meramente acidentais. O autor observa que uma sentença genérica expressa uma verdade que não pode ser afirmada unicamente com referência a um tempo específico. Sentenças como “cachorros latem” e “gatos caçam ratos” podem ser consideradas verdadeiras mesmo que, no presente, não existam cachorros latindo ou gatos caçando ratos, efetivamente (Carlson, 1989). Outros exemplos desse tipo de *predicação genérica* (termo de Pelletier e Asher, 1997) são ilustrados a seguir (Pelletier, 2010, p. 8).^{72,73}

- (54) a. Batatas contêm vitamina C.
 b. Máquinas são feitas de metal.
 c. Fred bebe vinho no jantar.

Para Filip e Carlson (1997, p. 2), “[c]onstruções sentenciais denominadas na literatura ‘habituais’ e ‘características’ expressam *genericidade sentencial* e contêm um operador genérico que é diretamente aplicado ao verbo ou está intimamente ligado a ele.”⁷⁴ Seguindo Dahl (1995, p. 412), entendemos a predicação genérica de uma maneira bastante ampla, que inclui as chamadas sentenças habituais (cf. exemplos (3) e (4) no início deste capítulo). O operador genérico, GEN, é exemplificado a seguir (Krifka, 2004, p. 112).⁷⁵

- (55) Batatas contêm vitamina C.

⁷²No original: “Potatoes contain vitamin C”; “Machines are made from metal”; e “Fred drinks wine with dinner”.

⁷³Os dois tipos de genericidade, referência genérica e predicação genérica, podem coocorrer (ver Pelletier, 2010).

⁷⁴“Sentential constructions referred to in the literature as ‘habitual’, ‘habitutive’, ‘characteristic’, and the like, all express *sentential genericity* and contain some generic operator that is directly applied to or tightly related to the verb”.

⁷⁵No original: “A potato contains vitamin C. GEN (λx [POTATO(x)])(λx [CONTAINS-VITAMIN-C(x)])”.

$$\text{GEN } (\lambda x \underbrace{[\text{BATATA}(x)]}_{\text{restritor}}) (\lambda x \underbrace{[\text{CONTÉM-VITAMINA-C}(x)]}_{\text{matriz}})$$

De acordo com (55), de forma geral, batatas contêm vitamina C. Nesse contexto, GEN é uma espécie de “quantificador irrestrito” (Pelletier, 2010, p. 12) que vai ligar as variáveis x que aparecem tanto no restritor (‘batata’) quanto na matriz (‘contém-vitamina-C’).

Como estabelecido previamente no Capítulo 2, os adjetivos modais expressam genericidade desse segundo tipo, sentencial, ou seja, o caráter genérico desses adjetivos não depende do caráter genérico do NP. Assim, propomos que um tratamento em termos de genericidade permite conciliar as duas ideias com as quais iniciamos esta subseção. A primeira, quanto ao caráter aparentemente potencial dos adjetivos modais; a segunda, à intuição de que a disposição em questão é esperada em todos os mundos possíveis, mas permite exceções (i.e., a ideia de que uma análise existencial é muito fraca, e uma análise universal é muito forte).

Sentenças genéricas admitem exceções e contra-exemplos (v. Krifka et al, 1995). Por exemplo, em (54): “Fred bebe vinho no jantar”; essa sentença é verdadeira mesmo que, às vezes, *Fred* não beba vinho no jantar. A seguir, repetimos alguns dos exemplos discutidos neste capítulo, observando que todos eles são interpretados de forma típica ou genérica.

- (56)
- a. O sal é *solúvel* em água.
 - b. Ada Lovelace é *admirável*.
 - c. O vaso de porcelana é *quebrável*.
 - d. Esse crime é *deplorável*.
 - e. Essa pilha é *durável*.
 - f. A escola não arrecada alimentos *perecíveis*.
 - g. Brasília não é uma cidade *andável*.

Outro tipo de evidência em favor dessa análise, previamente discutido no Capítulo 2, exemplo (30), é repetido (parcialmente) a seguir.

- (57) Aquesta afirmació és *justificable* per qualsevo.
Esta afirmação é justificável por qualquer um

BY-PHRASE GENÉRICA

Esse exemplo (Oltra-Massuet, 2014, p. 74) ilustra a preferência por *by-phrases* genéricas com adjetivos modais. Essa questão, já observada na literatura por Chapin (1967, p. 70), é exemplificada a seguir.

- (58) Marijuana is obtainable by anyone. BY-PHRASES GENÉRICAS
Maconha é obtenível por qualquer um
- (59) A new invention is patentable by anyone.
Uma nova invenção é patenteável por qualquer um
- (60) *This flat tire is repairable by Harry. BY-PHRASE ESPECÍFICA
Esse pneu furado é reparável pelo Wagner

Propomos que a restrição de genericidade das *by-phrases* com os adjetivos modais é induzida por seu caráter genérico. É importante lembrar que *by-phrases*, em geral, não são permitidas com adjetivos modais subjetivos. Essa questão é abordada no Capítulo 4, no qual reavaliamos alguns testes, como o de *by-phrases* e de modificação adverbial.

Informalmente, modelamos a intuição de que a força modal do sufixo é *quasi-universal* a partir de um operador genérico, como mostrado a seguir, em que *x* aparece entre parênteses para ilustrar o fato de que o argumento externo desse verbo estaria implícito.

- (61) O vaso é *quebrável*.
GEN [(X) QUEBRAR O-VASO]
- (62) Mimi é *adorável*.
GEN [(X) ADORAR MIMI]

Para concluir, propomos que os adjetivos modais expressam generalizações não-acidentais e podem tolerar exceções em virtude da força modal do sufixo *-vel*, determinada por um operador genérico.

4.7.2 A base modal

Seguimos o trabalho de Brennan (1993), que propõe que a base modal de modais dinâmicos é composta de *propriedades* introduzidas por frases do tipo “em virtude de”. Nesse sentido,

analisamos o sufixo *-vel* como um modal dinâmico, de caráter disposicional. Segundo Brennan (1993), a base modal de modais dinâmicos envolve uma função que mapeia, para cada par de mundos e indivíduos, $\langle w, x \rangle$, o conjunto de propriedades relevantes que esse indivíduo possui em w , como discutido na subseção 4.6.2. Essas propriedades relevantes são determinadas pela base que serve de afixação para *-vel*. Por exemplo, o verbo *quebrar* em (61), e o verbo *adorar* em (62).

Essa nova concepção da base modal é extremamente útil, pois permite subdividir os adjetivos modais em duas classes, de forma natural. Adjetivos de possibilidade e adjetivos subjetivos envolvem propriedades de natureza distinta, como ilustrado a seguir.

(63) Thamires pintou o quarto da Ana com uma tinta *lavável*.

(64) Van Gogh é um artista *admirável*.

No exemplo (63), uma superfície pintada com determinada tinta “pode ser lavada, *em virtude das propriedades* da tinta”. Nesse caso, as propriedades relevantes dizem respeito à sua composição química e física. Assim, se as condições de ativação forem provocadas (i.e., se uma parede pintada com essa tinta for esfregada com água e sabão), é esperado que esta adquira um estado final, “lavada” ou “limpa”. No exemplo (64), *Van Gogh* é um artista “digno ou merecedor de admiração, *em virtude de suas propriedades*”. Nesse caso, as propriedades relevantes, quaisquer que sejam, são subjetivamente apreendidas (i.e., incluem considerações acerca de suas qualidades artísticas, pessoais, entre outras). Essa questão é retomada adiante em uma subseção dedicada aos predicados subjetivos ou de gosto pessoal. É relevante observar que condições de ativação são meramente perceptivas e não podem exatamente ser provocadas. Fundamentalmente, o estado ‘de admiração’ diz respeito ao portador do estado. A leitura de possibilidade é amenizada ou praticamente inexistente, soando trivialmente verdadeira, e o adjetivo tem caráter verídico ou factual: “Van Gogh provoca/desperta admiração (em alguém).”⁷⁶

⁷⁶Ver Landau (2010) para uma proposta de que todos os experienciadores de predicados psicológicos são locativos.

Para finalizar esta subseção sobre a base modal dos adjetivos em *-vel*, propomos, seguindo Brennan (1993), que esta é composta de propriedades introduzidas por frases do tipo “em virtude de”. O cerne dos contrastes entre adjetivos de possibilidade e adjetivos subjetivos é captado a partir da seguinte formulação.

(65) a. INTERPRETAÇÃO DE POSSIBILIDADE

Propriedades que são a pré-condição ou a condição necessária, mas não suficiente, para se obter um estado final.

b. INTERPRETAÇÃO SUBJETIVA

Propriedades que são a causa ou a condição suficiente para se obter um estado.

4.7.3 A fonte de ordenação

No que diz respeito à fonte de ordenação, também seguimos a proposta de Brennan (1993), segundo a qual esta pode ser proposicional, como estabelecido por Kratzer (1991). Para os adjetivos modais, assumimos que a fonte de ordenação, de maneira geral, é estereotípica ou vazia. Basicamente, tentamos captar o fato de que, no contexto de um uso disposicional, os mundos possíveis serão ordenados de acordo com “o que se aproxima mais do que se espera”, ou seja, excluímos situações remotas ou mundos muito esdrúxulos, forçando um padrão de “normalidade”, que se aproxima do que é esperado.

Deixamos em aberto a possibilidade de explorar outros tipos de fontes de ordenação para esses adjetivos. Por exemplo, a interpretação do adjetivo *admissível* na sentença seguinte aparentemente envolve uma fonte de ordenação deontica.

(66) A atitude do aluno não é *admissível* em uma instituição tradicional como esta.

Nesse caso, a fonte de ordenação pode impor uma ordem de acordo com um corpo de regras, obrigações ou normas de determinada instituição. Igualmente, o exemplo de Kratzer (1981) do adjetivo *zahlbar* ‘pagável’, no alemão, apresentado em (30) aceitaria uma fonte de ordenação desse tipo, por exemplo ‘de acordo com as regras do banco’. Assim como a o adjetivo *descartável* no português: ‘o que pode ou deve ser descartado (de acordo com as regras

de higiene do hospital)'; ou ainda o adjetivo *canetável*, registrado no Capítulo 1, 'que deve ser corrigido rigorosamente pelo professor (de acordo com as normas institucionais)'.

Explicitar as diferentes possibilidades de combinações com fontes de ordenação é uma questão importante, sobre a qual não nos detemos com mais detalhes, ficando esta para pesquisas futuras.

4.7.4 Nota sobre os predicados subjetivos

Ao longo deste trabalho, denominamos adjetivos como *adorável*, *admirável*, *amável*, *deplorável*, *invejável* e *odiável* subjetivos. Como o objetivo deste capítulo é analisar as propriedades semânticas dos adjetivos modais, nesta subseção, introduzimos algumas considerações sobre a discussão de predicados subjetivos, de maneira geral. Nosso objetivo é o de ampliar a caracterização dessa classe de adjetivos, justificar a terminologia utilizada e fortalecer algumas intuições, importantes para complementar as ideias desenvolvidas no capítulo subsequente.⁷⁷

Predicados subjetivos ou de gosto pessoal são aqueles cujo valor de verdade é relativizado a um indivíduo, denominado *juiz* (Lasersohn, 2005). Segundo o autor “[o] ‘juiz’ de um contexto será o indivíduo do qual depende o valor de verdade de uma sentença que contém um predicado de gosto pessoal” (Lasersohn, 2005, p. 665).⁷⁸ Predicados subjetivos ou de gosto pessoal incluem *bonito*, *divertido*, *gostoso*, *legal*, *agradável*, entre outros, que se opõem a predicados não subjetivos, como *vegetariano*, *triangular* ou *brasileiro*. O que um indivíduo julga ser *bonito*, *divertido* ou *legal* pode ser considerado exatamente o oposto por outro indivíduo. Ambos, contudo, estariam “certos”, uma vez que o valor de verdade do predicado é relativizado ao indivíduo em questão. Dessa forma, há espaço para discordância e diferentes julgamentos.

O juiz de predicados subjetivos pode ser explicitado, como ilustrado a seguir.

(67) Fazer linguística é *divertido pra mim*.

⁷⁷Agradeço imensamente ao Professor Chris Kennedy e à Tamara Vardomskaya por discutirem predicados subjetivos comigo, particularmente os testes para acessar subjetividade.

⁷⁸“The judge of a context will be the individual on which the truth value of sentences containing predicates of personal taste depends.”

(68) Para o Rafael, Sofia Loren é a atriz mais *bonita* de todos os tempos.

Predicados não subjetivos não apresentam esse padrão, ou seja, não dependem do que se denomina *parâmetro do juiz*. Uma comida é ou não *vegetariana*, um objeto é ou não é *triangular*, e uma pessoa é ou não é *brasileira*. Nesse caso, não há espaço para discordância, como mostra a comparação entre os exemplos seguintes.

- (69) a. Para a Paula, essa comida é *gostosa*.
b. #Para a Paula, essa comida é *vegetariana*.⁷⁹

A seguir, aplicamos dois testes simples para diagnosticar a subjetividade (Kennedy, 2013) aos adjetivos modais. O primeiro é o teste da “discordância perfeita” (*faultless disagreement*), ilustrado a seguir.

- (70) a. BETE: O novo espaço do Lefog é muito *agradável*!
b. PAULA: Não, não é.
- (71) a. BRUNO: Pode escrever com pincel nesse quadro, ele é *lavável*!
b. MOACIR: Não, não é.

Em (70), existe a possibilidade da chamada *discordância perfeita*, ou seja, não é possível determinar quem está certa, *Bete* ou *Paula*. O valor de verdade do predicado *agradável* depende do parâmetro do juiz. Nesse caso, temos um predicado de gosto pessoal.⁸⁰ Já em (71), não há possibilidade da discordância perfeita, e um dos falantes está certo. As propriedades que determinam se o *quadro é lavável* ou não são objetivamente avaliadas. Um teste simples poderia determinar quem está certo, *Bruno* ou *Moacir*.

O segundo diagnóstico de subjetividade é o da complementação com o verbo de atitude *achar*, exemplificado a seguir.

⁷⁹ ‘#’ indica a disponibilidade de uma leitura não relevante para a discussão.

⁸⁰ Há uma rica discussão a respeito da natureza dessa discordância. Remeto o leitor a Kennedy (2013) para duas visões. *Grosso modo*, na primeira visão, entre as coisas que são consideradas *divertidas*, indivíduos discordariam quanto a quais elementos devem fazer parte desse conjunto. Na segunda, os indivíduos discordariam da própria noção de *divertido*, e a propriedade em si seria distinta.

- (72) a. João Carlos acha/achou a atitude do irmão *louvável*.
b. Vinícius acha/achou a postura do chefe *deplorável*.
c. #Arion acha/achou o contrato de aluguel *renovável*.
d. #Wagner acha/achou o número *divisível*.

Em (72a) e (72b), os adjetivos modais subjetivos são aceitáveis como complemento do verbo de atitude proposicional *achar*, que diagnosticaria a presença do juiz ou experienciador, o indivíduo que avalia certas propriedades da *atitude do irmão* e da *postura do chefe*. Ao contrário, em (72c) e (72d), os adjetivos modais de possibilidade não são aceitáveis no mesmo contexto. Isso se deve ao fato de que os predicados *renovável* e *divisível* não possuem um parâmetro de juiz.

Com esses dois diagnósticos simples, mostramos que adjetivos modais como *agradável*, *louvável* e *deplorável* passam nos testes de subjetividade. O objetivo dessa constatação é demonstrar que o indivíduo juiz ou experienciador tem um papel importante na interpretação dos adjetivos modais, uma vez que influenciaria um dos seus parâmetros. Na subseção 4.7.2, estabelecemos que a base modal de adjetivos disposicionais é relativizada a determinadas propriedades. Assim, que essas propriedades podem ser subjetivamente apreendidas, ou seja, podem depender do parâmetro do juiz, no caso dessa subclasse de adjetivos modais.

4.8 Conclusão

Este capítulo examinou as principais propriedades semânticas dos adjetivos modais, com o objetivo de (i) determinar qual é o domínio de modalidade expresso por *-vel* e (ii) explicar a variabilidade semântica dos adjetivos formados por esse sufixo. Partimos da distinção entre duas grandes subclasses de adjetivos modais, os adjetivos de possibilidade e os subjetivos. Tendo em vista a relevância da modalidade na caracterização contrastiva desses adjetivos, investigamos em mais detalhe essa categoria. Adotamos como referência a teoria da modalidade de Kratzer (1977, 1981, 1991), baseada na semântica de mundos possíveis, segundo a qual a interpretação de expressões modais depende essencialmente de três componentes: (i) a força

modal ou quantificacional; (ii) o sabor modal, que é determinado pela interação entre (a) a base modal e (b) a fonte de ordenação; e (iii) o complemento do modal.

No que diz respeito ao domínio de modalidade expresso por *-vel*, situamos o estudo dos adjetivos modais no âmbito da modalidade dinâmica (Von Wright, 1951), que abrange o estudo dos predicados de habilidade e dos predicados disposicionais. Discutimos aspectos importantes de análises prévias sobre predicados desse tipo (Brennan, 1993; Hackl, 1998; Giannakidou e Staraki, 2013), os quais substanciaram a nossa análise. Particularmente, caracterizamos *-vel* como um sufixo de caráter disposicional.

Quanto à variabilidade semântica exibida por esses adjetivos, atribuímos a presença ou ausência da interpretação de possibilidade à interação do sufixo com a sua base. Propomos que *-vel* tem força quantificacional *quasi*-universal, uma base modal composta de propriedades e uma fonte de ordenação, em geral, estereotípica.

Finalmente, mostramos que diferentes propriedades serão mais ou menos relevantes, a depender da disposição em questão. Algumas propriedades são a pré-condição para um estado, e a leitura de possibilidade estaria presente, outras são uma condição suficiente para um estado, e a leitura de possibilidade estaria ausente ou amenizada. Discutimos, ainda, a questão do *juiz*, indivíduo ao qual predicados subjetivos ou de gosto pessoal são relativizados, associando a sua presença à possibilidade de uma leitura subjetiva ou avaliativa dos adjetivos modais.

Capítulo 5

Propriedades sintáticas dos adjetivos modais

5.1 Introdução

Este capítulo analisa as propriedades sintáticas dos adjetivos modais e tem como objetivo explicar como a gramática deriva os adjetivos modais e quando *by-phrases* são possíveis com esses adjetivos. Previamente, discutimos alguns caminhos possíveis, no âmbito de teorias lexicalistas e não-lexicalistas. Ambos os caminhos apontaram a relação entre adjetivos modais e passivas, a partir de diferentes implementações. No que se segue, introduzimos uma implementação específica, desenvolvida na perspectiva de uma teoria do segundo tipo. Na seção 5.2, introduzimos a análise de Bruening (2013) para a passiva e discutimos as suas implicações para uma série de outras construções, a saber, as passivas verbais, as passivas adjetivas e as médias. Propomos estender essa análise aos adjetivos modais. Na seção 5.3, avaliamos as previsões dessa análise para as passivas adjetivas e para os adjetivos modais no português (discutimos também dados de outras línguas, como espanhol, catalão, inglês, alemão e grego). Especificamente, testamos esses adjetivos com *by-phrases* e modificadores adverbiais, de modo a diagnosticar a sua estrutura interna. A partir desses testes, analisamos as semelhanças e diferenças, introduzidas previamente no Capítulo 2, entre adjetivos modais e as construções supracitadas. Mostramos que *by-phrases* são possíveis com adjetivos modais de possibilidade e subjetivos, bem como com passivas adjetivas no português brasileiro. Por fim, na seção 5.4, concluímos este capítulo.

5.2 A operação passiva e suas implicações

Bruening (2013, p. 35) provê a seguinte definição de passiva, em (1), seguida de algumas de suas características fundamentais, descritas em (2).

- (1) A passiva é uma operação morfossintática que impede a realização do argumento externo como um argumento.¹
- (2) a. O argumento externo está ausente e é interpretado existencialmente; ou
b. O argumento externo é realizado como um adjunto.²

Concretamente, o autor propõe que “a passiva é um núcleo (Pass) que seleciona uma projeção de Voz que ainda não projetou o seu argumento externo” (Bruening, 2013, p. 22).³ Essa análise é estendida a outras construções investigadas pelo autor, que compartilhariam a exigência seletional de Pass, como as passivas adjetivas (Adj), discutidas em Bruening (2014), e as médias (MV), discutidas em Bruening (2013).⁴ Assim, todas essas construções seriam formadas a partir de núcleos (Pass, Adj e MV) que selecionariam uma projeção não saturada de Voz. Argumentamos que os adjetivos modais envolvem um núcleo adjetival modal, a_{MOD} , que realiza o mesmo tipo de seleção que os núcleos supracitados. Nas subseções seguintes, discutimos as semelhanças e distinções entre essas formações.

5.2.1 As passivas verbais

Iniciamos a exposição com as passivas verbais. O autor implementa a sua análise em um sistema de seleção de traços. Nesse sistema, [S] indica um traço seletional, e o que aparece após os dois pontos indica a categoria do que é selecionado. A seguir, ilustramos a seleção de Pass proposta por Bruening (2013, p. 22), com referência ao exemplo “o senador foi subornado”.

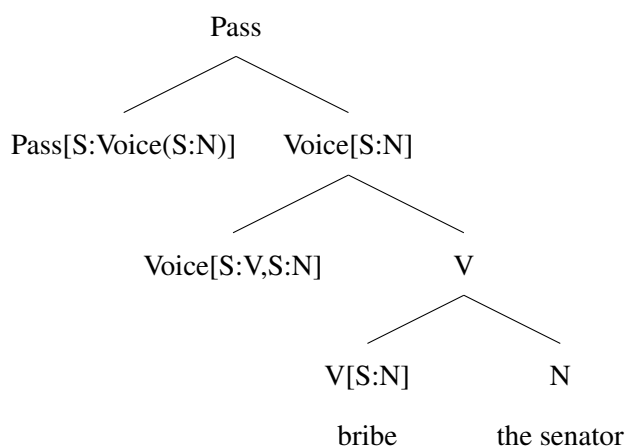
¹“The passive is a morphosyntactic operation that prevents the realization of the external argument as an argument.”

²(2): “a. The external argument is missing, and is interpreted as an existential; or b. The external argument is realized as an adjunct.”

³“[I propose that] passive is a head (Pass) that selects a projection of Voice that has not yet projected its external argument.”

⁴Esclarecimentos quanto à notação empregada são feitos ao longo das exposições.

(3) Passiva verbal



A derivação do exemplo (3) procede da seguinte maneira. Uma vez que *bribe* ('subornar') é um verbo que requer uma categoria nominal, sua exigência seletional, representada por $V[S:N]$, é satisfeita por *the senator* ('o senador'). Em seguida, as exigências seletionais de Voz, representadas acima em $Voice[S:V,S:N]$, são parcialmente satisfeitas pelo VP *bribe the senator* ('subornar o senador'), e $Voice[S:N]$ projeta. É justamente essa projeção não saturada de Voz que é selecionada por Pass, que tem a seguinte exigência seletional: $Pass[S:Voice(S:N)]$. Nas exigências seletionais de Pass, a insaturação de Voz é representada pelos traços entre parênteses, em $Pass[S:Voice(S:N)]$ (grifo nosso).⁵ Segundo Bruening (2013, p. 22), um núcleo que seleciona um traço não checado checka esse traço ao se combinar com ele. Assim, Pass vai checkar o traço $[S:N]$ de Voz. Com isso, $[S:N]$ não projeta novamente, e o rótulo desse objeto sintático é Pass, como ilustrado em (3). Esse sistema é formalizado por Bruening (2013, p. 22) a seguir, em (4).

- (4) Um traço seletional $[S:X]$ em um nó Y projeta para um nó dominante Z *a menos que*:
- As filhas de Z são $Y[S:X]$ e X, *ou*
 - As filhas de Z são $Y[S:X]$ e $W[S:Y(S:X)]$.⁶

⁵Segundo o autor, uma inovação importante dessa proposta é o fato de que traços seletionais não checados podem ser selecionados. O autor também traz a notação (equivalente): $[S:Voice(-Spec)]$, em Bruening (2014), conforme discutido adiante.

⁶"A selectional feature $[S:X]$ on node Y projects to a dominating node Z *unless*: a. The daughters of Z are $Y[S:X]$ and X, *or* b. The daughters of Z are $Y[S:X]$ and $W[S:Y(S:X)]$."

De acordo com Bruening (2013, p. 23), apesar de Pass selecionar sintaticamente uma projeção não saturada de Voz, esse núcleo Voz tem, necessariamente, que ser saturado. Isso por que há evidências de que o argumento externo de uma passiva é semanticamente presente, podendo ser diagnosticado quando não realizado por uma *by-phrase*. Para ilustrar essa questão, Bruening (2013, p. 19) provê o seguinte exemplo.

(5) John wants Mary to be seen

João quer que Maria seja vista

O autor observa que o argumento externo implícito do verbo *ver* não pode ser controlado, ou seja, o exemplo em (5) não pode ser interpretado como “João quer ver Maria”, mas, sim, “João quer que Maria seja vista *por alguém*”. Já quando a *by-phrase* está presente, o seu complemento pode ser controlado, como exemplificado a seguir (Bruening, 2013, p. 20).

(6) John₁ wants Mary to be seen by him₁

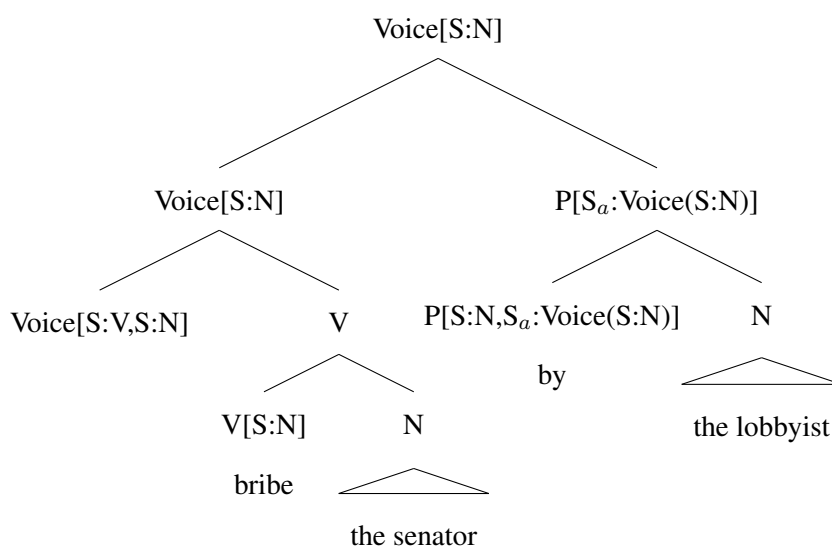
João quer que Maria seja vista por ele

Com isso, Bruening (2013, p. 20) conclui que deve haver a quantificação existencial do argumento externo, quando este está implícito, como mostrado em (5), mas não quando este é manifestado pela *by-phrase*, como em (6). Em suma, o núcleo Pass deve exibir alguma flexibilidade do ponto de vista da saturação semântica do argumento externo.

Para dar conta desse fato, Bruening (2013, p. 24) propõe, inicialmente, que as exigências seletivas de *by-phrases* são idênticas às de Pass. Com isso, tanto Pass quanto *by-phrases* selecionariam uma projeção não saturada de Voz. A seguir, em (7), introduzimos uma estrutura que representa uma etapa da derivação da sentença passiva em (3), à qual se adjungiu a *by-phrase* (*by the lobbyist* ‘pelo lobista’).⁷

⁷Em (7), por uma questão de rigor, apresentamos as exigências seletivas da preposição *by* (‘por’), representada em P[S:N,S_a:Voice(S:N)]. A preposição *by* toma como complemento, primeiramente, *the lobbyist* (‘o lobista’). No que se segue, para facilitar a exposição, ignoramos essa etapa seletiva, e focamos exclusivamente nas exigências seletivas da *by-phrase*, representada em P[S_a:Voice(S:N)].

(7) Adjunção de *by-phrases*



Em (7), a projeção não saturada de Voz, representada por Voz[S:N], é selecionada por uma *by-phrase* ('pelo lobista'). Nesse caso, no entanto, essa "insaturação" de Voz permanece. Segundo Bruening (2013, p. 24), "quando a *by-phrase* se adjunge a Voz, seu próprio traço seletional não projeta, sendo satisfeito, mas o traço seletional de Voz projeta".⁸ De acordo com o autor, isso ocorre precisamente porque *by-phrases* são *adjuntos*, como indicado com o sobrescrito, *a*, em P[S_a:Voice(S:N)]. Com isso, "a categoria com a qual o adjunto realiza o *merge* não o seleciona, e seus próprios traços seletionais não são afetados pelo adjunto" (Bruening, 2013, p. 24).⁹

Para garantir a insaturação, o autor propõe a seguinte condição:

- (8) Um traço seletional [S:Z] em um nó X projeta para o próximo nó dominante se sua irmã é Y[S_a:X(S:Z)].¹⁰

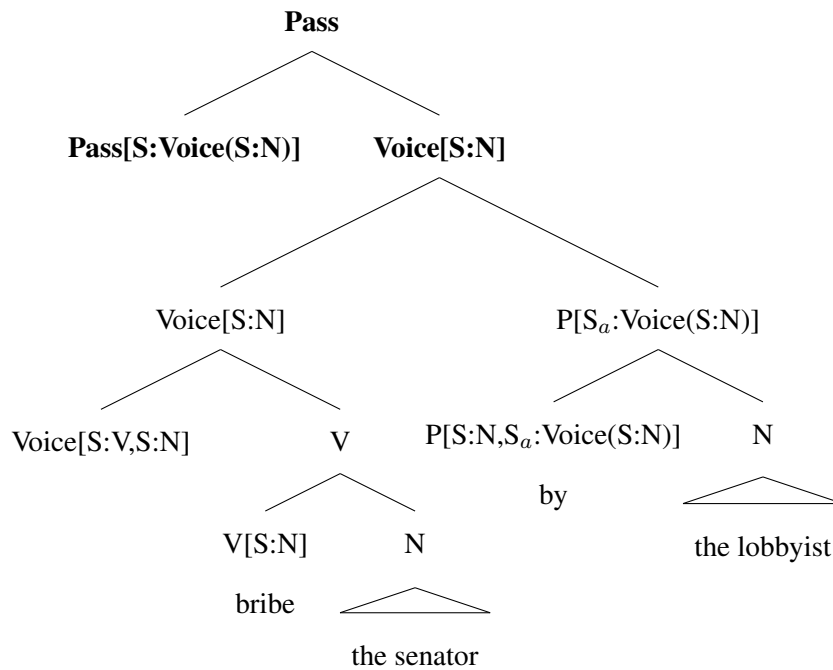
Com isso, segundo o autor (Bruening, 2013, p. 25), a partir da estrutura em (7), é possível continuar a derivação com Pass, como mostra o destaque (nosso) na estrutura a seguir.

⁸"[So,] when the *by* phrase adjoins to Voice, its own selectional feature does not project, being satisfied, but the selectional feature of Voice does project."

⁹"[This is what it means to be an adjunct:] the category that the adjunct merges with does not select it, and its own selectional features are not affected by merger of the adjunct."

¹⁰"A selectional feature [S:Z] on node X projects to the next dominating node if its sister is Y[S_a:X(S:Z)]."

(9) Pass e *by-phrases*: O senador foi subornado pelo lobista

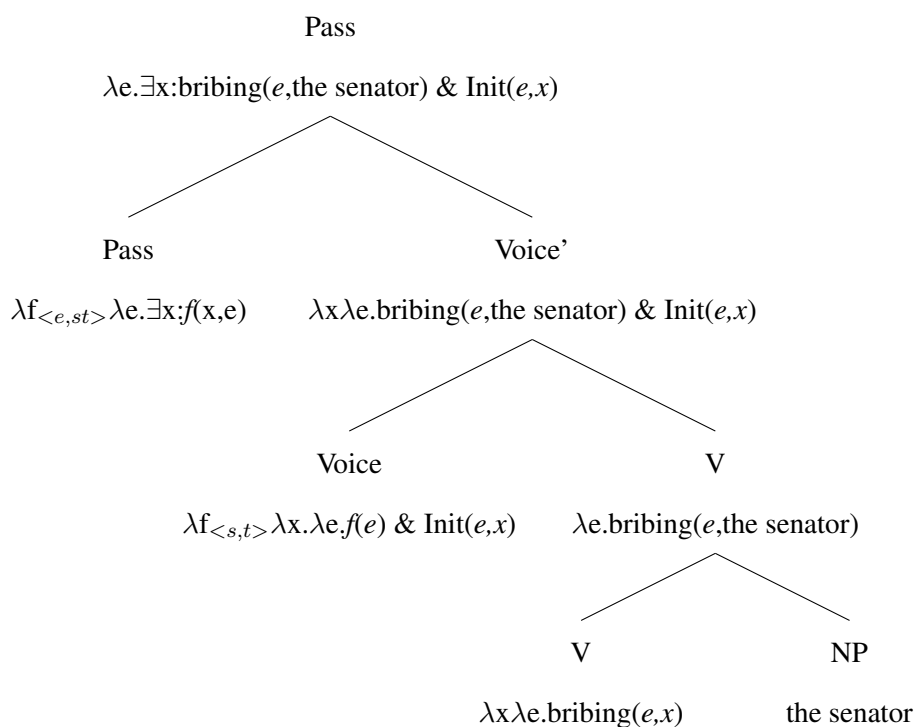


Em (9), uma projeção de Voz à qual se adjungiu uma *by-phrase* ainda pode ser selecionada por Pass. Neste ponto, retomamos a discussão dos exemplos (5) e (6), a respeito da ideia de que Pass deve exibir alguma flexibilidade do ponto de vista da saturação semântica do argumento externo. Um dos aspectos cruciais da proposta de Bruening (2013) é a ideia de que há dois modos de seleção possíveis: a seleção sintática, ilustrada nas representações arbóreas anteriores, e a seleção semântica, que consiste na aplicação de função, a ser descrita a seguir. Nesse sentido, segundo o autor (Bruening, 2013, p. 23), do ponto de vista sintático, Pass seleciona uma projeção não saturada de Voz; e, do ponto de vista semântico, é uma função que toma uma função não saturada como seu argumento. A denotação de Pass proposta por Bruening (2013, p. 25) é apresentada em (10).

$$(10) \quad \llbracket \text{Pass} \rrbracket = \lambda f_{\langle (e),st \rangle} \lambda e. (\exists x): f(x), e$$

No exemplos anteriores, (3) e (5), nos quais a *by-phrase* está ausente, a operação passiva deve envolver a quantificação existencial do argumento externo, como já discutido. Em (11), segue a derivação de uma sentença desse tipo, com base nas denotações providas pelo autor.

(11) Derivação semântica: O senador foi subornado



Em (11), Pass é responsável por quantificar existencialmente o argumento externo.¹¹ A questão é o que acontece em (6) ou (9), em que a *by-phrase* está presente. Nesse caso, segundo Bruening (2013, p. 25), “[s]e o argumento externo tiver sido saturado (pela *by-phrase*), Pass é semanticamente vácuo” (i.e., não realiza qualquer contribuição semântica a essa estrutura).¹² Essa possibilidade está prevista na denotação de Pass, em (10), que indica a quantificação do argumento externo entre parênteses ($\exists x$). Assim, a derivação de um exemplo como (9) procederia de maneira similar a (11), com a diferença de que Pass não teria a mesma contribuição semântica. Esse sistema, portanto, capta de maneira satisfatória a opcionalidade de *by-phrases* com as passivas verbais.¹³ Segundo Bruening (2013, p. 23), “a sintaxe pode selecionar uma coisa, enquanto a semântica quer um tipo que não coincide com a categoria sintática”.¹⁴

¹¹O autor emprega o termo *Iniciador* de Ramchand (2008a) para se referir, de maneira geral, ao papel de argumento externo (ver Bruening, 2013, p. 21). Em (11), o termo aparece abreviado: Init.

¹²“If the external argument has been saturated (by the *by phrase*), Pass is semantically vacuous”.

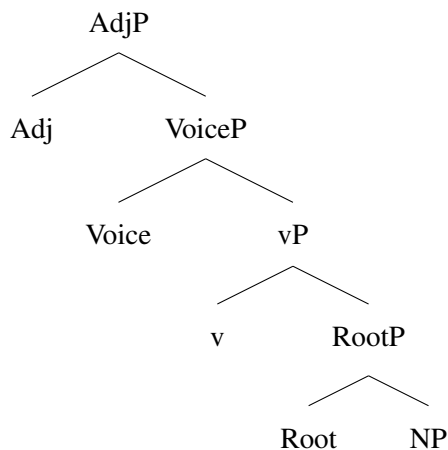
¹³É importante observar que o autor (Bruening, 2013, p. 26) oferece esse mesmo tratamento para instrumentais (e.g., “O senador foi subornado com uma carta”), denominados *adjuntos de Voz*.

¹⁴“(…) the syntax can select for one thing, whereas the semantics wants a type that does not match the syntactic category”.

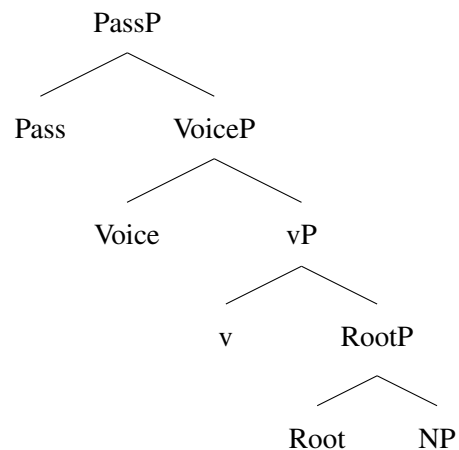
5.2.2 As passivas adjetivas

No que diz respeito às passivas adjetivas, o autor postula um núcleo, Adj, com as mesmas exigências seletoriais de Pass. Segundo Bruening (2014, p. 385), “[n]a passiva, tanto verbal quanto adjetival, o argumento externo de Voz não é projetado (tanto Adj quanto Pass têm o traço seletorial [S:Voice(-Spec)])”.¹⁵ Nota-se a leve mudança na terminologia que vinha sendo usada. A diferença entre esse núcleos, segundo o autor, é que o núcleo Adj é um núcleo adjetival, e o núcleo Pass é um núcleo verbal.¹⁶ As estruturas da passiva adjetiva e verbal são exemplificadas a seguir (Bruening, 2014, p. 385).

(12) a. Passiva Adjetiva



b. Passiva Verbal



No que diz respeito à quantificação do argumento externo, Adj se comportaria como Pass (ver Bruening, 2014, p. 391), apresentando a mesma flexibilidade.¹⁷ Ambos quantificariam existencialmente o argumento externo, mas, se uma *by-phrase* estiver adjungida à estrutura, Adj e Pass são semanticamente vácuos. Entretanto, Adj tem outras particularidades. Bruening (2014, p. 388) propõe que esse núcleo tem como função “quantificar existencialmente o argumento externo de Voz e estativizar a projeção verbal estendida, que é eventiva até este

¹⁵“In the passive, both verbal and adjectival, the external argument of Voice is not projected (both Adj and Pass have the selectional feature [S:Voice(-Spec)])”

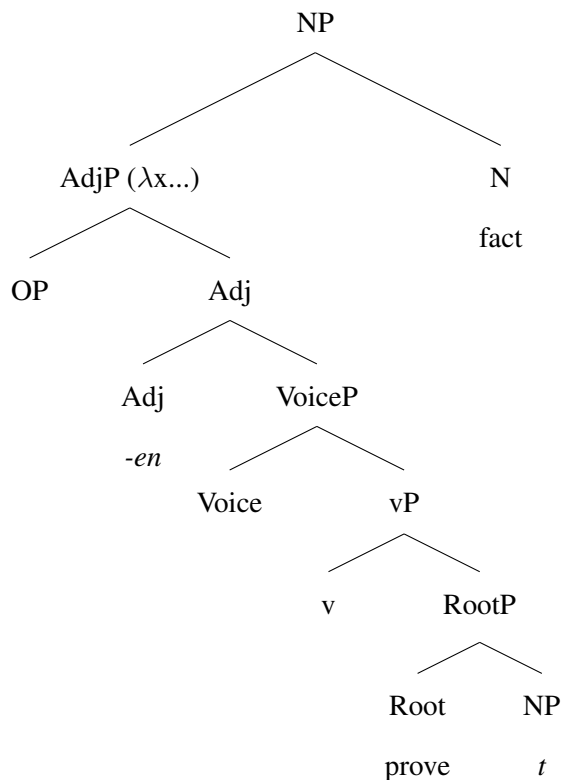
¹⁶Omito alguns detalhes que não são cruciais para a presente discussão (ver Bruening, 2014, p. 384 para as distinções entre as passivas adjetivas no inglês, ambas envolvendo v e diferentes subtipos de Voice).

¹⁷Na seção 5.3, retomamos essa questão, a partir de alguns testes com passivas adjetivas e *by-phrases* em inglês, português e outras línguas.

ponto”.¹⁸ Quanto ao seu caráter estativizador, o núcleo Adj “informa que o tempo de duração do evento verbal ocorreu antes do tempo denotado pelo AdjP” (Bruening, 2014, p. 389).¹⁹ Nesse sentido, Adj denotaria um estado resultante, no sentido de Kratzer (2000).²⁰

Além disso, segundo Bruening (2014), Adj forçaria o argumento interno a se mover para a posição de especificador (a esse respeito, no que concerne a passivas *verbais*, o autor destaca que a promoção do argumento interno não é um aspecto crucial, como atestam as passivas impessoais). O autor postula a existência de um operador nulo (i.e., um abstrator lambda), o qual seria do tipo certo para se combinar com um nome, como exemplificado a seguir (Bruening, 2014, p. 386) para o exemplo *proven fact* ‘fato provado’.²¹

(13) Passiva adjetiva



¹⁸“[the Adj head has to both] existentially quantify over the external argument of Voice and stativize the extended verbal projection, which is eventive up to this point.”

¹⁹“Adj (...) says that the run time of the verbal event took place before the time denoted by the AdjP.”

²⁰A contribuição de Kratzer (2000) é retomada adiante. Bruening (2014, p. 388) não se compromete com a distinção semântica entre estado alvo e estado resultante.

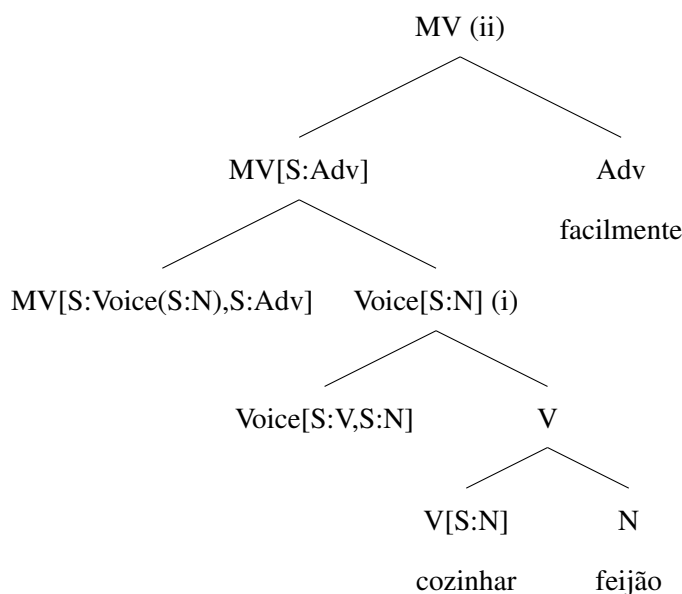
²¹Ou seja, $\lambda x[\text{provado}(x)]$ (fato) = provado(fato).

No exemplo anterior, o nome que o adjetivo modifica (‘fato’), segundo Bruening (2014, p. 386), é externo a AP, no entanto, “há um argumento interno nessa estrutura, a saber, o operador nulo”, como representado em (13).²² O autor destaca que o aspecto mais importante dessa estrutura é o fato de que o vestígio (*t*), ao final, é uma variável, que pode se combinar a um argumento de indivíduo (Bruening, 2014, p. 389).²³

5.2.3 As médias

Outra construção que compartilharia as exigências seletivas de Pass e Adj são as construções médias. O autor propõe que um núcleo sintático intitulado MV (*Middle Voice* ‘Voz Média’), assim como Pass e Adj, seleciona uma projeção não saturada de Voz. O autor hipotetiza que a exigência seletiva de MV inclui, ainda, um argumento adverbial (‘fácil/facilmente’), de modo que esta seria: MV[S:Voice(S:N),S:Adv], como exemplificado abaixo (Bruening, 2013, p. 30). No que se segue, orientamo-nos pelo (nosso) exemplo ‘Feijão cozinha fácil/facilmente’.

(14) Voz média



Para o autor, do ponto de vista semântico, MV não seria tão flexível quanto Pass ou Adj, e exigiria um argumento não saturado. Para recapitular, no caso de Pass e Adj, está

²² “[At the same time], however, there *is* an internal argument, namely, the null operator.”

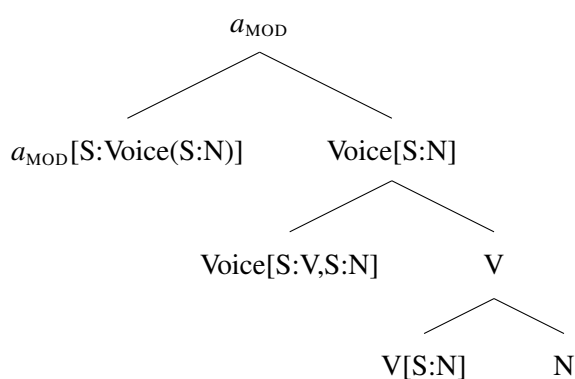
²³ “[The trace is interpreted however traces are] (...); the important part is that the trace is a variable at the end.”

prevista a possibilidade de que esses núcleos sejam semanticamente vácuos no que diz respeito à saturação do argumento externo. MV não teria a mesma flexibilidade, ou seja, esse núcleo não pode ter como complemento uma estrutura saturada previamente por uma *by-phrase*. O que equivale a dizer que *by-phrases* não são permitidas com as médias. Em suma, se uma *by-phrase* estiver adjungida a Voz, esse objeto sintático não poderá servir de complemento para MV, pois o argumento externo já estaria semanticamente saturado. Segundo Bruening (2013, p. 29), isso se deve ao fato de que, nas médias, o argumento externo é “necessário para a computação semântica de projeções mais altas”.²⁴ Ideia que o autor não desenvolve. O núcleo MV envolve, ainda, um operador genérico. Segundo Bruening (2013, p. 30), “MV quantificaria existencialmente o argumento de Voz, e introduziria quantificação genérica sobre eventos”.²⁵

5.2.4 Os adjetivos modais

No que diz respeito à questão de como a gramática deriva os adjetivos modais, propomos que estes são derivados a partir de uma operação passiva, de acordo com a definição de Bruening (2013): “a passiva é uma operação morfossintática que impede a realização do argumento externo como um argumento.”

(15) Adjetivo Modal (a ser revisado)



²⁴“(…) [the external argument cannot be saturated by the *by* phrase, because] it is necessary for the semantic computation of higher projections.”

²⁵“[Semantically,] MV would existentially quantify over the argument of Voice, and introduce generic quantification over events.”

Nesse sentido, os núcleos que formam passivas (verbais e adjetivas), médias e adjetivos modais apresentariam um comportamento sintático análogo. Dessa forma, resgatamos e reanalisamos a intuição presente em trabalhos prévios, quanto à relação entre esses adjetivos e a passiva. Para recapitular, Wasow (1977) propõe que adjetivos desse tipo são derivados por uma regra lexical passiva. Já Oltra-Massuet (2010, 2014), postula que certos adjetivos desse tipo podem ter um componente passivo em sua estrutura interna (i.e., a classe *high -ble*, formada com v_{pass}). Sob esta análise, adjetivos modais e passivas verbais compartilham o fato de serem derivados por uma mesma operação morfossintática, que geraria *quebrável_A* e *quebrado_V*.²⁶

Quanto às passivas adjetivas, estas, ao contrário de adjetivos modais, não têm caráter modal, o que permitiria diferenciar as formas *quebrável_A* e *quebrado_A*. Para recapitular a discussão do Capítulo 4, o sufixo mapearia as propriedades relevantes de uma entidade em relação a uma eventualidade. No caso de *quebrável*, o sufixo seria relativizado a uma série de propriedades de uma entidade *x*, introduzida por frases do tipo “em virtude das propriedades de *x*”, com relação ao predicado *quebrar*.

Tanto a_{MOD} quanto Adj encabeçam estruturas estativas. Como exposto previamente, Bruening (2014) propõe que Adj seria responsável por estativizar a estrutura verbal à qual se combina, indicando, basicamente, que o adjetivo denota um estado resultante de um evento prévio. No que diz respeito a a_{MOD} , como motivado no Capítulo 4, esse sufixo envolveria um operador genérico (GEN). Nesse caso, a estrutura em (15) também seria estativa, uma vez que o evento subjacente seria quantificado pelo operador genérico, não representando, assim, um evento episódico, específico.²⁷ Portanto, não há a interpretação de um evento prévio ou de um estado resultante, como nas passivas adjetivas.

Neste ponto, nota-se a semelhança entre a_{MOD} e MV. Segundo Bruening (2013), MV também introduz a quantificação genérica sobre eventos. Dessa forma, é possível captar as

²⁶A diferença entre essas duas formas possivelmente se deve ao modo como o evento subjacente é instanciado. Por exemplo, na forma verbal, o evento subjacente é instanciado no tempo (e.g., o vaso foi quebrado ontem à meia-noite), enquanto na forma adjetiva o evento subjacente seria quantificado por um operador genérico.

²⁷É sabido, como discutido no Capítulo 3 (Krifka, 1987; Carlson, 1989), que predicados genéricos são estativos e não reportam um evento ou uma situação específica. Lawler (1973, p. 7), por exemplo, destaca “a natureza atemporal dos genéricos.” [“(...) the timeless nature of generics”].

semelhanças entre *quebrável*_A e *quebra fácil*_{MV} no que diz respeito ao seu sabor caracterizador e não-acidental.

Finalmente, um aspecto que ainda não discutimos diz respeito ao comportamento de *a*_{MOD} quanto à quantificação do argumento externo. Nesse sentido, é necessário determinar se esse comportamento seria flexível, como Pass e Adj (i.e., admitindo *by-phrases*), ou mais rígido, como MV. Segundo Oltra-Massuet (2014, p. 152), adjetivos em *-ble* não envolvem o fechamento existencial do argumento externo como nas passivas, mas a quantificação universal genérica do argumento externo. Na seção seguinte, abordamos esta questão.

5.3 Reavaliando os testes sintáticos

Na seção 5.2, introduzimos a definição de passiva proposta por Bruening (2013), bem como discutimos, em seguida, as suas implicações para outras estruturas, como as passivas verbais, passivas adjetivas e as médias. Entre elas, incluímos os adjetivos modais. Na subseção anterior, argumentamos que esses adjetivos incluiriam uma projeção de Voz/Iniciação em sua estrutura interna, como mostrado na estrutura (preliminar) em (15).

Previamente, no Capítulo 3, discutimos alguns testes usados para investigar a estrutura interna das palavras. Por exemplo, a possibilidade de realizar o argumento externo por meio de uma *by-phrase* diagnóstica a presença de um núcleo Voz ou Iniciador, de acordo com a teoria adotada nesta tese. Já a possibilidade de modificação adverbial, outro diagnóstico por excelência usado para investigar a complexidade interna das palavras, identifica, *grosso modo*, uma projeção verbal.

Nas subseções seguintes, reavaliamos esses dois testes sintáticos, o das *by-phrases* e o da modificação adverbial. O foco primordial dos testes são os adjetivos modais, mas abordamos também as passivas adjetivas. A inclusão dessa classe faz sentido, visto que, como discutimos em capítulos anteriores (ver capítulos 2 e 3), ambas as classes de adjetivos estão intimamente relacionadas. Assim, uma análise para os adjetivos modais tem algo a dizer, também, sobre as passivas adjetivas.

Para recapitular brevemente essa questão, repetimos a seguir a regra de formação de

adjetivos modais (Wasow, 1977, p. 355), originalmente apresentada em (12), no Capítulo 3. Essa regra, repetida em (16a) é idêntica à regra de formação de passivas adjetivas, em (16b).²⁸

(16) a. $-able_{V_A} \text{ (II)} = I$

b. $-en_{V_A} \text{ (II)} = I$

Wasow (1977, p. 336) observa que essa análise lexical “não prevê correlação particular entre os ambientes que permitem passivas e os que permitem adjetivos em *-able*”.²⁹ Já Oltra-Massuet (2010, 2014), prevê que uma das classes de adjetivos, a classe *high-ble*, possui um componente passivo em sua estrutura interna e corresponderia a uma estrutura resultativa modalizada, com base na análise de Embick (2004) para as passivas (adjetivas) resultativas (como discutido no Capítulo 3, subseção 3.3.2, exemplo (23a)).

Dessa forma, embora esta tese não pretenda oferecer um tratamento para as passivas adjetivas no português, julgamos ser importante explorar as consequências de se assumir a estrutura da passiva adjetiva (Bruening, 2014) para essa língua. Uma de suas previsões é a de que passivas adjetivas incluiriam uma projeção de Voz/Iniciação. Com isso, o esperado é que permitam adjuntos ou modificadores relacionados ao evento (i.e., que permitam *by-phrases* e modificação adverbial), o que testamos nas subseções seguintes.³⁰

No que diz respeito às *by-phrases*, reunimos exemplos de trabalhos prévios que abordam a questão, exemplos formulados ou adaptados por nós, além de exemplos extraídos da Internet, com as respectivas referências registradas em rodapé. Os julgamentos de gramaticalidade refletem os nossos julgamentos e também o de outros falantes do português, informalmente consultados por nós.

Quanto à modificação adverbial, o mesmo procedimento de coleta de dados se aplica. Para guiar esses testes, adotamos o trabalho de Cinque (1999) como referência. O autor

²⁸Em que ‘I’ representa o sujeito; ‘II’, o objeto direto; e ‘V_A’, a mudança categorial, de verbo para adjetivo.

²⁹“(…) [it] predicts no particular correlation between the environments allowing passives and those allowing *-able* adjectives.

³⁰Marcus Lunguinho (c.p.) trouxe ao meu conhecimento o trabalho de Alves (2015). A autora mostra justamente que passivas adjetivas de estado alvo e de estado resultante não são homogêneas no PB, no que diz respeito à possibilidade de combinação a *by-phrases*. Por questão de tempo, não pude incorporar as contribuições da autora a este trabalho. Sobre passivas adjetivas no PB, ver também Silva (2012) e Silva (em preparação).

estabelece uma hierarquia rígida para as principais classes de AdvPs nas línguas românicas. No entanto, não nos preocupamos em corroborar ou não essa ordem, especialmente porque estamos interessadas nos advérbios denominados *circunstanciais*, que não são rigidamente ordenados. Assim, tomamos o trabalho desse autor como uma orientação geral.³¹ Excluímos da discussão, por exemplo, os chamados advérbios de sentença, que seriam “mais altos”.³² Testamos os advérbios denominados *circunstanciais*, que, segundo Cinque (1999, p. 28), “abrangem uma seleção variada de elementos: lugar, tempo, maneira, meio, companhia, razão, propósito”.³³ Advérbios circunstanciais são concebidos por Cinque (1999, p. 28), seguindo Davidson (1967), “como modificadores predicados da variável subjacente de evento”.³⁴ Por essa razão, testamos esse tipo de advérbio, que permite diagnosticar a presença de uma variável de evento (*e*), ou seja, a sua aceitabilidade é um indício de estrutura verbal: “advérbios circunstanciais são, efetivamente, “predicados” que predicam do VP.” (Cinque (1999, p. 29).³⁵

5.3.1 O argumento externo implícito das passivas adjetivas

Nesta subseção, discutimos se, de fato, Adj teria um comportamento flexível, similar ao de Pass, no que diz respeito à quantificação do argumento externo, como proposto por Bruening (2014) e discutido na subseção 5.2.2. Com isso, buscamos verificar as evidências de que passivas adjetivas permitiriam *by-phrases*. Partimos do trabalho de Medeiros (2008), que desenvolve uma análise detalhada das formas participiais no português brasileiro no âmbito da Morfologia Distribuída.

Segundo o autor, “o morfema estativo (...), quando juntado à raiz, gerará as passivas de estado alvo, enquanto que a derivação juntando um núcleo de aspecto perfeito acima do

³¹Agradeço ao Professor Karlos Arregi por discutir comigo a importância de substanciar uma discussão desse tipo com uma teoria de advérbios.

³²“Francamente > felizmente > evidentemente > provavelmente > agora > possivelmente > inteligentemente”. [“Francamente > fortunatamente > evidentemente > provavelmente > ora > forse > inteligentemente.”] (Cinque 1993, p. 13).

³³“(…) [they] comprise a varied selection of elements: place, time, manner, means, company, reason, purpose, and so forth.”

³⁴“(…) [circumstantial adverbials can be seen (after Davidson 1967)] as modifiers predicated of an underlying event variable.”

³⁵“(…) circumstantial adverbials are actually “predicates” predicated of the VP.”

vezinho, em determinados contextos sintáticos, será o responsável pela geração de participios adjetivos resultativos” (Medeiros, 2008, p. 174).

No que diz respeito às noções de estado alvo e resultante, retomamos a seguir a sua distinção, proposta por Kratzer (2000, p. 1-2), com base no trabalho de Parsons (1990), entre passivas de estado alvo, em (17), e de estado resultante, em (18).

(17) Die Geisslein sind immer noch versteckt
As pequenas cabras estão ainda esconder.PART
As cabritinhas ainda estão escondidas

(18) Das Theorem ist (*immer noch) bewiesen
O teorema está (*ainda) provar.PART
*O teorema (*ainda) está provado*

Um *estado alvo*, ilustrado em (17), em princípio, é reversível. Por ter caráter transitório, passivas de estado alvo são compatíveis com o advérbio *immer noch* ('ainda'), no alemão. Já um *estado resultante*, em (18), é um estado irreversível, que resulta do evento subjacente, nesse caso, 'provar (o teorema)'. Por isso, passivas de estado resultante são incompatíveis com o advérbio 'ainda'. Essa diferença, segundo Kratzer (2000), está correlacionada à presença de um argumento de estado, (*s*), na denotação de verbos que dão origem a passivas de estado alvo (além do tradicional argumento (*e*) de evento), que, por sua vez, pode ser modificado pelo advérbio 'ainda'. Fundamentalmente, esse argumento de estado não estaria presente nas passivas de estado resultante.³⁶

A terminologia empregada pela autora é próxima da usada por Embick (2004), que distingue entre as passivas estativas (derivadas da raiz) e as passivas resultativas (deverbais), como introduzido no Capítulo 3. Apesar da proximidade terminológica, Alexiadou, Gehrke e Schäfer (no prelo) mostram que a classificação das passivas adjetivas de Kratzer (2000) não corresponde exatamente à classificação de Embick (2004). Os autores destacam que “inúmeros

³⁶Um caminho de pesquisa possivelmente promissor, que não vamos seguir nesta tese, seria investigar em que medida a classificação de Kratzer (2000) se conformaria à decomposição de evento Ramchand (2008a). Uma primeira aproximação seria constatar se passivas de estado alvo corresponderiam estruturas do tipo [*init, proc, res*] (em que *res* codificaria um estado), enquanto passivas de estado resultante corresponderiam a uma estrutura do tipo [*init, proc*] (sem *res*, ou seja, sem o argumento “extra” de estado).

particípios que envolvem camadas verbais manifestas (e, conseqüentemente, se comportam como os particípios resultativos de Embick) equiparam-se aos particípios de estado alvo de Kratzer no que diz respeito à compatibilidade com *ainda*.” (Alexiadou, Gehrke e Schäfer, no prelo, p. 5).³⁷ As camadas verbais às quais os autores se referem consistem em sufixos verbalizadores como *-iz-*. Os exemplos seguintes, desses autores (Alexiadou, Gehrke e Schäfer, no prelo, p. 5-6), ilustram essa questão com dados do inglês e do alemão, respectivamente.

- (19) The patient is still hospitalized
 O paciente ser ainda hospitalizar.PART
O paciente ainda está hospitalizado
- (20) Das Land ist immer noch kolonialisiert
 O país ser ainda colonizar.PART
O país ainda está colonizado

Medeiros (2008, p. 176), destaca a seguinte comparação: “[a]o que parece, o português se comporta de maneira bastante semelhante a línguas como o alemão e o inglês, onde estruturas estativas não aceitam seus agentes expressos, sejam essas estruturas resultativas ou do tipo alvo. No grego, por outro lado, a presença dos agentes é lícita em estativas resultativas.” Um exemplo provido pelo autor segue abaixo (Medeiros, 2008, p. 158).

- (21) *A porta está aberta *por Pedrolpelo vento*.

A seguir, destacamos alguns exemplos do grego (Anagnostopoulou, 2003, p. 21), para efeito de comparação.³⁸

- (22) To psari itan tiganismeno apo tin Maria
 O peixe estava frito.PART por a Maria
O peixe estava frito pela Maria
- (23) I porta itan anigmeni apo tus astinomikus
 A porta estava abrir.PART por os policiais
A porta estava aberta pelos policiais

³⁷ “[In particular], a number of participles involving overt v-layers (and thus behaving like Embick’s resultative participles) instead pattern with Kratzer’s target state participles in being compatible with *still*.”

³⁸ Observa-se que a gramaticalidade de (21) pode ser favorecida no imperfeito, em paralelo a (22) e (23): ?A porta estava aberta *pelo Pedrolpelo vento*.

Apesar de questionar “(p)or que os agentes adjuntos não são permitidos nas passivas adjetivas no português?” (Medeiros, 2008, p. 159), o autor introduz alguns contraexemplos à sua generalização, reproduzidos em (24).³⁹

- (24) a. Nesta escultura, Ulisses está abraçado por três sereias.
- b. O prédio está ocupado pelos mendigos.
- c. Cláudio está sufocado pela tosse.

A esses exemplos do autor, acrescentamos outros, a seguir.⁴⁰ O critério que usamos para identificar passivas adjetivas é descritivo e bastante simples: consideramos passivas adjetivas aquelas formas participiais que podem ocorrer como complemento de verbos estativos, como ‘estar’, ‘permanecer’ (e.g., “a toalha está *lavada*”, “a camisa está *abotoada*”), ou seja, passivas adjetivas são “não-verbais”. Neste ponto, não consideramos possíveis diferenças entre os diferentes tipos de passivas estativas.

- (25) a. Os livros estão autografados pelos respectivos autores.
- b. As falas dos personagens estão registradas pelo diretor de produção.
- c. A casa de praia do Sérgio está alugada pelos Moreira para o verão.
- d. A bolsa de estudo está paga pela Fulbright.
- e. O trecho está citado pelo autor/pela Rozana na página 10.
- f. A copa do mundo está comprada pela Alemanha.
- g. A rua está tomada pelos manifestantes.
- h. A casa está cercada pelo batalhão da polícia militar.
- i. A cidade está destruída pelas enchentes.
- j. O bairro está arrasado pela chuva.
- k. ?A reunião está cancelada pelo chefe.
- l. O placar do jogo está definido pelo Neymar.

³⁹Ver Medeiros (2008, p. 159), nota de rodapé 107.

⁴⁰Agradeço gentilmente a todos os que se empenharam e me ajudaram a coletar, formular e/ou julgar esses dados. Em (25), optei por ser conservadora e registrar com a interrogação as sentenças que foram reportadas como ‘não naturais’ ou ‘estranhas’ por pelo menos um falante informalmente consultado por nós. No meu julgamento, todos esses exemplos são bons ou aceitáveis em PB.

- m. O nome da marca está registrado pela Apple.
- n. ?A prova está corrigida pelo professor/pela Maria Cristina.
- o. O Brasil está abalado pelo 7 a 1.
- p. Neymar está bem marcado pelo Varani.
- q. Maria está paralizada pelo medo.
- r. Os preços estão determinados pelo mercado.
- s. O bar do Zé está fechado pela vigilância sanitária.
- t. As três primeiras vagas estão preenchidas por alunos da Eloisa.
- u. ?O cofre está trancado pelo chefe da seção.
- v. A criança está vencida pelo sono.
- w. ?A dívida está quitada pelo inquilino.
- x. O teor de álcool do vinho está especificado pelo produtor no rótulo do produto.
- y. A agenda de eventos está confirmada pelo Secretário de Cultura.
- z. ?Algumas memórias estão completamente esquecidas pelos brasileiros.

Com base em (25), não pretendemos afirmar que, em *todos* os casos, passivas adjetivas no português permitem *by-phrases*. Evidentemente, *by-phrases* não são totalmente aceitas, como com passivas verbais. O julgamento em (21), por exemplo, é seguro. Entretanto, não é possível afirmar categoricamente que *by-phrases* não são possíveis com passivas adjetivas no português, diante da aceitabilidade dos dados em (25).

Estendemos essa discussão para outras línguas e apresentamos a seguir dados discutidos por Alexiadou, Gehrke e Schäfer (no prelo, p. 10), que retomam exemplos de Rapp (1997), para argumentar em favor de uma restrição específica a *by-phrases* no alemão.

(26) Die Zeichnung ist von einem Kind *angefertigt*.
 O desenho está por uma criança produzir.PART
O desenho está feito por uma criança

(27) * Die Zeichnung ist von dem Kind *angefertigt*.
 O desenho está por a criança produzir.PART
O desenho está feito pela criança

Os autores argumentam que, para serem aceitas com passivas adjetivas no alemão, as *by-phrases* devem receber um tipo de interpretação genérica, como exemplificado em (26), “por uma criança”. Para explicar essa restrição, os autores adotam uma análise que estende a noção de *espécie* do domínio nominal (Carlson, 1977) ao domínio verbal. Assim, segundo Alexiadou, Gehrke e Schäfer (no prelo, p. 19), no caso de passivas adjetivas, “o evento subjacente não é instanciado e permanece no domínio da espécie. Portanto, modificadores relacionados ao evento só são possíveis se puderem modificar esse tipo de evento, por isso a preferência por *by-phrases* com sabor genérico”.⁴¹

Para dar conta de uma língua como o grego, que não apresenta restrições a *by-phrases*, como mostrado em (22) e (23), os autores sugerem que passivas adjetivas nessa língua podem envolver um “operador de perfectividade, que é responsável por instanciar o evento” (Alexiadou, Gehrke e Schäfer, no prelo, p. 3).⁴² Nota-se que o português não parece impor uma restrição de genericidade a *by-phrases* com passivas adjetivas, como exemplificado em (25).

Quanto ao inglês, McIntyre (2013, p. 28) apresenta evidências de que *by-phrases* são permitidas nessa língua, como mostram os exemplos seguintes.

(28) The road remained blocked by police.
A estrada permanecer.PART blocked.PART por polícia
A estrada permaneceu bloqueada pela polícia

(29) The dictator remained propped up by the warlords.
O ditador permanecer.PART apoiar.PART por os senhores da guerra
O ditador permaneceu apoiado pelos senhores da guerra

Para explicar essa aceitabilidade, McIntyre (2013) hipotetiza que as *by-phrases* são permitidas quando interpretadas como responsáveis por continuar o estado expresso pelo adjetivo. Por exemplo, em (28), a *polícia* seria responsável não apenas por causar, mas por dar continuidade ao estado *bloqueado*.

⁴¹“(…) the underlying event does not get instantiated but remains in the kind domain. Event-related modification, then, is only possible if it can modify an event kind, hence the preference for *by-phrases* with a generic flavour.”

⁴²“[Greek adjectival participles] can involve an additional Perfect operator, which is responsible for the event getting instantiated.”

Bruening (2014, p. 377) apresenta evidências adicionais de que *by-phrases* são permitidas com passivas adjetivas no inglês, com dados majoritariamente coletados na Internet, como ilustrado a seguir.

- (30) No longer does Tim Thomas appear trained by Tim Hortons.
Não mais Tim Thomas parece treinar.PART por Tim Hortons
Tim Thomas não parece mais treinado pelo Tim Hortons

A respeito de dados desse tipo, Bruening (2014, p. 378) conclui o seguinte:

passivas adjetivas incluem um argumento externo implícito, assim como as passivas verbais. É verdade que *by-phrases*, instrumentais, e advérbios de maneira ocorrem mais frequentemente com as passivas verbais do que com as adjetivas, e são mais fáceis de construir e de serem aceitos pelos falantes. Assumo que isso ocorre simplesmente porque passivas adjetivas são estativas, enquanto passivas verbais são eventivas.⁴³

Até este ponto, reunimos evidências suficientes de que passivas adjetivas permitem *by-phrases* em diversas línguas, incluindo o português. Assim, consideramos adequada a estrutura da passiva adjetiva (Bruening, 2014) apresentada previamente na subseção 4.4.2. O núcleo Adj, aparentemente, pode apresentar um comportamento flexível, similar ao de Pass, no que diz respeito à quantificação do argumento externo, como proposto por Bruening (2014). Entretanto, é evidente que a realização de *by-phrases* é restrita. A natureza das restrições deve ser investigada. Em princípio, ela não parece estar relacionada à distinção entre estado alvo e estado resultante (Kratzer, 2000), ilustrada anteriormente em (17) e (18).

No que se segue, repetimos (18), que ilustra o exemplo clássico de estado resultante, conforme proposto por Kratzer (2000, p. 2).

- (31) Das Theorem ist (*immer noch) bewiesen.
O teorema está (*ainda) provar.PART
*O teorema (*ainda) está provado*

⁴³“[I conclude that] adjectival passives include an implicit external argument, just like verbal passives. It is true that *by-phrases*, instrumentals, and manner adverbials occur more frequently with verbal passives than with adjectival passives, and are easier to construct and for speakers to accept. I assume this is simply because adjectival passives are stative, while verbal passives are eventive.”

A respeito desse exemplo, Medeiros (2008, p. 158) observa o seguinte:

[a]inda que não seja possível imaginar um teorema provado sem ter sido provado por alguém, ele não pode *estar provado por Paulo*. O agente, aqui, é inferido porque não se pode imaginar que um teorema prove a si mesmo, como se sofresse uma mudança interna, mas não está implícito na estrutura como acontece na voz passiva.

Entretanto, interessante, de seis falantes informalmente consultados por nós, quatro classificaram a sentença em (32) como “perfeita”.

(32) (?) O teorema está provado pela Sophie Germain.

Um dos falantes consultados não aceitou a sentença e relatou a necessidade de substituir *está* por *foi*, forçando, assim, uma leitura da passiva verbal (i.e., “O teorema foi provado pela Sophie Germain”). Outro falante julgou que a sentença soa “um pouco estranha”. Em nosso julgamento, esta sentença não soa perfeita, mas é aceitável. Nota-se que é possível criar um contexto diferente, que não envolve *teorema*, e a *by-phrase*, neste caso, genérica, é permitida de maneira mais clara. Todos os falantes informalmente consultados por nós, inclusive os que reportaram a não aceitabilidade ou a aceitabilidade parcial do exemplo anterior, aceitaram o exemplo em (33).

(33) O benefício da cafeína está provado pela Ciência.

Kratzer (2000, p. 4), observa um tipo de coerção contextual que favoreceria a possibilidade de se interpretar um estado resultante com verbos de atividade: a imposição de uma leitura de “tarefa cumprida”.⁴⁴ Por exemplo, “Os carrinhos de bebê já estão empurrados” seria aceitável sob a interpretação de que há uma tarefa específica a ser cumprida (i.e., a tarefa de empurrar carrinhos).⁴⁵ Embora (32) e (33) exemplifiquem inequivocamente um estado resultante, a leitura de “tarefa cumprida” (estabelecida com o uso do advérbio *já*) tem o efeito, nesses exemplos, de favorecer a aceitabilidade da *by-phrase*, como ilustrado a seguir em (34).

⁴⁴“a ‘job is done’ or ‘that’s over’ interpretation.”

⁴⁵Do original no alemão: “Dieser Kinderwagen ist schon geschoben”, traduzido pela autora para o inglês: “This baby carriage is already pushed”.

- (34) a. O teorema já está provado pela Sophie Germain.
b. O benefício da cafeína já está provado pela Ciência.

Deixamos para pesquisas futuras a investigação dessas questões.⁴⁶ Evidentemente, é necessário se considerar um número maior de dados empíricos. Para efeitos desta subseção, cumprimos o nosso objetivo. Buscamos determinar se, de fato, o núcleo Adj, que forma passivas adjetivas (Bruening, 2014), teria um comportamento flexível, similar ao de Pass, que forma passivas verbais, no que diz respeito à quantificação do argumento externo. Reunimos evidências de que passivas adjetivas permitem *by-phrases* em diversas línguas, embora de forma claramente restrita. No que diz respeito ao português, esperamos ter mostrado que a aceitabilidade de *by-phrases* com passivas adjetivas pode ser mais uma noção mais gradiente do que categórica.

5.3.2 A modificação adverbial com passivas adjetivas

A modificação adverbial é comumente usada para diagnosticar a estrutura interna das palavras e determinar a sua complexidade. Na subseção anterior, estabelecemos que passivas adjetivas no português plausivelmente incluem uma projeção de Voz; logo, é esperado que permitam algum tipo de modificação adverbial. No que se segue, apresentamos alguns dados que confirmam essa previsão. Uma vez que não é o objetivo da tese oferecer um tratamento das passivas adjetivas no português, omitimos diversas questões importantes, as quais deixamos para pesquisas futuras (e.g., o possível efeito do uso de diferentes verbos copulares (*estar, ficar, parecer, permanecer*); questões aspectuais; bem como as possíveis distinções entre os tipos de passivas adjetivas no português.) No que se segue, testamos advérbios de lugar, tempo, modo e meio ou instrumento.⁴⁷

Em (35), confirmamos a aceitabilidade de advérbios de lugar com passivas adjetivas.

- (35) a. O texto do Vítor está publicado no Caderno de Squibs.

⁴⁶Remetemos o leitor a Alves (2015) e Silva (em preparação), para um estudo das passivas adjetivas em PB, em que algumas dessas questões são consideradas.

⁴⁷Vale lembrar que os instrumentais podem ser considerados diagnóstico de um argumento externo, uma vez que seriam adjuntos de Voz.

- b. O carro está capotado no meio da estrada.
- c. O bolo está assado na forma redonda.
- d. O arquivo está gravado no drive C.
- e. A foto está registrada na capa do jornal.
- f. As frutas estão apodrecidas na geladeira.
- g. O teorema está provado na página 15.
- h. As bolinhas de gude estão escondidas no quintal.

Em (36), atestamos a aceitabilidade relativa de advérbios de tempo com passivas adjetivas.

- (36)
- a. *O rádio está recentemente quebrado.
 - b. A janela parece recentemente quebrada.
 - c. *O bar está recentemente fechado.
 - d. A parede está recém pintada.
 - e. ? O aluno está tardamente registrado no sistema.

Em (37), atestamos a aceitabilidade de advérbios de modo com passivas adjetivas.

- (37)
- a. ?A janela está quebrada com violência.
 - b. O livro está revisado com muito cuidado.
 - c. A roupa está estendida com todo o apreço.
 - d. A criança está penteada com carinho.
 - e. As cartas estão guardadas com amor.
 - f. O relato está registrado com toda a exatidão.
 - g. Os livros estão autografados com desleixo.
 - h. O som do baixo do Dudu está gravado com perfeição.

Finalmente, os dados em (38) confirmam a aceitabilidade de advérbios de meio ou instrumento com passivas adjetivas (que seriam adjuntos de Voz).

- (38)
- a. As bolinhas de gude estão escondidas com quase meio quilo de areia.
 - b. A carta está decorada à mão/ à caneta/ à lápis.

- c. O depoimento está registrado com um gravador.
- d. O cabelo da Luisa está cortado com navalha.
- e. A mensagem está escrita com um pincel atômico.
- f. A criança está penteada com a escova de cerdas macias.
- g. O casamento da Gabi está registrado com uma polaroid.
- h. O caldo está engrossado com farinha de trigo.

Esses dados complementam os dados da subseção anterior.

5.3.3 O argumento externo implícito dos adjetivos modais

No que diz respeito à realização de *by-phrases* com os adjetivos modais, a literatura mostra que essa possibilidade é consideravelmente restrita. Chapin (1967, p. 70) observa que, no inglês, apenas *by-phrases* genéricas são permitidas com esses adjetivos (exemplos originalmente discutidos no Capítulo 3, subseção 3.7.1).

- (39) Marijuana is obtainable by anyone.
Maconha é obter.MOD por qualquer um
Maconha é obtenível por qualquer um
- (40) A new invention is patentable by anyone.
Uma nova invenção é patentear.MOD por qualquer um
Uma nova invenção é patenteável por qualquer um
- (41) * This flat tire is repairable by Harry.
Esse pneu furado é reparar.MOD por Harry
Esse pneu furado é reparável pelo Harry

Na mesma direção, Di Sciullo (1995, p. 77) introduz o seguinte exemplo do inglês.⁴⁸

- (42) This book is readable by anybody.
Este livro é ler.MOD por qualquer um
Este livro pode ser lido por qualquer um

⁴⁸Alguns falantes do inglês consultados por nós não aceitam esse exemplo.

A autora propõe que o sufixo *-able*, que denota uma propriedade, seleciona a seguinte estrutura.⁴⁹

(43) *Di Sciullo, 1995, p. 76*

-able: [POSSIBLE [_{x_i}THING [eEVENT] yTHING]]

No que diz respeito ao exemplo em (42), Di Sciullo (1995, p. 77) destaca que “[a] interpretação genérica arbitrária do argumento externo implícito é atribuída ao fato de que, por *default*, esse argumento tem um índice arbitrário”.⁵⁰ Sob essa análise, um adjetivo como *readable* (‘ler’ + *vel*) teria a seguinte estrutura.

(44) *Di Sciullo, 1995, p. 79*

readable: (y)
 └───┬───
 -able read
(_{x_{arbi}}, y_j) (_{x_i}, y_j)

Dados similares são reportados por Oltra-Massuet (2014, p. 124-125) para o espanhol.

(45) Un libro traducible por un especialista experto en la materia.
Um livro traduzir.MOD por um especialista em a matéria
Um livro traduzível por um especialista no assunto

(46) Una novela adaptable al cine por Pedro Almodóvar debe ser excêntrica.
Um romance adaptar.MOD ao cinema por Pedro Almodóvar deve ser excêntrico
Um romance adaptável ao cinema por Pedro Almodóvar deve ser excêntrico

O exemplo (46), segundo Oltra-Massuet (2014, p. 126), apesar de envolver um nome próprio, faz uma referência a espécie, com a seguinte interpretação: “alguém como Pedro Almodóvar”.⁵¹

A autora observa que *by-phrases* genéricas somente são possíveis com adjetivos do tipo *high-ble*, que, em sua análise, são deverbais. Nesse sentido, a sua análise prevê que adjetivos que

⁴⁹Di Sciullo (1995, p. 71) pressupõe um “mapeamento de conceitos em categorias lexicais”, da seguinte maneira: “COISA nome; EVENTO verbo; PROPRIEDADE adjetivo; MANEIRA advérbio”. [“Mapping of Concepts onto lexical categories. THING noun; EVENT verb; PROPERTY adjective; MANNER adverb”.]

⁵⁰“The arbitrary generic interpretation of the implicit external argument is attributed to the fact that by default it has an arbitrary index.”

⁵¹“(…) *alguien como Pedro Almodóvar*.”

pertencem à classe *low -ble*, que são derivados de raiz, não permitiriam *by-phrases*, como mostrado a seguir com dados do catalão (Oltra-Massuet, 2014, p. 108).

- (47) * L'atac és (fàcilment) deplorable per la Maria, el govern.
O ataque é (facilmente) deplorar.MOD por a Maria, o governo
O ataque é (facilmente) deplorável pela Maria/pelo governo

Segundo Oltra-Massuet (2014, p. 152), adjetivos em *-ble* não envolvem o fechamento existencial (*existential closure*) do argumento externo como nas passivas (verbais), mas “a quantificação universal genérica do argumento externo”.⁵² Assim, uma sentença como “O livro é traduzível”, segundo a autora, “não pode significar que existe uma pessoa arbitrária que pode traduzir o livro, mas que é possível para uma pessoa arbitrária traduzir o livro”. No que se segue, investigamos essa questão e trazemos à discussão dados do português.

Em (48), introduzimos exemplos coletados ou formulados por nós, que exemplificam a ocorrência de *by-phrases* genéricas com adjetivos modais no português. Indicamos os nossos julgamentos de gramaticalidade entre parênteses, para os exemplos coletados da Internet.

- (48) a. I_{chcd} representa a máxima corrente de curta duração admissível pelo corpo humano.⁵³
b. A corrente permissível pelo corpo humano, que é definida como a corrente (...).⁵⁴
c. O vazio jurídico de que se trata no estado de exceção parece absolutamente impensável pelo direito.⁵⁵
d. A falta é justificável pelo aluno, não pelo professor.
e. Com a barra ainda candente — avermelhada e maleável pelo calor (...).⁵⁶
f. O protocolo é negável pelo remetente.
g. A maioria das encefalopatias é reversível pelo tratamento.⁵⁷
h. Nota fiscal não identificável pelo site da Fazenda.⁵⁸

⁵² “[Rather, as suggested in Di Sciullo (1997)], there seems to be universal generic quantification over the external argument.”

⁵³ Exemplo extraído de: <http://bit.ly/1TfjHC5>.

⁵⁴ Exemplo extraído de: <http://bit.ly/1TfjHC5>.

⁵⁵ Extraído da página 79 de: AGAMBEN, G. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. 142 p.

⁵⁶ Extraído de: <http://mundoestranho.abril.com.br/materia/como-uma-espada-e-forjada>.

⁵⁷ Extraído de: http://www.hepcentro.com.br/encefalopatia_hepatica.htm.

⁵⁸ Extraído de: <http://bit.ly/1IEzrnY>.

- i. O valor final é recuperável pelo interessado.
- j. Crenças e língua formavam uma barreira dificilmente quebrável pelo invasor.⁵⁹
- k. Para que cada tomada pudesse ser facilmente decifrável pelo espectador (...).⁶⁰
- l. Elemento destinado a definir claramente os limites da área de circulação de pedestres, perceptível por pessoas com deficiência visual.⁶¹
- m. Um escândalo deplorável por qualquer pessoa de bom senso.
- n. O deputado provou ser corruptível pelo dinheiro e pelo poder.
- o. Certos obstáculos só são transponíveis pela pessoa que tem força de vontade.
- p. Um adversário tão temível pelos invasores europeus quanto o fora pelos nguni.⁶²
- q. Um fluxo contabilizável pelos serviços alfandegários.⁶³
- r. A taxa de câmbio (...) era fixa, embora ajustável pelos governos.⁶⁴
- s. Retirada do critério de morte evitável por diagnóstico e tratamento precoces e introduzida no critério de morte dificilmente evitável.⁶⁵
- t. (??)Visão: ser uma empresa lucrativa e admirável pelos nossos clientes e colaboradores.⁶⁶
- u. Mesmo quem atinge uma posição invejável pelos seus pares deixa pedaços pelo caminho.⁶⁷
- v. (??)Ela tem uma parte bem destacável da Costa dos Corais, ou seja, se torna um destino adorável pelos mergulhadores.⁶⁸

⁵⁹Extraído de: <http://bit.ly/1TfnFe1>.

⁶⁰Extraído da página 97 de: MACHADO, A. *Pré-cinemas e pós cinemas*. Campinas: Papyrus Editora, 1997. 303p.

⁶¹Extraído da página 52 de: AQUINO, E. G. *Planejamento técnico da construção civil*. São Paulo: Clube de Autores, 2012. 106p.

⁶²Extraído da página 247 de: AJAYI, J. F. A. (Ed.) *História geral da África: do século XIX à década de 1880*. Vol. VI. Brasília: UNESCO, 2010.

⁶³Extraído de: <http://www.scribd.com/doc/54735414/Marketing-Internacional1#scribd>.

⁶⁴Extraído da página 23 de: ALEXANDRE, F. et al. *A crise financeira internacional*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009. 195p.

⁶⁵Extraído de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-7203200000900007.

⁶⁶Extraído de: <http://bit.ly/1gXHi9r>.

⁶⁷Extraído de: <http://bit.ly/1MY1Ew7>.

⁶⁸Extraído de: <http://www.pradecolardestinos.com.br/destinos-turisticos-que-vale-verao/>.

- w. Os sons audíveis pelo ouvido humano têm uma frequência entre 20 e 20.000Hz.⁶⁹
- x. (??)Tornozeleira é um bônus adorável pelos apenados.⁷⁰
- y. (...) [a]juda a disseminar a crença de que uma mulher se faz potencialmente mais amável pelos homens quando demonstra, de algum modo, depender deles.⁷¹
- z. Cancelamento do registro, após prova do pagamento, solicitável pelo devedor.⁷²

Os dados em (48) confirmam a preferência desses adjetivos por *by-phrases* genéricas. Esses dados mostram, ainda, que alguns adjetivos classificados na proposta de Oltra-Massuet (2014) como *low -ble* também são possíveis com *by-phrases*, como repetido a seguir.

- (49)
- a. I_{chcd} representa a máxima corrente de curta duração admissível pelo corpo humano.
 - b. A corrente permissível pelo corpo humano, que é definida como a corrente (...).
 - c. A maioria das encefalopatias é reversível pelo tratamento.
 - d. Elemento destinado a definir claramente os limites da área de circulação de pedestres, perceptível por pessoas com deficiência visual.
 - e. Um escândalo deplorável por qualquer pessoa de bom senso.
 - f. O deputado provou ser corruptível pelo dinheiro e pelo poder.
 - g. Um adversário tão temível pelos invasores europeus quanto o fora pelos nguni.
 - h. (??)Visão: ser uma empresa lucrativa e admirável pelos nossos clientes e colaboradores.
 - i. Mesmo quem atinge uma posição invejável pelos seus pares deixa pedaços pelo caminho.
 - j. (??)Ela tem uma parte bem destacável da Costa dos Corais, ou seja, se torna um destino adorável pelos mergulhadores.
 - k. Os sons audíveis pelo ouvido humano têm uma frequência entre 20 Hz e 20.000 Hz.
 - l. (??)Tornozeleira é um bônus adorável pelos apenados.

⁶⁹Exemplo extraído da Wikipédia, em artigo sobre som. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Som>>.

⁷⁰Extraído de: <http://veja.abril.com.br/blog/marcelo-madureira/opinio/maioridade-penal/>.

⁷¹Extraído de: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/1523/1/2008_tese_DPoliveira_noPW.pdf.

⁷²Extraído de: <http://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/2461608/apelacao-apl-973646700-sp>.

m. (...) [aj]uda a disseminar a crença de que uma mulher se faz potencialmente mais amável pelos homens quando demonstra, de algum modo, depender deles.

A classificação que adotamos neste trabalho, no entanto, não é paralela à da autora, visto que dividimos os adjetivos modais em duas subclasses principais: adjetivos de possibilidade e adjetivos subjetivos (as quais não necessariamente coincidem com as classes *high* e *low -ble*, respectivamente). Em nossa análise, os adjetivos modais de possibilidade parecem, em geral, permitir *by-phrases* genéricas, como ilustrado em diversos exemplos em (48) e retomado a seguir com um exemplo adicional.

(50) Um novo idioma formal imediatamente decifrável por todos.⁷³

Os adjetivos modais que restringem severamente *by-phrases*, mesmo genéricas, são precisamente aqueles que expressam subjetividade, julgamento ou avaliação (estes, sim, coincidem com a classe de adjetivos denominada *low -ble*). Assim, ao exemplo anterior de Oltra-Massuet (2014), introduzido em (47) e repetido a seguir em (51), adicionamos outros, logo em seguida.

(51) *O ataque é (facilmente) deplorável pela Maria/pelo governo.

(Oltra-Massuet, 2014, p. 108, grifo nosso)

(52) *A professora é amável pelos alunos.

(53) *João é odiável pelos colegas do irmão.

(54) *O quadro é admirável pelos compradores.

(55) *O time é louvável pela torcida.

(56) *Joana é uma atleta invejável pelos seus colegas de clube.

Nota-se que falamos em restrição severa e não em banimento das *by-phrases* com adjetivos subjetivos. Ressaltamos que, aparentemente, é possível, sim, construir sentenças aceitáveis com adjetivos desse tipo, como as que retomamos em (49), repetidas a seguir em (57).

⁷³Extraído da página 17 de CHARTIER, R. *Os desafios da escrita*. MORETTO, F. M. L. (Trad.). São Paulo: Editora Unesp, 2002.

- (57) a. Mesmo quem atinge uma posição invejável *pelos seus pares* deixa pedaços pelo caminho.
- b. (...) [a]ljudá a disseminar a crença de que uma mulher se faz potencialmente mais amável *pelos homens* quando demonstra, de algum modo, depender deles.
- c. Um escândalo deplorável *por qualquer pessoa de bom senso*.

No que diz respeito a esses exemplos, especulamos que possa haver algum tipo de coerção contextual genérica, a exemplo da que discutimos para as passivas resultativas de Krazter (i.e., a leitura de “tarefa cumprida”). No caso dos adjetivos em (57), nota-se que o nome modificado pelo adjetivo também é genérico (i.e., ‘uma posição’, ‘uma mulher’, ‘um escândalo’), e o adjetivo aparece em posição atributiva. Deixamos essa questão em aberto.

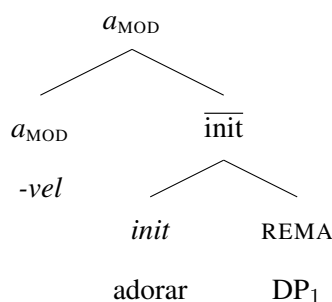
No âmbito da análise que estamos a desenvolver, nossa tarefa é determinar, afinal, o comportamento de a_{MOD} no que diz respeito à saturação do argumento externo. No que se segue, partimos da generalização de que adjetivos modais de possibilidade permitem *by-phrases* genéricas, enquanto adjetivos modais subjetivos restringem severamente *by-phrases*, de maneira geral. Isso indicaria um comportamento híbrido de a_{MOD} , que poderia tanto se comportar como Pass e Adj (i.e., saturando opcionalmente o argumento externo e, portanto, permitindo a presença de *by-phrases*) quanto como MV (i.e., forçando a saturação do argumento externo e, portanto, restringindo *by-phrases*). A questão é como captar de maneira fundamentada esse comportamento.

Em primeiro lugar, corroboramos a observação de Oltra-Massuet (2014) a respeito de o sufixo envolver a quantificação genérica do argumento externo. Em nossa análise, isso pode ser obtido a partir do operador GEN, que serviria à função de quantificar o argumento de evento e o argumento externo. Assumimos que Mod tenha uma exigência de genericidade, de modo que apenas se combinaria a estruturas às quais estão adjungidas *by-phrases* genéricas, como as exemplificadas em (48), mas não explicitamos como seria uma possível implementação dessa exigência.⁷⁴

⁷⁴Marcus Vinícius (c.p.) questiona como seria possível captar essa compatibilidade semântica e sintática. Para nos mantermos coerentes à análise desenvolvida, do ponto de vista sintático, qualquer *by-phrase*, em princípio,

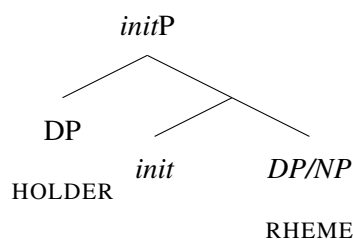
Partimos da revisão da estrutura dos adjetivos modais, inicialmente apresentada em (15). A seguir, introduzimos o que seria a estrutura da subclasse de adjetivos modais subjetivos (e.g., *adorável*, *amável*, *admirável*, *deplorável*, entre outros.)

(58) Adjetivo modal subjetivo: *adorável*



Adjetivos modais subjetivos teriam a representação em (58), seguindo a arquitetura proposta por Ramchand (2008a). Em estruturas verbais estativas, como ilustrado abaixo, segundo a autora, “não há subeventos a serem distinguidos, e nenhuma mudança a ser causada ou a culminar em um resultado” (Ramchand, 2008a, p. 34).⁷⁵

(59) Estativos (Ramchand, 2008a, p. 56)



A entidade que ocupa a posição de REMA, seria, nos termos desse modelo, a entidade que codescreve o estado. Crucialmente, a descrição desse estado predica da entidade que ocupa a posição do INICIADOR (i.e., o portador do estado), como mostrado acima. Landau (2010), conceptualiza o portador do estado como o *locativo* do estado em questão. De modo que, em

seria compatível com um adjetivo modal, uma vez que ele é construído a partir de uma projeção de *init* não saturada. No entanto, do ponto de vista semântico, haveria a incompatibilidade entre o núcleo adjetival modal, Mod, e uma estrutura à qual se adjunziu uma *by-phrase* específica. Por e

⁷⁵“(…) there are no subevents to be distinguished here, and no change to be caused or to culminate in any result.”

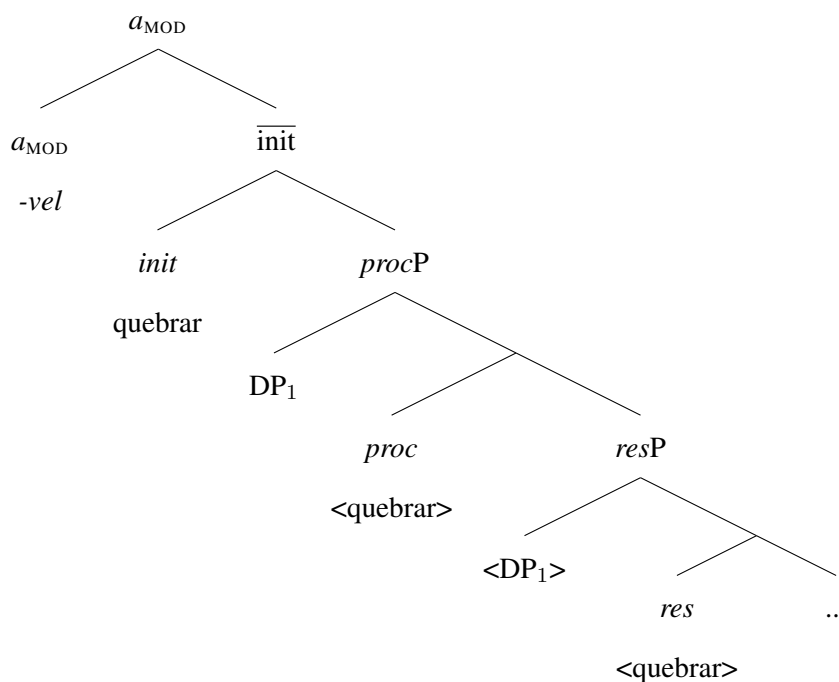
um exemplo como “a criança adora o gatinho”, teríamos “o gatinho desperta afeição, adoração NA criança”.

Como estabelecido no Capítulo 4, a interpretação subjetiva envolve certas propriedades que seriam a causa ou a condição suficiente para se obter um estado, precisamente por que formam a descrição do estado. Por exemplo, “o gatinho é adorável” seria o mesmo que “em virtude de suas propriedades (quaisquer que sejam: índole, humor, personalidade, beleza), o gatinho desperta afeição/adoração EM alguém”. As chamadas *condições de ativação*, discutidas no Capítulo 3, que seriam responsáveis pela manifestação da disposição (também associadas à noção de fatores facilitadores ou condições de felicidade), nesse caso, são perceptivas.

O argumento externo implícito no exemplo (58), como portador do estado, estaria “implícado nesse estado”. Esse argumento parece ser necessário para a computação de projeções mais altas, como Bruening (2013, p. 30) sugere para as médias. A esse respeito, a_{MOD} , aparentemente, tem um comportamento similar ao de MV, que necessariamente quantifica o argumento externo implícito, a exemplo do que acontece nas médias.

Em (60), introduzimos a estrutura de adjetivos modais de possibilidade (e.g., *lavável*, *quebrável*, *traduzível*, entre outros.), seguindo arquitetura proposta por Ramchand (2008a).

(60) Adjetivo modal de possibilidade: *quebrável*



Diferentemente de (58), essa estrutura prevê subeventos. O DP₁ ocupa as posições de RESULTADO do evento e de SUBMETIDO ao processo (i.e., recebe um papel complexo). O argumento externo implícito (i.e., o INICIADOR), que seria o DP₂, é o iniciador/causador do evento. Fundamentalmente, em predicacões eventivas, o argumento externo *não* está implicado no estado, mas é simplesmente o elemento que introduz a causação. O estado final é um estado do DP₁.

Como proposto no Capítulo 4, a interpretação de possibilidade envolve determinadas propriedades que são a pré-condição ou a condição necessária, mas não suficiente, para se obter um estado final. Por exemplo, “o vaso é quebrável” seria o mesmo que “em virtude de suas propriedades (material, qualidade, espessura, composição), o vaso pode, em geral, ser quebrado POR alguém”. As chamadas *condições de ativação*, nesse caso, são de natureza causativa.⁷⁶

O argumento externo implícito em (60), como causador do estado, em princípio, poderia ser realizado por uma *by-phrase* (e.g., (48j): “uma barreira dificilmente quebrável pelo invasor”). Nesse caso, aparentemente, a_{MOD} pode ser semanticamente vácuo com respeito à saturação do argumento externo, a exemplo dos núcleos Pass e Adj, como proposto por Bruening (2013, 2014).

Com isso, concluímos que a_{MOD} apresenta um comportamento híbrido entre Pass, Adj e MV. O referido núcleo pode induzir ou não a quantificação genérica do argumento externo, mas, em geral, o faz predominantemente com certos predicados. Particularmente, a_{MOD} se comportaria como MV em formações como *adorável*, na qual o argumento externo implícito estaria implicado no estado (i.e., como um portador do estado, de natureza locativa), não podendo ser realizado por uma *by-phrase*. Alguns contraexemplos, como os discutidos em (57), permanecem em aberto e requerem considerações adicionais. Já em formações como *quebrável*, a_{MOD} se comportaria como Pass ou Adj. Nesse caso, o argumento externo implícito,

⁷⁶Uma questão importante é como o modal *poder* aparece na paráfrase, uma vez que assumimos que a_{MOD} envolve um operador genérico. Em nossa análise, a leitura de possibilidade seria um subproduto da leitura genérica. Carlson (2010) observa que sentenças genéricas acarretam sentenças de habilidade (o que, na nossa análise, estendemos para os predicados disposicionais). Por exemplo: se um objeto, em geral, quebra, então este objeto pode ser quebrado/é quebrável.

como causador do estado, em princípio, poderia ser reintroduzido por uma *by-phrase*.

Em ambientes de passiva verbal (eventiva), evidentemente, não haveria qualquer tipo de restrição (e.g., “o gatinho é adorado pelo dono”). O fato de que há restrições com adjetivos modais segue a observação da tendência de uma restrição mais geral, como observado em outros ambientes adjetivais, como as passivas adjetivas (Bruening, 2014) (ver subseção 5.3.1), e estaria relacionada à questão da estatividade.

5.3.4 A modificação adverbial com adjetivos modais

Previamente, no Capítulo 3, discutimos a questão da modificação adverbial com adjetivos modais. Alguns dados foram introduzidos na subseção 3.3.2, com referência ao trabalho de Oltra-Massuet (2014). Os exemplos da autora buscaram corroborar as estruturas: *high* e *low -ble*, no sentido de confirmar que os adjetivos do primeiro tipo, deverbais, permitiriam modificação adverbial, diferentemente de adjetivos do segundo tipo.

Exemplos adicionais da autora (Oltra-Massuet, 2014, p. 55-58) são retomados a seguir. Quanto à classe de adjetivos denominada *high -ble*, a autora provê os seguintes dados, que atestam a sua ocorrência com advérbios temporais, de modo e de lugar: “contratos renováveis *a cada ano*”, “volante ajustável *progressivamente, vertical e horizontalmente*”, “projeto de desemprego aplicável *paulatinamente*”, “um trabalho modificável *em uma hora*”, “um livro traduzível *em uma semana*” e “um manuscrito publicável *em uma revista científica*”.⁷⁷ No que diz respeito aos adjetivos do tipo *low -ble*, a autora introduz dados que atestam a sua inaceitabilidade com advérbios desse tipo: “*um som perceptível *durante uma hora*”, “*projetos permissíveis *a cada ano*”, “*limitações admissíveis *progressivamente*”, “*un estado admissível *na ONU*”.⁷⁸

Nesta subseção, testamos uma gama maior de modificadores adverbiais com os adjetivos

⁷⁷Nesta ordem: “contratos renovables cada año”, “volante ajustable progresivamente, vertical y horizontalmente”, “un proyecto de Seguro al desempleo aplicable paulatinamente”, “un treball modificable en una hora”, “un llibre traduïble en una setmana” e “un manuscrito publicable en una revista científica”.

⁷⁸Nesta ordem: “*un sonido perceptible durante una hora”, “*proyectos permisibles cada año”, “*limitaciones admisibles progresivamente” e “un estado admisible en la ONU”.

modais no português. Em nossa exposição, seguimos o mesmo procedimento da subseção 5.3.2. Testamos os adjetivos modais com advérbios circunstanciais (Cinque, 1999): de lugar, tempo, modo e meio ou instrumento.

Em (61), atestamos a gramaticalidade dos adjetivos modais com advérbios de lugar.

- (61) a. Esse texto é publicável no jornal local.
- b. O Yacon (...), um polissacarídeo com múltiplas vantagens: é não-digestível no estômago.⁷⁹
- c. Uma criança adorável na escola, mas insuportável em casa.
- d. O comportamento do Danilo é inadmissível em sala de aula.
- e. A caixa de transporte é trancável por dentro.
- f. A lua é visível do terraço.
- g. (...) o número de alunos em sala de aula que ultrapassa o máximo admissível em sala (entre 30 e 35).⁸⁰

Nota-se em (61c), (61d), (61f) e (61g) a aceitabilidade de adjetivos do tipo *low -ble*, conforme a classificação de Oltra-Massuet (2014), com modificadores adverbiais. Esses dados indicam a presença de um evento também na estrutura de adjetivos desse tipo.

A seguir, em (62), outros dados corroboram essa conclusão, e confirmam a gramaticalidade de adjetivos modais com advérbios de tempo.

- (62) a. O contrato é renovável anualmente/ a cada dois meses.
- b. Os sons da floresta são mais perceptíveis de noite/ durante o inverno.
- c. O som do alarme é imperceptível durante a manhã, por causa do barulho externo.
- d. O livro é traduzível em poucos dias.

O adjetivo *perceptível* parece depender de um advérbio temporal específico (cf. exemplo de Oltra-Massuet (2014, p. 57), introduzido acima: “*um som perceptível *durante uma hora*”, discutido originalmente no Capítulo 2). Por sua natureza pontual, *perceber* não aceita um

⁷⁹Extraído de: <http://www.cendotec.org.br/francaflash/ff17.pdf>.

⁸⁰Extraído de: <http://bit.ly/1h6esUd>.

advérbio que explicita a completude da eventualidade em um tempo específico (i.e., ‘durante uma hora’, no sentido de que *perceber* se estendeu durante uma hora). Entretanto, esse adjetivo aceita, no nosso julgamento, advérbios temporais como *durante a manhã*, *durante o inverno*, *durante a noite*, que especificam um intervalo estendido. Nesse caso, esse “acontecimento” pode ter ocorrido diversas vezes, dentro do intervalo estendido.⁸¹

Os dados em (63) atestam a gramaticalidade de advérbios de modo com adjetivos modais.

- (63) a. Esse fato é *perceptível sem o menor esforço*.
b. Maísa é *facilmente reconhecível* pelos seus cabelos.
c. A prótese é *facilmente ajustável* pelo médico.
d. (...) um fardo *difícilmente vendável* como ciência.⁸²
e. Força de fechamento *regulável progressivamente* através de parafuso de ajuste.⁸³

Por fim, em (64), atestamos a gramaticalidade de advérbios de meio ou instrumento com adjetivos modais.

- (64) a. O primeiro anúncio de rádio *audível apenas com um estetoscópio*.⁸⁴
b. Você pode colocar suas imagens em fundos *não capturáveis com uma câmera regular*.⁸⁵
c. O plâncton de rede é aquele que é *capturável com uma rede fina* arrastada lentamente dentro da água.⁸⁶
d. O trânsito no eixinho é *evitável com muitas manobras*.
e. O caminho é longo, mas perfeitamente *alcançável de bicicleta*.
f. Um cômodo que é facilmente *decorável com objetos neutros*.⁸⁷
g. O vinil é *tocável em uma vitrola de 45 rpm*.
h. As toalhas manchadas são *laváveis com uma mistura de água, sabão e bicarbonato*

⁸¹O verbo *perceber* é classificado por Bach (1986, p. 6) como um “acontecimento” (“*happening*”), que seria uma eventualidade não estativa e momentânea.

⁸²Extraído de: <http://bit.ly/1i6m1KA>.

⁸³Extraído de: <http://www.ligacao.com.br/Upload/Documentos/Dorma/BTS75R.pdf>.

⁸⁴Extraído de: <http://bit.ly/1TvngPn>.

⁸⁵Extraído de: <http://pt.wingwit.com/Software/photoshop/148219.html#.Vcvf0bdeGDo>

⁸⁶Extraído de: <http://bit.ly/1MoLGLq>. Este exemplo conta, ainda, com advérbio de modo (‘lentamente’).

⁸⁷Extraído de: <http://bit.ly/1MoMgJ8>.

de sódio.

Os dados apresentados nesta subseção confirmam as nossas observações anteriores a respeito da estrutura dos adjetivos modais. Os dados evidenciam que tanto adjetivos modais de possibilidade quanto adjetivos modais subjetivos aceitam modificação adverbial. Esta, contudo, não é totalmente irrestrita.⁸⁸ Testamos modificadores adverbiais circunstanciais, que seriam modificadores de uma variável subjacente do evento. Os adjetivos modais de possibilidade claramente admitem uma gama mais variada de advérbios (igualmente, esses adjetivos também são mais permissivos no que diz respeito a *by-phrases*).

A questão de como captar o comportamento de modificadores adverbiais com verbos estativos não é nova. Katz (2000), por exemplo, propõe que verbos estativos não possuem um argumento Davidsoniano de evento. Maienborn (2007) propõe que há duas classes de verbos estativos. Uma classe (composta de verbos como *sentar* e *dormir*) possuiria um argumento Davidsoniano, a outra classe (composta de verbos como *saber*, *possuir*) teria um argumento denominado Kimiano.⁸⁹ O argumento Kimiano seria uma versão “empobrecida” do argumento Davidsoniano de evento, que não aceitaria a mesma gama de modificadores adverbiais. De forma concreta, *estados Kimianos* não seriam perceptíveis ou espacialmente localizados, apenas temporalmente localizados (Maienborn, 2007, p. 5). Não tomamos uma posição entre essas teorias, mas ressaltamos que o comportamento das diferentes classes de adjetivos com os modificadores adverbiais é esperado. Em nossa análise, adjetivos de possibilidade seriam derivados de estruturas verbais mais “ricas”, o que explica por que estes apresentam maior permissividade quanto a modificadores relacionados ao evento, em comparação aos adjetivos subjetivos.

⁸⁸Ramchand (2008a, p. 43) sugere que, apesar de subeventos serem do mesmo tipo ontológico que o macroevento, com certos tipos de advérbios (sem especificá-los), o macroevento seria a única variável passível de ser vista e manipulada.

⁸⁹O termo Kimiano, empregado por Maienborn (2007), é uma referência ao trabalho do filósofo Kim. A autora caracteriza *estados Kimianos* ou simplesmente *estados-K* como “objetos abstratos para exemplificar uma propriedade P de um portador x no tempo t”. [“(K-states) are abstract objects for the exemplification of a property P at a holder x and a time t.”] (Maienborn, 2007, p. 5).

5.4 Conclusão

Este capítulo investigou os aspectos sintáticos dos adjetivos modais. Nele, propusemos que a gramática deriva os adjetivos modais a partir de uma operação passiva, como definida por Bruening (2013), a qual implementamos na arquitetura da gramática proposta por Ramchand (2008a). Partimos da definição de Bruening (2013), e discutimos as suas implicações para uma série de outras construções, como as passivas verbais, as passivas adjetivas e as médias. Estendemos essa análise aos adjetivos modais.

Avaliamos as previsões dessa análise para as passivas adjetivas e para os adjetivos modais no português brasileiro, a partir da revisão de alguns testes, como a combinação com *by-phrases* e modificadores adverbiais, de modo a diagnosticar a sua estrutura interna. Em nossa discussão, consideramos também dados de outras línguas, como espanhol, catalão, inglês, alemão e grego. A partir desses testes, analisamos as semelhanças e diferenças, introduzidas no Capítulo 3, entre adjetivos modais e passivas (verbais e adjetivas), médias e sentenças genéricas. Em nossa análise, levamos em consideração a caracterização semântica do sufixo, estabelecida no Capítulo 4.

Concluimos que a formação de adjetivos modais compreende a modalização de diferentes estruturas de natureza verbal e mostramos como as suas propriedades semânticas e sintáticas podem ser correlacionadas à complexidade interna do evento. Adicionalmente, apresentamos evidências empíricas de que adjetivos modais de possibilidade e subjetivos, bem como passivas adjetivas, permitem *by-phrases* no português brasileiro.

Capítulo 6

Conclusão

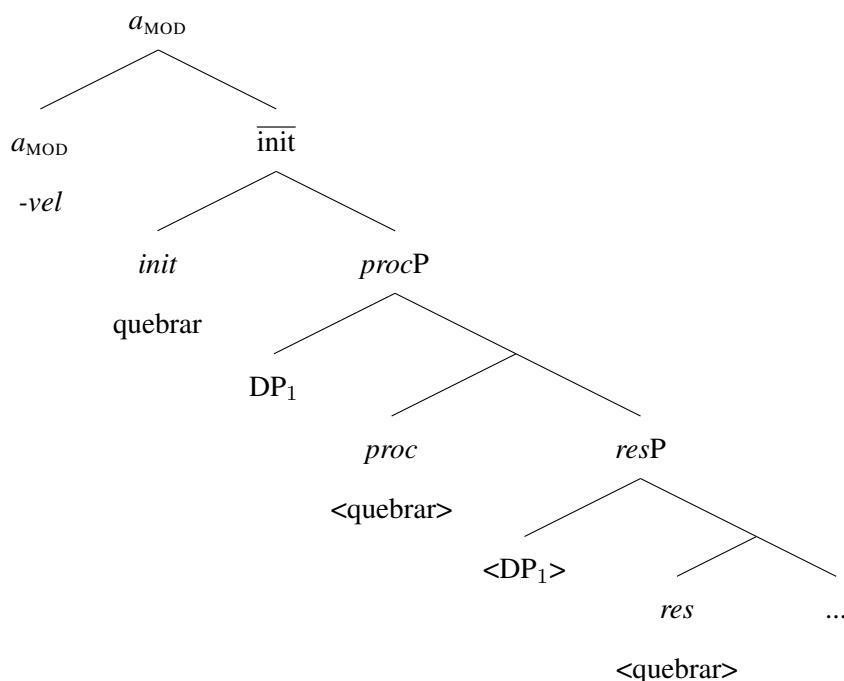
Esta tese se propôs a investigar a questão de como a gramática deve refletir o fato de que uma palavra derivada normalmente compartilha propriedades semânticas e sintáticas com a *palavra* da qual é derivada (Halle, 1973). Particularmente, a tese analisou as propriedades sintáticas e semânticas de uma classe de adjetivos no português de natureza modal formada com o sufixo *-vel* (e.g., *quebrável*, *amável*). Análises prévias, de uma perspectiva lexicalista, associam esses adjetivos à passiva, por meio de uma regra lexical (Wasow, 1977). De uma perspectiva sintática, especificamente no âmbito da Morfologia Distribuída, esses adjetivos são associados a diferentes estruturas, que refletiriam a concatenação alta ou baixa do sufixo (i.e., formações deverbais ou derivadas de raiz, respectivamente), com a esperada manifestação de consequências fonológicas, sintáticas e semânticas (Oltra-Massuet, 2010, 2014).

Partimos da premissa básica de que a formação de palavras é sintática, e investigamos as consequências de se assumir a arquitetura da sintaxe de primeira fase, proposta por Ramchand (2008a). Basicamente, defendemos a ideia de que a formação de adjetivos modais em *-vel* envolve a modalização de diferentes estruturas de natureza verbal, a partir de uma operação de passivização (Bruening, 2013, 2014). No modelo da sintaxe de primeira fase, estas consistem em projeções complexas, formadas por subeventos, que podem codificar [init, proc, res] ou [init, proc] (i.e., eventualidades dinâmicas), ou projeções menos complexas, que codificam apenas [init] (i.e., eventualidades estativas).

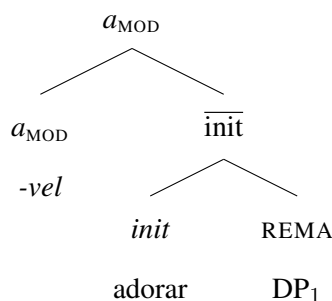
Dessa forma, adjetivos modais como *quebrável* e *amável* seriam formados a partir da concatenação do sufixo *-vel*, representado a_{MOD} , a uma projeção não saturada do núcleo verbal de Iniciação. As propriedades semânticas e sintáticas exibidas por esses adjetivos seriam consequência da complexidade do evento subjacente à forma adjetiva, bem como das relações estabelecidas pelos chamados participantes do evento.

As estruturas propostas para representá-los seguem em (1) e (2):

(1) Adjetivo modal de possibilidade: *quebrável*



(2) Adjetivo modal subjetivo *adorável*



A complexidade dessas formações, que não compõem uma classe homogênea, não é atribuída nesta tese a diferentes “fontes” para derivar estruturas linguísticas (i.e., transformações ou regras lexicais) ou a diferentes alturas de concatenação do sufixo. Na análise que propomos, o sufixo *-vel* sempre apresenta a mesma altura de concatenação à estrutura. Assim, reanalisamos a complexidade desses adjetivos e as referidas consequências sintáticas e semânticas esperadas em análises prévias (em termos de idiossincrasias de regras lexicais ou evidências dos efeitos de afixação alta ou baixa). Uma estratégia da análise consistiu em isolar as propriedades comuns que esses adjetivos compartilham com outras estruturas, como as passivas (verbais

e adjetivas), as médias, as sentenças genéricas e os predicados disposicionais. Partimos daquilo que já sabemos independentemente sobre esses domínios, e analisamos como esses aspectos se manifestam no nível da palavra.

Antes de concluir este capítulo, apresentamos a seguir, em 6.1, uma breve recapitulação da tese, apontando as suas principais contribuições, e em 6.2, uma visão geral das questões remanescentes.

6.1 Recapitulando as questões norteadoras e principais contribuições

Os objetivos gerais do trabalho foram explicar (i) a natureza da variação na interpretação modal desses adjetivos e (ii) como a gramática os deriva. No âmbito desses objetivos, partimos das seguintes questões norteadoras:

1. Qual é o domínio de modalidade que o sufixo *-vel* expressa?
2. Dado o que se sabe sobre a natureza das expressões de modalidade nas línguas naturais, como explicar a variabilidade semântica dos adjetivos modais?
3. Quando *by-phrases* são possíveis com adjetivos modais em *-vel*?
4. Quando o sufixo *-vel* se combina a raízes não verbais?

No que diz respeito à natureza da modalidade desses adjetivos, especificamente no âmbito da primeira questão, partimos da observação de que os adjetivos modais em *-vel* podem fazer parte de duas grandes classes: adjetivos de possibilidade (e.g., *quebrável*) e adjetivos subjetivos (e.g., *amável*). Os primeiros são parafraçados com o modal *poder* ou outras expressões que indicam possibilidade, como *passível de*. Os segundos não recebem paráfrase desse tipo e envolvem expressões com valor avaliativo, como *digno de ser* ou *que merece ser*. Nesse caso, a leitura de possibilidade está ausente ou é amenizada. Esse contraste é reconhecido em trabalhos anteriores (Oliveira e Ngoy, 2007; Oltra-Massuet, 2010, 2014). Observamos, ainda, a existência de alguns adjetivos que parecem variar entre as duas interpretações e seriam ambíguos (e.g., *aceitável*, *bebível*, *censurável*, *comível*, *condenável*), além de adjetivos que

parecem não envolver qualquer leitura de possibilidade e teriam simplesmente uma leitura factual (e.g., *durável* ‘que dura’, *perecível* ‘que perece’). Assim, focamos na distinção entre a presença ou ausência da leitura de possibilidade. Adotamos como referência a teoria da modalidade de Kratzer (1977, 1981, 1991) e situamos o estudo desses adjetivos no âmbito da modalidade dinâmica, que diz respeito a habilidades, capacidades, disposições, tendências e susceptibilidades (Von Wright, 1951; Palmer, 1990; Brennan, 1993; Hackl, 1998; Portner, 2009; Giannakidou e Staraki, 2013). Particularmente, propomos que *-vel* expressa um tipo de modalidade dinâmica de caráter disposicional.

Quanto à segunda questão, sobre a variabilidade semântica exibida por esses adjetivos, atribuímos a presença ou ausência da interpretação de possibilidade à interação do sufixo com a sua base. Assim como Kratzer (1977) introduz as frases do tipo “em vista de”, que explicitam o tipo de modalidade envolvida em determinada expressão modal, Brennan (1993) explora as frases do tipo “em virtude de”. Nesse caso, a base modal é formalmente definida pela autora como uma função que mapeia, para cada par de indivíduos e mundos, o conjunto de propriedades relevantes que esse indivíduo possui (Brennan, 1993, p. 179). Estendemos essa proposta de Brennan (1993) para os adjetivos sob investigação, como ilustrado a seguir.

- | | | |
|-----|---|---------------|
| (3) | a. <i>quebrável</i> : ‘que pode ser quebrado’ | POSSIBILIDADE |
| | b. <i>amável</i> : ‘digno de ser amado; encantador’ | SUBJETIVIDADE |

Em “este vaso é quebrável”, o sufixo é relativizado a propriedades intrínsecas objetivas do vaso (e.g., em virtude de seu material, sua textura, densidade, robustez etc.), não a certas circunstâncias externas ou episódicas às quais este pode estar submetido (i.e., terremotos, acidentes, descuido humano, condições de transporte etc.) — não obstante serem estas situações que potencialmente promovam a manifestação da disposição de quebrar. Essa sentença teria a seguinte interpretação: “tipicamente, de maneira geral, em virtude de suas propriedades características, este vaso pode ser quebrado” ou “é possível que este vaso seja quebrado (em virtude de suas propriedades características)”. Essas propriedades, contudo, não garantiriam seu estado final, que estaria contingente a um evento causador.

Em “Mimi é amável”, o sufixo é relativizado a propriedades de natureza distinta (i.e., propriedades intrínsecas, que são apreendidas subjetivamente). Ao contrário do exemplo anterior, uma eventualidade estativa como *amar* não envolve a noção de agentividade e causatividade, mas a percepção das propriedades de *Mimi*. Estas possivelmente incluem modos, maneiras, personalidade, traços físicos, índole, humor etc, de modo que “tipicamente, de maneira geral, Mimi desperta amor”. A interpretação, nesse caso, não é exatamente: “é possível que Mimi seja amada” ou “é possível amar Mimi”, embora isso seja trivialmente verdadeiro. As propriedades características de *Mimi* garantem o estado em questão. Por isso, a leitura de possibilidade é ausente ou amenizada. Esta seria um subproduto da interpretação dinâmica do sufixo na presença desse tipo de eventualidade, que envolve a percepção (subjetiva) de determinadas propriedades. Paráfrases mais fiéis seriam: “Mimi inspira e/ou desperta amor” ou “Mimi é digna de ser amada”. Nesse caso, o estado em questão é um estado em que se encontra o experienciador da eventualidade (i.e., o portador do estado).

Para concluir, propomos que *-vel* tem força quantificacional *quasi*-universal, uma base modal composta de propriedades e uma fonte de ordenação, em geral, estereotípica. Mostramos que diferentes propriedades serão mais ou menos relevantes, a depender da disposição em questão. Algumas propriedades são a pré-condição para um estado, e a leitura de possibilidade estaria presente (e.g., *quebrável*). Do ponto de vista da estrutura, essa leitura estaria disponível para argumentos do tipo RESULTADO. Outras propriedades são uma condição suficiente para um estado, e a leitura de possibilidade estaria ausente ou amenizada (e.g., *amável*). Do ponto de vista da estrutura, essa leitura estaria disponível para argumentos REMÁTICOS. A respeito de adjetivos deste tipo, discutimos, ainda, a questão do *juiz*, indivíduo ao qual predicados subjetivos ou de gosto pessoal são relativizados, associando a sua presença à possibilidade de uma leitura subjetiva ou avaliativa dos adjetivos modais.

No que diz respeito a como a gramática deriva os adjetivos modais, particularmente no âmbito da terceira questão norteadora, sobre o licenciamento de *by-phrases*, propomos que os adjetivos modais são formados a partir de uma operação passiva e que *by-phrase* são permitidas, mas severamente restritas. Adotamos a definição de Bruening (2013), segundo a qual “a passiva

é uma operação morfossintática que impede a realização do argumento externo como um argumento.” Sob esta análise, adjetivos modais e passivas verbais e adjetivas compartilham o fato de serem derivados por uma mesma operação morfossintática. Exploramos as implicações desse tipo de análise também para as construções médias.

A literatura em diversas línguas mostra que a ocorrência de *by-phrases* com adjetivos modais é restrita por uma condição de genericidade (Chapin, 1967; Di Sciullo, 1995; Oltra-Masuet, 2010, 2014). Nesse sentido, adjetivos desse tipo licenciariam apenas *by-phrases* não específicas. Os dados trazidos por nós confirmam a preferência desses adjetivos por *by-phrases* genéricas no PB, mas amplia os achados para incluir *by-phrases* também com adjetivos que supostamente não teriam capacidade de licenciá-las (por supostamente não incluir projeções verbais), como exemplificado na pequena amostra:

- (4) a. I_{chcd} representa a máxima corrente de curta duração admissível pelo corpo humano.
- b. A corrente permissível pelo corpo humano, que é definida como a corrente (...).
- c. A maioria das encefalopatias é reversível pelo tratamento.
- d. Elemento destinado a definir claramente os limites da área de circulação de pedestres, perceptível por pessoas com deficiência visual.
- e. Um escândalo deplorável por qualquer pessoa de bom senso.
- f. O deputado provou ser corruptível pelo dinheiro e pelo poder.
- g. Um adversário tão temível pelos invasores europeus quanto o fora pelos nguni.
- h. Mesmo quem atinge uma posição invejável pelos seus pares deixa pedaços pelo caminho.

No que concerne à quarta questão norteadora, a respeito de quando o sufixo se combina a raízes não verbais, observamos que, historicamente, o estudo dos adjetivos modais também envolve a tentativa de captar a (suposta) preferência seletional do sufixo por verbos. Embora a maioria dos adjetivos modais seja de fato deverbal, o estudo dessas formações também abrange casos em que a base que serve de afixação é uma raiz, como $\sqrt{\text{POTARE}}$, que forma *potável*,

ou um nome, como *presidente*, que forma *presidenciável*. Salles e Mello (2005) propõem que *presidenciável* deriva de uma estrutura causativa, exemplificada a seguir.

- (5) a. TORNAR pedra → petrificar → petrificável
b. TORNAR presidente → *presidenciar → presidenciável

A forma **presidenciar* é tida pelas autoras como morfologicamente inerte. Não obstante, o adjetivo em (5b) é possível, já que o *input* do sufixo não é necessariamente um verbo, mas a estrutura mais abstrata e complexa, ‘TORNAR presidente’. Esse tipo de análise está em consonância com proposta de Lobato (2010, p. 54), segundo a qual, para formar um adjetivo em *-vel*, não é necessária “certa base verbal com argumento externo e interno, mas sim a interpretação da relação semântica em questão”. Assim, há a possibilidade de que a base do adjetivo seja nominal, desde que esta seja capaz de estabelecer com o sufixo relação análoga àquela estabelecida pela base verbal.

De uma perspectiva não lexicalista, Oltra-Massuet (2010, 2014) propõe que há um único sufixo, *-ble*, que impõe dois requisitos à sua base: a presença de um argumento interno e a implicação de um originador — concebido de maneira ampla como agente ou causa. As diferenças semânticas (e, como mostramos a seguir, sintáticas) seriam resultado da combinação do sufixo a diferentes estruturas que satisfazem os seus requisitos. Essas estruturas podem tanto ser verbos quanto raízes ou nomes (e.g., *ministrable* ‘ministeriável’; *papable* ‘papável’; *presidenciable* ‘presidenciável’). Crucialmente, os requisitos do sufixo não são categoriais, como, por exemplo, proposto por Aronoff (1976). Dessa forma, em princípio, certos nomes também seriam compatíveis com *-ble*.

Trabalhamos na perspectiva de análises como a de Salles e Mello (2005), Lobato (2010) e Oltra-Massuet (2010, 2014). Nessa direção, partimos da hipótese de que há um único sufixo *-vel* que seleciona uma projeção verbal de Iniciação. Assim, o sufixo pode se combinar a raízes que se conformariam a estruturas verbais do tipo [init, proc, res], [init, proc], ou [init]. Como previamente estabelecido por Chapin (1967, p. 179): “[u]m NOME VERBAlizável é um

NOME que pode ser VERBalizado”.¹

Essa questão se torna mais clara diante de algumas formações recentes em *-vel* no PB registradas por nós no Capítulo 2 e repetidas a seguir:

(6) Formações recentes em *-vel*

- a. *bicicletável*: cidade, lugar ou trajeto passível de (ou próprio a) ser percorrido de bicicleta.
- b. *camisetável*: de um tecido ou material a partir do qual pode ser feito uma camiseta.
- c. *canetável*: prova de aluno que deve ser rigorosamente corrigida.
- d. *colherável*: de uma comida que pode ser servida/apresentada em uma colher.
- e. *facebookável*: algo próprio para ou que merece ser publicado no *facebook*.
- f. *instagramável*: algo próprio para ou que merece ser fotografado e publicado no *instagram*.
- g. *tagarelável*: quem está disponível para conversar via *WhatsApp*.

Halle (1973, p. 1) observa que “[o]s falantes de uma língua normalmente possuem conhecimento não apenas sobre as palavras da língua, mas também sobre a sua composição e estrutura”.² Ainda de acordo com Halle (1973, p. 13), “regras de formação de palavras devem ter acesso ao dicionário, i.e., certas palavras pressupõem a existência de outras palavras”.³ Para o autor, o *dicionário* seria “o conjunto de palavras que de fato ocorre na língua”.⁴ Ao se transpor essa observação para os dados em (6), essas formas novas pressuporiam a existência de outras palavras (i.e., outros adjetivos em *-vel* similares na língua). Além disso, esses novos adjetivos parecem também pressupor algumas formas “inexistentes”, mas *potenciais*, como, por exemplo, ‘*bicicletar*’.

¹“A VERBable NOUN is a NOUN which can be VERBed”

²“Speakers of a language normally possess knowledge not only about the words of the language but also about the composition and structure of the words.”

³“(…) rules of word formation must have access to the dictionary, i.e., [that] certain words presuppose the existence of other words.”

⁴“[This] set of actually occurring words [will be called *the dictionary of the language*.]”

Essa observação é consistente com a ideia da preferência do sufixo *-vel* por bases verbais. No entanto, a noção de verbo não precisa ser categorialmente definida no sentido de Aronoff (1976), em termos da Hipótese da Base Única. Da perspectiva deste trabalho, a categoria do verbo é decomponível em três núcleos (i.e., *iniciação*, *processo* e *resultado*). Com isso, supomos que, nos exemplo em (6), essas formações incluem projeções verbais capazes de identificar, pelo menos, as porções de *iniciação* e *processo*. O mesmo raciocínio se aplica a formas como *presidenciável*, *prefeitável* e *reitorável* (i.e., $\text{eleger}_{\text{iniciação}}$ PRESIDENTE, PREFEITO, REITOR).

Uma vantagem da análise proposta nesta tese em comparação a uma análise em termos de concatenação alta ou baixa do sufixo reside na explicação natural de certas discrepâncias semânticas (i.e., casos em que a concatenação *alta* ou *baixa* do sufixo não estaria correlacionada ao tipo de modalidade esperada) bem como sintáticas (i.e., contra-exemplos à ideia de afixação *alta* ou *baixa* por meio de testes como o licenciamento de *by-phrases* e modificação adverbial). Além disso, nossa análise provê uma explicação mais clara em termos da variação observada entre adjetivos de possibilidade e subjetivos, por meio do estudo da modalidade dinâmica. Essas são contribuições relevantes deste trabalho. Como ressaltado no Capítulo 1, a investigação de fenômenos no âmbito das chamadas *categorias derivadas* (e.g., nominalizações, passivas adjetivas e adjetivos modais) é de extrema relevância, uma vez que permite ao linguista elucidar, afinal, qual é a divisão de trabalho da gramática na formação de palavras. Fundamentalmente, é nessa direção a principal contribuição que este trabalho buscou prover.

6.2 Questões remanescentes

Diversas questões interessantes permanecem em aberto para uma proposta como a defendida nesta tese, entre as quais destacamos a seguir as que julgamos ser mais importantes, antes de concluir a tese.

Em primeiro lugar, retomamos os casos de mudança de *stress* no inglês, discutidos no Capítulo 1 (Aronoff, 1976; Nevins, 2002; McGinnis), em que o adjetivo que mantém o padrão de *stress* do verbo teria interpretação composicional, e o adjetivo que destoa desse padrão teria

interpretação idiossincrática:

- (7) a. *cómparable* - *compárable* ‘comparável’
- b. *réparable* - *repaírrable* ‘reparável’
- c. *préferable* - *preférable* ‘preferível’

Em segundo lugar, retomamos exemplos de alomorfas de raiz, também discutidos previamente no Capítulos 1:

- (8) a. *defensible* - *defendable* ‘defensável-defendível’
- b. *perceptible* - *perceivable* ‘perceptível-percebível’
- c. *divisible* - *dividable* ‘divisível-dividível’

Embora os efeitos em (7) não sejam atestados no PB, o que esses dados evidenciam de maneira clara é a associação entre os efeitos fonológicos e semânticos, como observado por Marvin (2003, p. 32), que destaca que “o ponto de concatenação de um afixo formador de categoria é relevante tanto para o significado quanto para a pronúncia”.⁵ Em nossa análise, não exploramos uma forma de captar esses efeitos fonológicos. Em (8), os dados do português ilustram a ideia de que há duas estruturas distintas, em que a segunda forma exibe maior transparência semântica. Outro par no português seria: *desprezível* - *desprezável*, em que o segundo adjetivo, de *desprezar*, é mais transparente (i.e., o que pode ser desprezado) e o primeiro é mais idiossincrático e tem um caráter subjetivo ou avaliativo (i.e., *detestável*).

Em nossa análise, um ponto crucial para a interpretação semântica é a presença de um complemento remático, ou seja, a leitura chamada de não composicional advém da combinação da modalidade do sufixo a um tipo específico de estrutura, que prevê complementos remáticos (i.e., entidades na posição de complemento dos núcleos verbais de *resultado* ou *processo*). A leitura composicional estaria associada a estruturas com complementos do tipo RESULTADO (i.e., entidades na posição de especificador de um núcleo verbal de *resultado*). Assim, uma

⁵“(…) the attachment site of category forming affixes is relevant for both meaning and pronunciation”.

questão em aberto é se há como associar essas diferenças estruturais, que têm efeitos na interpretação semântica, aos efeitos fonológicos supracitados.

Em terceiro lugar está a questão de como captar a estrutura de adjetivos modais derivados de verbos psicológicos do tipo Obj.Exp (e.g., *agradável*). Ao contrário de formações derivadas de verbos do tipo Subj.Exp. (e.g., *admirável*), esses adjetivos têm uma leitura *ativa*, como exemplificado a seguir.

- (9) a. *aborrecível*: ‘que causa aborrecimento’
b. *agradável*: ‘que agrada, satisfaz’
c. *aprazível*: ‘que apraz, que causa prazer’
d. *deleitável*: ‘que provoca deleite, satisfação’.

Nesse sentido, teríamos a seguinte distinção entre esses adjetivos:

- (10) a. João admira Maria: Maria é *admirável* SUJ.EXP.
b. João agrada Maria: #Maria é *agradável* – João é *agradável* OBJ.EXP.

Ressalta-se que, com esses adjetivos, o argumento experienciador pode ser realizado, como exemplificado a seguir:

- (11) a. *agradável* ao paladar.
b. *aprazível* aos olhos.

Em nossa análise, não está claro como a estrutura proposta para adjetivos modais subjetivos em (2) poderia acomodar os adjetivos em (9); particularmente no que diz respeito à posição dos argumentos (i.e., onde é realizado o complemento remático e o Iniciador).

Dados conhecidos sobre *backward binding* com verbos do tipo Obj.Exp., no entanto, indicam que o experienciador estaria em uma posição mais alta do que o tema /complemento remático:

- (12) Fotos de si mesma_i agradam Maria_i

Nesse sentido, é importante investigar como seriam representadas estruturalmente essas relações na primeira fase dos verbos psicológicos do tipo Obj.Exp, além de avaliar as suas consequências para a formação dos adjetivos modais.

Finalmente, sob a visão de que as próprias categorias lexicais são decomponíveis, uma questão importante, no âmbito deste trabalho, diz respeito à possível decomposição da categoria A. Essas são questões interessantes, que permanecem abertas para pesquisas futuras.

Bibliografia

ACQUAVIVA, P. **Roots and Lexicality in Distributed Morphology**. York-Essex Morphology Meeting, 2008. Disponível em: <<http://ling.auf.net/lingbuzz/000654>>.

ACQUAVIVA, P. Distributing roots: listemes across components in Distributed Morphology. **Theoretical Linguistics**, v. 40, n. 3/4, 2014, p. 277-286.

ALEXIADOU, A. Roots don't take complements. **Theoretical Linguistics**, v. 40, n. 3/4, 2014, p. 287-297.

ALEXIADOU, A. **Ro[u:]ting the interpretation of words**. Root Bound. Manuscrito, USC, 2009.

ALEXIADOU, A.; ANAGNOSTOPOULOU, E. Structuring Participles. **Proceedings of the 26th West Coast Conference on Formal Linguistics**, 2008.

ALEXIADOU, A.; GEHRKE, B.; SCHÄFER, F. **The argument structure of adjectival participles revisited**, no prelo. Disponível em: <<http://ifla.uni-stuttgart.de/institut/mitarbeiter/florian/papers/ADJ-PASS.pdf>>.

ALEXIADOU, A.; SCHÄFER, F. *There*-insertion: an unaccusativity mismatch at the syntax-semantics interface. **Proceedings WCCFL XXVIII**, 2011, 9p.

ALVES, A. M. **Para um estudo das construções estativas no PB**. 2015. 57f. Dissertação (Mestrado em Linguística) — UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

ANAGNOSTOPOULOU, E. Participles and voice. In: ALEXIADOU, A.; RATHERT, M.; VON STECHOW, A. (Eds.) **Perfect explorations**. Mouton de Gruyter, 2003.

ANAGNOSTOPOULOU, E.; SAMIOTI, Y. Domains within words and their meanings: a case study. In: ALEXIADOU, A.; BORER, H.; SCHÄFER, F. (Eds.). **The syntax of roots and the roots of syntax**. Oxford: Oxford University Press, no prelo. Disponível em: <<http://bit.ly/1E5bdV9>>.

ARAD, M. Locality constraints on the interpretation of roots: The case of Hebrew denominal verbs. **Natural Language & Linguistic Theory**, Netherlands: Kluwer Academic Publishers. v. 21, p. 737-778, 2003.

ARREGI, C.; NEVINS, A. A monoradical approach to some cases of disuppletion. **Theoretical Linguistics**, v. 40, n. 3/4, 2014, p. 311-330.

ARREGI, C.; NEVINS, A. **Morphotactics**: Basque Auxiliaries and the Structure of Spellout. Dordrecht: Springer, 2012.

- ARONOFF, M. **Word-Formation in Generative Grammar**. Cambridge, MA: MIT Press, 1976.
- ARONOFF, M. **Morphology by itself: stems and inflectional classes**. Linguistic Inquiry Monograph 22. Cambridge, MA: MIT Press, 1994.
- ARTIAGOITIA, X. The case of an enlightening, provoking and admirable Basque derivational suffix with implications for the theory of argument structure. **Anuario del Seminario de Filología Vasca**. v, 46, 2003, p. 147-183. Disponível em: <<http://www.ehu.es/ojs/index.php/ASJU/article/view/9717>>.
- AZKARATE, M.; GRÀCIA, L. **Agentivity and modality in deverbal adjectives in Basque and in Catalan**. 1995. Disponível em: <http://arca.unive.it/bitstream/10278/2152/1/1_azkarate-gràcia.pdf>.
- BACH, E. The algebra of events. **Linguistics and Philosophy**, D. Reidel Publishing Company, n. 9, p. 5-16, 1986. Disponível em: <anon.cs.rochester.edu/u/james/Papers/bach86.pdf>.
- BAGLINI, R. The scalar source of stative passives. **Proceedings of Sinn und Bedeutung 16**, 2012.
- BAGLINI, R.; FRANCEZ, I. The implications of managing. no prelo. **Journal of Semantics**.
- BAKER, M. C. **Lexical Categories: verbs, nouns, and adjectives**. United Kingdom: Cambridge University Press, 2003.
- BARKER, C. Episodic *-ee* in English: a thematic role constraint on new word formation. **Language**, v. 74, n. 4., Dez., 1998, p. 695-727.
- BASILIO, M. **Teoria Lexical**. 7a ed. 4a imp. Série Princípios. São Paulo: Editora Ática, 2002.
- BASSANI, I. S. **Uma abordagem localista para a morfologia e estrutura argumental dos verbos complexos (parassintéticos) do português brasileiro**. 2013. 382f. Tese (Doutorado em Linguística) — USP, São Paulo, 2013.
- BASSANI, I. S.; MINUSSI, R. D. Contra a seleção de argumentos pelas raízes: nominalizações de verbos complexos. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem — ReVEL**. v. 13, n. 24, p. 139-173, 2015.
- BELLETTI, A.; RIZZI, L. Psych-verbs and theta-theory. **Natural Language and Linguistic Theory**, v. 6, p. 291-352, 1998.
- BISETTO, A. **Italian adjectives in -bile**. Manuscrito, University of Bologna, 2009. Disponível em: <<http://bit.ly/1FByVr2>>.
- BOBALJIK, J. **Distributed Morphology**. Manuscrito, 2011.
- BORER, H. Exo-Skeletal vs. Endo-Skeletal Explanations: Syntactic Projections and the Lexicon. In: MOORE, J.; POLINSKY, M. (Eds.). **The Nature of Explanation in Linguistic Theory**. Stanford University: CSLI Publications/University of Chicago Press, 2003. p. 31-67.

- BORER, **Structuring sense**: in name only. v. I. Oxford: Oxford University Press, 2005a.
- BORER, **Structuring sense**: the normal course of events. v. II. Oxford: Oxford University Press, 2005b.
- BORER, **Structuring sense**: taking form. v. III. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- BORER, H. Wherefore roots?. **Theoretical Linguistics**, v. 40, n. 3/4, 2014, p. 343-359.
- BOWERS, J. **Arguments as relations**. Linguistic Inquiry Monograph 58. Cambridge, MA: MIT Press, 2010.
- BRENNAN, Virginia. **Root and epistemic modal auxiliary verbs**. 1993. 471f. Tese (Doutorado em Linguística) — Amherst: University of Massachusetts Amherst, 1993.
- BRUENING, B. *By* Phrases in Passives and Nominals. **Syntax**, v. 16, n. 1, p. 1-41, Blackwell Publishing Ltd, 2013.
- BRUENING, B. Word formation is syntactic: adjectival passives in English. **Natural Language & Linguistic Theory**, v. 32, p. 363-422-41, 2014.
- BRUENING, B. **The lexicalist hypothesis**: both wrong and superfluous. Manuscrito, 2015. Disponível em: <udel.edu/bruening/Downloads/LexicalismSuperfluous1.pdf>.
- CAMARA JR., J. M. **Estrutura da língua portuguesa**. 20ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1991.
- CARLSON, G. N. Reference to kinds in English (1977). In: HANKAMER, J. (Ed.), **Outstanding Dissertations in Linguistics**. A Garland Series, New York & London: Garland Publishing, Inc., 1980.
- CARLSON, G. N. On the semantic composition of English generic sentences. In: CHIERCHIA, G.; PARTEE, B.; TURNER, R. (Eds.) **Properties, types and meaning, II**. Kluwer Academic Publishers, 1989. p. 167-192.
- CARLSON, G. N. Truth-Conditions of Generic sentences: Two Contrasting Views. In: CARLSON, G. N.; PELLETIER, F. J. (Eds.). **The Generic Book**. Chicago: The University of Chicago Press, 1995, p. 224-237.
- CARLSON, G. N. **It can, but does it?**. Workshop on Dispositions, Abilities and States. Manuscrito, Paris: 2010.
- CHAPIN, P. G. **On the syntax of word-derivation in English**. 1967. 198f. Tese (Doutorado em Linguística) — MIT, Cambridge, 1967.
- CHOMSKY, N. **Syntactic Structures**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1957.
- CHOMSKY, N. Remarks on nominalization. In: JACOBS, R.; ROSENBAUM, P. (Eds.) **Readings in English Transformational Grammar**. MA: Ginn and Company, 1970, p. 184-221.
- CHOMSKY, N. **The Minimalist Program**. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.

CHOMSKY, N. Derivation by phase. In: KENSTOWICZ, M. (Ed.). **Ken Hale: a life in language**. Cambridge, MA: MIT Press, 2001, p. 1-52.

CHOMSKY, N. Three Factors in Language Design. **Linguistic Inquiry**, v. 36, n. 1, p. 1-22, 2005. <http://www.biolinguistics.uqam.ca/Chomsky_05.pdf>.

CINQUE, G. **Adverbs and functional heads: a cross-linguistic perspective**. New York: Oxford University Press, 1999.

CINQUE, G. Ergative adjectives and the lexicalist hypothesis. **Natural Language & Linguistic Theory**. v. 8, n. 1, 1990, Springer, p. 1-39.

CRAENENBROECK, J. V. On diagnosing complement-taking roots. **Theoretical Linguistics**, v. 40, n. 3/4, 2014, p. 361-374.

CROSS, T. What is a disposition? **Synthese: Dispositions and laws of nature**, Springer, v. 144, n. 3, Abr., 2005, p. 321-341.

DAHL, Ö. The marking of episodic/generic distinction in tense-aspect systems. In: CARLSON, G. & PELLETIER, F. J. (Eds.). **The Generic Book**. Chicago: The University of Chicago Press, 1995. p. 412-430.

DAVIDSON, D. The logical form of action sentences. In: RESCHER, N. (Ed.). **The logic of decision and action**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1967, p. 81-95. Disponível em: <<http://verbs.colorado.edu/mpalmer/Ling7800/Davidson.pdf>>.

DI SCIULLO, A. M. A modular approach to the selectional properties of derivational affixes. **Seminario de Filologia Vasca Julio de Urquijo**. Pais Basco, p. 67-80, 1995. Disponível em: <<http://www.ehu.eus/ojs/index.php/ASJU/article/view/9520/8754>>.

DI SCIULLO, A. M.; WILLIAMS, E. **On the definition of word**. Linguistic Inquiry Monograph 14. Cambridge, MA: MIT Press, 1987.

DOWTY, D. R.; WALL, R. E.; PETERS, S. **Introduction to Montague Semantics**. Dordrecht, Holland: D. Reidel Publishing Company, 1981.

EMBICK, D. On the Structure of Resultative Predicates in English. **Linguistic Inquiry**, v. 35, n. 3, p. 355-392, 2004. Disponível em: <<http://www.ling.upenn.edu/embick/result.pdf>>.

FABB, N. A. J. **Syntactic affixation**. 1984. 264f. Tese (Doutorado em Linguística) – MIT, Cambridge, 1984.

FARA, M. Dispositions and habituals. **Noûs** v. 39, n. 1, Blackwell Publishing Ltd./Inc., Mar. 2005, p. 43-82.

FILIP, H.; CARLSON, G. Sui Generis Genericity. **Penn Working Papers in Linguistics** v. 4, 1997.

FINTEL, K. V. Modality and Language. In: BORCHERT, D. M. (Ed.), **Encyclopedia of Philosophy**. 2.ed. Detroit: MacMillan, 2006. Disponível em: <<http://web.mit.edu/fintel/modality.pdf>>.

FINTEL, K. V.; HEIM, I. **Intensional semantics**. Ms. MIT Spring, 2011.

FOLLI, R.; HARLEY, H. Flavours of *v*: consuming results in Italian & English. **Aspectual Inquiries**. Netherlands: Springer, 2005, p. 95-120.

FREITAS, M. L. A. **Estudo experimental sobre os nominalizadores -ção e -mento**: localidade, ciclicidade e produtividade. 2015. 240f. Tese (Doutorado em Linguística) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

GARSON, J. Modal Logic. In: ZALTA, E. N. (Ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2014. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/sum2014/entries/logic-modal/>>.

GEHRKE, B. Stative passives and event kinds. In: REICH, INGO et al. (Eds.), **Proceedings of Sinn & Bedeutung 15**. Germany: Universaar Saarland University Press, 2011, p. 241-257.

GEHRKE, B. Still puzzled by adjectival passives? In: FOLLI, R.; SEVDALI, C.; TRUSWELL, R. (Eds.) **Syntax and its Limits**. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 175-191.

GIANNAKIDOU, A.; STARAKI, E. Ability, action, and causation: from pure ability to force. In: MARI, A.; BEYSSADE, C.; DEL PRETE, F. (Eds.). **Genericity**. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 250-275.

GIANNAKIDOU, A. The meaning of free choice. **Linguistics and Philosophy**. n. 24, 2001, p. 659-735.

HACKL, M. **On the semantics of “Ability Attributions”**. Manuscrito, MIT, 1998.

HALE, K.; KEYSER, S. J. On argument structure and the lexical expression of syntactic relations. In: HALE, K.; KEYSER, S. J. (Eds.). **The view from Building 20**. Cambridge, MA: MIT Press, 1993, p. 53-109.

HALLE, M. Prolegomena to a theory of word formation. **Linguistic Inquiry**, v. 4, n. 1. p. 3-16, 1973. Disponível em: <babel.ucsc.edu/hank/mrg.readings/Halle1973.pdf>.

HALLE, M.; MARANTZ, A. Distributed Morphology and the pieces of inflection. In: HALE, K.; KEYSER, S. J. (Eds.). **The view from Building 20**. Cambridge, MA: MIT Press, 1993, p. 111-176.

HALLE, M. Distributed Morphology: Impoverishment and fission. **MITWPL 30**. Papers at the Interface, p. 425-449. Cambridge, MA: MIT Press, 1997.

HARLEY, H. How do verbs get their names? Denominal verbs, manner incorporation and the ontology of verb roots in English. In: ERTESCHIK-SHIR, N.; RAPOPORT, T. The syntax of aspect: deriving thematic and aspectual interpretation. Oxford: Oxford University Press, 2005a, p. 42-64.

- HARLEY, H. *One-replacement, unaccusativity, acategorial roots and Bare Phrase Structure*. **Harvard Working Papers in Linguistics**, v. 11, 2005b, p. 59-78.
- HARLEY, H. On the identity of roots. **Theoretical Linguistics**, v. 40, n. 3/4, p. 225-276, 2014.
- HARLEY, H.; NOYER, R. State-of-the-Article: Distributed Morphology. **GLOT International**, v. 4, n. 4, University of Pennsylvania, 1999. Disponível em: <<http://bit.ly/1yRJ51u>>.
- HARLEY, H. **Semantics in Distributed Morphology**. Manuscrito, University of Arizona, 2008. Disponível em: <<http://ling.auf.net/lingbuzz/001528>>.
- HARRIS, Z. S. Transformations in Linguistic Structure. **Proceedings: American Philosophical Society**, v. 108, n. 5, p. 418-422. American Philosophical Society, 1964.
- HEIL, J. Dispositions. **Synthese: Dispositions and laws of nature**, Springer, v. 144, n. 3, Abr., 2005, p. 343-356.
- HEIM, I.; KRATZER, A. **Semantics in Generative Grammar**. Oxford: Blackwell Textbooks in Linguistics, 1998.
- HICKS, G. *Tough*-constructions and their derivation. **Linguistic Inquiry**, v. 40, n. 4, p. 535-566, 2009.
- HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Versão Monusuário 3.0. Junho de 2009. Instituto Antonio Houaiss. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009.
- ISHIZUKA, T.; KOOPMAN, H. On the importance of being silent or pronounced: English *-able* and Japanese *-rare* potentials compared (Poster). **GLOW 37**. CRISP: Bélgica, 2014.
- IWATA, S. On the status of an implicit argument in middles. **Journal of Linguistics**. v. 35, n. 3, p. 527-553, United Kingdom: Cambridge University Press, 1999.
- KATZ, G. A semantic account of the stative adverb gap. **ZAS Papers in Linguistics**. n. 17, p. 135-151, 2000. Disponível em: <<http://bit.ly/1EF4kHC>>.
- KAYNE, R. **Connectedness and binary branching**. Foris Publications. Netherlands: Dordrecht, 1984.
- KAUFMANN, S.; CONDORAVDI, C.; HARIZANOV, V. **Formal approaches to modality**. Manuscrito, 2006.
- KEARNS, K. **Semantics**. Palgrave Modern Linguistics. 2. ed. London: Palgrave Macmillan, 2011.
- KENNEDY, C. **Two sources of subjectivity**: qualitative assessment and dimensional uncertainty. Manuscrito, University of Chicago, Chicago, 2013. Disponível em: <<http://semantics.uchicago.edu/kennedy/docs/subjectivity-inquiry.pdf>>.

KENNY, A. Human abilities and dynamic modalities. In: MANNINEN, J.; TUOMELA, R. (Eds.) **Essays on explanation and understanding**. Dordrecht, Holland: D. Reidel Publishing Company, 1976, p. 209-232.

KEYSER, J. ROEPER, T. On the middle and ergative constructions in English. **Linguistic Inquiry**. v. 15, n. 3, p. 381-416, 1984.

KRATZER, A. What 'must' and 'can' must and can mean. **Linguistics and Philosophy**, v. 1, n. 3, p. 337-355, 1977.

KRATZER, A. The notional category of modality. In: EIKMEYER, H.-J. & RIESER, H. (Eds.) **Words, Worlds, and Context**, Berlin: Mouton de Gruyter, 1981, p. 38-74.

KRATZER, A. Modality. In: VON STECHOW, A. & WUNDERLICH, D. (Eds.) **Semantik: ein internationales handbuch der zeitgenössischen forschung**, Berlin: Mouton de Gruyter, 1991, p. 639-650.

KRATZER, A. Severing the external argument from its verb. In: ROORYCK, J.; ZARING, L. (Eds.), **Phrase structure and the lexicon**, Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1996, p. 109-137. Disponível em: <<http://people.ucsc.edu/~mcclosk/Teaching/severing-external-arg.pdf>>.

KRATZER, A. Building stative. **Berkeley Linguistic Society**, v. 26, p. 385-399, 2000.

KRIFKA, M. **An outline of genericity**. Seminar für natürlich-sprachliche Systeme Biesingerstr. 10. Universität Tübingen, 1987. 35p.

KRIFKA, M.; et al. Genericity: an introduction. In: CARLSON, G.; PELLETIER, F. J. (Eds.). **The Generic Book**. Chicago: The University of Chicago Press, 1995, p. 1-124.

KRIFKA, M. Kind-referring, Indefinites, Both, or Neither? In: BONAMI, O.; HOFHERR, C. (Eds.). **Empirical Issues in Formal Syntax and Semantics**. n. 5., 2004, p. 111-132. Disponível em: <<http://www.cssp.cnrs.fr/eiss5>>.

KRIPKE, S. A. A completeness theorem in modal logic. **Journal of Symbolic Logic** v. 24, n. 1, p. 1-14, Mar. 1959.

LANDAU, I. **The locative syntax of experiencers**. Linguistic Inquiry 53. Cambridge, MA: MIT Press, 2010.

LASERSOHN, P. Context dependence, disagreement, and predicates of personal taste. **Linguistics and Philosophy**. v. 28, p. 643-686. Springer, 2005.

LASNIK, H.; LOHNDAL, T. Brief overview of the history of Generative Grammar. In: DEN DIKKEN, M. (Ed.), **The Cambridge Handbook of Generative Syntax**. Cambridge University Press, 2013, p. 26-60.

LAWLER, J. M. Tracking the generic toad. **CLS 9**, 1973.

LEIBNIZ, G. W. (1710) **Theodicy: Essays on the Goodness of god, the Freedom of Man and the Origin of Evil**. Illinois: Open Court, 2005.

LEKAKOU, M. **In the middle, somewhat elevated:** The semantics of middles and its crosslinguistic realization. 2005. 251f. Tese (Doutorado em Linguística) — University of London, London, 2005.

LEMLE, M.; SCHER, A. P.; SILVA, M. C. F.; MEDEIROS, A. B. A Morfologia Distribuída no Brasil: duas décadas de existência. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 20, n. 2, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/issue/view/206>>.

LEVIN B.; RAPPAPORT, M. The formation of adjectival passives. **Linguistic Inquiry**, v. 17, n. 4, 1986, p. 623-661.

LEVIN B.; RAPPAPORT, M. **Unaccusativity**. Cambridge, MIT Press, 1995.

LEVINSON, L. **The roots of verbs**. 2007. 185f. Tese (Doutorado em Linguística) — New York University, New York, 2007.

LEWIS, D. Finkish dispositions. **The Philosophical Quarterly**, Oxford University Press, v. 47, n. 187, Abr., 1997, p. 143-158.

LEWIS, D. Adverbs of quantification (1975). **Papers in philosophical logic**. Cambridge University Press, 1998.

LOBATO, L. **A construção de palavras e a arquitetura da faculdade da linguagem**. v. 1. Coleção Lucia Lobato. SALLES, H. M. M. L. [et al]. (Orgs.). Brasília: Link Comunicações e Design, 2010.

LOHNDAL, T. **Without specifiers:** phrase structure and events. 2012. 304f. Tese (Doutorado em Linguística) — University of Maryland, Maryland, 2012.

LUNDQUIST, B. **Nominalizations and Participles in Swedish**. 2008. 256f. Tese (Doutorado em Linguística) — University of Tromsø, 2008. Disponível em: <<http://ling.auf.net/lingbuzz/000887>>.

MAIENBORN, C. On the limits of the Davidsonian approach: the case of copula sentences. **Theoretical Linguistics**. Walter de Gruyter, n. 31, p. 275-316, 2005.

MAIENBORN, C. On Davidsonian and Kimian states. In: COMOROVSKI, I.; HEUSINGER K. V. (Eds.). **Existence: semantics and syntax**. Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 2007. Disponível em: <http://www.fosssil.in/maienborn_on_davidsonian_and_kimian_states.pdf>.

MAIER, J. Abilities. In: ZALTA, E. N. (Ed.) **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2014. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/fall2014/entries/abilities/>>.

MANZINI, R. Head movement: from Romance Mesocclisis to the theory of grammar. In: NAVES, R. & SALLES, H. M. M. L. A. (Orgs.). **Estudos formais da gramática das línguas naturais**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2009. p. 13-49.

MARANTZ, A. **On the nature of grammatical relations**. 1984. 374f. Tese (Doutorado em Linguística) — MIT, Cambridge, 1984. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1721.1/15848>>.

- MARANTZ, A. No escape from syntax: don't try morphological analysis in the privacy of your own lexicon. **U. Penn Working Papers in Linguistics**, v. 4.2, p. 201-225, 1997.
- MARANTZ, A. **Words**. Manuscrito, LOT Summer School hand-out, 2001. Disponível em: <http://bit.ly/1JzaG1J>.
- MARANTZ, A. **Rederived Generalizations**. Manuscrito, 2005a.
- MARANTZ, A. **Objects out of the lexicon: objects as events**. Manuscrito, 2005b.
- MARANTZ, A. **Restitutive re- and the first phase syntax/semantics of the VP**. Manuscrito, 2007. Disponível em: <<http://web.mit.edu/marantz/Public/Handouts/MarylandRe.pdf>>.
- MARANTZ, A. **Roots, re-, and affected agents: can roots pull the agent under little v?**. Manuscrito, Roots in Stuttgart, 2009.
- MARANTZ, A. Verbal argument structure: events and participants. **Lingua**, v. 130, p. 152-168, 2013. Disponível em: <<http://psych.nyu.edu/morphlab/people/alec.html>>.
- MARTIN, C. B. Dispositions and conditionals. **The Philosophical Quarterly**, Oxford University Press, v. 44, n. 174, Jan., 1994, p. 1-8.
- MARVIN, T. **Topics in the stress and syntax of words**. 2003. 174f. Tese (Doutorado em Linguística) — MIT, Cambridge, 2003.
- MASSAM, D. Null objects and non-thematic subjects in middles and tough constructions. **Toronto Working Papers in Linguistics**. v. 10, p. 95-118, 1989.
- McGINNIS, M. Evidence for the syntactic attachment of *-able*. Handout. CUNY Conference on the Word in Phonology. New York, 2010. Disponível em: <<http://bit.ly/1FlkYLn>>.
- McINTYRE, A. Adjectival passives and adjectival participles in English. In: ALEXIADOU, A.; SCHÄFER, F. (Eds.) **Non-canonical Passives**, v. 205, Netherlands/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co., 2013. p. 21-42.
- MEDEIROS, A. B. **Traços morfossintáticos e subespecificação morfológica na gramática do português: um estudo das formas participiais**. 2008. 315f. Tese (Doutorado em Linguística) — UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.
- MELTZER-ASSCHER, A. **Adjectives and Argument Structure**. 2011. 236f. Tese (Doutorado em Linguística) — Tel Aviv University, Israel, 2011.
- MENÉNDEZ-BENITO, P. On dispositional sentences In: MARI, A.; BEYSSADE, C.; DEL PRETE, F. (Eds.). **Genericity**. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 276-292.
- MENÉNDEZ-BENITO, P. **The grammar of choice**. 2005. 243f. Tese (Doutorado em Linguística) — Amherst: University of Massachusetts Amherst, 2005.

MENUZZI, S. **Discussões recentes sobre os participios em português**. Manuscrito, Seminários de Teoria e Análise Linguística. UFRGS, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://bit.ly/1yWoGbX>>.

MOREIRA, B. Two types of dispositional adjectives. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem — ReVEL**. v. 12, n. 8, p. 186-196, 2014.

MÜLLER, A. A expressão da genericidade no Português do Brasil. **Revista Letras**, n. 55, p. 153-165, jan./jun., Curitiba: Editora da UFPR, 2001.

MYLER, N. Linearization and post-syntactic operations in the Quechua DP. In: BIBERAUER, T.; ROBERTS, I. (Eds.) **Challenges to Linearization**, v. 114. Germany: Mouton de Gruyter, 2013, p. 171-209.

NEVINS, A. **One -able, two attachment sites**. Manuscrito, MIT, 2002.

NEW OXFORD AMERICAN DICTIONARY. Oxford: Oxford University Press, 2013.

NÓBREGA, V A. **Tópicos em composição: estrutura, formação e acento**. 2014. 243f. Dissertação (Mestrado em Linguística) — USP, São Paulo, 2014.

NÓBREGA, V. A. Raízes: primitivos sintáticos defectivos. **Caderno de Squibs: temas em estudos formais da linguagem**. v. 1, n. 1, UnB, Brasília, p. 43-50, 2015.

NÓBREGA, V A.; MIYAGAWA, S. The precedence of syntax in the rapid emergence of human language. **Frontiers in Psychology**. v. 6, p. 271, 2015.

OLIVEIRA, R. P.; NGOY, F. M. Notas sobre a semântica do sufixo ‘-vel’: a expressão da modalidade no PB. **Revista Letras**, n. 73, Set./Dez., Editora UFPR, p. 185-201, 2007.

OLTRA-MASSUET, I. M. **On the notion of theme vowel: a new approach to Catalan verbal morphology**. 1999. 89f. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Massachusetts Institute of Technology, MIT, Cambridge, 1999.

OLTRA-MASSUET, I. M.; ARREGI, K. Stress-by-structure in Spanish. **Linguistic Inquiry**, v. 36, n. 1, p. 43-84, 2005.

OLTRA-MASSUET, I. M. **On the morphology of complex adjectives**. 2010. 280f. Tese (Doutorado em Linguística) — Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 2010.

OLTRA-MASSUET, I. M. **Deverbal Adjectives at the interface: a crosslinguistic investigation into the morphology, syntax and semantics of -ble**. In: ALEXIADOU, A.; HALL, A. **Interface Explorations**, v. 28. Boston/Berlin: Mouton de Gruyter, 2014.

PACHECO, J. D. C. **As construções médias do português do Brasil sob a perspectiva teórica da Morfologia Distribuída**. 2008. 113f. Dissertação (Mestrado em Linguística) — USP, São Paulo, 2008.

PALMER, F. R. **Mood and Modality**. Cambridge Textbook in Linguistics. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

- PALMER, F. R. **Modality and the English Modals**. 2 ed. New York: Longman Linguistics Library, 1990.
- PARSONS, T. **Events in the Semantics of English: a study in subatomic semantics**. v. 21 Current Studies in Linguistics Series. Cambridge, MA: MIT Press, 1990.
- PARTEE, B. H. **Lexical semantics and compositionality**. University of Massachusetts, Amherst, 1994.
- PELLETIER, F. J.; ASHER, N. Generics and Defaults. In: BENTHEM, J. van; MEULEN, A. ter (Eds.), **Handbook of Logic and Language** Cambridge: The MIT Press, 1997. p. 1127-1142.
- PELLETIER, F. J. Generics: a philosophical introduction. Manuscrito, Simon Fraser University, 2010. Disponível em: <<http://www.ualberta.ca/francisp/papers/GenericsIntro.pdf>>
- PESETSKY, D. **Zero syntax: experiencers and cascades**. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.
- PHAM, M.; LEE, J. L. **Combining successor and predecessor frequencies to model truncation in Brazilian Portuguese**. Manuscrito, University of Chicago, Chicago, 2014.
- PORTNER, P. **Modality**. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- PUNSKÉ, J. **Aspects of the internal structure of nominalization: roots, morphology and derivation**. 2012. 169f. Tese (Doutorado em Linguística) — University of Arizona, 2012.
- PYLKKÄNEN, L. **Introducing arguments**. Linguistic Inquiry Monograph 49. Cambridge, MA: MIT Press, 2008.
- RAMCHAND, G. C. **Verb meaning and the lexicon: a first phase syntax**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008a.
- RAMCHAND, G. C. Lexical items in complex predications: selection as underassociation. **Nordlyd**. Tromsø Working Papers on Language & Linguistics, SVENONIOUS, P.; TOLSKAYA, I. (Orgs.), v. 35, n. 1, p. 115-141, 2008b. Disponível em: <<http://www.ub.uit.no/baser/nordlyd/>>.
- RAMCHAND, G. C. **Minimalist Semantics**. Manuscrito, 2011. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/gillianramchand01/multani>>.
- RAMCHAND, G. C. **Indexical vs. Anaphoric Modals**. Manuscrito, University of Tromsø, 2012.
- RAMMÉ, V. **A expressão do deslocamento nas línguas naturais: análise da estrutura [V_{maneira} + Prep_{loc}]**. 2012. 148f. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Universidade Federal do Paraná, 2012.
- RAMMÉ, V.; WACHOWICZ, T. C. Análise da expressão do deslocamento no português brasileiro (PB) dentro da nano-sintaxe: respostas para a variação. **Veredas**. Universidade Federal de Juiz de Fora. v. 18, n. 1, p. 185-202, 2014.

RIEHEMANN, S. Z. **Type-Based derivational morphology**. Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 1998. Disponível em: <<http://bit.ly/1a5y2vo>>.

RODRIGUES, C. A. N. **Aspectos sintáticos e semânticos das estruturas médias no português do Brasil**. 1997. Dissertação (Mestrado em Linguística) — UnB, Brasília, 1997.

SALLES, H. M. M. L.; MELLO, M. A. C. R. Adjetivos em *-vel*: formação e produtividade. **Revista Investigações**. v. 18, n. 2, Julho, 2005.

SANTOS, A. L. P. D. **Força e evidência: uma análise teórico experimental da semântica de ‘pode’, ‘deve’ e ‘tem que’**. 2015. 275f. Tese (Doutorado em Linguística) — UFSC, Florianópolis, 2015.

SCALISE, S.; GUEVARA, E. The lexicalist approach to word-formation and the notion of the lexicon. In: ŠTEKAUER, P.; LIEBER, R. (Eds.) **Handbook of word-formation**. Netherlands: Springer, 2005, p. 147-187.

SCHER, A. P.; LUNGUINHO, M. V.; RODERO-TAKAHIRA, A. Voice (a)symmetries and innovative participles in Brazilian Portuguese. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. v. 56, n. 1, Jan./Jun., p. 45-64, 2014.

SCHER, A. P.; MEDEIROS, A. B. MINUSSI, R. D. Estrutura argumental em Morfologia Distribuída. In: NAVES, R.; SALLES, H. M. M. L. A. (Orgs.). **Estudos formais da gramática das línguas naturais**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2009. p. 175-197.

SCHÄFER, F. **On underspecification in Voice Systems**. Little v Workshop, Leiden University. Ms, 2013. Disponível em: <<http://ifla.uni-stuttgart.de/institut/mitarbeiter/florian/>>.

SIDDIQI, D. **Minimize exponence**: economy effects on a model of the morphosyntactic component of grammar. 2006. 172f. Tese (Doutorado em Linguística) — University of Arizona, Arizona, 2006.

SIDDIQI, D. **Syntax within the Word**: economy, allomorphy, and the argument selection in Distributed Morphology. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 2009.

SILVA, C. F. D. **Construções ergativas e médias: uma distinção em termos aspectuais e semânticos**. 2011. 92f. Dissertação (Mestrado em Linguística) — UnB, Brasília, 2011.

SILVA, B. P. S. **Aspectos das construções passivas com verbos psicológicos**. 2012. 99f. Dissertação (Mestrado em Linguística) — UnB, Brasília, 2012.

SOUTO, K. C. E. **Categorias funcionais e lexicais no licenciamento de verbos de trajetória: o caso do verbo ‘ir’**. 2014. 164f. Tese (Doutorado em Linguística) — UnB, Brasília, 2014.

STARKE, M. **Towards an elegant solution to language variation**: variation reduces to the size of lexically stored trees. Manuscrito, 2011. <<http://ling.auf.net/lingbuzz/001183>>.

STARKE, M. Nanosyntax: a short primer to a new approach to language. **Nordlyd**: Tromsø Working Papers on Language & Linguistics, Special Issue on Nanosyntax, v. 36, n. 1, p. 1-6, 2009. Disponível em: <<http://septentrio.uit.no/index.php/nordlyd/issue/view/31>>.

VAN URK, C. On the syntactic reification of implicit subjects. **Coyote Working Papers: WCCFL 29**, Arizona, 2012.

VARDOMSKAYA, T. **Sources of subjectivity**. Manuscrito. University of Chicago, Chicago, 2013.

VENDLER, Z. Verbs and times. **The Philosophical Review**. v. 66, n. 2, 1957, p. 143-160. Disponível em: <<http://semantics.uchicago.edu/kennedy/classes/s07/events/vendler57.pdf>>.

VON WRIGHT, G. H. **An essay in modal logic**. Netherlands, Amsterdam: North-Holland Publishing Company, 1951.

WACHOWICZ, T. C. Uma fundamentação da noção de evento para a linguística. **Revista Letras**. n. 54, p. 143-160. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

WASOW, T. Transformations and the lexicon. In CULICOVER, P. W; WASOW, T; AKMAJIAN, A. **Formal Syntax**. p. 327-360. New York: Academic Press, INC., 1977.

WILLIAMS, E. Argument structure and morphology. **The Linguistic Review**, v. 1, n. 1, p. 81-114, 1981.

WILLIAMS, E. **Dumping Lexicalism**. Manuscrito, MIT, 2004.

WOOD, J.; SIGURÐSSON, E. F. Building deverbal ability adjectives in Icelandic. **Proceedings of the 37th Annual Penn Linguistics Conference**, v. 20, n. 1., 2014, p. 351-360. Disponível em: <<http://bit.ly/1aldjnR>>.

WOOD. J. **Icelandic morphosyntax and argument structure**. 2012. 368f. Tese (Doutorado em Linguística) — NYU, New York, 2012.

Apêndice

Este Apêndice reúne os dados do PB discutidos nesta tese, separados de acordo com as subclasses de adjetivos modais consideradas ao longo do trabalho.

(1) ADJETIVOS DE POSSIBILIDADE

acatável, acessível, adequável, admissível, ajustável, ampliável, andável, audível, bicicletável, calculável, camisetável, colherável, comestível, comparável, compreensível, congelável, contabilizável, contornável, corruptível, curável, decifrável, deformável, desmontável, divisível, domesticável, elegível, embargável, evitável, estimulável, fabricável, flutuável, formulável, habitável, homologável, identificável, impensável, imputável, inflável, injetável, inteligível, lavável, legível, maleável, mapeável, manipulável, manuseável, mastigável, ministeriável, nadável, navegável, negável, negociável, neutralizável, noticiável, pagável, penhorável, permissível, potável, possível, prefeitável, presidencial, punível, quebrável, reconhecível, recuperável, reitorável, renovável, reparável, reversível, solicitável, solúvel, tagarelável, traduzível, tratável, transmissível, transponível, tributável, vendível, visível.

(2) ADJETIVOS SUBJETIVOS

abominável, aborrecível, aconselhável, admirável, adorável, afável, agradável, amável, amigável, aprazível, canetável, considerável, deleitável, deplorável, desejável, desprezível, detestável, elogiável, estimável, execrável, facebookável, formidável, gostável, honorável, instagramável, invejável, lastimável, lamentável, louvável, notável, odiável, preferível, temível, terrível.

(3) ADJETIVOS AMBÍGUOS

aceitável, bebível, condenável, censurável, descartável.

(4) ADJETIVOS FACTUAIS

confortável, durável, perdurável, perecível.